UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

ANA PAULA FABRO DE OLIVEIRA

O discurso do *Diccionario de la lengua española* (RAE) em diferentes condições de produção: língua, sujeitos e sentidos

Versão corrigida

SÃO PAULO
2018

ANA PAULA FABRO DE OLIVEIRA

O discurso do *Diccionario de la lengua española* (RAE) em diferentes condições de produção: língua, sujeitos e sentidos

Versão corrigida
De acordo:
Orientadora: Profª. Drª. Maria Teresa Celada

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol.

Orientadora: Profª. Drª. María Teresa Celada

São Paulo
2018

OLIVEIRA, Ana Paula Fabro de. **O discurso do *Diccionario de la lengua española* (RAE) em diferentes condições de produção: língua, sujeitos e sentidos.** Tese apresentada ao Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutora em Letras.

Aprovado em: 16/03/2018

Banca Examinadora

Profª. Drª. María Teresa Celada (orientadora) — Instituição: FFLCH/USP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Daniela Lauria — Instituição: UBA/UPN
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. José Horta Nunes — Instituição: UNICAMP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Verli Petri — Instituição: UFSM
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Adrián P. Fanjul — Instituição: FFLCH/USP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Suplentes

Prof. Dr. Andrea Silva Ponte (UFPB)
Profª. Draª. Profª. Drª. Claudia Pfeiffer (UNICAMP)
Profª. Olga Coelho (DL/FFLCH-USP)
Profª. Drª. Maria Zulma Moriondo Kulikowski (USP)
Profª. Drª. Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues (UFSCar/USP).

À minha mãe, por tudo.

AGRADECIMENTOS

À Maite Celada, pela confiança e respeito para com este trabalho, pelas leituras criteriosas e orientação nos caminhos da Análise do Discurso. Muito obrigada pela amizade e pelo carinho que marcam sua presença neste percurso.

Aos professores Adrián Fanjul e José Horta Nunes, cujas observações realizadas no momento do exame de qualificação apontaram direcionamentos significativos para a realização de certos gestos de leitura do arquivo.

Às professoras Daniela Lauria e Verli Petri, por terem aceitado participar da banca para a defesa desta tese.

À amiga Natália Santini Victuri por toda ajuda, por ter me ajudado tão de perto na finalização deste trabalho.

Às queridas Michele Costa e Laura Sokolowicz, cujas interlocuções contribuíram muito ao longo da realização da pesquisa.

Ao Leonardo Gandia, pela generosidade de compartilhar seus saberes sobre História nos muitos momentos em que precisei.

À Arlete e à Carol, pela grande cumplicidade e pela forte amizade que nos une há tanto tempo.

A todos que, de alguma forma, estiveram presentes nesta trajetória, em especial aos amigos Bruna Macedo, Dani Brianezi, Isa Castaldo, Lara Locoselli e Jorge Rodrigues.

À Frida, à Kaori, à Mi, à Sara e ao Gudu por terem tornado a vida mais leve e divertida.

À minha mãe, à minha irmã e ao Norio, pela torcida, por todo o amor e por darem mais sentido e alegria à minha vida.

Ao Instituto Federal de São Paulo pela concessão de afastamento das atividades docentes pelo período de dois anos, o que foi fundamental para que este trabalho se tornasse possível.

Dificilmente escapamos aos sentidos tal como eles se apresentam e se representam. Eles não são por isso uma ameaça: são antes um convite à vida, à experiência, à história e à interpretação (ORLANDI [1992] 2011, p. 173).

RESUMO

OLIVEIRA, Ana Paula Fabro de. **O discurso do *Diccionario de la lengua española* (RAE) em diferentes condições de produção: língua, sujeitos e sentidos.** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Nesta pesquisa nos propomos uma análise do discurso do *Diccionario de la lengua española* (DLE), da *Real Academia Española* (RAE), a partir de uma entrada teoricamente orientada pela Análise de Discurso pecheuxtiana em articulação com a História das Ideias Linguísticas, tal como vem sendo desenvolvida a partir dos anos 90 em certos projetos da academia brasileira. Dessa forma, concebemos o dicionário enquanto um instrumento linguístico e o abordamos como objeto discursivo, isto é, como "um discurso sobre a língua", produzido "em certas condições sociais e históricas" (NUNES, 2010, p. 7). O percurso de nossa análise se organiza em função do objetivo de compreender como certas condições de produção, nas quais se reconfiguram as relações de força, produzem deslocamentos – de diversa índole – no discurso do dicionário. A textualização da pesquisa se organiza em duas partes. Na primeira, atravessando diferentes condições de produção – que vão desde a fundação da RAE, em 1713, à publicação da última edição do DLE, em 2014 – refletimos sobre o processo de institucionalização dessa Academia e examinamos os prefácios do dicionário a fim de analisar como são significados a língua, o próprio dicionário, a RAE (e os acadêmicos a ela vinculados) e o "outro", não projetado apenas como possível leitor ou consulente, mas na complexa diversidade de um universo que inclui adversários ou falantes não necessariamente pensados como interlocutores ou sujeitos passíveis de serem atingidos pelo processo de interpelação presente na obra. O movimento de análise permite dar visibilidade aos deslocamentos e continuidades na projeção desses imaginários. Na segunda parte, tendo como foco as condições de produção vinculadas às independências dos países americanos e à imposição do regime franquista na Espanha, analisamos em certos prefácios e verbetes as posições do sujeito discursivo e o modo pelo qual se significam as línguas ameríndias e espanholas que constituem nossa série discursiva. As análises desenvolvidas, além de trazerem elementos para se pensar a circulação do discurso dicionarístico em diferentes conjunturas sócio-históricas, permitem também uma reflexão sobre determinados movimentos no plano da produção de sentidos, em sua imbricação com as relações de poder em importantes momentos na história dos dicionários da Academia.

Palavras-chave: Processos de gramatização. Língua espanhola. RAE. Processos de interpelação. Discurso.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Ana Paula Fabro de. **The discourse in the *Diccionario de la lengua española* (RAE) in diverse production conditions: language, subjects and senses**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

In this study we propose to analyze the discourse in the *Diccionario de la lengua española* – Dictionary of the Spanish Language (DLE), of the *Real Academia Española* – Royal Spanish Academy (RAE), from a starting point theoretically oriented by the Pecheux Discourse Analysis articulated with the History of Linguistic Ideas, as it has been developed from the 90's on in certain projects in the Brazilian academic studies.Therefore, we consider the dictionary a linguistic instrument and approach it as a discursive object, that is, as "a discourse about the language", produced "in certain social and historical conditions" (NUNES, 2010, p.7). The path of our analysis is organized by the purpose of understanding how specific production conditions, in which strength relations are reconfigured, yield displacement – in diverse instances - in the dictionary discourse. The text of the research is organized in two parts. In the first one, going through different production conditions – which extent from the foundation of the RAE, in 1713, to the publication of the last edition of the DLE, in 2014 – we reflect on the process of institutionalization of this Academy and examine the prefaces of its dictionary in order to investigate how the language, the dictionary itself, the RAE (and the scholars connected to it) and the "other", not projected only as the possible reader or consultant, but in the complex diversity of a universe that includes adversaries or speakers not necessarily thought as interlocutors or subjects that could be affected by the process of interpellation present in that work are meant. This effort of analysis brings to light the displacement and continuities in the projection of theses imaginaries. In the second part, focusing on the production conditions imposed by the American countries independencies and the Franco dictatorship in Spain, we analyze the position of the lexicographic subject and the way in which Native American and Spanish languages that compose our discursive series are meant in certain prefaces and entries. The developed analysis, besides bringing elements to think how the dictionary discourse circulates in different social historic conjunctures, also allows a reflection on particular movements in terms of the production of meaning, in its imbrication with the power relations in important moments in the history of the Academy dictionaries.

Keywords: Grammatization processes. Spanish language. RAE. Interpellation processes. Discourse.

RESUMEN

OLIVEIRA, Ana Paula Fabro de. **El discurso del *Diccionario de la lengua española* (RAE) en diferentes condiciones de producción: lengua, sujetos y sentidos.** Tesis (Doctorado). Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2018.

En esta investigación se propone un análisis del discurso del *Diccionario de la lengua española* (DLE), de la *Real Academia Española* (RAE), a partir del marco teórico del Análisis del Discurso pecheuxtiano articulado a la Historia de las Ideas Lingüísticas, tal como se viene desarrollando desde los años 90 en diversos proyectos de la academia brasileña. De esta manera, se concibe el diccionario como un instrumento lingüístico y se lo aborda como un objeto discursivo, o sea, como "um discurso sobre a língua", producido "em certas condições sociais e históricas" (NUNES, 2010, p. 7). El recorrido de nuestro análisis se organiza en función del objetivo de comprender cómo determinadas condiciones de producción, en las que se reconfiguran las relaciones de fuerza, producen desplazamientos, de distinta índole, en el discurso del diccionario. En cuanto a su organización textual, la tesis presenta una división en dos partes. En la primera, atravesando diferentes condiciones de producción – que van desde la fundación de la RAE, en 1713, hasta la publicación de la edición del DLE, en el 2014 – se reflexiona sobre el proceso de institucionalización de esta Academia y se examinan los prólogos del diccionario a fin de analizar cómo se significan la lengua, el propio diccionario, la RAE (y los académicos que a ella se vinculan) y el "otro", no proyectado únicamente como posible lector o persona que consulta este repertorio, sino también tomado en la compleja diversidad de un universo que incluye adversarios o hablantes no necesariamente pensados como interlocutores o sujetos pasibles de ser alcanzados por el proceso de interpelación presente en la obra. El movimiento de análisis permite que se dé visibilidad a los desplazamientos y continuidades en la proyección de estos imaginarios. En la segunda parte, teniendo como foco las condiciones de producción vinculadas a las independencias de los países americanos y a la imposición del régimen franquista en España, se analizan en ciertos prólogos y lemas las posiciones del sujeto lexicógrafo y el modo por el cual se significan las lenguas amerindias y españolas que constituyen nuestra serie discursiva. Los análisis desarrollados, además de traer elementos para pensar la circulación del discurso del diccionario en diferentes coyunturas socio-históricas, también permiten reflexionar sobre determinados movimientos en el nivel de la producción de sentidos, en su imbricación con las relaciones de poder en importantes momentos de la historia de los diccionarios de la Academia.

Palabras-clave: Procesos de gramatización. Lengua española. RAE. Procesos de interpelación. Discurso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema das “ações” do falante para com a língua.....78

Figura 2: Esquema das “ações” do DA para com a língua.....78

Figura 3: Contracapa da 16ª edição do DLC/DLE ([1936] 1939).....136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Edições do DLC/DLE.....81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ARMH	Asociación para la recuperación de la memoria histórica
ASALE	Asociación de las Academias de la Lengua Española
DA	Diccionario de autoridades
DEM	Dicionario del Español Usual en México
DIEA	Diccionario integral del español de la Argentina
DLC	Diccionario de la lengua castellana
DLE	Diccionario de la lengua española
DMILE	Diccionario manual e ilustrado de la lengua española
DPD	Diccionario panhispánico de dudas
HIL	História das Ideias Linguísticas
NTLLE	Nuevo Tesoro Lexicográfico de la Lengua Española
RAE	Real Academia Española

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

PARTE I – *DO DICCIONARIO DE AUTORIDADES* (DA) AO *DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA*: FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

CAPÍTULO 1– FUNDAÇÃO E PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA *REAL ACADEMIA ESPAÑOLA* 29

1. O contexto de fundação da RAE e de publicação do DA 31
2. Uma primeira aproximação ao DA 38
3. As formações imaginárias em jogo no discurso do paratexto do DA 46

3.1 A imagem de língua 47

3.2. A imagem do acadêmico 62

3.3 A imagem do leitor entre outros falantes 72

Recapitulação 81

CAPÍTULO 2 – O *DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA*: UMA ABORDAGEM DOS PREFÁCIOS 83

1. A imagem de língua 86
2. A imagem da RAE 98
3. A imagem do leitor entre os outros falantes 111

Recapitulação 121

PARTE II – O DISCURSO DICIONARÍSTICO EM CERTAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: A INDEPENDÊNCIA DOS PAÍSES AMERICANOS E A IMPOSIÇÃO DO REGIME FRANQUISTA

CAPÍTULO 3 – COM FOCO NOS DESLOCAMENTOS DAS POSIÇÕES DO SUJEITO discursivo 125

1. O verbete “colonizar” 128
2. O verbete “franquismo” 134

Recapitulação 144

CAPÍTULO 4 – COM FOCO NAS DEFINIÇÕES DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS E ESPANHOLAS 147

1. Os verbetes “araucano”, “azteca”, “quechua”, “guaraní” e “arahuaco” 148
2. Os verbetes “catalán”, “gallego” e “vasco” 163

Recapitulação 180

CONSIDERAÇÕES FINAIS 183

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 187

ANEXOS (CD-ROM)

INTRODUÇÃO

> *— Cuando yo empleo una palabra – insistió Humpty Dumpty en tono desdeñoso – significa lo que yo quiero que signifique… ¡ni más ni menos!*
> *— La cuestión está en saber – objetó Alicia – si usted puede conseguir que las palabras signifiquen tantas cosas diferentes.*
> *— La cuestión está en saber – declaró Humpty Dumpty – quién manda aquí... ¡si ellas o yo! (CARROLL, 2004, p.88).*

Ao longo de nossa trajetória, primeiramente como estudantes de língua espanhola e, posteriormente, como docentes e pesquisadores, o contato com saberes produzidos na Análise de Discurso materialista (AD) em sua articulação específica com a História das Ideias Linguísticas (HIL) tal como vem sendo desenvolvida desde os anos 90 em alguns projetos da academia brasileira, possibilitou que colocássemos sob forte questionamento a série de gestos que vínhamos reproduzindo com relação à concepção e ao uso do *Diccionario de la lengua española* (DLE), da *Real Academia Española* (RAE).

Assim, por meio da nossa inscrição na área de pesquisa e de trabalhos desenvolvidos nessa confluência de saberes, detectamos que havíamos sido capturados por evidências fortemente cristalizadas que, historicamente, produziram seus efeitos de forma bastante eficaz. A primeira delas se sustentava na pressuposição que atribui completude e que projeta o dicionário como obra que registra o “verdadeiro sentido” das palavras; a segunda se produzia à luz do lugar ocupado pelo DLE no campo da lexicografia em língua espanhola, nos países hispano-falantes e, também, entre os aprendizes de espanhol como língua estrangeira.

No que diz respeito à primeira evidência, socialmente, os dicionários são concebidos como objetos de consulta que apresentam o significado das palavras, como afirma Nunes (2006, p. 11) – cujos trabalhos justamente se inscrevem na articulação entre a AD e a HIL – “com a certitude do saber de um especialista”, de maneira tal que, se alguma palavra ou acepção neles não são encontradas, a conclusão à qual se chega é de que elas “não existem” ou “estão incorretas”.

Em relação à segunda evidência, Seco[1] (1979, p. 2), especialista em lexicografia espanhola e ex-membro da RAE, atesta o efeito de autoridade produzido pelo DLE na produção lexicográfica hispânica ao considerar que “el diccionario académico ocupa el lugar central en la constelación de la lexicografia española”. Esse efeito exercido pelo dicionário acadêmico é de tal dimensão na produção lexicográfica hispânica que somente em meados do século XXI é que foram publicados, fora da Espanha, dois dicionários gerais[2]: o *Diccionario integral del español de la Argentina* (DIEA), em 2008, e o *Diccionario del español de México* (DEM), em 2010. Esses dois instrumentos representaram, assim, uma ruptura na tradição hispano-americana de produzir dicionários, posto que até então as obras produzidas somente registravam “regionalismos” que não constavam da nomenclatura do DLE.

Seco (1995) atribui que o indiscutível “prestígio”, para usar o termo por ele mobilizado, do qual goza o DLE justifica-se, em parte, pela falta de dicionários que pudessem competir com a obra acadêmica, haja vista que os dicionários monolíngues até então publicados o tomavam como fonte de consulta fundamental. Além disso, o autor compreende que, esse “prestígio” não se deve a nenhuma “intervenção política” por parte do Estado espanhol, mas sim à “aceitação” do dicionário pela comunidade hispano-falante, de ambos os lados do Atlântico.

Questionando essa “aceitação espontânea” do dicionário, interpretamos que os sentidos presentes no dizer de Seco se ancoram em evidências que desconsideram os efeitos produzidos por um modo de interpelação – vinculado a um processo de colonização linguística (MARIANI, 2004) – que foi sendo produzido no discurso da própria instituição. Nesse sentido, no site da RAE, por exemplo, ao se apresentar o dicionário se afirma o seguinte:

---

[1] Embora pudéssemos mobilizar diferentes pesquisadores que se debruçaram sobre a referida questão, citamos esse autor em razão de que seu dizer se produz a partir de seu lugar de acadêmico da RAE. Nesse escopo, o renomado lexicógrafo e filólogo mexicano Luis Fernado Lara (2010, p. 18), por exemplo, observa que:

> La tradición lexicográfica hispánica ha estado dominada por la Academia Española. Todo vocablo que ella no introduzca – “que no acepte” – en sus diccionarios, “no existe” para los hispanohablantes; todo significado que difiera de los que define, es sospechoso de barbarismo.

[2] Na área dos estudos lexicográficos, um dicionário geral tem por objetivo registrar o léxico mais representativo de uma dada língua, com palavras pertencentes aos mais diferentes campos linguísticos (literário, científico, coloquial etc.). A esse tipo de dicionário, opõem-se aquelas obras lexicográficas designadas “especiais”, cuja particularidade centra-se em selecionar e agrupar uma fração do léxico da língua geral, de acordo com determinados objetivos (HAENSCH; OMEÑACA, 2004).

> Desde entonces [de la publicación del *Diccionario de autoridades* (1726-1739)], han aparecido veintitrés ediciones del *Diccionario* – la más reciente, la 23.ª, en 2014 –, que lo han convertido, a través del tiempo, en el **diccionario de referencia y consulta del español** (grifos nossos)[3].

Para além da relevância do DLE enquanto obra lexicográfica, o ex-acadêmico Miranda (1992, p.4) reafirma o lugar único da própria RAE ao considerar que:

> ninguna institución similar de cualquier otro país de nuestro entorno, ni siquiera las que le sirvieron de modelo en el momento de la fundación, ha alcanzado el grado de prestigio y de acatamiento a sus dictámenes en terreno idiomático que la Academia Española ha logrado.

Tomados e, em determinado momento, já instigados por esses sentidos atribuídos ao dicionário acadêmico e à sua instituição autora – sentidos que produzem imaginariamente, um lugar de legitimidade e de autoridade inquestionáveis – começamos a ler alguns prefácios e alguns verbetes, sem perder de vista que o propósito de fundação da RAE, em 1713, e de publicação de sua primeira obra lexicográfica, em 1726, esteve intrinsecamente vinculado a um projeto político de Estado, levado a cabo pela dinastia bourbônica. Nesse percurso, chamaram-nos a atenção alguns movimentos os quais, direcionando nosso olhar para específicos processos de produção de sentidos, permitiram-nos formular algumas questões que foram se colocando e que contribuíram para o recorte de nosso objeto.

Gostaríamos de destacar que, na leitura que realizávamos da materialidade linguística dos prefácios do dicionário, direcionamos nosso olhar, especialmente, a certas tomadas de posição do sujeito do discurso em condições de produção vinculadas a desestabilizações nas relações de poder. De forma especial, destacamos um fragmento recortado do prefácio à 16ª edição ([1936]1939), trazida à luz no cenário político da guerra civil espanhola (1936 -1939) e início da imposição do regime franquista (1939-1975)[4]:

---

[3] Disponível em: http://www.rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/presentacion. Acesso em: 28/12/2015.

[4] Analisamos o prefácio do qual recortamos esse fragmento no capítulo 3 desta tese.

> La presente edición del Diccionario estaba en vísperas de salir a la venta cuando las hordas revolucionarias, que, al servicio de poderes exóticos, pretendían sumir a España para siempre en la ruina y en la abyección, se enfrentaron en julio de 1936 con el **glorioso Alzamiento Nacional**. § Perseguidas con diabólica saña bajo la tiranía marxista cuantas instituciones encarnaban el verdadero espíritu de nuestro pueblo, no se podía esperar que la vesania de los usurpadores del poder respetase la vida de la Academia (*Diccionario de la lengua española*, 16ª ed., Advertencia, [1936] 1939[5], grifos nossos).

Ao pensarmos esse fragmento em relação com sua exterioridade, observamos que o sujeito do discurso deixa marcas que se inscrevem num espaço político de forças que se repelem e que materializam a "existência de uma nação dividida"[6]. Uma delas se relaciona diretamente ao movimento político da Frente Popular[7] que, nesse discurso, é desqualificado a partir da acusação de que levou a Espanha à ruína e à degradação, segundo podemos ler no fragmento em destaque: "hordas revolucionarias, que, al servicio de poderes exóticos, pretendían sumir a España para siempre en la ruina y en la abyección". Uma outra marca que retomamos tem a ver com o que consideramos um modo de dizer que mostra a identificação do discurso do sujeito com os vencedores da guerra civil: referimo-nos à adjetivação do levante militar dirigido contra o governo republicano, conhecido como "Alzamiento Nacional": "el **glorioso** Alzamiento Nacional".

Nesse momento de reflexão, em que começávamos a delimitar nosso objeto, defrontamo-nos com um gesto, que interpretamos como politicamente relevante de Senz (2014) – estudiosa especialista em planejamento e norma linguísticos – quem, ao colocar em relação um momento histórico-político contemporâneo com certos

---

[5] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/01/2016.

[6] Cortázar e Vesga (2001), especialistas em história da Espanha, consideram que, no contexto da "pré-guerra civil espanhola", isto é, na democracia republicana dos anos de 1930, configura-se um clima de polarização política, intensificado pelas dificuldades econômicas e sociais que tiveram visibilidade no governo em questão. Nesse sentido, conforme interpretam os historiadores, essa polarização materializa-se, por um lado, pelo estabelecimento de "Frentes populares, que suponían la alianza del proletariado con las clases medias, de los socialistas y comunistas con los burgueses antifascistas ante el enemigo común" (ibidem, p. 574) e, por outro, pela fundação da Falange Espanhola, por parte de José Antonio Primo de Rivera, a qual se declarava antirrepublicana e contrária ao liberalismo e ao marxismo.

[7] A formação da Frente Popular na Espanha, da mesma forma que em outros países europeus, resultou da aliança entre partidos de esquerda, democráticos e antifascistas, entre os anos de 1934-1935. Seu modelo remete ao da "frente única", fórmula política de coalizão de partidos que trabalhavam a favor de objetivos políticos e econômicos comuns que aderiram à Segunda (1889-1914) e à Terceira Internacional (1919-1943) (Cf. BELLIGNI, pp. 528-530).

enunciados definidores do DLE, desenvolveu uma análise que nos instigou e que reforçou os sentidos de nosso percurso.

Para contextualizar essa intervenção da referida autora, é necessário considerar que no ano de 2014, na imprensa internacional e, sobretudo, na espanhola, fora noticiado que o tribunal constitucional espanhol considerara ilegítimo e, por conseguinte, suspendera, de forma cautelar, o referendo à comunidade catalã sobre sua soberania nacional, que deveria ter acontecido no dia 09 de novembro daquele ano. Recorde-se que o referendo sobre a independência da Catalunha estava previsto, através da aprovação de uma resolução parlamentar, desde o dia 27 de setembro de 2012. A respeito da ilegitimidade desse ato, o primeiro ministro da Espanha, Mariano Rajoy, destacou que a consulta sobre a independência catalã era contrária à Constituição porque "la soberanía nacional reside en el pueblo español en su conjunto y una parte no puede tomar decisiones que afectan a todos". Acrescentou ademais que o Estado cumprira com sua “obligación de interponer un recurso contra una decisión que atenta gravemente contra los derechos de los españoles".

No que concerne a esse fato, Senz (2014) chama a atenção sobre um aspecto segundo o qual a RAE adiantou a publicação da 23ª edição do DLE para poucos dias antes da data prevista inicialmente para que se procedesse com o já mencionado referendo, destacando que esta última edição da referida obra lexicográfica apresentava emendas, “deliberadamente realizadas” em alguns de seus verbetes, cujos enunciados definidores teriam capacidade para interferir no curso legal do processo catalão, já que os tribunais de justiça poderiam se amparar nesse dicionário quando identificassem a necessidade de interpretação literal para dirimir o sentido próprio das palavras que compõem as normas, as fontes jurídicas e os princípios gerais do direito.

Conforme sublinha a autora, esta não seria a primeira vez que verificar-se-ia, no DLE, reformulações de cunho político nas definições dos verbetes. E cita, justamente, a alteração, realizada na definição do termo “referéndum” nessa 23ª edição do DLE (2014). Transcrevemos os verbetes, tal como registrados nesta última e na edição anterior (22ª ed., 2001):

Diccionario de la lengua española, 22ª ed., 2001	*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., 2014
referéndum *(Del lat. referendum, gerundivo de referre).* 1. m. Procedimiento **jurídico** por el que se someten al voto popular leyes o actos administrativos cuya ratificación por el pueblo se propone (*Diccionario de la lengua española*, 22ª ed., 2001[8], grifos nossos).	**referéndum** (*Del fr. référendum, y este del lat. referendum 'lo que ha de ser consultado', n. del gerundivo de referre 'consultar'*). 1. m. Procedimiento por el que se someten al voto popular leyes o decisiones políticas con carácter decisorio o consultivo (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., 2014[9], grifos nossos).

Dentre outros aspectos que poderiam ser analisados, Senz (2014) centra-se no apagamento do adjetivo “jurídico” na reformulação operada no enunciado definidor da 23ª edição (2014). Nesse sentido, segundo a autora, no verbete de 2001 aparece a atribuição de legalidade do procedimento jurídico, diferentemente do que ocorre no enunciado definidor da 23ª edição (2014), quando o apagamento desse adjetivo implicaria na perda do significado legal e jurídico do termo.

Tendo em vista nossas observações iniciais e as considerações de Senz, passamos a refletir sobre a forma como o discurso do DLE (e da RAE) se relaciona, ao longo de mais de três séculos, com o contexto político do funcionamento do Estado espanhol. A partir dessa reflexão mais inicial, as perguntas que nos colocávamos foram as seguintes: de que modo certas condições de produção, nas quais se reconfiguram as relações de força, produzem deslocamentos na materialidade discursiva do DLE? E, mais especificamente: quais as projeções imaginárias em jogo sobre as línguas e sobre os sujeitos envolvidos no processo discursivo? Como se formalizam, se estabilizam e se legitimam determinados sentidos na construção desses imaginários? Como foi se constituindo a posição histórico-discursiva do sujeito discursivo na materialidade linguística do dicionário?

Todas essas perguntas se reafirmaram como questões produtivas para o desenvolvimento desta tese e, inclusive, orientaram a pesquisa e o recorte do corpus. Desse modo, à luz de uma pré-análise que percorreu os prefácios das 23 edições do dicionário e a textualidade de certos verbetes, interpretamos que os deslocamentos detectados deixam marcas que apontam para um processo de identificação por parte do sujeito discursivo, marcado pelo desejo de reafirmar as relações de poder dominantes. Esse desejo, então, é o que determina a forma de sua inscrição na formação discursiva que o afeta e que constitui o processo de

[8] Disponível em: http://lema.rae.es/drae2001/. Acesso em: 28/01/2016.
[9] Disponível em: http://dle.rae.es/?id=VcEQ6Jm. Acesso em: 28/01/2016.

interpelação que, de acordo com nossa interpretação, está presente no funcionamento do DLE.

Para poder desenvolver uma pesquisa vinculada a essas questões que nos movem, como já antecipamos, ao tomar dicionários enquanto objetos discursivos (NUNES, 2006), o presente estudo filia-se à Análise de Discurso de perspectiva materialista (AD) em sua articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL), dispositivo teórico-analítico que nos fornece subsídios para compreender os processos de gramatização e a institucionalização desses instrumentos linguísticos. De acordo com Diniz (2012, p. 41) a HIL, tal como vem sendo desenvolvida no Brasil, isto é, em sua forte e frutífera articulação com a AD, procura pensar a relação dos instrumentos linguísticos com as instituições responsáveis por sua produção e/ou circulação. Nesse sentido, em nosso caso, a mobilização dessa aliança é significativa para pensar o processo de institucionalização da RAE, como instituição autora do DLE. Para tanto, um trabalho de análise que tome como objeto discursos institucionais, tal como afirma Mariani (1999, p. 47), "precisa considerar a historicidade do processo de constituição da própria instituição, ou seja, o modo como a instituição, ao se constituir como tal, discursivizou-se". A pesquisadora compreende que é pela análise do discurso que se poderá verificar como se dá a legitimação da instituição, bem como, o modo pelo qual ela vai se auto-ressignificando discursivamente ao "adaptar-se" às transformações históricas. De acordo com sua formulação, na AD:

> O que chamamos de instituição é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentido e formas de agir no todo social. § As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através de normas e leis (ou seja, mais discursos) que se vão organizando conforme o discurso institucional vai se moldando/ transformando, e vice-versa. § [...] O processo histórico de naturalização das instituições e dos sentidos funciona de forma a torná-los "evidentes", legítimos e necessários; da mesma forma, ao longo do tempo, passa-se a considerar naturais os discursos que delas emanam, bem como os comportamentos a elas associados (MARIANI, 1999, p. 51).

Com efeito, as reflexões da pesquisadora são importantes, considerando o lugar que ocupa a RAE e, também, o próprio papel do dicionário no processo de fundação e de institucionalização da Academia, segundo abordaremos nesta tese.

Destacamos que não realizaremos uma apresentação em bloco dos conceitos do dispositivo teórico a partir dos quais fundamentamos este estudo pois iremos mobilizando o dispositivo analítico[10], de acordo com as questões que a análise for nos colocando.

Cabe observar, ademais, que num movimento que constitui um pressuposto no trabalho de interpretação instaurado pela AD, que se constitui como uma disciplina de "entremeio" (ORLANDI, 1996, p. 26), mobilizaremos saberes produzidos, fundamentalmente, nas áreas da Ciência política e da História, num diálogo com aqueles desenvolvidos no campo dos Estudos da Linguagem. Neste último sentido, é preciso dar destaque à interlocução com a Glotopolítica, tal como – a partir do texto fundador de Guespin e Marcellesi[11] – vem sendo interpretada e desterritorializada pela reflexão de Arnoux (2000, 2008, 2015) e por estudiosos e grupos de pesquisa que se filiam a esta proposta, principalmente em instituições da Argentina, dos Estados Unidos, do Brasil e de alguns países europeus. Vale ressaltar que, em muitos desses trabalhos, mobiliza-se o dispositivo analítico da AD pecheutiana.

Com relação à constituição de nosso corpus, trabalhamos com um percurso temático de arquivo[12], o que nos permitirá compreender como o arquivo sobre o qual nos debruçamos – o arquivo institucionalizado, organizado e disponibilizado pela RAE em seu próprio website – vai se constituindo em diferentes condições de produção. Neste ponto, cabe observar que, em 2001, a RAE disponibilizou para consultas online, no site http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle, um arquivo – intitulado *Nuevo tesoro lexicográfico de la lengua española* – com aproximadamente

---

[10] Considere-se a distinção proposta por Orlandi (2000, p. 27) entre *dispositivo teórico* e *dispositivo analítico* de interpretação: o primeiro é geral e refere-se ao método e ao alcance teórico da AD; o segundo, particular, relaciona-se aos conceitos mobilizados pelo analista à luz dos objetivos de suas questões.

[11] Cf. GUESPIN, L. & MARCELLESI, J-B. **Pour la glottopolitique**. In: Langages, 21e année, n°83, Glottopolitique, 1986, p. 5- 34.

[12] Para o trabalho com arquivos, Nunes (2008) estabelece a distinção entre *percurso temático de arquivo* e *percurso temático no arquivo*. Por meio deste último, a composição do corpus de análise se dá considerando uma diversidade de "dispositivos textuais" e podendo atravessar mais de um arquivo, possibilitando que o analista observe como um "tema" pode se apresentar em sua diversidade. Já o *percurso temático de arquivo* – mobilizado por nós neste trabalho – relaciona-se especificamente à compreensão mais detida sobre o funcionamento do próprio arquivo, geralmente, vinculado a uma instituição (no caso deste trabalho, a RAE).

setenta dicionários. Nele, é possível ter acesso ao conteúdo integral das obras lexicográficas que o constituem, dentre elas o *Diccionario de autoridades* e 21 edições do DLE (da 1ª ed. [1780] a 21ª ed. [1992]). A consulta à página web da RAE, www.rae.es, permite o acesso às duas últimas edições do dicionário.

Considerando que na AD o *corpus* "não é dado a priori" e que sua constituição já faz parte de um trabalho do analista (ORLANDI, 2007, p. 63), começamos a determiná-lo num forte vínculo com nosso objeto de pesquisa e a partir de da já referida pré-análise das 23 edições do paratexto[13] do dicionário e do discurso de certos verbetes que selecionamos pensando em determinadas conjunturas, ou melhor, vinculados a condições de produção específicas, segundo descreveremos.

Na leitura do dicionário enquanto discurso, tomamos como referência os procedimentos de análise mobilizados por Collinot e Mazière (1997) e por Nunes (2006). Conforme sintetiza esse último autor, tal leitura se constitui, de modo geral, por duas etapas:

> (1) montagem dos enunciados fragmentados do dicionário em um discurso histórico, ou, dito de outro modo, construção do dicionário em objeto histórico.
> (2) emprego de procedimentos de análise de discurso: percurso de arquivo, montagem de série e interpretações de redes (NUNES, 2006, p. 41).

No que se refere aos fragmentos recortados do paratexto, interpretaremos as regularidades e os possíveis deslocamentos presentes no funcionamento desse discurso, especialmente no que diz respeito às imagens de língua, dos sujeitos envolvidos no processo discursivo e das posições sujeito em jogo.

Em relação aos verbetes recortados para análise, selecionamos aqueles que se apresentam como zonas sensíveis às condições de produção (ARNOUX, 2008) sobre as quais nos debruçaremos. Tais condições de produção remontam à segunda metade do século XIX e à primeira metade do século XX. Compreendemos que esse período está vinculado a "fenômenos de ruptura"[14] – que afetam sobremaneira o discurso do próprio dicionário, conforme mostraremos – dentre os

[13] Cf. GENETTE, [1987] 2009.
[14] Noção de acordo com a formulação de Foucault (2008, p. 4), segundo a qual a história é tomada em seu processo de ruptura e nas perturbações da continuidade, em oposição à forma tradicional do trabalho (centrado em "vastas unidades descritas" como "épocas" ou "séculos") do historiador para com esse campo de saber.

quais destacamos: i) o acontecimento da independência dos países hispano-americanos e também a intensificação dos movimentos nacionalistas no interior da própria Espanha, a partir, sobremaneira, do século XIX; ii) a imposição da ditadura primorriverista (1923-1930), o acontecimento da Segunda República (1931-1939), a guerra civil espanhola (1936-1939) e a chegada ao poder de Francisco Franco (1939-1975), no século XX[15]. Nessas conjunturas sócio-históricas, como veremos, surgem dois movimentos nacionalistas, o pan-hispanismo[16] e a hispanidade[17], em que a língua espanhola terá um papel proeminente.

Neste ponto, passamos a explicitar como definimos a textualização da pesquisa descrevendo a organização das partes e os capítulos desta tese, que está dividida em duas partes, sendo que cada uma delas conta com dois capítulos.

Na Parte I, constituída pelos capítulos 1 e 2, temos como foco a análise de fragmentos recortados dos prefácios do *Dicionário de autoridades* (DA) e do DLE, com o objetivo de compreender as formações imaginárias (PÊCHEUX, [1969] 2010) presentes na materialidade discursiva. De forma específica, no capítulo 1, primeiramente, abordaremos o processo de institucionalização da própria RAE, em sua intrínseca relação com a produção e a publicação DA, em 1726, o que nos permitirá compreender como esse instrumento linguístico e sua instituição autora se relacionavam com o universo político, social e cultural da época. Num segundo momento, após tecer algumas observações que preparam a análise das formações imaginárias presentes no paratexto dessa obra lexicográfica, nos centraremos na análise das antecipações[18] de língua, dos acadêmicos e dos leitores, entre outros falantes aí projetados. No capítulo 2, a partir de um recorte de certos prefácios do DLE, produzidos em diferentes condições de produção, abordaremos o modo como se dá a articulação entre processos parafrásticos e polissêmicos (ORLANDI, [1983] 2011; [1988] 1993; [1999] 2007a) na formulação discursiva das projeções imaginárias de língua e de dicionário, da própria RAE e, também, dos leitores. Em certos momentos, travaremos algumas relações com as análises realizadas no primeiro capítulo.

---

[15] Cf. DEL VALLE, 2007; DEL VALLE, 2011, DEL VALLE, 2015; MONTEAGUDO, 2015; RODRÍGUEZ, 2015; SEPÚLVEDA, 2005.
[16] Cf. ARNOUX & DEL VALLE, 2015; DEL VALLE, 2007; DEL VALLE, 2011; SEPÚLVEDA, 2005.
[17] Cf. SEPÚLVEDA, 2005; RODRÍGUEZ, 2015.
[18] Ibidem.

Na Parte II, constituída pelos capítulos 3 e 4, nos centramos na análise de verbetes (e, também, de certos prefácios) que selecionamos pensando nas condições de produção vinculadas à independência dos países americanos e aos processos políticos que levaram à imposição do regime franquista, o que nos permitirá detectar e interpretar deslizamentos a respeito das posições ocupadas pelo sujeito do discurso. Especificamente, no capítulo 3, num primeiro momento – que também se articula às análises apresentadas no capítulo 4 – abordaremos como as condições de produção nas quais nos concentramos estão vinculadas ao surgimento de movimentos nacionalistas, a saber o pan-hispanismo e a hispanidade, que conferem um lugar destacado para a língua espanhola. No segundo momento, estudaremos o verbete “colonizar”, tal como registrado na 7ª edição do DLE, no ano de 1837, dando visibilidade ao jogo entre o dito e o não dito que perpassa a memória da colonização no discurso definidor. Por fim, no terceiro momento, examinamos certos fragmentos presentes no prefácio da 16ª edição do dicionário ([1936] 1939), escrito imediatamente após o término da guerra civil, e também, o discurso presente no próprio verbete “franquismo”, tal como registrado na 21ª edição do DLE (1992) e reformulado na 23ª edição da obra lexicográfica. No capítulo 4, nosso primeiro gesto consistirá em interpretar fragmentos de certos prefácios, produzidos entre os anos de 1884 e 1939, pois nos permitirão colocar em filiação o discurso do dicionário e o discurso vinculado ao pan-hispanismo e à hispanidade. O segundo gesto será o de compreender como os verbetes vinculados a certas línguas ameríndias – “araucano”, “azteca”, “quechua”, “guaraní” e “arahuaco” – e espanholas – “catalán”, “gallego” e “vasco” – foram significadas no texto dicionarístico. É preciso observar que, à luz do objetivo de compreender os processos de produção de sentido em jogo, em determinados momentos, examinaremos reformulações realizadas no enunciado definidor em outras conjunturas, o que nos permitirá dar visibilidade a certos funcionamentos e ao modo como se materializa a historicidade (ORLANDI, [1999] 2007, p. 68; ORLANDI [1992] 2008, p. 35) no discurso do dicionário.

A modo de conclusão, este trabalho se encerra com as *Considerações Finais*, momento no qual sintetizamos alguns percursos de análise, buscando retomar as reflexões mais significativas.

Constam, por fim, as Referências Bibliográficas, colocadas ao final da tese, já que os “Anexos” foram incluídos em um CD-ROM (incluído no encarte do volume

impresso) que contém o paratexto do DA e os prefácios do DLE (Anexo A); os verbetes “colonizar” e “franquismo”, abordados no capítulo 3 (Anexo B); os verbetes “araucano”, “azteca”, “quechua”, “guaraní” e “arahuaco” (Anexo C); e, finalmente, os verbetes “catalán”, “gallego” e “vascuence” – todos eles analisados no capítulo 4 (Anexo D).

PARTE I – *DO DICCIONARIO DE AUTORIDADES* (DA) AO *DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA* (DLE): FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS

CAPÍTULO 1– FUNDAÇÃO E PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA *REAL ACADEMIA ESPAÑOLA*

> *Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de não se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância (FOUCAULT, [1970] 2014, pp. 6-7).*

Neste capítulo traçamos um percurso que tem como foco o estudo das condições de produção do *Diccionario de la lengua castellana, en el que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los provérbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*, conhecido como *Diccionario de autoridades*[19] (doravante, DA), primeira obra lexicográfica de autoria da RAE, cujo primeiro volume veio à luz no ano de 1726. Pensar as condições de produção do DA significa, como mostraremos, refletir sobre o próprio processo de institucionalização da Academia, marcado por injunções sócio históricas que trazem à baila relações de força que nos permitem compreender como esse instrumento linguístico e sua instituição autora se relacionavam com o universo político, social e cultural da época.

De forma mais específica, esse percurso nos permitirá uma maior compreensão de nosso corpus, posto que, conforme esclarece Mariani (1999, p. 50), é "imprescindível percorrer a historicidade constitutiva da formação de uma instituição para melhor compreender sua produção discursiva". Acrescentamos ainda que o estudo articulado entre o DA e os processos de institucionalização da RAE mostra-se bastante produtivo para este trabalho, tendo em vista a importância de se considerar, à luz do dispositivo teórico-analítico que adotamos, tanto a textualidade dos objetos simbólicos sócio-históricos sobre os quais se volta a análise, quanto o processo de construção e os sentidos das instituições e dos sujeitos que a eles se vinculam (ORLANDI, 2001, p. 9).

---

[19] Segundo é possível depreender de seu prefácio, a obra é assim denominada em razão de que em cada uma das definições lexicográficas são registradas citações de obras de escritores espanhóis ("autoridades") tomados como exemplares no uso da língua.

Nesse escopo, ao lançarmos nosso olhar sobre a materialidade da produção discursiva de fundação da RAE, focalizando a "historicidade do processo de constituição da própria instituição, ou seja, o modo como a instituição, ao se constituir como tal, discursivizou-se" (MARIANI, 1999, p. 47), temos por objetivo compreender certos funcionamentos, que somente são detectáveis quando os discursos sobre o processo de institucionalização da Academia são colocados em relação com a exterioridade sócio-histórica na qual foram produzidos. Dito de outra maneira, a partir da retomada das condições de produção nas quais se propagavam certos discursos *da* e *sobre* a RAE, propomos uma leitura de nosso arquivo que toma o texto não como simples documento de uma época, mas como discurso que deve ser lido a contrapelo (ARNOUX, 2000). Ademais, ao tratarmos sobre a institucionalização da RAE, estamos tangendo um marco da história de acontecimentos linguísticos[20] significativos para o próprio processo de gramatização da língua espanhola[21] (AUROUX, [1992] 2009), dentre os quais destacam-se a publicação da *Gramática de la lengua castellana*, de António de Nebrija, em 1492 e a publicação do primeiro dicionário monolíngue de língua Espanhola, a saber, o *Tesoro de la lengua castellana o española,* de Sebastián Covarrubias, em 1611.

Tendo isso em vista, considerando nosso objetivo neste capítulo, primeiramente, apresentaremos o contexto de fundação da RAE e de publicação do DA, ou seja, centrar-nos-emos nas condições de produção tomadas em sentido amplo (ORLANDI, [1999] 2007, p. 30) para, em seguida, tecidas algumas considerações gerais sobre essa obra lexicográfica, passarmos à análise das condições de produção em sentido estrito[22], momento em que traremos à luz as formações imaginárias em jogo no discurso de seu paratexto.

[20] ORLANDI (2002, p. 32) introduz o conceito de *acontecimento linguístico* em sua reflexão sobre o processo de gramatização do português no Brasil para "nomear especialmente, em um caso como o da colonização, essa relação do lugar enunciativo e a língua nacional", sempre considerando que "toda interpretação de um lugar enunciativo necessita levar em conta a consciência linguística da época considerada e a forma como a questão da enunciação é apresentada nesse período".

[21] Diferentes autores – dentre os quais citamos Menéndez Pidal (1904), Lapesa (1981), Lara (2013), Medina, Del Valle e Monteagudo (2015) – situam a "origem" do espanhol por volta do século V, quando da ruptura entre o latim e as línguas romance, no horizonte de conquista e de colonização da Hispânia visigoda, que estava sob domínio dos mulçumanos e dos próprios colonos de origem, sobretudo, arábigo e bereber.

[22] Ibidem, p. 30.

1. O contexto de fundação da RAE e de publicação do DA

Para compreender a conjuntura histórica e ideológica em que teve lugar a fundação da RAE e a publicação do DA é necessário que, considerando os dizeres que circulam na memória discursiva sobre esse acontecimento, mobilizemos saberes vinculados a discursos produzidos, essencialmente, em três campos: i) o da História[23]; ii) o da Linguística Histórica[24] e iii) o da Glotopolítica[25].

Começando por relatos chancelados pela própria instituição, produzidos pelos acadêmicos Carreter (1972); Cotarelo y Mori (1914), García de la Concha (2014) e Gil Ayuso (1952), a ideia de fundação da RAE foi concebida nas tertúlias, organizadas por Juan Manuel Fernández Pacheco (1650-1725), marquês de Villena e também duque de Escalona, em sua biblioteca particular, a qual assistiam um pequeno grupo formado por eruditos e eclesiásticos. No ano de 1713, como resultado concreto das ideias discutidas naqueles encontros, é fundada a RAE que, logo no ano seguinte, 1714, é acolhida e colocada sob a tutela do então rei, Felipe V.

Escapa, porém, à narrativa oficial, e aos trabalhos que nela se apoiam, que o momento de fundação da instituição madrilena localiza-se em um período de mudanças profundas na política administrativa peninsular, iniciadas após o término da guerra de Sucessão (1701-1714), cujo desfecho, por um lado, levou ao trono o rei Felipe V, demarcando a chegada ao poder da dinastia bourbônica (ROMERO, [1956] 1975) e, por outro, representou a renovação do absolutismo na Espanha.

Dessa forma, ao assumir a coroa, o novo monarca, a fim de reestruturar o Estado sob um regime político mais centralizado e unitário, aos moldes do absolutismo francês, promulgou uma série de documentos oficiais, denominados *Decretos de Nueva Planta* (1707-1716) que redefiniam a distribuição do poder no império, por um lado, limitando a autonomia das diferentes regiões da península – “os sistemas de Estado de Aragão, de Valência e da Catalunha foram eliminados e seu particularismo suprimido” (ANDERSON, 2004, p. 81) – e, por outro, promoviam a concentração do poder político administrativo em Madri.

[23] Anderson (2004); Dedieu (2000); López-Cordón (2000).
[24] Lapesa (1981); Lara (2013); Menéndez Pidal (1904).
[25] Arnoux (2000); Del Valle (2015); Firbas (2015); Medina (2015); Senz (2011).

Para compreender a conexão entre a fundação da RAE, em 1713, e o projeto político de Felipe V, cabe considerar que a imposição da língua espanhola funcionava como um instrumento de integração do novo Estado centralista e requeria “ações gloptopolíticas” que submetessem essa língua a um eficaz processo de estandardização, tal como observado por Del Valle, Medina e Monteagudo (2015). Assim sendo, uma vez que a construção de uma unidade nacional imaginária se apresentava como fundamental para o êxito do projeto político centralizador do referido rei, observamos, segundo Lara (2013), pela primeira vez na história da Espanha, a publicação de uma série de leis e de comunicados, os decretos de *Nueva Planta*, conforme já dito – cuja frequência e alcance, de acordo com Moreno Fernández (2005) se intensificaram a partir do reinado de Carlos III[26], entre os anos de 1759 e 1788 – os quais, no que diz respeito à língua, versavam sobre o uso obrigatório do espanhol na esfera administrativa[27].

Além disso, Felipe V, afetado pelo imaginário linguístico de sua época[28], compreendia a integração linguística como um símbolo da fortaleza do monarca,

---

[26] Dentre algumas medidas do monarca para processo de castelhanização dos espaços peninsulares e americanos, entre os anos 1759 e 1790, destaca-se, em 1768, a prescrição de que o espanhol, no lugar do latim, fosse a única língua de instrução nas escolas. Em 1770, no que diz respeito à imposição do espanhol na América, a política que concebia que o padre responsável pela doutrinação dos indígenas deveria ser, com efeito, conhecedor de línguas nativas, foi revogada por outra que, por um suposto critério de excelência teológica, além da facilitação da administração, impedia a nomeação de padres mestiços e bilíngues, impedindo assim, o uso das línguas indígenas, mobilizadas, sistematicamente, na doutrinação religiosa dos índios, desde o Concilio de Trento, no século XVI. Por fim, em Mallorca, em 1778, proibiu-se o uso do catalão na igreja e, progressivamente, em 1799, houve a proibição, no teatro, de todas as línguas que não fossem o espanhol (Cf. SENZ, 2011; MEDINA, DEL VALLE E MONTEAGUDO, 2015; FIRBAS, 2015)

[27] A título de ilustração, trazemos um fragmento do decreto de 16 de janeiro de 1716, onde se prescrevia que “las causas en la Real Audiencia, se substanciarán en **lengua Castellana**” (grifos nossos).

[28] Nesse sentido, parece-nos produtivo trazer à luz o *Diretório dos Índios*, promulgado no Brasil em 1757, texto com o qual tomamos contato a partir da leitura do trabalho de Mariani (2004), cujo objetivo é analisar uma série de documentos produzidos no século XVIII sobre a língua portuguesa no Brasil. No referido texto oitocentista, igualmente, relaciona-se a ideia de imposição de uma língua como símbolo de dominação do monarca, conforme podemos ler em seu sexto parágrafo:

> Sempre foi máxima inalteradamente praticada em todas as nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados seu próprio idioma, por ser indisputável (sic), que esse é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, **que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe**. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até

segundo podemos depreender das instruções de atuação, do fiscal do Conselho de Castela, José Rodrigo Villalpando, datadas de 29 de janeiro de 1716, tal como transcritas no fragmento a seguir:

> **La importancia de hacer uniforme la lengua se ha reconocido siempre por grande, y es un señal de la dominación o superioridad de los Príncipes o naciones** ya sea porque la dependencia o adulación quieren complacer o lisongear, afectando otra naturaleza con la semejança del ydioma; o ya sea porque la sugeccion obliga con la fuerza. **Los efectos que de esta uniformidad se siguen son mui beneficiosos, porque se facilita la comunicación y el comercio; se unen los espiritus divididos o contrarios por los genios; y se entienden y obedecen mejor las Leyes y Ordenes** (FERRER I GIRONÈS, 1985, p. 21-22 apud SENZ, 2011, p.64, grifos nossos).

Nessa textualidade é possível entrever que além de simbolizar a superioridade e a dominação do monarca, a uniformidade linguística apresentaria como "efeito" a facilitação da "comunicação" e do comércio, a obediência ao sistema jurídico administrativo e a homogeneização das diferenças entre os sujeitos. A partir de Auroux ([1992] 2009, p. 31), observamos que os dois primeiros "efeitos", vinculados às relações comerciais e à administração dos grandes Estados, apontam-se como causas[29] que favorecem a instrumentalização das línguas.

Tendo isso em vista, assistimos no século XVIII a um investimento, por parte do Estado espanhol, em políticas de língua que, por um lado, incidirão sobre as questões linguísticas vinculadas a um projeto de nação e, por outro, orientarão as ações do poder público no que se refere à administração estatal. É nesse sentido que, ao dissertar sobre as "tecnologias do poder" estabelecidas na dinastia bourbônica, Medina (2015, p. 89), inspirado nos estudos foucaultianos, sublinha o fato de que "prácticas que antes estaban situadas fuera del alcance del Estado

---

> agora se conservavam. Para desterrar este pernicioso abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecem nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertenceram às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, outra chamada Geral; mas unicamente da Portuguesa na forma, que sua Magestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora não se observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.

[29] As demais causas enumeradas pelo autor que, em muitos casos, podem ser observadas em conjunto, são: "a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos com a medicina, a anatomia ou a psicologia" (AUROUX, [1992] 2009, p. 31).

pasaron a ser nuevos ámbitos para su proyección", dentre as quais, destaca-se a língua enquanto "um instrumento disciplinar privilegiado". Em suma, observamos como, no século XVIII, configurou-se um cenário sócio-político que trouxe à luz a RAE, instituição que, muito além de estar vinculada ao contexto do pensamento linguístico influenciado pelas ideias iluministas, constitui-se como uma instituição intrinsecamente enleada a um projeto de Estado estruturado sob condições políticas específicas.

De acordo com Medina (2015), pois, à luz da estreita relação entre a fundação da RAE e um projeto de Estado centralizado – que requeria políticas de língua que viabilizassem a uniformização linguística – é compreensível que a instituição, um ano após sua fundação (1713), tenha sido acolhida pela estrutura jurídico-política do Estado, gesto que lhe conferiu legitimação e visibilidade nacionais.

Passando desse contexto sócio-político mais amplo a um mais estrito, é necessário, ademais, lançar luz à forte relação entre o idealizador da RAE, o marquês de Villena, e dois importantes nomes na política peninsular das primeiras décadas da Espanha oitocentista. O primeiro deles – segundo registrado pelo acadêmico, também diretor da RAE, entre os anos de 1998 e 2010, Victor García de la Concha (2015) – é o próprio rei Felipe V, quem, como forma de retribuição ao apoio recebido quando da guerra da Sucessão, nomeou o marquês como vice-rei da Sicília e de Nápoles. Ainda de acordo com o autor[30], anos mais tarde, em 1711, o monarca, depois de fracassada a ideia de atribuir a Villena a função de arcebispo de Toledo, o nomeia como seu mordomo-mor, função essa que continuará desempenhando mesmo depois de assumir a direção da RAE. O segundo nome influente com quem o marquês mantinha uma estreita amizade, de ordem pessoal e política, era o do então recém-nomeado fiscal geral do *Consejo de Castilla* e partidário da doutrina regalista[31], Melchor de Macanaz (1670-1760)[32], quem,

[30] Ibidem, p.91.

[31] Segundo esclarece Sanchez Agesta (1979, pp.175-183, apud MEDINA, 2015) o regalismo é uma doutrina absolutista que defende a supremacia do monarca sobre a igreja, em geral, e sobre o papa, em particular, deslocando o poder, até então, concentrado nas mãos da igreja, para as do Estado.

[32] Melchor de Macanaz foi um dos nomes mais influentes do reinado de Felipe V e autor do mais importante documento sobre o regalismo espanhol no século XVIII, intitulado *Pedimento de los 55 párrafos*. Foi também responsável pela reforma do Conselho que, a partir de então, passou a ser concebido como uma instituição que representava uma mera extensão do poder real, diferentemente do que ocorria na monarquia dos Habsburgo (cf. MEDINA, 2015; DEDIEU, 2000; LOPEZ CORDÓN, 2000).

considerando diferentes maneiras para situar Villena à frente da política nacional, tenta persuadi-lo para que demonstrasse, de forma mais efetiva, seu apoio simbólico ao rei.

A materialização desse apoio, então, concretizar-se-ia no projeto de fundação da RAE, a qual, segundo Medina (2015, p. 97) "servirá a la causa, no en el ámbito de la acción política directa y explícita, sino creando nuevos medios de 'sujeción' política, de interpelación y construcción identitaria a partir de la lengua misma". Nesse sentido, o referido autor sublinha o liame político entre os objetivos da fundação da RAE e o fortalecimento da política nacional regalista, observando que o próprio memorial com o pedido de amparo real à instituição, que descreveremos a seguir[33], mais do que adular o rei e cumprir com pura formalidade, materializava o novo papel previsto para os conselheiros no cenário político que se configurava: o *Consejo de Castilla* não continuaria sendo uma instituição política independente, mas sim de meros servidores do monarca.

> Señor. El Marqués de Villena, Duque de Escalóna, a los pies de V. Magestad, dice, que haviendole manifestado diferentes Persónas de calidad, letras, y ardiente zelo de la glória de V. Magestad, y de nuestra Nación, el deseo que tenían de trabajar en común à cultivar y fijar en el modo posible la pureza y elegáncia de la léngua Castellana dominante en la Monarchía Españóla, y tan digna por sus ventajosas calidades de la sucessión de su madre la Latina, le pareció ofrecer su casa y Persona para contribuir à tan loable intento; pero como esta sea materia en que se interessa el bien público, glória del Reinado de V. Magestad, y honra de la Nación, no es justo nos venga este bien por otra mano que por aquella en quien Dios ha querido poner la defensa de nuestra libertad, y de quien esperámos nuestra entera restauración: por lo qual acudimos à los pies de V. Magestad, pidiendole se sirva de favorecer con su Real Proteccion nuestro deseo de formar debaxo de la Real autoridad una Académia Españóla, que se exercite en cultivar la pureza y elegáncia de la lengua Castellana: la qual se componga de veinte y quatro Académicos, con la facultad de nombrar los oficios necessários, abrir sellos, y hacer estatútos convenientes al fin que se propóne: dispensando V. Magestad à los sugétos que la compusieren los honores y privilégios de criados de su Real Casa: a cuya glória se dirigirán siempre sus trabájos, como sus votos à la mayor felicidad de V. Magestad, y de su augusta familia (*Diccionario de autoridades*, 1726, pp. XII-XIII[34]).

[33] Mobilizamos este fragmento para análise na seção 2 deste capítulo.
[34] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

É importante registrar, entretanto, conforme o relato do acadêmico Gil Ayuso (1952, p. 595) que, apesar do apoio e do incentivo de Macanaz ao projeto cultural de fundação da RAE, quando o marquês de Villena o apresenta ao Conselho, não encontra a aprovação que esperava de imediato, pois, conforme podemos ler no fragmento a seguir, os conselheiros, embora ressaltem o valor da empreitada do futuro acadêmico, antes de qualquer parecer favorável, solicitam-lhe mais uma mostra das tarefas que a corporação se propunha a levar a cabo:

> Habiendose visto en el Consejo pleno el contexto referido del Memorial del Marqués, no hubo quien no celebrase su gran celo y aplicación al trabajo de las letras en el Real Servicio de V.M., siendo igual el de los sujetos, que, aunque no los nombra, expresa su fineza y gran celo al logro de la gloria de V.M. y honra de nuestra Nación; **pero, al mismo tiempo, encuentra el Consejo la duda de su efecto en la práctica de esta grande obra, por cuyos motivos le pareciera conveniente que por ahora permitiese el agrado de V.M. la junta de los celosos académicos en la casa del Marqués de Villena, mandándoles hiciesen alguna obra que demostrase su aplicado intento y la pusiesen en las Reales manos de V. M., quien en su vista reconocería las precisas calidades de utilidad, necesidad y oportunidad; que, no dudando las contendría todas, atendería la Real gratitud de V.M. a la formación de la Academia y concesión de lo pedido por el Memorial del Marques** (GIL AYUSO, 1952, p. 595, grifos nossos).

Ainda de acordo com Gil Ayuso[35], ignorando o pedido do Conselho, o marquês apresenta, em seguida, um novo memorial no qual consta, ademais do projeto da estrutura institucional da RAE, uma proposta de elaboração de um dicionário, de uma gramática e de uma poética. Dessa forma, dois pareceres favoráveis são emitidos a respeito de seus requerimentos: o primeiro, no dia 2 de dezembro de 1713, assinado pelo mais novo fiscal geral da instituição, segundo já dissemos, Melchor Macanaz, dando apoio irrestrito à fundação da RAE, sem registrar a necessidade de outros relatórios ou trabalhos prévios. O segundo, assinado pelo *Consejo*, com data de 16 de janeiro de 1714, como forma de manifestar resistência contra o projeto, solicitou uma descrição do selo e do emblema que seriam adotados pela recém-criada instituição: como sabido, um crisol no fogo, com o seguinte dizer: “Limpia, fija y da esplendor”, segundo publicação do

[35] Ibidem, p.53.

decreto de 4 de maio de 1714, presente no prefácio do *Diccionario de autoridades* (1726, Tomo I, p. XIII[36]).

Descrito, então, o lema da Academia, de acordo com os autores que consultamos (MEDINA, 2014; GIL AYUSO, 1914; GARCÍA DE LA CONCHA, 2015), o Conselho, ainda como demonstração final de sua desconformidade, emite a aprovação da RAE por meio de uma "provisión ordinaria" e não de uma "cédula real", tal como havia solicitado o marquês. Diante do descontentamento desse para com o feito, Felipe V expede a cédula no dia 25 de maio de 1714, tal como requerido inicialmente.

A esse respeito, é importante observar que as desconfianças e as críticas para com a jovem Academia não se materializam tão somente por meio da apreciação dos conselheiros em relação aos propósitos da instituição mas, sobremaneira, muito além disso, ao longo do século XVIII, registram-se, por um lado, vários questionamentos quanto à capacidade dos primeiros acadêmicos de levar a cabo os projetos que seriam desenvolvidos pela RAE e, por outro, acirradas críticas ao DA[37], tal como retomaremos em alguns momentos deste capítulo[38].

Trazidos à luz alguns aspectos relativos ao contexto de fundação da RAE e de publicação do DA, a seguir, tecemos algumas considerações sobre essa obra lexicográfica.

[36] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

[37] Agradecemos ao professor Adrián Pablo Fanjul, na ocasião do exame de qualificação em 2016, pela indicação de bibliografia a partir da qual pudemos compreender a forma pela qual a RAE e o DA foram recepcionados no cenário político e social da época.

[38] Segundo Jímenez (1999), o primeiro crítico da Academia e de seu dicionário foi o intelectual valenciano Gregorio de Mayans, catedrático da Universidade de Valencia (1723) e bibliotecário real (1733). De acordo com esse autor, as críticas de Mayans se centraram, fundamentalmente, por um lado, na estrutura institucional das academias recém fundadas, as quais não conseguiriam superar o estado de inércia em que se encontrava a produção de conhecimentos na Espanha oitocentista e, por outro, no despreparo intelectual e nas regalias conferidas aos primeiros acadêmicos, enquanto membros de uma instituição respaldada pela monarquia. Acrescentamos, ademais, segundo relatos da RAE (cf. COTARELO Y MORI, 1914), que o maior detrator da instituição e de sua obra lexicográfica nesse período foi Luís de Salazar y Castro, cuja crítica se dirigiu, especialmente, ao acadêmico Gabriel Álvarez de Toledo, responsável pela elaboração dos estatutos acadêmicos e de parte do *Diccionario de autoridades* (1726-1739).

2. Uma primeira aproximação ao DA

A primeira edição do *Diccionario de autoridades*, primeiro instrumento linguístico de autoria da RAE, composto por seis volumes[39], foi produzida entre os anos de 1726 e 1739[40] e registra em sua nomenclatura cerca de 69410 entradas. À publicação dessa obra lexicográfica seguiu-se, nos anos seguintes, uma ortografia[41] (1741) e uma gramática[42] (1771). Nesse sentido, cabe observar que, já em meados do século XVIII, a Academia já elaborara a tríade de instrumentos linguísticos que seriam reconhecidos, pela própria instituição, séculos mais tarde, em um documento intitulado *La nueva política linguística panhispánica*, como aqueles "en los que se concentra la esencia y el funcionamento de cualquier lengua y que aseguran su unidad" (RAE e ASALE, 2004).

No que diz respeito ao paratexto do DA, é importante registrar que jamais, ao longo de seus mais de três séculos de existência, a RAE chegou a produzir um texto introdutório tão dilatado como o que se encontra na referida obra lexicográfica, o qual, distribuído em 82 páginas e composto de doze partes[43], apresenta questões

[39] Em 1770, foi publicada uma 2ª edição desse dicionário, com uma revisão da nomenclatura dos artigos lexicográficos referentes às letras A, B e C.

[40] Tomo I – Letras A y B (1726); Tomo II– Letra C (1729); Tomo III – Letras D, E y F (1732); Tomo IV – Letras J, K, L, M, N y Ñ (1734); Tomo V – Letras O, P, Q y R (1737); Tomo VI – Letras S, T, U, V, X, Y y Z (1739).

[41] Real Academia Española. **Ortographía española**. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1771.

[42] Real Academia Española. **Gramática de la lengua castellana**. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1741

[43] As partes são as seguintes: i) *Aprovación del Señor Don Fernado de Lujan Sylva, Marqués de Almodóbar, mayordomo del Rey nuestro Señor, y de su Consejo en el Real e Supremo de Indias*, que emite um parecer favorável à publicação do dicionário; ii) *Licencia del Ordinario*, a qual aprova sua impressão; iii) *Censura del Señor Don Balthasar de Acevedo, del Consejo de su Magestad en el Real y Supremo de Castilla*, onde se atesta que a obra não se opõe à religião católica, ao rei ou aos "bons costumes"; iv) *El Rey*, cédula real que aprova a impressão do dicionário, reiterando o conteúdo da *Licencia del Ordinario; v) Fé de erratas*, a qual registra certas oscilações ortográficas verificáveis no dicionário; vi) *Tassa*, em que consta o valor de cada exemplar; vii) *Prólogo*, onde se apresentam, dentre outros, questões relacionadas à seleção da nomenclatura do dicionário e aos autores cujos exemplos ilustram a definição lexicográfica; viii) *Historia de la Real Academia Española*, a qual relata os anos iniciais da instituição e apresenta os estatutos que a regem; ix) *Discurso proemial sobre el origen de la lengua castellana*; em que se enaltece a língua castelhana, comparando-a à latina e à grega; x) *Discurso proemial sobre las Etymologias*, onde se justifica a necessidade de vincular cada vocábulo a sua raiz latina ou grega para melhor fixar seu sentido; xi) *Discurso proemial de la Ortographía de la Lengua Castellana,* onde se reconhece o estado de variação ortográfica na escrita, até então, e se registra o desejo de fixar e dar unidade à ortografia da língua por meio do dicionário; e, por fim, xii) *Lista de los Autores elegidos por Real Academia Española,* que relaciona os autores, desde o século XII, de cujas obras foram extraídos fragmentos para ilustrar, no dicionário, o "bom uso da língua".

relacionadas à língua, ao dicionário, aos métodos lexicográficos empregados, aos objetivos e à história da Academia.

Certamente, a extensão do primeiro prefácio assinado pela instituição se deve ao fato de que, enquanto *gênero*, de acordo com Mazière (1986, pp. 33-45), esse tipo de texto – próprio dos dicionários monolíngues surgidos entre o início do século XVII e a primeira metade do século XVIII – funda a relação entre a legitimidade política social do autor (neste caso, dos acadêmicos) e a legitimidade linguística do próprio dicionário frente à sociedade. No que se refere à primeira, estamos frente a uma autoria que se antecipa como institucional, mas que, nem por isso, invisibiliza a figura do acadêmico, como veremos na seção 3. Em relação à segunda, é possível apreender na materialidade discursiva do paratexto do DA o desejo de se construir a própria significação do instrumento *dicionário*[44], segundo podemos observar na sequência discursiva[45] a seguir:

> SD1.1[46]: Para la formación de este Diccionario se han tenido presentes los de las Lénguas extrangéras, y especialmente el Vocabulario de la Crusca de Florencia, cuya última edición, que fué la tercera, se hizo el año de 1691**. Y no le llama Vocabulario, porque en la Léngua Española se entienden comunmente por Vocabularios los libros en que se expressan las voces, sin explicarlas, ni adornarlas con etymologías y phrases que se vuelven en otra Léngua, como Latina, Francesa, ò Toscana, y por Diccionarios se entienden los libros, donde no solo se vierten en otra Léngua los vocablos, sino que se explica su naturaleza, y el sentído de las phrases, quando la voz se junta con otra, ù otras: y siendo de esta idéa el actuál, ha parecido à la Académia con este fundamento llamarle Diccionario,** no pudiendose dudar de esta común aprehensión en las voces Diccionario, y Vocabulario, aunque en la realidád parezcan à primera luz synónymas, como lo son sus raíces *Dicción,* y *Vocablo* (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. II[47], grifos nossos).

Detectamos nesta sequência dois movimentos na tentativa de legitimação do objeto "dicionário". No primeiro, marcando uma filiação a um determinado campo de saber, o sujeito discursivo evoca obras lexicográficas de outras línguas, em especial, o *Vocabolario* – primeiro dicionário monolíngue de língua italiana, publicado em 1612

[44] Também analisamos a projeção que se faz do dicionário na seção 2 deste capítulo.
[45] Por sequência discursiva (SD) compreendemos a "manifestação da realização de um intradiscurso (COURTINE, [1982] 2016, p. 25), relacionada, assim, à formação discursiva e às condições de produção.
[46] O número da SD vai posposto ao número do capítulo no qual ela é analisada, a fim de facilitar sua localização quando retomada ao longo da tese.
[47] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

pela Academia della Crusca[48] – para, em seguida, delimitar mediante uma relação de oposição, os sentidos que, em língua espanhola, giram em torno dos termos "vocabulario" e *"*diccionario". No que diz respeito a esse segundo movimento, ao colocarmos em relação a definição apresentada para aquele – "los libros en que se expressan las voces, sin explicarlas, ni adornarlas con etymologías y phrases que se vuelven en otra Léngua" – e para este – "libros, donde no solo se vierten en otra Léngua los vocablos, sino que se explica su naturaleza, y el sentído de las phrases, quando la voz se junta con otra, ù otras" – detectamos, em "vocabulario", a presença de marcas linguísticas – "**sin** (explicarlas)", "**ni** (adornarlas)" – que produzem um efeito de falta na caracterização desse referente; inversamente, a mobilização dos operadores "no solo/sino que*"* na caracterização de "diccionario" se, por um lado, reitera a diferença que se vai tecendo entre um e outro tipo de obra, por outro, introduz um enunciado que instaura um efeito de completude deste em relação ao objeto "vocabulario". Assim, compreendemos que essa delimitação estabelecida entre esses instrumentos linguísticos, marca a projeção do sujeito discursivo e pesa a favor do próprio DA que, ao ser tomado como "dicionário", é significado e legitimado como obra que não apresentaria as faltas de um "vocabulario"[49].

Como observação geral – e encaminhando-nos para a análise mais detida das imagens de língua que são projetadas no paratexto do DA – acrescentamos ainda que se conjugam diferentes motivações para que a Academia empreendera, desde sua fundação, a tarefa de elaborar, primeiramente, um dicionário[50], tal como enunciado no parágrafo 4 da seção intitulada *Historia de la Real Academia Española*, descrito a seguir:

---

[48] Segundo nos esclarece Lara (2013, p. 375), fundada entre 1570 e 1580, a referida academia é concebida com o intuito de criticar o pedantismo da Academia Florentina e de separar a "boa da má literatura". Sua obra lexicográfica – *Vocabolario*, 1612 – foi publicada como uma obra de celebração da "qualidade"' da língua dos escritores italianos, desde Dante até os que viveram no século XIV.

[49] Cabe observar que esse gesto de delimitação e de legitimação do instrumento "dicionário", que se constitui em sua oposição a "vocabulário", como dissemos, já é antecipado no extenso título do DA: *Diccionario de la lengua castellana, en el que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las phrases o modos de hablar, los provérbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*. Segundo Costa (2014, p. 46), a partir do título dessa obra é possível detectar a projeção que se faz do próprio DA como instrumento que detém o "verdadeiro sentido" das palavras, reafirmando, a partir de sua materialidade linguística, o papel normativo e prescritivo da RAE, desde o momento de sua fundação.

[50] Conforme enunciado nos *Estatutos* da Academia (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XIX.): "Fenecido el Diccionario (que como vá expressado en el Capítulo priméro, debe ser el primer objéto de la Académia) se trabajará en una Grammática, y una Poética Españólas, è História de la léngua, por la falta que hacen en España. Y en quanto à la Rhetorica, podrá excusarse de trabajar de nuevo, porque hai bastante escrito".

> SD1.2: Deciase tambien ser justo fijar la léngua, que **(haviendo tenido à la Latina por Madre, y despues con la variedád de domínios padecido la corrupción que es notória**) **se había pulido y adornado en el transcurso de los tiempos, hasta llegar à su última perfección en el siglo passado**: y no era decente à nosotros, que logrando la fortúna de encontrarla en nuestros dias tan perfecta, no eternizassemos en las prensas su memória, formando un Diccionario al exemplo de las dos celebradissimas Académias de París y Florencia. Crecía este deseo al passo que se consideraba era poco áire de nuestra Nación estar sin este adorno, quando de este género de libros, en que se explican las voces de las lénguas natívas, se insinúan sus orígenes, y se aproprian las phrases, el Autor mas antíguo, que se reconoce en la República literária, fué el Español Don Sebastian de Covarrubias, que con novedád publicó este méthodo. Su libro ha merecido la estimación de próprios y Extrangéros; pero como es facil al ingénio añadir y limar lo mismo que se halla inventado: los Franceses, Italianos, Ingleses y Portugueses han enriquecido sus Patrias, è Idiómas con perfectissimos Diccionarios, y nosotros hemos vivido con la glória de ser los primeros, y con el sonrojo de no ser los mejores (*Diccionario de autoridades*, Tomo I,1726, p. XI[51], grifos nossos).

Destaca-se, dessa forma, o reconhecimento da necessidade de se eternizar, em um dicionário, a exemplo das Academias Francesa e Italiana, o "estado de perfeição" que alcançara o "espanhol" no século XVII. Tal assunto se apresentava com urgência acentuada ao se levar em conta o fato de que a primeira obra lexicográfica monolíngue em língua romance, e que merecera grande apreço, inclusive internacionalmente, fora o publicado pelo espanhol Sebastián de Covarrubias em 1611, intitulado *Tesoro de la Lengua Castellana o Española,* obra essa precursora dos dicionários francês, italiano, inglês e português, para "enaltecimento de suas pátrias".

Ademais da justificativa, facilmente detectável na materialidade da SD1.2 para que a Academia se debruçasse à elaboração de um dicionário, é possível observar como este fragmento se abre para que rastreemos uma imagem segundo a qual as línguas passam por um processo de corrupção. A esse respeito, Lara (2013, pp. 403-404) relaciona a ideia de corrupção linguística no DA à concepção de que as línguas seguem uma evolução semelhante à dos seres humanos: de nascimento, de juventude, de plenitude e de decadência, em que esta se manifesta como corrupção[52].

---

[51] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

[52] Observe-se, no fragmento a seguir, como essa ideia aparece no discurso do paratexto do DA, na seção intitulada "Discurso Proemial sobre el origen de la lengua castellana", ao se estabelecer a diferença entre "língua morta" e "língua viva":

Além disso, estabelece-se nessa sequência discursiva uma relação de parentesco entre o latim e o castelhano, de forma que podemos depreender como a ideia sobre a origem latina dessa língua atravessa o discurso do paratexto do dicionário. Observamos que é possível encontrar, na própria materialidade linguística do paratexto do DA, referências a uma das principais obras – *Origen de la Léngua Castellana* (1606), de Bernardo Aldrete – que defendiam a relação de filiação entre essas línguas, na seção intitulada *Explicacion de las abreviaturas de los nombres de Autóres y obras, que ván citados en este primer Tomo* e no *Discurso proemial sobre el origen de la lengua castellana*, onde se afirma que dos vários autores que se debruçaram sobre a questão da origem da língua, nenhum deles o fez "con mas felicidád que el Doctor Bernardo de Aldrete, Canónigo de la Santa Iglésia de Córdoba, en el libro que escribió de esta materia" (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XLII).

Considerando a importância das ideias apresentadas na obra de Aldrete (1606), para a construção da textualidade em análise, parece-nos produtivo colocar em relação o processo de sentido que envolve ambos os discursos. Desse modo, a partir da leitura dessa obra, detectamos que seu funcionamento discursivo se dá sob o pré-construído de que, por forma naturalizada, nos processos de "conquistas territoriais", os vencedores são levados a "honrar" sua língua, impondo-a aos vencidos, tal como, segundo Adrete, vem-se observando ao longo da história. Nessa esteira, o estudioso exemplifica que assim procederam os romanos para com os espanhóis e os incas falantes de quechua em relação aos falantes de outras línguas indígenas, concluindo a obra da seguinte forma:

> Esto todo emos traído para notar la aficion de los Españoles alas letras, i para que desto se colija, quanto mas facil por esta causa, i las demas que emos dicho, seria en ellos el recibir la lengua Latina, que lo es en las Indias la Castellana[53].

> La Léngua viva es aquella que se nutre aumentandose con nuevas Voces, suavizando, ò perficionando las que possee, se purga olvidando algunas menos expressívas, y limpiando algunas durézas y barbaridades, con que como de **corta edad** obligaba à que fuessen balbucientes à los que las usaban: y ultimamente tiene tambien su **vejéz** en que cadúca, perdiendo su esplendór: propriedades todas, que por **serlo de los vivientes** le conceden con expresión mui própria el atribúto de vivas […]. Las tres mismas edades ha tenido nuestra Léngua, que hasta ahóra, aunque mui antígua, no ha padecido debilidád alguna en su ancianidád" (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. LIV, grifos nossos).

[53] Ibidem, p. 149.

A obra de Aldrete encerra-se com a afirmação de que o gesto de imposição do castelhano na América – designada como Índias neste fragmento – nada mais seria do que o curso histórico naturalizado. Como bem sintetiza Woolard (2015, p. 71), em sua análise glotopolítica de discursos setecentistas sobre as origens do espanhol, para a visão crítica atual “una reivindicación de los orígenes lingüísticos latinos parece una clara glorificación del español y de España, y una forma de legitimar las conquistas españolas basándose en el modelo romano”.

Assim, ao compreendermos como certos sentidos vinculados à interpretação da filiação entre o latim e o castelhano – que de certa forma legitimam a projeção imperialista espanhola – deixam vestígios que ressoam no discurso do paratexto do DA, é possível depreender como o sujeito discursivo vai se vinculando a outro dizer e como ele vai se posicionando na rede de uma memória, de maneira a significar seu próprio discurso com relação ao exterior, revelando sentidos dominantes na formação discursiva pela qual se vê afetado. No entanto, considerando que “é preciso, não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente” (ORLANDI, [1999] 2007, p. 44), entrevemos como o discurso do DA deixa marcas rastreáveis da heterogeneidade que o atravessa e da fluidez das fronteiras de sua formação discursiva.

Nesse escopo, conforme os estudos de Senz (2011) e de Woolard (2015), à tese da filiação latina do espanhol apresentada em Aldrete (1606) opunha-se à ideia, defendida por López Madera (1625), inspirada no texto bíblico de Gênesis, de que o espanhol se originou de uma língua primitiva peninsular – a qual o latim não pôde assimilar – trazida por Túbal, neto de Noé, e por sua família. Woolard (2015, p. 72) sintetiza as ideias desse último autor da seguinte forma:

> En sus obras López Madera defendió que “nuestro castellano” es la “verdadera lengua de nuestros pasados” (1595, cit. en Nieto Jiménez 1972: 145); aún más, “nuestra lengua de agora” es “la misma de mil, y mil y quinientos años atrás” (López Madera 1601: 68v). Aseguró que el castellano no se había formado a partir de la corrupción del latín, sino que siempre había sido una lengua distinta (1625: 106). Los primeros españoles “nunca perdieron su lengua” a pesar de siglos de sometimiento a la conquista romana, concluye Madera (1625: 100).

Tendo isso em vista, consideremos o disposto no parágrafo 4 do “Discurso proemial de la lengua castellana”[54].

> SD1.3: Nadie puede dudar que el primer poblador de España (fuesse Tubal, como quieren los mas, ò fuesse Tarsis, como algunos sienten) traxo juntamente con su família Léngua […] **Este Idióma quedó tan sepultado en el olvído, que no ha permanecido mas que la cierta memória de que le huvo:** *lo que naturalmente no puede haver sucedido, sino por una totál corrupción, ò por la introducción de otra, ù otras Lénguas diversas*: al modo que en las Províncias se han perdido la antígua Religión, las primitivas leyes, las costumbres, y los trages, para todo lo qual han sido siempre poderosas las armas, y la autoridád de los vencedóres (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XLIII[55], grifos nossos).

Em SD1.3, convocam-se sentidos que se vinculam à tese de López Madera – que se opunha às ideias de Aldrete, como vimos. Nesse funcionamento, então, os sentidos que giram em torno às ideias defendidas pelo primeiro autor são refutados, posto que a língua falada por Túbal remonta a um passado longínquo e, até duvidoso, segundo podemos ler no fragmento em negrito.

Ao colocarmos em relação as formas mobilizadas na retomada da memória das formulações apresentadas em Aldrete (1606) e em López Madera (1626), interpretamos que as marcas linguísticas filiadas à obra do primeiro autor ressignificam o sentido de “autoridades” mobilizado no próprio DA, sentido esse que é deslocado do campo literário e estendido a outros âmbitos de produção de saberes. Ademais, quando as ideias enleadas ao discurso de Lopez Madera são recuperadas, sem, entretanto, deixar marcas visíveis que remitam ao autor, reforça-se seu sentido “mítico” e desvinculado de um campo de saber.

Passando ao excerto que destacamos em itálico, atribui-se o “esquecimento” dessa “língua primitiva” à “corrupção” linguística e ao contato com outras línguas, o que teria culminado na perda da religião, das leis e dos costumes, conforme podemos ler no fragmento destacado em sublinhado. Por fim, no fragmento que destacamos em tracejado, por um lado, reafirmando-se a rejeição aos argumentos cujos sentidos se vinculam às ideias de Lopez Madera, e por outro, marcando uma filiação ao trabalho de Aldrete, reafirma-se a máxima que estriba no pré-construído de que os “vencidos” devem se sujeitar aos “vencedores”. Tal pré-construído

[54] Lembrando que tal fragmento está em relação de contiguidade à última sequência discursiva que analisamos (SD1.2).
[55] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

irrompe, de formas diferentes, em outros momentos do discurso do paratexto do DA, apresentando cesuras que nos permitem um avanço na compreensão do processo discursivo em questão. Assim, vejamos o que se afirma no fragmento recortado do *memorial,* entregue pelo fundador da Academia ao rei Felipe V, que já apresentamos na seção 1 deste capítulo:

> SD1.4: SEÑOR. El Marqués de Villena, Duque de Escalóna, à los pies de V. Magestad, dice, que haviendole manifestado diferentes Persónas de calidád, letras, y ardiente zelo de la glória de V. Magestad, y de nuestra Nación, el deseo que tenían de trabajar en común à cultivar y fijar en el modo possible la pureza y elegáncia de **la lengua Castellana dominante en la Monarchía Española, y tan digna por sus ventajosas calidades de la sucessión de su madre la Latina,** le pareció ofrecer su casa y Persóna para contribuir à tan loable intento (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p XIII[56], grifos nossos)

Chama-nos a atenção neste fragmento que o espanhol é colocado como uma língua cujas "qualidades" a legitimam como sucessora do latim, sendo possível rastrear, neste funcionamento discursivo, vestígios que apontam para como um nacionalismo linguístico[57] vai se corporificando e sendo significado ao longo do discurso da instituição. Ademais, detectamos operar nesta mesma sequência discursiva um deslocamento no pré-construído de que "os vencidos falam a língua dos vencedores" produzido pela relação parafrástica que se pode estabelecer na mobilização do adjetivo "dominante" para predicar o sintagma "lengua española". Em outras palavras, o espaço de enunciação[58] designado pelo sintagma "Monarchía Española", embora vinculado a **uma** língua **dominante** ("lengua Castelhana"), é atravessado por **outras línguas**, as quais, ainda que não estejam determinadas, deixam-se entrever na materialidade do texto dicionarístico.

Na seção seguinte, daremos visibilidade a como essas outras línguas vão se materializando e se fazendo presente no discurso do paratexto do DA.

---

[56] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[57] Cf. Moreno Cabrera, 2011.
[58] Guimarães (2002, p. 18) conceitua espaço de enunciação como "espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer".

3. As formações imaginárias em jogo no discurso do paratexto do DA

Para Pêcheux ([1969] 2010a, p. 82), os lugares dos sujeitos de uma dada formação social encontram-se representados nos processos discursivos, significando em relação ao contexto sócio-histórico e à memória discursiva. Segundo o autor[59]: "o que funciona nos processos discursivos é uma série de **formações imaginárias** que designam os lugares que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro". A esse quadro, o estudioso acrescenta as imagens que os sujeitos fazem do próprio objeto nos processos discursivos. Cabe destacar ainda que tal mecanismo imaginário está vinculado às condições de produção, significando à luz das relações de sentido (o que implica em pensar no funcionamento da memória que atravessa nosso corpus) e das relações de força, noção segundo a qual "o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz" (ORLANDI [1999] 2007a, p. 39).

Na análise do paratexto do DA, abordaremos as imagens projetadas para a língua e para os sujeitos envolvidos no processo discursivo. Além disso, a partir de um procedimento metodológico próprio da Análise de Discurso, observamos que a compreensão de certas projeções imaginárias no paratexto do DA mostra-se produtiva quando consideramos atravessamentos de outros discursos. Nesse sentido, colocaremos o discurso em análise tanto em relação com a definição registrada em certos verbetes do próprio dicionário[60] quanto com outros discursos. Pêcheux ([1990] 2010b, p. 316, grifos do autor) ao considerar a reunião, o entrecruzamento ou a dissociação de certos textos faz os seguintes questionamentos:

> Como reconstruir, através desses entrecruzamentos, conjunções e dissociações, o **espaço de memória** de um corpo sócio-histórico de traços discursivos, atravessado de divisões heterogêneas, de rupturas e de contradições? Como tal **corpo interdiscursivo de traços** se inscreve através de uma língua, isto é, não somente por ela mas também nela?

[59] Ibidem, p. 82, itálicos do autor, grifos nossos.

[60] Em diversos momentos do percurso de análise, consideraremos o discurso definidor de certos verbetes. Cabe destacar que esse procedimento analítico não constitui um gesto de submissão aos enunciados definidores mobilizados, mas nos ajuda a compreender melhor como certas palavras são significadas pelo sujeito do discurso, na formação discursiva na qual ele se inscreve.

O que está em jogo, então, é como os enunciados que analisamos entram em relação com outros enunciados, de forma especial, com outras instâncias da própria materialidade do DA e com textos que veiculam certas críticas aos acadêmicos, à Academia ou ao *Diccionario de autoridades*, conforme mostraremos adiante.

A continuação, primeiramente trataremos de questões relacionadas à imagem de língua; em seguida, analisaremos as antecipações imaginárias sobre os acadêmicos; e, por último, examinamos as projeções sobre o leitor e outros falantes no espaço do paratexto do DA.

3.1 A imagem de língua

Em nossa leitura sobre a imagem de língua que circula no paratexto do DA, detectamos um funcionamento discursivo em que vemos operar um processo de homogeneização constituído por dois gestos coadjuvantes: o primeiro coloca o espanhol como **única** língua vinculada ao espaço de enunciação demarcado pelo Estado espanhol, naquele momento em sua dimensão imperial; segundo está relacionado à promoção do espanhol de Castela, como única variedade culta, cortês e vinculada à literatura, a ser privilegiada em detrimento de outras.

Começamos pelo primeiro.

O espanhol como *a* língua do Estado

Vejamos como a materialidade linguística da série disposta a seguir, composta por quatro sequências discursivas (SD1.5, SD1.6, SD1.7, SD1.8), fornece-nos pistas a partir das quais podemos compreender de que forma, discursivamente, vão se entrelaçando sentidos ao objeto “língua castelhana”, que vão circunscrevendo-a como a **única língua** do Estado.

> SD1.5: Strabon Geógrapho, que vivió en tiempo de Tibério, tan docto y diligente, como saben los erudítos, refiere que **en los tiempos antíguos huvo en España diversas Lénguas**: y haviendo sido una la que hablaron los primitivos Españoles, **no paréce que esta diversidád se puede atribuir à otra causa**, que à la de haver salido de su Pátria por aquella memorable sequedád de tantos años, que les obligó à desampararla, y à buscar en tierras extrañas remedio à

su necessidád (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XLIII[61], grifos nossos).

SD1.6: La Léngua Castellana, **que por usarse en la mayor y mejor parte de España**, suelen comunmente llamar Españóla los Extrangéros, en nada cede à las mas cultivadas con los afánes del arte, y del estúdio. (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XLII[62], grifos nossos).

SD1.7: Annotar, si la Voz fuere de Léngua extraña, Francésa, Italiána, Africána, etc. (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XVI[63].)

SD1.8: En el cuerpo de esta obra, y en el lugar que les corresponde, se ponen várias voces peculiares y próprias, que se usan freqüentemente en algunas províncias y réinos de España, como en Aragón, Andalucía, Astúrias, Murcia, &c. **aunque no son comúnes en Castilla: y en las de Aragón se omiten las que vienen de la Léngua Lemosina, y no están autorizadas con los Fueros, Leyes, y Ordenanzas de aquel réino** (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. V[64], grifos nossos)**.**

No primeiro fragmento, recortado da seção “Discurso proemial sobre el origen de la lengua castellana”, observamos uma forma de heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, [1991] 2004) na mobilização de um discurso relatado, em que o sujeito convoca para o fio de seu dizer o ato de enunciação de *outrem* – a saber, o geógrafo grego Estrabão[65], autor da obra *Geografia*[66] – a fim de remeter a um contexto em que a diversidade linguística é relacionada a uma temporalidade passada e extinta. Ao mobilizar um saber constituído na Antiguidade, no “tempo de Tibério”, o sujeito do discurso, compreendendo o seu como um mundo estabilizado e sem conflitos linguísticos, remonta a diversidade linguística a um alhures tão longínquo que somente pode ser recuperado pelo testemunho de um estudioso, Estrabão, que viveu quase dois mil anos antes. Além disso, tal diversidade linguística é justificada em razão de uma necessidade migratória dos sujeitos, provocada pela seca produzida em razão da falta de chuvas e não por motivos políticos, sócio-históricos e culturais. Dessa forma, podemos observar como vai se

[61] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[62] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[63] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[64] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[65] Registrado como “Strabon” no DA e “Estrabon” em espanhol atual.
[66] Segundo a dissertação de mestrado de SILVA (2013, p. 8), a produção desta obra, composta por dezessete livros que pretendiam analisar “todo mundo” conhecido à época, deu-se entre os séculos I a.C. e I.d.C.

delineando nesse cenário uma imagem desistoricizada de língua e de falantes, altamente vinculada a um entorno físico.

Passemos à segunda sequência discursiva desta série, que reproduzimos a seguir a fim de facilitar a apresentação da análise:

> SD1.6: La Léngua Castellana, **que por usarse en la mayor y mejor parte de España**, suelen comunmente llamar Españóla los Extrangéros, en nada cede à las mas cultivadas con los afánes del arte, y del estúdio. (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XLII[67], grifos nossos).

Nesta sequência discursiva, recortada também da seção “Discurso proemial sobre el origen de la lengua castellana”, observamos que se registram duas formas de designação da língua: “lengua castellana” e “lengua española”. Entretanto, quando no título do dicionário[68], escolhe-se a primeira designação em detrimento da segunda, é possível entrever a política linguística centralista e homogeneizante empreendida pela dinastia bourbônica, segundo a qual o modelo de língua a ser seguido era o usado na região de Castela, conforme descrevemos na seção 1 deste capítulo. É pertinente destacar que, embora em todo o paratexto do DA não sejam determinadas as outras línguas faladas no espaço de enunciação vinculado ao Estado espanhol, elas são constitutivas desse funcionamento discursivo na medida em que compõem o jogo das relações de força que dá visibilidade para as línguas que são usadas – repomos o não dito – nas “menores e piores parte da Espanha”.

Em SD1.7, extraída da *Planta* do DA e recolocada a seguir – onde se determinam os procedimentos lexicográficos a serem adotados na definição de cada verbete – afirma-se o propósito de registrar a origem estrangeira de certas palavras que constarão da nomenclatura do dicionário:

> SD1.7: Annotar, si la Voz fuere de **Léngua extraña, Francésa, Italiána, Africána, etc**. (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XVI[69], grifos nossos)

A análise que realizamos desta sequência discursiva se desdobra a partir da compreensão de que o funcionamento discursivo da enumeração presente neste

---

[67] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[68] Lembremos: *Diccionario de la lengua castellana, en el que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza e calidad, con las phrases o modos de hablar, los provérbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*.
[69] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

fragmento está marcado, primeiramente, por uma falta de paralelismo entre os elementos enumerados: “Léngua extraña, Francésa, Italiána, Africána” e, em segundo lugar, por uma interrupção abrupta no ritmo da sequência enumerativa a partir do uso da locução conjuntiva “etc”.

No que diz respeito à falta de paralelismo observada, interpretamos que esta é produzida em decorrência da descontinuidade semântica dos elementos colocados em relação de contiguidade: “Léngua extraña, Francésa, Italiána, Africána”.

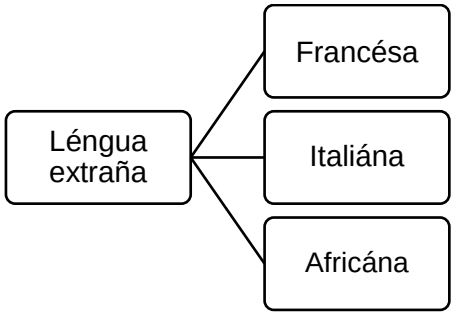
No que tange ao sintagma “Léngua extraña”, em razão da equivocidade que produz essa expressão, centrando-nos no adjetivo “extraña”, parece-nos produtivo, por um lado, considerar o fato de que este, diferentemente dos demais, é o único grafado em letra minúscula, e por outro, colocar em relações de sentidos com a própria definição lexicográfica registrada no DA (vol. III, 1732) para esse vocábulo, tal como podemos ler a seguir:

> SD1.9: EXTRAÑO, ÑA. adj. **Extrangero, forastero, que no es nuestro, o es ajeno, lo que es de otro Réino, de otra casa, familia, lugar, etc**. Sale del Latino Extraneus. Latín. Exter. Exoticus. MARIAN. Hist. Esp. lib. 1. cap. 7. Lo mismo me parece ha acontecido a muchos Historiadores, assí de los nuestros, como de los extráños. QUEV. Mus. 1. Son. 12. (*Diccionario de autoridades*, Tomo III, 1732, p.698[70], grifos nossos).

Dessa forma, interpretamos que o adjetivo “extraña” parece operar de forma hiperonímica em relação à série de línguas que são especificadas em seguida, por meio de uma coordenação. Mais ainda, à luz do estudo do funcionamento enunciativo da enumeração, tal como realizado por Guimarães (2009)[71], é possível dizer que essa coordenação assindética funciona como uma “reescrituração por expansão especificadora” do sintagma enumerado “Léngua extraña”. Assim, teríamos o seguinte processo:

[70] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

[71] Em seu estudo sobre o funcionamento enunciativo da enumeração, o autor parte da máxima de que os processos enunciativos de produção de sentido mobilizam dois procedimentos gerais, a saber, a articulação e a reescrituração. De forma sumária, aquela apresenta uma relação de contiguidade significada pelos elementos linguísticos da enunciação e esta, por sua vez, consiste em “redizer o que já foi dito” por meio de uma expressão linguística que os relaciona.



Nesse processo de enumeração por especificação do sintagma “Léngua extraña” detectamos uma produção de sentidos que marca um desnível semântico na mobilização dos adjetivos “Francésa, Italiána”, por um lado, e “Africána”, por outro. Em relação àqueles, considerando, como registra Lara (2013), que a França e a Itália destacam-se, na Europa oitocentista, como Estados vinculados à produção de conhecimentos científicos e culturais, observamos que, por meio desses adjetivos, são evocadas línguas que estão vinculadas a uma filiação de memória – retomando Celada (2002, pp. 23-24)[72] – que aponta para a ideia de língua que dá acesso a esses saberes. Interessante notar, que o francês e o italiano são colocados em relação com o castelhano em diferentes momentos do discurso do DA. Lembremos, como vimos anteriormente, que o próprio DA é elaborado a partir dos dicionários monolíngues dessas duas línguas. Assim, um momento significativo em que observamos o entrelaçamento entre essas línguas e que nos permite avançar na análise, pode ser encontrado no seguinte fragmento extraído da seção na qual se aborda sobre a origem da língua castelhana (“Discurso proemial sobre el origen de la lengua castellana):

> SD1.10: Estos fueron los princípios de ella: por donde se vé que es un Dialecto, que formó la corrupción de la Léngua Latina, como tambien lo son la **Francesa**, y la **Italiana**. Reconocióse, despues de algun tiempo, la asperéza de algunas Voces, y procuró suavizarlas el cuidado, y el estúdio: y en este estado mandó el Rey Don Alonso el Sábio, que todas las escrituras públicas se escribiessen en **Léngua Castellana**, **conociendo que era capáz de expressar, no solo los**

[72] Segundo a autora, no imaginário social, as línguas aparecem vinculadas a filiações de memória. Em suas palavras:

> No imaginário social certa língua se associa à ilusão de que aquele que conseguir conhecê-la e dominá-la terá acesso garantido ao sucesso profissional, enquanto outra terá de transformá-lo em pessoa culta e refinada. Já, em certos casos, uma ou outra língua poderá vincular-se à ideia de que ela possibilitará o acesso a um saber científico e rigoroso, ou, então, ao atributo de ser doce e ter uma musicalidade repousante” (2002, pp. 23-24).

> **conceptos de la vida civíl, y sus artes mechánicas, sino tambien los de las artes liberales, y demás ciencias** (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. XLVII[73], grifos nossos).

À luz do exposto, interpretamos que o gesto de se registrar na nomenclatura do DA palavras procedentes das referidas línguas revela o desejo do sujeito discursivo em inscrever a língua castelhana em uma tradição de línguas vinculadas à produção de saberes. Passando ao adjetivo "Africána", detectamos como se produz um efeito de redução e de generalização, marcado pelo apagamento da pluralidade e da heterogeneidade linguística de todo um continente, vinculado a diferentes espaços, sujeitos e culturas (note-se a não observância, na materialidade textual, do sintagma "lenguas europeas").

Por fim, em relação à interrupção no ritmo da sequência enumerativa provocada pelo uso da locução conjuntiva "etc", observa-se que a mobilização desse elemento de enumeração, embora sinalize o encerramento material do enunciado, pode produzir um efeito de completude, convocando-nos, num primeiro momento, a pressupor a continuidade enumerativa na especificação de outras línguas espanholas e/ou das várias línguas europeias, americanas, africanas, asiáticas etc. Contudo, para compreender esse funcionamento discursivo é necessário trazer para análise a própria definição do vocábulo de "etc." ("etcetera") tal como registrado no DA, colocando-a em relação tanto com a sequência discursiva ora em análise, quanto com o interdiscurso. Vejamos a definição lexicográfica apresentada para a referida palavra:

> SD1.11: **ETCETERA**. Aunque esta palabra y conjunción son puramente Latinas, se hallan no pocas veces usadas en Castellano en el mismo significado para dar más émphasis a lo que se dice, **y tambien porque son expressívas para lo que conviene ocultar**. GONG. Fab. de Pyram. y Thysb (*Diccionario de autoridades*, Tomo III., 1732, p. 661[74], grifos nossos).

Neste enunciado definidor atribui-se à conjunção "etcetera", por um lado, a função de enfatizar o que foi dito e, por outro, de ocultar, convenientemente, o que não se deseja dizer. Colocando-se em relação esta última função – destacada na oração coordenada que colocamos em negrito – com o "etc." mobilizado na SD1.7

[73] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[74] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

enquanto exterioridade constitutiva desse enunciado, interpretamos que tal elemento pode remeter às várias outras línguas faladas no espaço de enunciação vinculado ao império espanhol que, especialmente, nessa formação discursiva oitocentista, deveriam ser combatidas em prol de uma homogeneidade linguística. Em outras palavras, estabelece-se uma fronteira entre o que sujeito do discurso diz, e que constitui seu dizer (línguas italiana e francesa), e o que "pode, mas não convém ser dito" (ORLANDI, [1992] 2007b, p. 73) (no caso, note-se que não se fala em línguas aragonesa, catalana, galega, vasca, quechua, dentre outras) de modo a não se produzir efeitos de "sentidos possíveis, mas indesejáveis"[75], quando vinculados a uma formação discursiva cujo domínio de dizeres e de saberes está ideologicamente identificado com o projeto político do Estado espanhol, conforme vimos na seção 1 deste capítulo.

Entretanto, como todo ritual está sujeito a falhas, o próprio gesto de "ocultação" dessas outras línguas, contraditoriamente, deixa vestígios dos discursos que tentam ser silenciados mas que ganham visibilidade quando se estabelece uma relação entre a materialidade textual e seu exterior constitutivo; ou seja, esse esforço de apagamento de certos sentidos falha diante da impossibilidade de "ocultar" o real da heterogeneidade linguística. Assinale-se, ainda, que a mobilização do próprio adjetivo "Africána", na especificação do sintagma "Léngua extraña", pode convocar sentidos que se filiam a uma pluralidade de línguas que, naquele momento, não eram arroladas como **a** língua nacional de um Estado forte e politicamente centralizado.

Passemos à última sequência discursiva da série que apresentamos, reposicionada a seguir para facilitar a apresentação da análise:

> SD1.12: En el cuerpo de esta obra, y en el lugar que les corresponde, se ponen várias voces peculiares y próprias, que se usan freqüentemente en algunas províncias y réinos de España, como en Aragón, Andalucía, Astúrias, Murcia, &c. **aunque no son comúnes en Castilla: y en las de Aragón se omiten las que vienen de la Léngua Lemosina, y no están autorizadas con los Fueros, Leyes, y Ordenanzas de aquel réino** (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. V[76], grifos nossos)**.**

[75] Ibidem, p. 73.
[76] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

Neste fragmento, afirma-se que são registradas na nomenclatura do DA palavras que, “aunque no son comúnes en Castilla” – reiterando-se o funcionamento que descrevemos na sequência discursiva anterior, segundo o qual a designação “língua castelhana” remete ao dialeto falado em Castela – são usadas em outras regiões da Espanha, com exceção daquelas que, faladas em Aragão, remetam à “lengua lemosina”[77]. Assim, colocando-se esse enunciado em relação com o interdiscurso, ressoa nessa formulação a prescrição, contida nos *Decretos de Nueva Planta*, conforme já dissemos na seção 1, de que o espanhol fosse a única língua a ser usada no âmbito administrativo – juntamente com a abolição do régime jurídico, da autonomia monetária e fiscal, das divisões administrativas e do autogoverno – de forma a proibir o uso de outras línguas administrativas da coroa catalanoaragonesa, a saber, segundo enumeração de Senz (2013, pp. 63-64), o latim, o aragonês e o catalão.

Importante destacar que, nessa formulação, ainda que a língua lemosina seja convocada à superfície textual para afirmar sua não admissão, sua exclusão na nomenclatura do dicionário, ela se faz presente, produzindo ruído na construção imaginaria de um estado espanhol linguisticamente homogêneo. De acordo com Orlandi ([1992] 2007, p. 13) a força corrosiva do silêncio “faz significar em outro lugar o que não ‘vinga’ em um lugar determinado. O sentido não pára; ele muda de caminho”.

Em suma, nessa série discursiva (SD1.5, SD1.6, SD1.7, SD1.8) – a partir da qual iluminamos o funcionamento discursivo relacionado ao primeiro gesto do processo de homogeneização linguística no discurso do paratexto do DA – detectamos procedimentos de controle e de delimitação do discurso no qual operam mecanismos discursivos que têm como efeito a interdição de sentidos que apontam para o real da heterogeneidade linguística, de forma a revelar como o primeiro dicionário acadêmico constitui um “suporte institucional” em intrínseca relação com o projeto político de Estado. Em outras palavras, detectamos um sujeito que, identificado com os sentidos da formação discursiva que o afeta não dá visibilidade a outras línguas faladas no império, posto que isso poderia colocar em risco o efeito de uma língua única, falada num Estado isento de conflitos linguísticos.

[77] Quintana i Font (2008), filólogo catalão estudioso da língua catalã e de línguas aragonesas, afirma que até a segunda metade do século XVIII a língua, atualmente designada por “catalana”, também era conhecida como “lemosina”

A promoção do espanhol de Castela, como variedade culta, cortês e vinculada à literatura: o desejo de purificação da língua

Passando ao segundo gesto de homogeneização linguística – aquele referente à promoção do espanhol de Castela, como variedade culta, cortês e vinculada à literatura, conforme antecipamos no início desta seção – observamos como na própria materialidade do paratexto do DA são mobilizadas formas linguísticas que apontam para movimentos de delimitação e de "censura" das palavras que configuram sua nomenclatura:

> SD1.13: El poner estas autoridades pareció necessário, porque deseando **limpiar, purificar, y fijar la léngua**, es obligación precisa que la Académia califique la voz, y manifieste los méritos de su juício: pues con este méthodo muestra la moderación con que procéde, y desvanece las inventadas objecciones de querer constituírse maestra de la léngua: porque calificada la voz por **límpia, púra, castíza y Españóla**, por medio de su etymología, y autoridades de los Escritores; y al contrário, castigada por antiquada, ò por jocósa, inventada, ò usada solo en estílo libre, y no sério (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. XIX[78], grifos nossos).

> SD1.14: Siendo el fin principál de la fundación de esta Académia **cultivar, y fijar la puréza y elegáncia de la léngua Castellana**, desterrando todos los erróres que en sus vocablos, en sus modos de hablar, ò en su construcción ha introducido la ignoráncia, la vana afectación, el descuido, y la demasiada libertad de innovar: será su empléo distinguir los vocablos, phrases, ò construcciones **extrangéras** de las **próprias**, las **antiquadas** de las **usadas**, las **baxas** y **rústicas** de las **Cortesanas** y **levantadas**, las **burlescas** de las **sérias**, y finalmente las **próprias** de las **figuradas** (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. XXIII[79], grifos nossos).

Nestas sequências discursivas, SD1.13 e SD1.14, extraídas da seção *Historia de la Real Academia Española*, observamos uma enumeração que sumariza, de forma significativa, a essência do trabalho acadêmico: "cultivar, limpiar y fijar la puréza y elegáncia de la léngua Castellana". Projeta-se, assim, a existência de uma língua intrinsecamente pura e elegante, afetada, porém, pela ação de sujeitos que a corromperam com "la ignoráncia, la vana afectación, el descuido, y la demasiada libertad de inovar". Para restituir-lhe seu caráter original, é necessário, portanto, que

[78] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[79] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

ela passe por um processo expurgatório, de purificação, do qual encarregar-se-ão a Academia e seus membros.

Em SD1.13, o sujeito do discurso pondera que a maneira de “limpiar, purificar, y fijar la lengua” deve se orientar pelo estudo etimológico e pelas práticas linguísticas de certos autores de textos literários, tomados no DA como “autoridades”, exemplares no “bom uso” da língua[80]. A partir, pois, do uso linguísticos desses autores, seria possível determinar a qual das duas séries de sentidos, colocadas em relação de oposição – “límpia, púra, castíza y Española” e “antiquada, jocósa, inventada, ò usada solo en estílo libre, y no sério” – vincular-se-ia cada palavra registrada no dicionário. Importante observar que na primeira dessas séries parece funcionar uma gradação que, iniciando em “limpia”, passando por “pura” e “castiza” e, encontrando seu clímax em “Española”, deixa entrever que o processo de purificação ao qual a língua é submetida resvala o nacionalismo linguístico (MORENO CABRERA, 2008).

Passando à SD1.14, para expandir nossa compreensão acerca desse processo de purificação que incide sobre a língua, e logo, as relações entre as variedades linguísticas que vão se tecendo nesse funcionamento discursivo, é necessário atentar para os processos de determinação discursiva (PAYER, 1993; INDURSKY, [1997] 2013) que operam sobre o nome “lengua”, isto é, em que o substantivo *lengua* é “saturado discursivamente por um adjetivo”[81]. Assim, nesse

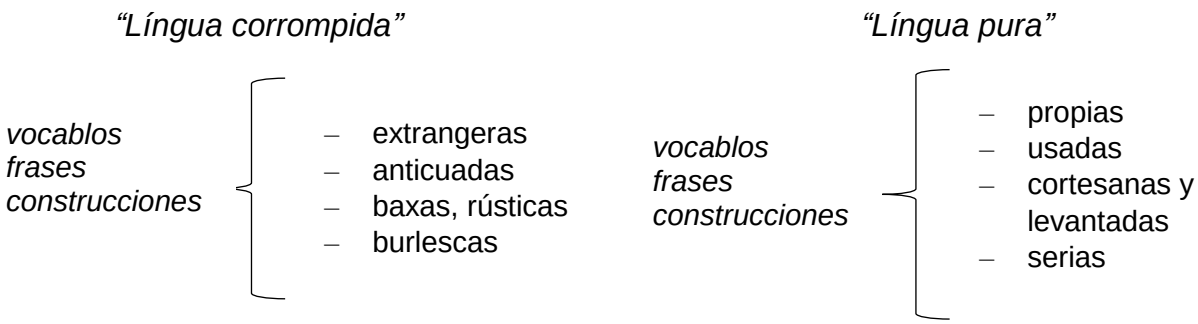
---

[80] Antonio de Capmany ([1786] 1991, p. 75), em sua obra **Observaciones críticas sobre la excelencia de la lengua castellana**, critica justamente o fato de que o material mobilizado para a seleção da nomenclatura do DA seja constituído predominantemente por texto escritos. De acordo com o autor (ibidem, grifos nossos):

> ¿Cuántas voces podrían haberse incorporado en el diccionario general de la lengua, que se desdeñan por la sola nota de provinciales, siendo muchas de ellas de una incomparable viveza y fuerza? Soy de sentir que si se quiere aumentar nuestro diccionario, sobre todo de voces frecuentativas, imitativas, aumentativas y diminutivas, **es necesario recurrir al lenguaje no escrito de nuestras provincias meridionales**, donde las ideas generales, por la mayor delicadeza, volubilidad y calor de la fantasía de sus moradores, se han subdividido y modificado en un mayor número de ideas secundarias o relaciones parciales; y por consecuencia de estas modificaciones de cada idea principal ha nacido tanta diversidad de palabras derivadas, simples y compuestas que por no leerse en graves autores, que pudieron muy bien ignorarlas, quedan tildadas como caprichosos signos de la habla común de las provincias.

[81] Conforme Indursky ([1997] 2013, p. 216) um adjetivo justaposto a um substantivo funciona como modificador de sua extensão, contribuindo para ampliar-lhe a compreensão, limitando-lhe a extensão, já que sua referência virtual pode ser por demais genérica. Desse modo, assim como a estudiosa, assumimos que o adjetivo pode funcionar como um elemento capaz de saturar o substantivo, “constituindo-se em um determinante discursivo, isto é, em uma das categorias que promovem a identificação do dito com a FD que afeta o sujeito da sequência discursiva”.

processo de determinação discursiva do grupo nominal “los vocablos, phrases, ò construcciones” visualiza-se que sua saturação está marcada por uma manifesta presença de antíteses que, ao passo em que reitera a ideia de purificação da língua, produz sua “disciplinarização”, projetando-se uma língua imaginária[82], organizada a partir de duas séries de sentidos que se opõem: uma vinculada a ideia de “língua pura, elegante, cortês, dos bons escritores, etc.” e outra que pode ser designada em termos de “língua corrompida e deselegante”. Essa relação de oposição permite que esquematizemos o seguinte:



Nesse jogo de antíteses que se trava, destacamos duas importantes observações. A primeira está centrada na antítese construída pela adjetivação “baxas y rústicas / Cortesanas y levantadas” na qual é possível visualizar, por um lado, uma imanente luta de classes e, por outro, um sujeito discursivo imbuído do desejo estabilizá-la e estagná-la, estabelecendo uma ordem por meio da “disciplinarização” da língua. Enfim, compreendemos que essa estratificação da língua ilumina um trabalho interpretativo que remete a uma certa forma de censura em relação ao falante, entendida como “um fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra [...] produzindo efeitos de sentido pela clivagem que a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos produz no

[82] Segundo Orlandi ([1990] 2008), inspirada teoricamente na distinção proposta por Pêcheux e Gadet ([1981] 2004) entre “corpo pleno da linguagem” e “processos de construção da gramática”, é possível distinguir duas concepções ou imagens de língua, atravessadas pelo político: a língua imaginária e a língua fluida. Para autora ([1990] 2008, pp. 86-87, grifos da autora):

> A **língua imaginária** é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a **língua fluida** é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas. § A **língua fluida** - língua-movimento, mudança contínua - pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos que constituem as formas dos sentidos da linguagem no seu contexto. § De seu lado, os modelos de sistematizações, fundados nos estudos linguísticos (gramaticais), produzem suas obras. objetos-ficção não contextualizados, que nós chamamos línguas imaginárias; línguas-sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas.

sujeito" (ORLANDI, [1992] 2007, p. 97). Em segundo lugar, detectamos uma ilusão de completude sob o qual se constitui o dicionário, posto que a proposta do DA é de registrar palavras que se enleiam tanto a um imaginário de "língua pura" quanto (e inclusive) a um imaginário de "língua corrompida", diferentemente do que ocorrerá na edição de obras lexicográficas posteriores ao DA, nas quais operará um apagamento de sentidos que remetem a um imaginário de língua "corrompida", segundo veremos no capítulo seguinte. É nesse sentido que se reafirma no paratexto da primeira obra acadêmica a "formación de un Diccionario de la léngua, **el mas copioso** que pudiere hacerse" em que sejam registradas "**todas** las voces de la Léngua" (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. II, grifos nossos).

Assim, detectamos que esse movimento de delimitação e de "censura" das palavras registradas no DA está marcado por um forte gesto de divisão e estratificação da língua. A esse gesto subordinam-se, como veremos, outros dois: um de **admissão** de vocábulos na nomenclatura do dicionário (e não de inclusão, destaque-se) e o outro de **exclusão**, a partir dos quais detectamos uma ressignificação do de desejo de "pureza da língua" que atravessa o dicionário, conforme mostraremos a seguir.

Em relação ao primeiro gesto, vejamos a seguinte sequência discursiva, recortada do *Prologo* do DA:

> SD1.15: Tambien se annotan las voces de la **Gerigonza**, ò **Germanía**, de que suelen usar los que vulgarmente se llaman **Gitanos**, y los preciados de guapos **para entenderse entre sí, segun la explicación que de ellas hizo Juan Hidalgo en su Vocabulario**, y se halla en el de las Lénguas Española y Francesa de César Oudin, impresso en Bruxelas el año de 1625. assi por ser casi todas las dichas palabras en su formación Castellanas, aunque tomadas en diverso significado, como por encontrarse muchas veces en algunas obras jocosas de prosa y verso de Autóres clássicos, à fin de que se entienda y perciba el sentído en que las usaron (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. V[83], grifos nossos).

Segundo detectamos no funcionamento discursivo de SD1.15, a admissão de palavras relativas à "gerigonza" ou "germanía" não se sustentaria unicamente pelo fato de elas fazerem parte do "dialeto" falado pelos "gitanos", posto que, conforme podemos ler no fragmento em sublinhado, seu registro no DA justifica-se, por um

[83] http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

lado, por serem consideradas como “castellanas en su formación” e, por outro, por viabilizarem a leitura de certas obras de autores clássicos.

Para ampliar a compreensão dos sentidos vinculados a esse gesto de admissão, consideraremos as definições lexicográficas registradas no DA (Tomo IV, 1734) para dois vocábulos fundamentais na constituição desse processo discursivo, a saber, “gerigonza” e “gitano”:

> SD1.16: GERIGONZA. s. f. El **dialecto** o modo de hablar que usan los **Gitanos, ladrones y rufianes**, para no ser entendidos, adaptando las voces comunes a sus conceptos particulares, y introduciendo muchas voluntárias**.** Covarr. siente puede venir esta voz del nombre Latino Gyrus, ri, por la vuelta y rodeo que hai en las voces y mudanza de la significación: o que se pudo decir quasi Gregigonza, por lo peregrina que era en lo antiguo la lengua Griega. Llámase tambien Germanía. Latín. Cingarorum idioma (*Diccionario de autoridades*, Tomo IV, 1734, p. 47[84], grifos nossos).

> SD1.17: GITANO, NA. s. m. y f. Cierta classe de gentes, que afectando ser de Egipto, **en ninguna parte tienen domicilio, y andan siempre vagueando**. Engañan a los incáutos, diciéndoles la buena ventúra por las rayas de las manos y la phisonomía del rostro, haciéndoles creer mil patrañas y embustes. Su trato es vender y trocar borricos y otras béstias, y a vueltas de todo esto hurtar con grande arte y sutileza. Latín. Cingarus. CERV. Nov. 1. pl. 1. Los Gitanos y Gitanas parece que solamente nacieron en el mundo para ser ladrones (*Diccionario de autoridades*, Tomo IV, 1734, p. 52[85], grifos nossos).

Tendo em vista essas definições lexicográficas (SD1.16 e SD1.17), observamos que, em SD1.15, o sujeito discursivo, a partir de seu lugar identificado com a formação discursiva na qual está inscrito, marca um distanciamento tanto da língua, designada como “dialecto” em SD1.16, quanto dos indivíduos que a falam, “Gitanos”, determinados como “ladrones y rufianes”[86], e como sujeitos aos quais não

---

[84] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[85] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[86] De acordo com o ponto de vista da gramática normativa, é possível afirmar que o encaixe sintático da incisa “ladrones y rufianes” funcionaria para **determinar**, **limitar** os sentidos do nome ao qual se relaciona: “Gitanos”. Nesse escopo, de acordo com a síntese de Payer (1993, p. 48), a noção de determinação é interpretada como “uma propriedade intrínseca de determinadas categorias linguísticas e/ou relações formais entre ‘si mesmas’ [...]” (Ibidem, p. 48). Contudo, conforme a autora, no âmbito dos estudos discursivos, os trabalhos de Pêcheux (1975), Henry ([1977] 1992) e Haroche ([1984] 1992) deslocam tal noção desse lugar “e a reintroduzem como ‘efeito’ que se realiza, de fato, na língua, mas que pode prescindir de relações específicas entre sentidos, entre discursos, ali situado o sujeito” (PAYER, 1993, p. 48). Tendo em vista as reflexões apresentadas nesses estudos, compreendemos que o encaixe sintático da incisa “ladrones y rufianes” em SD1.17, por um lado, representa um mecanismo de determinação que aprisiona o nome “Gitanos” a certos sentidos, em sua invariância e unicidade, como se a forma de delimitação desse objeto só pudesse “ser **este,**

é atribuída nenhuma nacionalidade, em SD1.17. Veja-se que esse distanciamento deixa marcas linguísticas que operam de dois modos: primeiro, por meio da oração final “para entenderse entre sí”, em que o uso de pronomes de terceira pessoa coloca o sujeito do discurso à margem da interlocução entre esses indivíduos; segundo, a partir da mobilização de uma forma de heterogeneidade mostrada – “segun la explicación que de ellas hizo Juan Hidalgo en su Vocabulario”, conforme destacamos em negrito em SD1.15 – evoca-se o discurso de outro, dotado da capacidade de “esclarecer” a significação de palavras, “tomadas en diverso significado”, cujo sentido o sujeito discursivo não se sente autorizado a definir. Dessa forma, é possível interpretar que a definição lexicográfica dessas vozes pareceria funcionar como um **comentário** – enquanto um dos procedimentos de controle e delimitação do discurso descritos por Foucault ([1970] 2014) – em relação à obra de Juan Hidalgo. Segundo o filósofo, esse procedimento desempenha dois papéis que são solidários:

> Por um lado, permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*[87].

Assim, apesar de o sujeito discursivo parecer não pertencer a mesma formação discursiva dos indivíduos falantes desse “gerigonza”, não se sentindo, por isso, autorizado a definir lexicograficamente palavras que lhe são correlatas, ele se coloca como aquele capaz de “falar sobre”, podendo, dessa forma, controlar os processos de interpretação, repetindo ou silenciando determinados sentidos no discurso do dicionário. Dessa forma, podemos detectar, nesse funcionamento, um transbordo do desejo de purismo linguístico que, neste ponto, vai, paulatinamente, deslocando-se e, também, resvalando a questão étnica.

---

assim, desta forma” (Ibidem, p. 44, grifos da autora) e por outro, produz um efeito de determinação a partir do qual incorpora o pré-construido como “sempre-já-aí” do interdiscurso, como construção independente do que é construído pelo enunciado, colocando em relevo a evidência do sujeito e do sentido.

[87] Ibidem, pp. 23-24, itálicos do autor.

Em relação ao **gesto de exclusão de vocábulos**, consideremos as seguintes sequências discursivas, recortadas, respectivamente, do *Prologo* e da seção intitulada *Aprovación del Señor Don Fernado de Lujan Sylva, Marqués de Almodóbar, mayordomo del Rey nuestro Señor, y de su Consejo en el Real e Supremo de Indias:*

> SD1.18 : Toda esta insigne obra siendo tan dilatada, y tocando aunque de passo y truncadamente tantas y tan várias espécies en las innumerables citas de diversos libros sobre distintas matérias, que incluye para apoyo y comprobación de su intento, **no tiene voz ni concepto que disuene de la rectitud de nuestra Religión Cathólica, y buenas costumbres**, guardando siempre aquella grave decéncia y decorosa modéstia que corresponde à la grandeza del assunto, y à la gravedád y prudéncia de sus sábios y discrétos Autóres (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. II[88], grifos nossos).

> SD1.19: […] y han quedado excluídas del Diccionario todas las voces y nombres próprios de personas y lugáres, que pertenecen à la História, y à la Geographía**, y se han excusado tambien todas las palabras que significan desnudamente objeto indecente** (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. VI[89], grifos nossos).

Em ambos os fragmentos, é possível rastrear pistas linguísticas que nos levam a observar a reiteração do transbordo do desejo de “pureza” que atravessa a obra lexicográfica em exame, posto que, ao passo que em SD1.18 argumenta-se que o DA não registra em sua nomenclatura palavras ou conceitos que se oponham à igreja católica e aos bons costumes, em SD1.19, alega-se – apesar da opacidade que se instaura nesse enunciado – que não serão registradas no dicionário palavras que remetam, “desnudamente”, a “objeto indecente”, que nesse contexto deve ser compreendido como tudo o que poderia remeter ao “desonesto” e ao “sujo”, de acordo com o observado pelo próprio acadêmico Carreter (1972), ao se propor a revisitar o DA, em seu discurso de ingresso na RAE.

Assim, detectamos como esses dois gestos, de admissão e de exclusão de vocábulos no dicionário, ressignificam o desejo de purismo que atravessa o discurso do paratexto do DA, que transbordando as fronteiras do linguístico, vai resvalando outros espaços, através de diferentes procedimentos de regulação da língua, conforme mostramos nesta seção.

---

[88] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[89] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

A continuação, examinaremos as antecipações imaginárias dos acadêmicos presentes no discurso em análise.

3.2. A imagem do acadêmico

Para compreender o processo relacionado às diferentes antecipações imaginárias projetadas para o sujeito discursivo na enunciação do discurso em análise, é fundamental que teçamos algumas considerações preliminares. Primeiramente, é necessário que se tenha em conta, conforme vimos observando, que o discurso do DA se sustenta a partir de um desejo de purificação que transborda os limites da língua e vai se ressignificando no texto dicionarístico. Em segundo lugar, é preciso assinalar que, ao buscarmos na materialidade linguística do paratexto do dicionário marcas relacionadas à enunciação do sujeito do discurso, detectamos que sua representação se dá por meio da **quarta pessoa discursiva**, tal como teorizada por Indursky ([1997] 2013), de maneira a viabilizar que o sujeito fale si mesmo como se falasse de um outro ("los académicos"). As formas linguísticas mobilizadas para tanto correspondem às pronominais e verbais de terceira pessoa, e dentre os efeitos produzidos e relacionados pela autora, no caso do discurso em análise, estão a impessoalidade do sujeito e o efeito de "palavra única, final"[90] e incontestável, conforme veremos nas análises apresentadas a continuação.

À luz dessas considerações, mostraremos como a imagem que o sujeito discursivo constrói "de los académicos" (e de si próprio, enquanto membro da Academia) está em intrínseca relação com a representação que se tem do próprio do trabalho da RAE[91] que, segundo vimos, consiste em "cultivar y fijar en el modo possible la pureza y elegáncia de la lengua Castellana".

Dessa forma, destacamos que operam nesse funcionamento discursivo elementos que nos permitem delinear quatro diferentes antecipações imaginárias que designamos por: 1) o acadêmico juiz; 2) o acadêmico letrado; 3) o acadêmico súdito da nação e o 4) acadêmico virtuoso. Em relação às três primeiras,

[90] Ibidem, p. 97 e 107.

[91] A fim de destacar e de corroborar o caráter imbricado dessas antecipações imaginárias, em cada uma das sequências discursivas analisadas nesta seção, marcamos em negrito as pistas linguísticas que nos permitem analisar a imagem de acadêmico e em sublinhado as marcas que apontam para o trabalho da RAE em relação à língua.

observemos como elas deixam importantes pistas linguísticas na sequência discursiva a seguir, destacada do memorial que, segundo registramos na seção 1.1, foi escrito e entregue ao rei pelo marquês de Villena no ano de 1713, e incorporado ao paratexto do DA na seção *Historia de la Real Academia Española*:

> SD1.20: SEÑOR. El Marqués de Villena, Duque de Escalóna, à los pies de V. Magestad, dice, que haviendole manifestado diferentes **Persónas de calidad[1],** letras**, y ardiente zelo de la glória de V. Magestad, y de nuestra Nación,** el deseo que tenían de trabajar en común à cultivar y fijar en el modo possible la pureza y elegáncia de la lengua Castellana dominante en la Monarchía Española, y tan digna por sus ventajosas calidades de la sucesión de su madre la Latina**,** le pareció ofrecer su casa y Persóna para contribuir à tan loable intento; **pero como esta sea matéria en que se interessa el bien público, glória del Reinado de V. Magestad, y honra de la Nación**, no es justo nos venga este bien por otra mano que por aquella en quien Dios ha querido poner la defensa de nuestra libertad, y de quien esperámos nuestra entera restauración: por lo qual acudimos à los pies de V. Magestad, pidiendole se sirva de favorecer con su Real Proteccion nuestro deseo de formar debaxo de la Real autoridád una Académia Española, que se exercite en cultivar la pureza y elegáncia de la léngua Castellana (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. XII[92], grifos nossos).

A partir do sintagma “Persónas de calidad” detectamos uma primeira pista que aponta o “acadêmico virtuoso”; projeção que adquire contornos mais definidos no “Estatuto Primero” da RAE, também presente na seção do DA intitulada *Historia de la Real Academia Española:*

> SD1.21: El número de Académicos será de veinte y quatro, inclusos un Directór, y un Secretário. Todos los quales han de ser **sugétos de buen juício, y fama, y Persónas decentes**, aficionados à la glória de la Nación, y léngua, y capaces de trabajar en el assunto que se propóne esta Académia, que es la puréza y elegáncia de ella (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. XII[93], grifos nossos).

Nesta sequência discursiva, é possível entrever, justaposta à imagem que denominamos “acadêmico súdito da nação”, marcas linguísticas enleadas à imagem do “acadêmico virtuoso” que apontam para características difíceis de se mensurar: “sugétos de buen juício, y fama, y Persónas decentes”. Ao colocarmos esta última sequência discursiva em relação com SD1.20, detectamos um apagamento de

[92] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[93] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

sentidos vinculados ao campo de saber evocado pelo sintagma “de letras” (destacado em sublinhado duplo em SD1.20), o que produz um certo estranhamento quando se tem em vista as especificidades do trabalho de uma academia de língua. Contudo, a imagem do “acadêmico virtuosos” tem sua eficácia e cobra sentido quando lembramos que o DA não registra em sua nomenclatura palavras ou conceitos que se oponham à igreja católica e aos bons costumes, o que nos permitiu dar visibilidade ao transbordo do desejo de purificação linguística, às instancias religiosa e moral, de acordo com o que vimos na seção 3.2[94].

No que diz respeito à projeção de um “acadêmico letrado”, detectamos que as marcas enleadas à construção da imagem de um sujeito “de letras” – vinculado a um campo, segundo definição apresentada pelo próprio DA (1734) para o verbete “letras”[95], que remete às “ciencias, artes y erudición” – estariam relacionadas à concessão de autorização e de credenciais para que os acadêmicos atuassem dentro dos propósitos firmados pela RAE. Neste ponto, é pertinente que, trazendo à luz outras conjunturas, sublinhemos o constante esforço da RAE em rememorar os anos iniciais da instituição, sempre reafirmando, por um lado, o valor de sua primeira obra lexicográfica e, por outro, a capacidade intelectual e a erudição dos primeiros acadêmicos[96]. Nesse sentido, cabe observar a modo de ilustração, recentemente, em uma obra intitulada *La Real Academia Española. Vida e historia* (2014) publicada sob o selo da corporação e assinada por García de la Concha, encontramos a seguinte afirmação acerca dos primeiros acadêmicos:

> Eran **novatores**, empeñados, en aquel momento de decadencia social, en que los españoles cobraran conciencia de su propia

[94] Importante registrar que a imagem de um “acadêmico virtuoso”, curiosamente, não ficou restrita ao discurso oitocentista do DA. Encontramos, sobretudo, na descrição do fundador da Academia, marquês de Villena, presente em um texto publicado no **Boletin de la Real Academia Española** (1914, p. 1325), fortes marcas que relacionamos à essa imagem:

> Su piedad era tan grande como su caridad. Rezaba el Oficio parvo todos los días y el divino los festivos, y daba cada año 3000 ducados de limosnas. Era hombre muy verdadero, cumplidor de sus promesas, justificando [sic] en sus resoluciones, aborrecedor del vicio bajo cualquier disfraz o disimulo que se ofreciese. Su carácter era dulce; su trato suave; su ánimo, sereno, aun en las mayores adversidades, que sufría con tranquila paciencia.

[95] **LETRAS.** Se toma muchas veces por las ciencias, artes y erudición. Latín. *Literae, arum.* SANT. TER. Su Vid. cap. 12. Otras personas se aprovecharán, en especial si tienen letras, que es un gran thesoro para este exercicio (a mi parecer) si son con humildad. ALDRET. Orig. lib. 1. cap. 8. En todo el qual tiempo se habió en Roma aquella Lengua; si bien no tan elegante y copiosa como quando se professaban buenas letras.

[96] Cf. dentre outros textos publicados pela instituição, assinados por alguns acadêmicos: Carreter (1972); Cotarelo y Mori (1914), García de la Concha (2014), Gil Ayuso (1952).

> historia y del patrimonio de su cultura, y en que España se abriera al diálogo con Europa. **Pero eran, además, humanistas y como tales sabían que el Renacimiento había comenzado por colocar la lengua, la gramática en concreto, como base de toda formación y de todo progreso cívico** (GARCÍA DE LA CONCHA, 2014, grifos nossos).

Neste fragmento, predica-se os primeiros membros da RAE como "novatores", empregando tal palavra, conforme ele mesmo esclarecerá, em seu sentido mais recente, para referir-se a pessoas vinculadas ao movimento de renovação científica e cultural deflagrado na Espanha entre os séculos XVII e XVIII. Com efeito, observamos que a acepção vinculada a esse sentido é registrada pelo próprio *Diccionario de la lengua española* (DLE) em sua penúltima e última edição:

> SD1.22: **Novator**
> Del lat. *novātor, -ōris* 'renovador'.
> 1. m. y f. Persona inventora de novedades. Era u., entre los siglos XV y XIX, para referirse a quien las inventaba peligrosas en materia de doctrina.
> 2. m. y f. **Persona que pertenecía a un movimiento de renovación de la ciencia española durante los siglos XVII y XVIII** (*Diccionario de la lengua española*, 22ª. ed., 2002[97], grifos nossos).

Dessa forma, detectamos um esforço demonstrado pela instituição em filiar seus primeiros membros a um movimento vinculado ao campo científico, em um gesto político de administrar os sentidos na memória, sobretudo, aqueles vinculados a dizeres, que circulavam na Espanha oitocentista, os quais questionavam a capacidade dos acadêmicos: "Y hoy **la Academia es una junta de ignorantes** y, por tal, está tenida en la Corte y fuera de España (MAYANS, 1733 apud SANCHIS[98], 2000, p. 361, grifos nossos)".

Ainda em relação a esse fragmento extraído da obra de García de la Concha, na adversativa introduzida por "pero"– "Pero eran, además, humanistas y como tales sabían que el Renacimiento había comenzado por colocar la lengua, la gramática en concreto, como base de toda formación y de todo progreso cívico" entrevemos marcas linguísticas que apontam para como a imagem desse sujeito "humanista", que remete ao "acadêmico letrado" está imbricada com a imagem que designamos

[97] Disponível em: http://lema.rae.es/drae2001/. Acesso em: 18/02/2016.
[98] SANCHIS, A. Mestre. **Historias, fueros y actitudes políticas: Mayans y la historiografía del siglo XVIII**. Valencia: Universitat de València, 2000.

por “acadêmico súdito da nação”, que detectamos em SD1.20, reposicionada a seguir para facilitar a apresentação da análise:

> SD1.20: SEÑOR. El Marqués de Villena, Duque de Escalóna, à los pies de V. Magestad, dice, que haviendole manifestado diferentes Persónas de calidád, letras, **y ardiente zelo de la glória de V. Magestad, y de nuestra Nación**, el deseo que tenían de trabajar en común à cultivar y fijar en el modo possible la pureza y elegáncia de la lengua Castellana dominante en la Monarchía Española, y tan digna por sus ventajosas calidades de la sucesión de su madre la Latina, le pareció ofrecer su casa y Persóna para contribuir à **tan loable intento; pero como esta sea matéria en que se interessa el bien público, glória del Reinado de V. Magestad, y honra de la Nación**, no es justo nos venga este bien por otra mano que por aquella en quien Dios ha querido poner la defensa de nuestra libertad, y de quien esperámos nuestra entera restauración: **por lo qual acudimos à los pies de V. Magestad, pidiendole se sirva de favorecer con su Real Proteccion nuestro deseo de formar debaxo de la Real autoridád una Académia Española,** que se exercite en cultivar la pureza y elegáncia de la léngua Castellana (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. XII[99], grifos nossos).

Observamos como se constitui uma cena na qual o acadêmico é convocado a ocupar certas posições. Dessa forma, é possível entrever a projeção imaginária de um indivíduo, que assume a posição de um “súdito” consciente de seus deveres cívicos, quem, se colocando “à los pies de V. Magestad”, oferece “su casa y Persóna” a fim de contribuir para a glória do rei e para a honra da nação[100].

De acordo com os estudos de Fries (1989) e de Medina (2015), a forma de contribuição da Academia para a “honra da nação” estribava no objetivo da instituição em transformar o “vulgo” em “gente discreta” ou, em outras palavras, em transformar o “povo” em cidadania útil à nação, segundo depreendido pelos autores a partir do que se afirma em uma ata publicada pela RAE em 1949, onde podemos ler o seguinte:

> Establecer una academia en esta villa de Madrid, corte de nuestro católico monarca…como la hay en la de París que se compusiese de sujetos condecorados y capaces de especular y discernir los errores con que se halla viciado el idioma español, con la introducción de muchas voces bárbaras, e impropias para el uso de gente discreta, a fin de advertir al vulgo (que por su menor comprensión se ha dejado

[99] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

[100] Neste ponto, é importante lembrar que a criação da RAE foi a forma pensada para que o marquês de Villena pudesse demonstrar, com efeito, seu apoio ao projeto político centralista e homogeneizante do rei Felipe V, conforme vimos na seção 1.1.

> llevar por tales novedades) cuan perjudicial es esto al crédito y lustre de la Nación (RAE, 1949 apud FRIES, 1989, p. 47).

Segundo Medina (2015, p. 103), na Espanha oitocentista, os adjetivos “discreto” e “vulgo” podiam ser lidos como antônimos, em que o primeiro era usado para qualificar indivíduos cujas ideias eram produto da razão e o segundo para caracterizar aqueles que agiam de maneira irracional e impulsiva. Além do que pondera esse autor, para compreender os sentidos vinculados a esses adjetivos, parece-nos produtivo transcrever a própria definição apresentada pelo DA (1739, Tomo VI, grifos nossos) para os vocábulos em questão:

Diccionario de autoridades. Tomo VI (1739), grifos nossos	*Diccionario de autoridades.* Tomo III (1732)
SD1.23 VULGO**.** s. m. El comun de la **gente Popular**, ù la **Plebe.** […] VULGO**.** Se toma tambien por el comun modo de discurrir, ù opinar de la **gente baxa, ò que sabe poco**. […]	SD1.24 DISCRETO**,** TA. adj. Cuerdo y de buen juício, que sabe ponderar y discernir las cosas, y darle a cada una su lugar. Viene del verbo Discernir. […] DISCRETO**.** Se llama tambien el que es agúdo y eloqüente, que discurre bien en lo que habla o escribe.

Nos enunciados definidores registrados no DA para a entrada “vulgo”, encontramos algumas pistas linguísticas – “gente Popular”, “Plebe”, “gente baxa, ò que sabe poco” – que marcam, em uma sociedade hierarquizada, movimentos de classificação e de delimitação social em relação aos falantes.Nessa esteira, compreendemos que a imagem do “acadêmico súdito da nação”, desejoso de honrá-la a partir da transformação do “vulgo” em “gente discreta”, pode ser tomada em intrínseca relação com o desejo de “purificação social” que atravessa o discurso do DA, conforme vimos nas análises apresentadas na seção anterior.

Pensando no gesto de “transformação”/ “purificação” social como matéria de interesse da nação, é significativo observar como o próprio DA é projetado, segundo podemos depreender a partir dos fragmentos dispostos a seguir:

> SD1.25: El amor à las letras, y la cultúra y pulidéz del trato humano ha reducido casi todas las Ciéncias, ò Artes à Diccionarios, **intentando que por ellos se aprendan y sepan** (*Diccionario de autoridades*, 1726, s/p[101]., grifos nossos).

[101] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

> SD1.26: Demás de que extendiendose **esta obra** à penetrar los primóres de las locuciones, y las verdádes de nuestros peculiares adágios, llamados comunmente refránes, **sin dexarnos de dár toda la luz y enseñanza que se puede en la explicación de unos y otros,** podrá emmudecer la mas crítica oposición (*Diccionario de autoridades*, 1726, s/p.[102], grifos nossos).

Dessa forma, compreendemos que à imagem desse "acadêmico súdito da nação" enleia-se a uma posição vinculada a uma "forma burguesa de assimilação-transformação do outro" (NUNES, 2006, p. 89), que projeta o dicionário enquanto um instrumento fundamental para um projeto nacional de transformação da sociedade.

Por fim, em relação à primeira imagem, a do acadêmico juiz, destacamos a seguinte sequência discursiva, recortada da seção *Historia de la Real Academia Española:*

> SD1.27: El poner estas autoridades pareció necessário, porque deseando limpiar, purificar, y fijar la léngua, es obligación precisa que la Académia califique la voz, y manifieste los méritos de su juício: pues con este méthodo muestra la moderación con que procéde, y desvanece las inventadas objecciones de querer constituírse maestra de la léngua: porque calificada la voz por límpia, púra, castíza y Española, por medio de su etymología, y *autoridades de los Escritores*; y al contrário, castigada por antiquada, ò por jocósa, inventada, ò usada solo en estílo libre, y no sério: viene à salir al público, con notoriedád del hecho, **que la Académia no es maestra, ni maestros los Académicos, sino unos Jueces, que con su estúdio han juzgado las voces: y para que no sea libre la senténcia, se añaden los méritos de la causa, propuestos en las autoridades que se citan** (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. XVIII[103]., grifos nossos).

Detectamos como o sujeito do discurso se reconhece e como deseja ser compreendido pelos leitores do dicionário, a saber, "jueces", autorizados por "su estúdio" a julgarem e a sentenciarem o uso da língua. À luz do lugar social representado pelo "juez", o sujeito projeta os acadêmicos, autores dos dicionários, como indivíduos cuja autoridade os legitimaria a dominar e a distribuir os sentidos das palavras, de acordo com o "bom uso" de um escritor tomado como "autoridade". Nessa esteira, observamos como a imagem do acadêmico vai se constituindo na medida em que se estabelece um vínculo entre este e a "autoridade" de literatos que

[102] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[103] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

“han tratado la Léngua Españóla con la mayor propriedád y elegancia” (*Diccionario de autoridades*, 1726, p. II).

Note-se que a representação dos acadêmicos como “Jueces” decorre de um gesto de negação do lugar de dizer que corresponde ao “maestro”: “[...] la Académia **no es maestra**, **ni maestros los Académicos, sino unos Jueces** [...]”. Para compreender os efeitos de sentidos produzidos a partir dessa negação são necessários dois movimentos: primeiro, colocar em relação as próprias definições lexicográficas registradas no DA para “juez” e para “maestro” e, segundo, refletir sobre o funcionamento discursivo da própria negação presente neste enunciado (INDURSKY ([1997] 2013).

Para dar sequência ao primeiro movimento, trazemos o primeiro enunciado definidor apresentados para cada um desses vocábulos (*Diccionario de autoridades*, Tomo IV, 1734, grifos nossos):

SD1.28	SD1.29
JUEZ. s. m. El que **tiene autoridad y poder para juzgar**. Viene del Latino Iudex. FR. L. DE GRAN. Trat. de la Devoc. cap. 3. §. 3. Tratan (los escrupulosos) a Dios como tratarían con un Juez achacoso, que anduviesse buscando puntillos de derecho y maneras de calumnias, para negar al reo su justicia.	MAESTRO. s. m. El que **sabe** y **enseña** qualquier Arte o Ciencia. Viene del Latino *Magister,* que significa esto mismo. FIGUER. Plaz. univ. Disc. 90. Han de ser los buenos Maestros, como lucientes espejos de crianza, gravedad y buenas costumbres, para que sean el blanco donde los Estudiantes tengan de continuo puesta la vista.

Ao colocarmos em relação os enunciados definidores de uma e de outra palavra-entrada, observamos que os sentidos vinculados a “maestro” giram em torno do saber e do ensino, enquanto a “juez” se vinculam a poder e a autoridade. Assim, ao negar o lugar do primeiro e se afirmar discursivamente no lugar do segundo, com o qual se identifica, o sujeito do discurso atribui à figura do acadêmico a autoridade e o poder inerentes ao “juez”, como requisitos necessários para cumprir com o objetivo da Academia, segundo destacamos em sublinhado em SD1.27: “limpiar, purificar, y fijar la lengua”.

Nesse sentido, considerando o domínio semântico vinculado a esta última palavra, ao rastrearmos na sequência discursiva em análise (SD1.27) pistas linguísticas que remetem a uma terminologia do campo judiciário – como por

exemplo: “mérito, juício” “han juzgado”, “sentencia”, “causa” – observamos como ações próprias desse campo são ressignificadas nos procedimentos de regulação e de delimitação da língua no DA, permitindo-nos interpretar que a imagem que estamos analisando pode apontar para a identificação do sujeito do discurso com uma formação discursiva na qual também circulam sentidos ligados ao poder judiciário. Neste ponto, tendo isso em vista, parece-nos produtivo levar em conta a observação que realiza Medina (2015, p. 102), segundo a qual muitos dos acadêmicos daquele momento exerciam a profissão de juízes e advogados tanto na Inquisição quanto no Conselho de Castela, o que leva o autor a detectar uma “transferência simbólica” entre essas duas instituições, por um lado, e a Academia, por outro.

À luz do exposto, é necessário pensar como as relações de força se materializam e são significativas neste funcionamento discursivo. Segundo já abordamos, para Orlandi ([1999] 2007a, p. 39), “segundo essa noção podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. A autora[104] acrescenta que, sobretudo, em uma sociedade “constituída por relações hierarquizadas, são as relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer” nos processos discursivos. Dessa forma, considerando a visibilidade que se dá ao lugar do “juez” no discurso que analisamos, antecipado como ponto de ancoragem para a prática discursiva que se está instaurando, detectamos que se faz ressoar simbolicamente uma voz de autoridade, associada à construção da imagem de um sujeito imbuído, social e discursivamente, de certos saberes e certos poderes, políticos e institucionais.

Passando ao segundo movimento que nos propomos, relacionado ao funcionamento discursivo da negação, tal como teorizado por Indursky ([1997] 2013), observamos operar uma **negação interna** em que o marcador da modalidade negativa funciona como uma pista que estabelece uma fronteira entre o dizer do sujeito discursivo e o dizer do outro, que é incorporado ao fio do discurso do enunciador. Neste ponto, parece-nos oportuno colocar esse enunciado em relação de sentidos com o que se afirma em uma carta, publicada em 1731, escrita por Gregorio Mayans y Siscar (1699-1781), um dos maiores críticos da Academia e do DA no século XVIII, como mencionamos:

---

[104] Ibidem, p. 39.

> yo desearía **mejores maestros** que los académicos, los cuales dedicados acaso a asuntos graves, no anotan con cuidado suficiente las etimologías de las palabras, y siguen casi siempre las huellas de Covarrubias, que aunque mucho lo vio con agudeza no pudo verlo todo. Suelen además distinguir las locuciones propias de las impropias con escaso acierto. (MAYANS Y SISCAR, 1731 apud TOVAR[105], 1981, p. 392, grifos nossos).

Ao mobilizarmos na memória um enunciado que toma os acadêmicos como "maestros", observamos a introdução, de modo transverso, do discurso do outro, com o qual o sujeito discursivo estabelece uma relação de discordância, sendo possível entrever "diferentes posicionamentos subjetivos no interior de um mesmo quadro ideológico", posto que, de acordo com Indursky ([1997] 2013, p. 281), "a negação interna trabalha sobre as diferenças subjetivas de um mesmo domínio de saber", isto é, ela opõe posições de sujeito divergentes em uma mesma formação discursiva.

De maneira geral, considerando nossa análise das antecipações imaginárias em jogo no discurso do paratexto do DA, em sua intrincada relação com a imagem de língua que estudamos na seção anterior, observamos como se executa um **ritual** (FOUCAULT, [1970] 2014) para qualificar e legitimar os sujeitos que falam no dicionário.

> O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos[106] .

Em outras palavras, compreendemos que as diferentes imagens de acadêmico que analisamos podem ser interpretadas, por um lado, como mecanismos para que a voz que se ouve no dicionário se constitua enquanto uma voz autorizada e, por outro, como um processo de seleção (exclusão) dos indivíduos

[105] TOVAR, A. Mayans y la filosofía en España en el siglo XVIII. In: Mayans y la Ilustración. **Simposio Internacional en el bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans**. Valencia-Oliva, 30 de septiembre-2 de octubre, 1, Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, Oliva, 1981.
[106] Ibidem, p. 39.

que têm (não têm) direito à fala. Assim, compreendemos que tal projeção imaginária funciona em relação de complementariedade, como elemento fundamental para que se opere no texto dicionarístico a purificação à qual se pretende.

A seguir, passemos à análise da representação do outro no discurso do paratexto do DA.

3.3 A imagem do leitor entre outros falantes

Conforme antecipamos, ao examinar a construção do leitor no funcionamento discursivo do paratexto do DA, detectamos a presença várias projeções imaginárias que se expressam mediante diversas formas de dizer, resultando daí um *outro fragmentado, difuso e disperso* (INDURSKY, 1997 [2013], p. 157, itálicos da autora). De fato, segundo observa Nunes (2007, p. 170), "uma concepção discursiva da lexicografia leva a considerar" "as diferentes formas de subjetividade no dicionário", a começar pelo sujeito do discurso. Mas há também o sujeito leitor, projetado pelo lexicógrafo e os sujeitos colocados nas cenas das definições.

Ao estudarmos as projeções de certos sujeitos antecipados no paratexto do DA, observamos que elas podem ser compreendidas à luz da dissimetria instaurada pelo "estatuto jurídico" (ORLANDI, [1983] 2011, p. 252)[107] dos sujeitos evocados nessa discursividade, sob o qual delimitar-se-á, por um lado, o direito à fala e, por outro, a relação que os falantes podem estabelecer com sua própria língua, segundo mostraremos a partir da análise da sequência discursiva disposta a seguir, recortada da seção intitulada *Aprobación del Señor Don Fernando Lujan Sylva, Marqués de Almodóbar, Mayordomo del Rey nuestro señor, y de su Consejo en el Real y Supremo de Indias, etc:*

> SD1.30: Este, pues, gran trabájo **dá cabal satisfacción à quanto pueda, ò quiera dudar en el uso de nuestra Léngua el mas impertinente crítico, ò el mas escrupuloso observador de su castizo, puro y sólido estílo**: porque con una menudissima especificación y formalissima puntualidád descubre la raíz, orígen, ò mas verosimil

[107] A autora, em seu estudo sobre o discurso religioso, aborda a "diferença do estatuto jurídico entre os interlocutores" como uma das propriedades desse funcionamento discursivo. De fato, a reversibilidade entre os interlocutores que a estudiosa observa como um parâmetro importante para abordar tipologias de discurso, constitui um aspecto relevante (pela assimetria que supõe) no discurso que analisamos. Apesar de não estarmos diante dessa tipologia de discurso, servimo-nos dessa ideia na medida em que nos parece produtiva para a compreensão do processo que analisamos.

> derivación de cada vocablo: demuestra su naturaleza y propriedád, enseña su metaphórico sentído y phrases, advierte el impróprio y violento significado que le ha introducido la ignoráncia del vulgo, insinúa el menos decente en que le ha viciado su malícia, y los equívocos en que el arbítrio de su caprichosa variedád ha dividido confusamente la primitiva unívoca entereza de su significación: explica los adágios ò refránes que se forman de su locución, previene la voz que yá está antiquada, distingue y sepára la yá naturalizada, la modernamente intrusa de extraño Idióma, *y la voluntariamente inventada en el nuestro por algunos ingénios, que especialmente para lo jocoso se tomaron esta licencia* (*Diccionario de Autoridades*, Tomo I, 1726, p. II[108], grifos nossos).

Como é possível observar, encontramos diferentes projeções imaginárias do *outro*. Para facilitar a apresentação da análise destacamos em **negrito**, em sublinhado e em *itálico* os fragmentos que detém marcas fundamentais para a compreensão das relações imaginárias diversas que se instauram neste discurso. Importante anteciparmos que para trabalharmos com os fragmentos destacados em negrito e em sublinhado, será preciso colocá-los em relação com outras sequências discursivas, o que nos permitirá ampliar a compreensão dos processos discursivos em jogo.

Iniciando pelo exame do excerto destacado em negrito, detectamos que o coordenante disjuntivo “ò” articula duas projeções de “sujeitos interpelados pela dúvida”[109], que parecem ser os destinatários do discurso do paratexto do dicionário ou os consulentes projetados para essa obra, posto que se afirma que o DA “dá cabal satisfacción” às possíveis dúvidas – colocadas nessa discursividade como algo natural e não como parte da interpelação do sujeito – relacionadas ao uso da língua que possam ter o “**mas impertinente crítico”** ou o “**mas escrupuloso observador de su castizo, puro y sólido estilo”**.

Tendo isso em vista, primeiramente, consideramos que nesse funcionamento discursivo o interlocutor antecipado imaginariamente materializa-se sob a forma da

---

[108] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

[109] Celada, Costa e Brianezi (2015), ao refletirem sobre os títulos de certas obras lexicográficas hispânicas, iluminam como a interpelação do sujeito pela dúvida parece atravessar a textualidade dos dicionários acadêmicos, especificamente do DRAE (22ª ed., 2001) e do *Diccionario Panhispanico de Dudas* (2005). Dessa forma, as autoras demonstram como a questão da dúvida se apresenta como vinculada “con la falla de los hablantes, con su incompetencia o sus límites” (ibidem, p. 285). Tendo isso em vista, detectamos que o processo discursivo ora em exame pareceria funcionar como matriz de um processo parafrástico (ORLANDI, [1983] 2011) no que tange aos modos de interpelação do sujeito pela dúvida, posto que é possível observar indícios desse funcionamento na sequência discursiva que analisamos, recortada do primeiro paratexto da primeira obra lexicográfica publicada pela RAE. Retomaremos essa questão no capítulo 2.

terceira pessoa discursiva[110], configurando, de fato, aquele "a quem se fala, polo de interlocução em função do qual o sujeito do discurso efetivamente se institui, representando, pois, elemento interno ao discurso" (INDURSKY, [1997] 2013, p. 160). Em segundo lugar, de maneira geral, é possível interpretar que o destinatário desse discurso parece ser projetado como aquele que assumiria uma postura crítica frente ao trabalho realizado no DA. Esse interlocutor é, assim, evocado de forma reiterada, em diferentes momentos do paratexto do dicionário, segundo podemos ler na série de sequências discursivas que abordamos a seguir, recortadas respectivamente das seguintes seções do DA: *Censura del Señor Don Balthasar de Acevedo, del Consejo de su Magestad en el Real y Supremo de Castilla*" e *Prologo:*

SD1.31: No dudo que en la desigualdád de génios de que se compone el vício infeliz de nuestros tiempos no faltará quien quizás tenga à mál trabájo tan à todas luces grande, valiéndose de lo que por gracejo expressó en la prefación de su *Cuento de cuentos* el discretissimo Don Francisco de Quevédo, honór y glória de nuestra España; pero fuera de que este ingénio dixo su sentir en la obra que en sus tiempos corría, y ahóra vemos debaxo del título de Thesoro de la Léngua Castellana, no me persuado pudiera correr la paridád su juício en la presente, por la maduréz, diligéncia y reflexión con que está dispuesta y executada: **pues además de la igualdád en el méthodo, que con tanto esméro se halla observada en lo crecido del assunto, se registra una exactissima uniformidád en la descripción de las voces, ceñida à las leyes de su idéa** sin mezcla de erudiciones y notícias impróprias y ajénas de su formación: se reconoce el madúro exámen y puntualidád con que están explicadas, para que ni por lo concíso sean obscúras, ni por lo dilatado molestas: y se advierte al mismo tiempo la calidád de ellas, y el modo de reducirlas al papél para su legítimo y verdadero uso, assi en lo hablado, como en lo escrito (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. III[111], grifos nossos).

SD1.32: **Este plausible trabájo les parecerá à** algunos **cosa de poco ingénio, y** otros**, quando no le tengan por ocioso, à lo menos le reputarán por inutil; pero respondiendo à** unos**, y à** otros **por sí misma la obra, solo nos puede consolar à los buenos Españóles** el que haviendo sido atendida grandemente semejante afición à la própria Léngua en Italia, Francia, y mas modernamente en Portugál, **solo** quien **miráre con malos ojos el mayor lustre de nuestra**

[110] Tal como teorizado por Indursky ([1997] 2013, p. 160) em seu estudo sobre o discurso militar no Brasil, a terceira pessoa discursiva se assemelha "ao tu de uma interlocução enunciativa". A autora acrescenta ainda que essa terceira pessoa "não se identifica com a terceira pessoa ou a não pessoa de Benveniste, pois esse autor a exclui da interlocução, enquanto a terceira pessoa discursiva representa [...] a alteridade: aparentando ser aquele a quem se fala e localizado na exterioridade, constitui-se, de fato, naquele a quem se fala, polo de interlocução em função do qual o sujeito do discurso efetivamente se institui, representando, pois, elemento interno ao discurso".

[111] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

> **Nación podrá murmurar de obra tan provechosa** (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. III[112], grifos nossos).

SD1.33: Manteníase la Académia aplicada (como oy lo está) à la incessante taréa de la formación del Diccionario; pero como no salia à luz la obra, y la vivéza de los génios Españoles sea tan extremada, **no faltaron** algunos **que mirassen con impaciencia esta inculpable detención: passando à vaticinar (sin otro fundamento que el de esta involuntária tardanza) que toda su aplicación, sería tan despreciable, como inútil** (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XXXV[113], grifos nossos).

De forma geral, nesta série, detectamos como regularidade a presença de marcas de **indeterminação discursiva** (INDURSKY, [1997] 2013) nas formas de referência ao destinatário, referido por meio de pronomes indefinidos – "algunos, otros, unos, quien". Essa forma de menção do *outro*, segundo postulado por Indursky[114] ao examinar sua representação gramatical "como contrário*"* no discurso presidencial da República Militar Brasileira:

> resulta do preenchimento da posição estrutural na frase por um pronome, geralmente indefinido. Assim procedendo, o mesmo movimento que preenche a posição estrutural, no plano sintático, apaga o referente, no plano semântico, possibilitando que o contrário seja mencionado, mas não identificado, inscrevendo-o, dessa forma, na modalidade da indeterminação referencial.

Apesar da indeterminação referencial, é possível rastrear pistas na série em análise para compreendermos como esse destinatário vai adquirindo contornos e sendo delimitado pelo sujeito discursivo como um adversário. Em SD1.31, por exemplo, detectamos no fragmento que destacamos em sublinhado a projeção da imagem de um leitor que, influenciado equivocadamente pelas críticas de Quevedo ao *Thesoro de la Léngua Castellana o Española* (1611), de Covarrubias, presentes no prefácio da obra *Cuento de cuentos* (1626), poderia não reconhecer as qualidades e a superioridade do DA – determinado em SD1.31 como um trabalho "tan à todas luces grande". Antecipando-se, assim, ao juízo desse leitor, o sujeito do discurso conjectura que o próprio escritor espanhol não ponderaria o mesmo a respeito do dicionário acadêmico, expondo, na explicativa em destaque introduzida

[112] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[113] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.
[114] Ibidem, p.147.

por “pues”, uma série de motivos que isentaria o DA dessas possíveis críticas. Desse modo, detectamos que esse destinatário do DA, ao ser projetado como leitor da obra de Quevedo, pode ser identificado como um indivíduo culto e letrado quem, ainda que criticando a obra acadêmica, pertenceria à mesma posição de classe do sujeito que fala nesse discurso, diferentemente do que ocorre com o *outro* determinado como “vulgo*”,* conforme veremos adiante.

Passando à SD1.32, reposicionada a seguir para facilitar a leitura da análise, observemos como os referentes “algunos”, “unos” e “otros” são significados quando colocados em relação com o sintagma “buenos Españoles”, segmento social em qual o sujeito do discurso se inclui, mobilizando o pronome de primeira pessoa do plural “nos”:

> SD1.32: Este plausible trabájo les parecerá à **algunos** cosa de poco ingénio, y **otros**, quando no le tengan por ocioso, à lo menos le reputarán por inutil; pero respondiendo à **unos**, y à **otros** por sí misma la obra**,** solo **nos puede consolar à los *buenos Españóles*** el que haviendo sido atendida grandemente semejante afición à la própria Léngua en Italia, Francia, y mas modernamente en Portugál, **solo quien miráre con malos ojos el mayor lustre de nuestra Nación podrá murmurar de obra tan provechosa** (*Diccionario de Autoridades*, Tomo I, 1726, p.III, grifos nossos).

Detectamos nesta sequência discursiva dois importantes movimentos no gesto de delimitação do referente “buenos Españoles”. O primeiro deles diz respeito ao **efeito partitivo** (INDURSKY, [1997] 2013) produzido por esse sintagma, que nos levaria a pressupor a existência de “malos españoles”, segmento esse no qual estariam incluídos aqueles (representados gramaticalmente pelos pronomes “algunos”, “unos” e “otros”, como vimos) que criticam o DA, tomando-o como trabalho “de poco ingénio”, “ocioso” ou “inutil”. O segundo movimento, então, como um desdobramento do primeiro, pode ser compreendido a partir do que se afirma no seguinte fragmento em destaque: “**solo quien** miráre con malos ojos el mayor lustre de nuestra Nación podrá murmurar de obra tan provechosa”. Assim, tendo em vista a forma pela qual o advérbio “solo” afeta a significação e o escopo do pronome “quien”, detectamos uma minimização e uma restrição do efeito partitivo depreendido do sintagma “buenos Españoles”, sendo lícito interpretar que o segmento formado por “malos españoles” corresponderia a uma minoria pouco expressiva da nação. Ademais, é possível considerar que essa minoria, ao criticar

uma obra cujo objeto é a língua, projetada nessa discursividade como “el mayor lustre de nuestra Nación”, poderia ser compreendida, pois, no imaginário do sujeito do discurso, ser “buen español” implica apoio à nação e, consequentemente, à língua e ao DA. Em síntese, são “bons espanhóis” aqueles que não criticam o dicionário, zelando pela língua enquanto maior riqueza nacional.

Por fim, na última sequência discursiva desta série, SD1.33, reposicionada a seguir, projetam-se leitores que, embora não destituídos de sua nacionalidade, não compreenderiam os motivos que teriam levado à demora para a publicação do dicionário, tomando-o, por isso, como “despreciable” e “inútil”:

> SD1.33: Manteníase la Académia aplicada (como oy lo está) à la incessante taréa de la formación del Diccionario; pero como no salia à luz la obra, y **la vivéza de los génios Españoles sea tan extremada, no faltaron** algunos **que mirassen con impaciencia esta inculpable detención: passando à vaticinar (sin otro fundamento que el de esta involuntária tardanza) que toda su aplicación, sería tan despreciable, como inútil** (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. XXXV[115], grifos nossos).

De fato, na conjuntura em que veio à luz o DA, criticou-se em muito o tempo empreendido em sua elaboração. Após a publicação do primeiro volume desse dicionário, Mayans teceu a seguinte observação a esse respeito: “Y, ¿quién podrá creer que veinticuatro académicos en un plazo de diecisiete años han dado a la luz solo tres letras? Un solo hombre haría otro tanto en un semestre” (MAYANS, 1731 apud TOVAR[116],1981, p. 432).

Apresentada a análise do fragmento destacado em negrito, examinaremos, a continuação, o fragmento marcado em sublinhado em SD1.30:

> SD1.30: Este, pues, gran trabájo […] advierte el impróprio y violento significado que le ha introducido la ignoránçia del vulgo, insinúa el menos decente en que le ha viciado su malícia, y los equívocos en que el arbítrio de su caprichosa variedád ha dividido confusamente la primitiva unívoca entereza de su significación: explica los adágios ò refránes que se forman de su locución, previene la voz que yá está antiquada, distingue y sepára la yá naturalizada, la modernamente intrusa de extraño Idióma, *y la voluntariamente inventada en el*

[115] http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

[116] TOVAR, A. Mayans y la filosofía en España en el siglo XVIII. In: **Mayans y la Ilustración. Simposio Internacional en el bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans**. Valencia-Oliva, 30 de septiembre-2 de octubre, 1, Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, Oliva, 1981.

> *nuestro por algunos ingénios*[117]*, que especialmente para lo jocoso se tomaron esta licencia* (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. III[118], grifos nossos).

Nesse sentido, compreendemos que se a imagem do acadêmico funcionava como parte da execução de um ritual de qualificação e de legitimação dos sujeitos que realizariam a tarefa de "purificação da língua", temos, no fragmento em destaque, por um lado, a construção da imagem de um *outro* que, consequentemente, só poderia ser responsabilizado por sua "corrupção", revestindo seus vocábulos de significados "impróprios", "indecentes" e "violentos" e, por outro, a impressão de uma "má consciência" linguística no falante, que, segundo Medina (2015, p. 106), funcionaria como "la versión secularizada de una estrategia hasta entonces religiosa que se pondría al servicio de un nuevo modelo de Estado y nación".

Nesse escopo, é relevante assinalar como, paralelamente ao processo de desqualificação e de vituperação do outro, é possível observar de que modo ao dicionário, projetado enquanto um "gran trabajo", é conferida uma performatividade (ORLANDI, [1983] 2011)[119], que atesta seu poder e sua autoridade frente aos demais sujeitos referidos nessa sequência discursiva. Vejamos, nos esquemas a seguir, as ações atribuídas em SD1.30, ao dicionário e ao *outro* designado como "vulgo" em relação à língua:

---

[117] Tal vocábulo é definido da seguinte maneira no DA (Tomo IV, 1734):

> INGENIO. s. m. Facultad o poténcia en el hombre, con que sutilmente discurre o inventa trazas, modos, máchinas y artificios, o razones y argumentos, o percibe y aprehende fácilmente las ciéncias. Viene del Latino Ingenium. MARIAN. Hist. Esp. lib. 7. cap. 15. Hombre docto y de ingénio agúdo. SAAV. Empr. 84. Segúra es la guerra que se hace con el ingénio; y peligrosa y incierta la que se hace con el brazo.
> INGENIO. Se toma muchas veces por el sugeto mismo ingenioso: y assí se suele decir de las comedias de un ingénio, de dos o tres ingénios. Latín. Ingeniosus homo. QUEV. Entremet. El Poeta de los pícaros se fue a revestirse en el cuerpo de los Poetas mechánicos, Ingénios cantoneros, y Musas de alquiler como mulas.

[118] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUILoginNtlle. Acesso em: 11/12/2016.

[119] Nas palavras da estudiosa: "A performatividade da linguagem está ligada intimamente a uma visão da linguagem como ação. Não como ação decorrente do falar mas como ação estruturalmente (organicamente) inscrita no próprio ato de falar". Reconhecemos nesta proposição a ressonância do trabalho do filósofo John Austin (1962), embora a autora não o mencione.

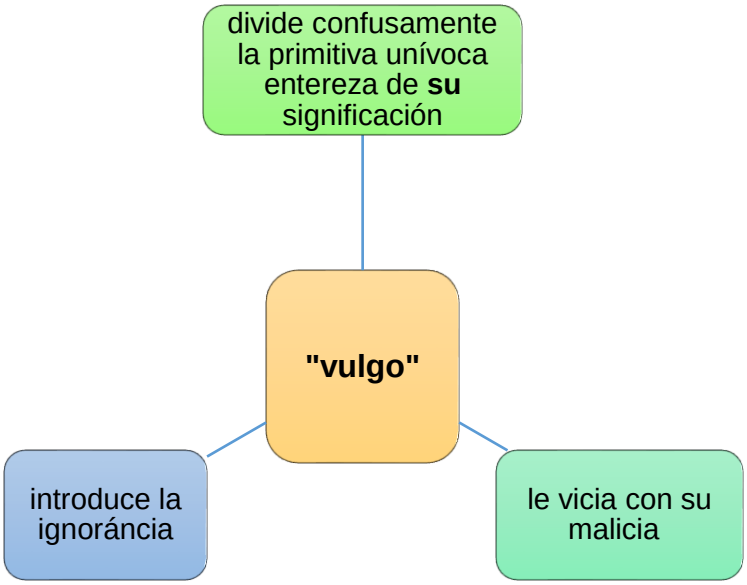


Figura 1: Esquema das “ações” do falante para com a língua

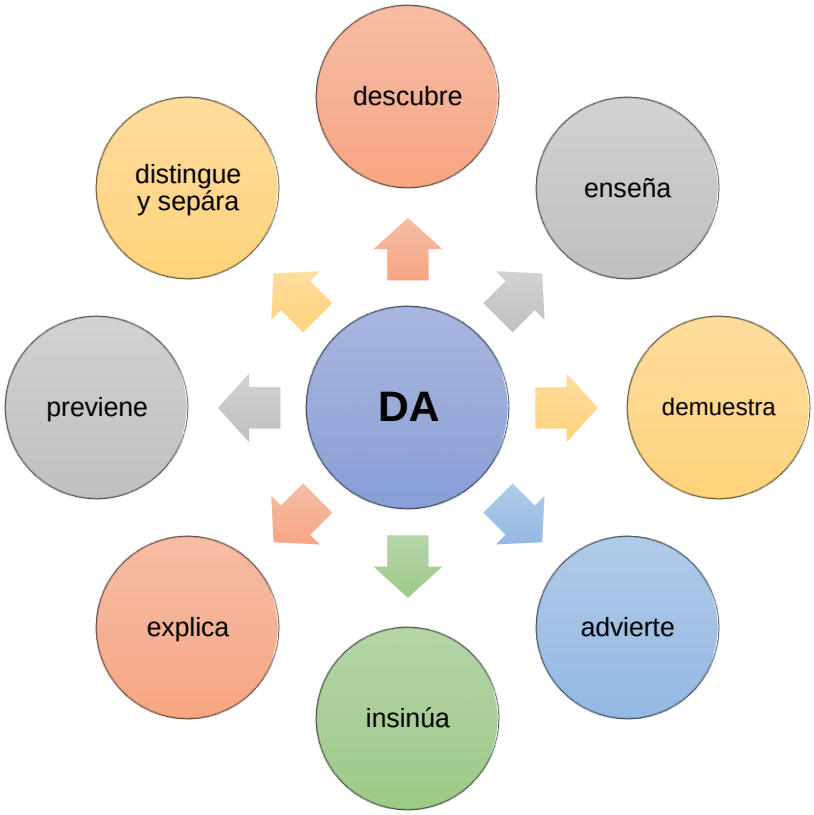


Figura 2: Esquema das “ações” do DA para com a língua

A partir dos esquemas acima, é possível destacar a “expressão da diferença do estatuto jurídico entre os interlocutores, pela diferença das ações” (ORLANDI, 2011, p. 252) que cada um realiza sobre a língua. Em nossa leitura, o exame dessas

ações aponta, pois, para uma relação assimétrica estabelecida entre o sujeito do discurso – personificado pela figura do dicionário – e o *outro*, em sua configuração como “vulgo”, assemelhando-se, em grande medida, à dissimetria entre locutor e ouvinte descrita por Orlandi[120] em seu estudo sobre o funcionamento do discurso religioso/autoritário, conforme antecipamos no início desta seção. A partir do que pondera a autora, compreendemos que, ainda que o objetivo da RAE consistisse em transformar o “vulgo” em “gente discreta” (FRIES, 1989; MEDINA, 2015), segundo vimos, nessa discursividade, esse sujeito parece não ter direito à fala, o que coloca em relevo uma irreversibilidade na troca de papéis entre o sujeito que fala no paratexto do DA e esse *outro* projetado como “vulgo”. Nesse sentido, colocando em relação as formas de abordagem deste com as do destinatário do discurso do paratexto do DA, segundo vimos, detectamos como se deixam entrever nessa discursividade, parafraseando Indursky ([1997] 2013, p. 158), “diferenças, que não são exclusivamente de classe mas também o são”.

Por fim, passando à última forma de representação do *outro* no discurso do paratexto do DA, destacado em itálico em SD1.30, compreendemos que o sujeito discursivo faz alusão ao registro, na nomenclatura do DA, de palavras “inventadas” por escritores literários, de modo a, por um lado, destacar a supremacia da literatura em relação a outras práticas e, por outro, reconhecer que tais sujeitos, diferentemente dos demais falantes, poderiam transgredir, legitimados por seu ofício, as normas reguladoras da língua impostas aos demais falantes.

Assim, a partir do exame das variadas formas de projeção e de referência a esse *outro,* que se fragmenta e se dispersa no discurso em análise*,* detectamos como o poder institucional cria mecanismos para controlar a relação da língua com os falantes, à luz das diferenças estabelecidas entre os sujeitos representados nesse discurso, destacando os diferentes lugares sociais de interlocução, com seus estatutos e poderes desiguais.

[120] Ibidem.

Recapitulação

Neste capítulo, refletimos sobre o processo de institucionalização da RAE, o que nos permitiu compreender o importante lugar dessa instituição no universo político e social oitocentista no qual ela foi fundada.

Ao abordar as formações imaginárias em jogo no discurso do paratexto do DA, na interpretação sobre a projeção de língua, detectamos um funcionamento discursivo em que vimos operar um processo de homogeneização linguística constituído por dois movimentos inter-relacionados: o primeiro colocava o castelhano como única língua vinculada ao espaço de enunciação demarcado pelo império espanhol; o segundo estava relacionado à projeção do “espanhol de Castela”, como variedade a ser privilegiada em detrimento de outras. Esses movimentos revelaram como essa obra lexicográfica atuava na regulação da língua.

No estudo das imagens dos acadêmicos, percebemos que o sujeito do discurso mobilizava a quarta pessoa discursiva (INDURSKY, ([1997] 2013) na construção da representação de si próprio e dos sujeitos a ele vinculados, enquanto membros da RAE. Mostramos, ademais, como essa projeção imaginária, em sua complexidade, se constitui em intrínseca relação com a representação que se tem do próprio do trabalho da Academia de “cultivar y fijar en el modo possible la pureza y elegáncia de la lengua Castellana”. Nesse escopo, interpretamos que o conjunto das imagens que analisamos, constituindo-se como elemento fundamental para que se opere no texto dicionarístico a purificação à qual se pretende, funciona como um ritual (FOUCAULT, [1970] 2014) para que a voz que se ouve no dicionário se apresente enquanto uma voz autorizada e legitimada.

Por fim, no exame da imagem do leitor, detectamos a presença de diferentes formas de subjetividade. Desse modo, mostramos que entram em cena sujeitos não somente projetados como leitores ou consulentes, mas na complexa diversidade de um universo que inclui falantes não necessariamente pensados como interlocutores ou sujeitos passíveis de serem atingidos pelo processo de interpelação presente na obra lexicográfica.

CAPÍTULO 2 – O *DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA*: UMA ABORDAGEM DOS PREFÁCIOS

Ao longo do século XVIII, segundo vimos no capítulo 1, a Academia publicou duas edições do DA, sendo a primeira entre os anos de 1726 e 1739 e a segunda em 1770. Em 1780 aparece a primeira da série de 23 edições da obra lexicográfica acadêmica que, segundo podemos ver na tabela a seguir, foi designada de diferentes formas[121]: *Diccionario de la lengua castellana reducido á un tomo para su mas fácil uso* (DLC), entre os anos de 1780 e 1803, *Diccionario de la lengua castellana* (DLC), de 1817 a 1914 e *Diccionario de la lengua española* (DLE), de 1925 até a última edição publicada, em 2014.

Edições do DLC/DLE		
1.ª	*Diccionario de la lengua castellana reducido á un tomo para su mas fácil uso*	1780
2.ª	*Diccionario de la lengua castellana reducido á un tomo para su mas fácil uso*	1783
3.ª	*Diccionario de la lengua castellana reducido á un tomo para su mas fácil uso*	1791
4.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1803
5.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1817
6.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1822
7.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1832
8.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1837
9.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1843
10.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1852
11.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1869
12.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1884
13.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1899
14.ª	*Diccionario de la lengua castellana*	1914
15.ª	*Diccionario de la lengua española*	1925
16.ª	*Diccionario de la lengua española*	[1936] 1939
17.ª	*Diccionario de la lengua española*	1947
18.ª	*Diccionario de la lengua española*	1956
19.ª	*Diccionario de la lengua española*	1970
20.ª	*Diccionario de la lengua española*	1984
21.ª	*Diccionario de la lengua española*	1992
22.ª	*Diccionario de la lengua española*	2001
23.ª	*Diccionario de la lengua española*	2014

Tabela 1: Edições do DLC/DLE

[121] No capítulo 4 desta tese, analisaremos os efeitos de sentido envolvidos nesse processo de designação.

Conforme exposto no respectivo *Prólogo*, a primeira edição desse dicionário é uma reformulação do DA: nela, este – do qual foram extraídos os exemplos dos usos linguísticos dos literatos tomados como “autoridades” – foi reduzido a um único volume. A proposta de se condensar o DA em um só volume esteve vinculada ao objetivo de, por um lado, facilitar seu manuseio e, por outro, vendê-lo por um preço mais acessível, o que poderia ser interpretado como o desejo por parte da instituição de que a obra alcançasse um maior número de leitores. Tal proposta pode ser compreendida ainda, à luz das reflexões que Nunes (2006) realiza ao analisar a relação entre os dicionários de língua portuguesa dos autores Bluteau (1712-1728) e Moraes (1789), como condizente com uma prática lexicográfica marcada pela conjuntura iluminista, em seus ideais de simplicidade, de clareza e de concisão.

De forma geral, no que diz respeito às demais edições do DLC/DLE, observamos, efetivamente, como, a cada publicação, nos textos introdutórios desse dicionário, reitera-se o aumento no número de entradas e a correção da obra lexicográfica como um todo, tal como podemos ilustrar a partir da sequência discursiva a seguir, recortada do *Prólogo* à 5ª edição, de 1817:

> SD2.1: *Á los veintiséis años de su fundacion acabó la Academia de publicar el* ***Diccionario de la lengua castellana*** *en seis tomos; obra que aplaudieron propios y extraños, y que se miró con razon como fruto de una extraordinaria laboriosidad y diligencia***. La correccion y aumento de esta grande obra ha sido desde entonces el objeto primario de sus continuados afanes**, en que lleva trabajado hasta fines de la letra P; sin que por esto deba entenderse que está agotada la materia, ni concluido para siempre el trabajo de la Academia en las letras anteriores (*Diccionario de la lengua castellana*, 5ª ed., Prólogo, 1817, s/p.[122], grifos nossos).

Observamos, assim, no fragmento destacado em itálico, uma rememoração dos anos de fundação da RAE e da publicação de sua primeira obra lexicográfica, o DA, designado neste recorte por *Diccionario de la lengua castellana*. Ao mesmo tempo em que se exalta a própria publicação, estabelece-se uma filiação entre esta e a obra que o sucede, a saber, o DLC/DLE, colocando-se em relevo o contínuo

[122] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

trabalho de correção e de aumento realizado até a letra P na edição que está sendo prologada[123].

A esse respeito, célebres autores vinculados ao campo da lexicografia hispânica[124] criticam o fato de que o DLC/DLE seja, até os dias de hoje, uma mera reformulação do DA, isto é, de um dicionário do século XVIII. Seco (1995), embora considere que a 21ª edição (1992) daquele dicionário registre o dobro do número de entradas se comparado à 1ª edição (1780), pondera que:

> el valor de este desarrollo cuantitativo queda muy desvirtuado si se considera una implacable realidad: desde 1780, fecha de su primera edición, el Diccionario común solo ha sido objeto de retoques parciales, de correcciones aisladas, de adiciones dispersas; retoques y aumentos, a veces numerosos, y acertados casi siempre, pero nunca una visión reformadora general. Con lo cual, por muchas mejoras sueltas que las sucesivas ediciones vayan acumulando, esas ediciones siguen siéndolo de un Diccionario de 1780 (SECO, 1995, p. 68).

É importante destacar que, apesar de o autor considerar que o DLC/DLE continue "sendo um dicionário de 1780" – e, portanto, uma reformulação do DA, conforme observamos –, neste capítulo, justamente, examinaremos se, e como, operam certas continuidades e certos deslocamentos no modo como se antecipa imaginariamente a língua (o que leva muitas vezes a que trabalhemos a projeção do dicionário), a própria instituição (na complexidade que, como veremos isso implica) e, por fim, o outro na materialidade discursiva dos prefácios[125] da série das 23 edições do dicionário, segundo enumeradas na tabela que reproduzimos anteriormente. Dito de outro modo, buscaremos compreender como se dá nessa textualidade o jogo entre processos parafrásticos e processos polissêmicos, os quais, segundo Orlandi ([1983] 2011; [1988] 1993) regem o funcionamento da linguagem. De acordo com a autora:

---

[123] Embora a revisão e o aumento do dicionário não tenham sido realizados na íntegra, constam de sua nomenclatura itens lexicais de todas as letras do alfabeto, tal como fora feito nas quatro edições anteriores.

[124] Cf. HAENSCH & OMEÑACA, 2004; SECO, 1995.

[125] Como Nunes (2006, p. 33), chamamos *prefácios*, de forma ampla, os textos introdutórios do dicionário em análise. Fundamentalmente, tais textos se apresentam mediante diferentes títulos: *Prólogo* (1780, 1ª ed. a 1843, 9ª ed.), *Al Lector* (1852, 10ª ed. e 1852, 11ª ed.), *Advertencias* (1884, 12ª ed., a 1947, 17ª ed.), *Preámbulo* (1956, 18ª ed. a 2014, 23ª ed.). Em cada caso, diremos o título do texto do qual as sequências discursivas mobilizadas para análise foram recortadas.

> Da observação da linguagem em seu contexto, e em termos bastante gerais, podemos dizer que a produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos, que seriam fundamento da linguagem: o processo parafrástico e o processo polissêmico. § O *processo parafrástico* é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem). § O *processo polissêmico* é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem). Esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem (ORLANDI, [1988] 1993, pp. 19-20, itálicos da autora).

Ao retomar tais conceitos alguns anos mais tarde, a estudiosa ([1999] 2007a, p. 36) os relaciona com o funcionamento da memória e, por via do equívoco, também com o funcionamento da língua:

> Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está ao lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco[126].

Dessa forma, compreende-se que enquanto a paráfrase estaria relacionada à estabilização dos sentidos na memória, produzindo sob diferentes formulações, os mesmos processos de significação, a polissemia está vinculada a uma ruptura, um deslocamento em relação ao espaço do dizível. É, portanto, pensando no funcionamento desses processos – com especial atenção aos deslocamentos produzidos em relação aos sentidos que circulam no DA – que examinaremos as marcas linguísticas que nos permitam interpretar as formações imaginárias em jogo.

Nesse sentido, começaremos por abordar a projeção que se faz da língua.

1. A imagem de língua

Nesta seção, o primeiro movimento de análise consiste em estudar o modo de constituição da rede parafrástica que tem como eixo a injunção à conservação da "pureza da língua". Como desdobramento desse movimento, num segundo gesto, interpretamos como se significa a língua nos prefácios do DLC/DLE em relação à admissão e à inclusão de vocábulos vinculados às áreas da ciência e da tecnologia

[126] Ibidem, p. 36.

em diferentes conjunturas, mostrando como o sujeito do discurso se relaciona com as transformações ocorridas nas condições de produção.

Começando pelo primeiro movimento, ao examinarmos como a imagem de língua é projetada no discurso prefacial do DLC/DLE ao longo de diferentes condições de produção, observamos que se perpetuam por meio de variadas formas os mesmos sentidos produzidos a partir da injunção à conservação da "pureza da língua" sob a qual foi fundada a RAE e publicada sua primeira obra lexicográfica, segundo vimos no capítulo 1, enquanto sentidos dominantes, que foram se regularizando e se institucionalizando[127].

Vejamos como tais sentidos são reproduzidos no *Prólogo* da 5ª edição do dicionário, de 1817:

> SD2.2: En primer lugar, es muy considerable el número de artículos que ha adquirido de nuevo el Diccionario, y estos no de voces fácilmente formales ó anticuadas, ni de significación metafórica ó de uso pasagero, en que la Academia usando de la severidad que aconseja **la conservación de la pureza de la lengua**, ha solido inclinarse mas bien á la reforma y supresión que el aumento, sino de otras dicciones que la autoridad de nuestros mejores escritores ó el uso comun, constante y continuado de las personas cultas obliga á admitir en el Diccionario, á pesar de la pausada circunspeccion con que en esto procede la Academia, y que quizá parecerá á algunos excesiva (*Diccionario de la lengua castellana*, 5ª ed., Prólogo, 1817, s/p.[128], grifos nossos).

Detectamos neste funcionamento discursivo como o objetivo de conservação da pureza da língua apresenta-se como um sentido dominante e cristalizado, revelando um forte processo de interpelação-identificação do sujeito com a formação discursiva que o afeta.

Nessa esteira, no decorrer dos séculos XIX e início do XX, mais especificamente, até a publicação da 15ª edição do dicionário, em 1925, encontramos na materialidade textual dos prefácios diferentes marcas[129] que nos permitem compreender como esse sentido vai sendo retomado, repetido e

---

[127] Cf. ORLANDI, [1988] 1993, pp. 20-21.

[128] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

[129] A título de ilustração, na 14ª edição, publicada em 2014, por exemplo, destacamos a reiteração do radical *depur*, o qual aparece quatro vezes no prólogo do dicionário (*depuración* [2 vezes], *depurar*, *depure*). Nessa edição ainda encontramos o seguinte fragmento que nos permite lançar luz a esse processo de interpelação-identificação do sujeito pela formação discursiva que o afeta: "No es empresa tan fácil sacar a la luz pública una nueva edición de nuestro léxico, limpia de toda mácula que lo deslustre o empane" (*Diccionário de la lengua castellana*, 14ª ed., 1914, p. VII).

propagado na discursividade do DLC/DLE, fortalecendo as fronteiras da formação discursiva na qual o sujeito se inscreve.

No *Preámbulo* à 20ª edição, de 1984, então, após mais de dois séculos da institucionalização e da dominância de sentidos enleados à injunção à conservação da "pureza da língua", deparamo-nos com um fragmento que pareceria apontar para um deslocamento significativo, conforme podemos observar na sequência discursiva a seguir:

> SD2.3: La Academia, en su pleno y en sus comisiones, ha trabajado activamente. Los cambios en la vida y en la sociedad, las novedades constantes en la ciencia y en la técnica, le han impuesto el estudio y la aceptación de multitud de novedades en el léxico. **Siguiendo** *no solo* **una tradición de la Academia,** *sino* **tendencias de nuestro idioma ya desde tiempos anteriores al siglo XVIII,** no ha guiado a la Academia un espíritu de purismo y limitación, **sino que el DICCIONARIO recoge voces y usos vulgares, junto a la tradición literaria, y acepta de la ciencia y la técnica los términos que entran con tanta fuerza y autoridad en la lengua oral y escrita, incluso en su uso cotidiano; consciente además de la necesidad de guardar la unidad del idioma oficial en tantos Estados independientes y con vida cultural y editorial propias, está abierta a los americanismos, que con Asociación de Academias de la Lengua Española tienen su órgano de presencia en las comisiones académicas de la de Madrid** (*Diccionario de la lengua española*, Preámbulo, 20ª edição, 1984, p. VIII[130], grifos nossos).

Em SD2.3, a relação de inclusão que se estabelece por meio dos operadores em itálico "no sólo"/ "sino" – de que o dicionário "sempre" fora elaborado à luz da "tradição da instituição" e de "tendências" da própria língua espanhola – constitui a base sobre a qual se ancora a negação "no ha guiado a la academia un espíritu de purismo y limitación", destacada em sublinhado. Compreendemos que nesse fragmento, o dizer se constitui por um processo que Indursky (1990) denomina "denegação discursiva". A pesquisadora, por um lado, retrabalhando esse conceito a partir do campo da psicanálise e, por outro, remetendo-nos ao processo de interpelação-identificação do sujeito tal como postulado na teoria pecheutiana, define a denegação discursiva como "aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso" (INDURSKY, 1990, p. 120). Para a autora, pois, dentre as possibilidades oferecidas no espaço do dizível, o sujeito nega certo saber que poderia ter sido dito, mas que "aparece recalcado na FD,

[130] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa" (INDURSKY, 1990, p. 120). Tendo isso em vista, interpretamos que a "pureza da língua", enquanto sentido dominante que – conforme vimos mostrando – orientara o discurso presente nos prefácios do dicionário, constitui um elemento de saber que fica recalcado na FD na qual o sujeito se inscreve, vindo a se manifestar pela negação no fio do discurso.

Observamos que o funcionamento dessa denegação está relacionado à operação de procedimentos lexicográficos vinculados à admissão, na nomenclatura do dicionário, 1) de palavras relacionadas ao "uso vulgar", 2) de palavras vinculadas às ciências e à tecnologia e, também, 3) daquelas designadas como "americanismos".

Considerando, por um lado, como analisamos no capítulo 1, que o registro de vocábulos reconhecidos como "vulgares" se filia a uma prática já presente na primeira obra lexicográfica acadêmica e, por outro, que a análise do gesto de admissão de *americanismos* no DLC/DLE mostra-se mais significativa para a compreensão dos processos de sentido que analisaremos no capítulo 4, nosso objetivo neste momento será o de compreender como se significa a língua, e muitas vezes, o próprio dicionário, em relação à admissão e à inclusão de vocábulos vinculados às áreas da ciência e da tecnologia.

Para tanto, comecemos pelo que se afirma no *Prólogo* à 2ª edição do DA (1770):

> SD2.4: De las voces de ciencias, artes y oficios solo se ponen aquellas que **están recibidas en el uso comun de la lengua**, sin embargo de que la Academia pensó antes ponerlas todas, y para esto hizo repartimiento de ellas entre los Académicos, como se previno en el sexto tomo de la primera edicion. La razon de haber variado consiste, en que este **no es un Diccionario universal**, pues aunque se propuso hacerle **copioso** y esto se ha procurado, se debe entender de todas las voces que se usan en el trato ó comercio comun de las gentes, y así no deben entrar en él las de ciencias, artes, y oficios que no han salido del **uso peculiar** de sus profesores: y por esta razon la Academia Francesa, y la de la Crusca excluyen de sus Diccionarios estas voces (*Diccionario de autoridades*, 2ª ed., Prólogo,1770, p. 1[131], grifos nossos).

[131] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

Nesta sequência discursiva é possível entrever a construção tanto de uma imagem de língua quanto de dicionário. Observamos, assim, que assentindo filiar-se a uma prática lexicográfica usada pelas Academias Francesa e da Crusca, o sujeito do discurso delimita a nomenclatura do DA, afirmando que nessa obra lexicográfica são registradas tão somente as palavras “recibidas en el uso comun de la lengua” – embora se reitere, por meio do adjetivo “copioso”, o desejo de exaustividade do dicionário – mediante a justificativa de que esse, ainda que compile muitos vocábulos, não seria um “Diccionario universal”, posto que em sua nomenclatura não se registrariam vozes dos campos das “ciências, artes e profissões” “que no han salido del uso peculiar de sus profesores”. Dessa forma, considerando os adjetivos “universal”, para determinar o nome “dicionário”, e a oposição que se estabelece por meio dos adjetivos “comun”/ “peculiar”, na determinação do nome “uso”, encontramos marcas que nos permitem ir compreendendo as projeções imaginárias em jogo. Nesses termos, na negação de que o DA constitua um “dicionário universal”, por não registrar vozes que remetam a um “uso peculiar”, interpretamos que essa obra lexicográfica já se assinalara como um dicionário que registra o “uso comun de la lengua” ou, em outras palavras, como um dicionário que não registra vocábulos restritos a certos campos de saber.

Passando já ao *Prólogo* da 7ª edição, de 1832[132], vejamos como se projetam as representações imaginárias de “língua” e de “dicionário”:

> SD2.5: Así que ha excluido los nombres caprichosos y pasageros de trajes y modas que hoy se emplean y mañana desaparecen para no volverse á oír nunca. Por igual razón ha excluido infinitas voces técnicas de ciencias, artes y oficios que no pertenecen al **lenguaje comun,** único objeto del Diccionario (*Diccionario de la lengua castellana*, 7ª ed., Prólogo,1832, p. 3[133], grifos nossos).

Note-se como em SD2.5 reiteram-se os sentidos vinculados à obra lexicográfica acadêmica como o dicionário que tem por objeto o registro da “língua comum”, apresentada neste funcionamento discursivo como um pré-construído e delimitada a partir da exclusão de certas vozes que o imaginário linguístico, neste

[132] Lembremos que as quatro primeiras edições do DLC/DLE, publicadas respectivamente nos anos de 1780, 1783, 1791 e 1803, reproduzem, salvo pouquíssimas alterações, o mesmo texto prefacial.
[133] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

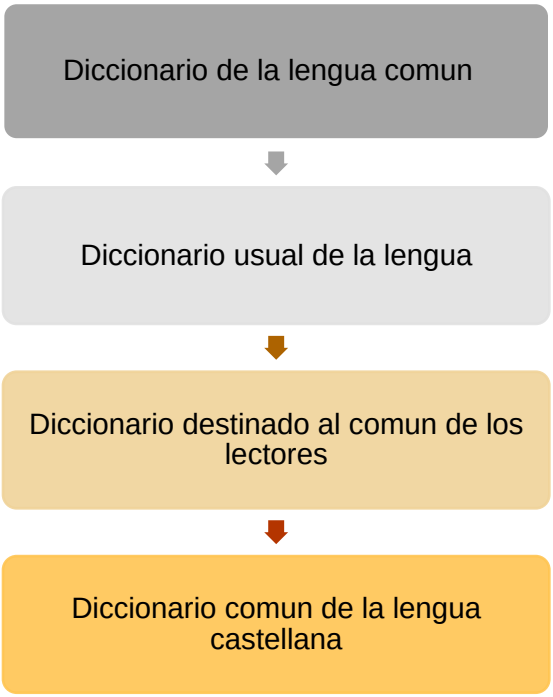
momento sócio-histórico, não comportaria por não constituir um saber próprio da FD que afeta o sujeito.

Observemos como esses sentidos enleados à projeção imaginária da obra lexicográfica são repetidos e ganham força em sua edição seguinte (8ª ed., 1843), tal como podemos ler no fragmento a seguir, recortado do *Prólogo*:

> SD2.6: hay tambien una inmensa nomenclatura de las ciencias, artes, y profesiones, cuyo significado deben buscar los curiosos en los vocabularios particulares de las mismas; tales voces pertenecen á todos los idiomas y á ninguno de ellos, y si hubieran de formar parte del **Diccionario de la lengua comun**, léjos de ser un libro manual y de moderado precio, circunstancias que constituyen su principal utilidad, seria una obra voluminosa en demasía, semi-enciclopédica y de difícil adquisicion y manejo. […] ¿No se forman e inventan á cada paso nuevos sistemas, divisiones, combinaciones y afinidades, que obligan al trastorno total de las precedentes con tan rápida sucesion, que no es compatible con la mesurada y lenta marcha del **Diccionario usual de la lengua**? De esta misma volubilidad nace la que experimentan las definiciones técnicas, las cuales aunque no sufriesen tan frecuente alteracion, nunca podrian convenir en un **Diccionario destinado al comun de los lectores**, para quienes la definición científica de una voz seria tal vez mas oscura é ininteligible que la voz misma […].
> De ese modo, se nos dirá, ¿a qué vendrá á quedar reducido el **Diccionario comun de la lengua castellana**, si no han de admitirse en él las voces y locuciones propias de las diferentes artes y ciencias, cuando apenas hay cosa en el mundo que no pertenezca á alguna de ellas, mas ó menos directamente? (*Diccionario de la lengua castellana*, 8ª ed., Prólogo, 1843, s/p[134], grifos nossos).

Chama-nos a atenção neste funcionamento discursivo o efeito produzido nas diferentes formas mobilizadas para designar o DLC/DLE, segundo destacamos em negrito na SD2.6 e esquematizamos a seguir:

[134] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.



Entendemos que esses sintagmas mobilizados para referir o dicionário constituem, de acordo com Guimarães (2002), uma rede de **designações**. Segundo o autor:

> **designação** é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história[135].

Tendo isso em vista, a série de designações "Diccionario de la lengua **comun**" – "Diccionario destinado al **comun** de los lectores" – "Diccionario **comun** de la lengua castellana" parece funcionar, a partir de um movimento parafrástico, como um modo de regulação discursiva dos sentidos, antecipando tanto uma língua imaginária "comum", destituída de certas vozes, quanto o lugar desse dicionário e a forma pela qual ele deve ser compreendido socialmente. Assim, considerando a reiteração do significante "comum" na série em exame – que funciona em diversas posições sintáticas: como atributo de diversos nomes e como núcleo de sintagma nominal – e os efeitos que ele produz, compreendemos que se institui discursivamente a forma pela qual o DLC/DLE é tomado nesse processo de significação: como objeto capaz de dar coesão a uma coletividade, a uma

[135] Ibidem, p. 9, grifos do autor.

comunidade discursiva. Prefigura-se, assim tanto o conceito de "língua compartilhada", objeto chave no movimento pan-hispanista – segundo aprofundaremos na Parte II – quanto o de "língua geral", objeto que ganhará força no final do século XX, a partir da publicação da *Nueva Política Linguística Panhispánica* (2004), pela RAE e pela ASALE (*Asociación de las Academias de la Lengua Española*)"[136].

Observemos que, nesse processo, a designação "Diccionario usual de la lengua" pareceria, pela presença do significante "usual", escapar à série que analisamos. Ao considerarmos, entretanto, num movimento de estabelecer relações de sentido, que no próprio DLC/DLE (8ª ed., 1843) a definição registrada para o adjetivo "usual" é "lo que **comun** ó frecuentemente se usa ò practica", detectamos que todo o conjunto de designações que examinamos em SD2.6 forma uma rede parafrástica constituída por sentidos que parecem estar, nesse momento, fortemente estabilizados e sedimentados na formação discursiva[137].

É na 18ª edição (1956) da obra lexicográfica, então, que é possível entrever uma certa movência de sentidos relacionada ao imaginário de dicionário e de língua que circula nos prefácios, de maneira a ressignificar o trabalho da própria RAE, tal como podemos depreender à luz da sequência discursiva recortada da seção intitulada *Preámbulo*:

> SD2.7: Las etimologías se han rectificado con arreglo a los últimos resultados de la investigación en esta rama de la lingüística; asimismo se han corregido muchas definiciones de botánica, zoología y otras ciencias biológicas y no pocas referentes a física y química que resultaban anticuadas a la luz de los adelantos recientes en estas disciplinas; y, por último, se han incorporado al DICCIONARIO muchas voces que corresponden al vocabulario puesto en circulación por las técnicas modernas en medicina, automovilismo, deportes, radio, física nuclear, etc. **En este punto la Academia,** que siempre anduvo parca en la admisión de tecnicismos**, ha abierto esta vez la mano, dando así satisfacción a importantes sectores de opinión que desean hallar en el DICCIONARIO, no sólo la definición de las voces de nuestro patrimonio tradicional, sino también la explicación de esos neologismos que, de poco tiempo a esta parte, han arraigado y**

[136] A respeito da designação "língua geral" nos prefácios do DLC/DLE, já produzidos após a NPLP, cf. o trabalho de Celada, Costa e Brianezi (2015).

[137] Neste ponto, é importante dizer que o imaginário vinculado à "língua comum", presente no discurso do paratexto do DLC/DLE, está intrinsecamente entrelaçada à forma pela qual se projeta e se antecipa, nessa discursividade, o próprio instrumento linguístico, designado por: "diccionario usual" (1843, 1984, 1992, 2014), "diccionario común" (1843, 2014) e "diccionario general de la lengua" (2001).

> **tienen amplia difusión en el lenguaje**; como antibiótico, genocidio, cromosoma, deuterio, poliomielitis, cibernética, etc (*Diccionario de la lengua española*, 18ª ed., Preámbulo, 1956, p. VII[138], grifos nossos).

Destacamos a tensão que se estabelece entre a relativa sublinhada – "que siempre anduvo parca en la admisión de tecnicismos", cujo funcionamento remete a um pré-construído enleado a uma certa projeção de língua – e a textualidade que a segue, de forma a se produzir, a partir de um gesto de admissão de vozes científicas e tecnológicas, um deslocamento de sentidos vinculado à ressignificação, não somente da imagem de língua e do dicionário, mas também da própria instituição.

Dessa forma, é possível observar como o sujeito do discurso, por um lado, afetado pela exterioridade de um contexto sociocultural fortemente marcado pela expansão da classe média urbana e pelo desenvolvimento da indústria midiática[139], e, por outro, antecipando as expectativas dos consulentes, é levado a atualizar a memória em novas condições de produção, sofrendo coerções para despojar-se de uma forma dominante e institucionalizada de elaborar a obra lexicográfica.

Isso nos permite entrever, com base nas reflexões de Courtine ([1981] 2014) e de Indursky (2007), como as fronteiras da formação discursiva na qual esse discurso se inscreve estão sendo reconfiguradas, viabilizando certos movimentos de identificação e possibilitando a entrada de novos sentidos, que em outro momento eram significados como alheios ou foram objeto de rejeição. Nesse escopo, parece que temos indícios que nos permitem considerar que estamos diante de um **acontecimento enunciativo**, designado por Indursky (2007, p. 170) como o momento de instauração de uma nova posição sujeito no interior de uma formação discursiva.

Ao nos questionarmos sobre o modo pelo qual essa nova posição sujeito que detectamos em SD2.7 se relaciona com os novos saberes incorporados à FD, encontramos na retomada anafórica do referente "tecnicismos" pelo termo "neologismo" uma importante pista: nesse espaço de memória, "neologismo" fora definido na 9ª edição (1843) e na 10ª edição (1852) como "vicio que consiste em introducir voces nuevas en um idioma"[140]. Nesse sentido, poderíamos levantar a

---

[138] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

[139] Cf. TUÑÓN DE LARA, 1987.

[140] Na edição em exame (18ª ed., 1956) o verbete é registrado da seguinte forma: "**Neologismo**. m. Vocablo, acepción o giro nuevo en una lenguall 2. Uso de estos vocablos o giros nuevos".

hipótese de que a movência de sentidos que detectamos na sequência discursiva em análise não estaria relacionada, ainda, a uma "identificação plena"[141] do sujeito do discurso com os sentidos – relacionados ao deslocamento que começa a se produzir na imagem de língua e de dicionário – que passam a dominar na FD na qual ele se inscreve.

Passemos a ver no *Preámbulo* da edição seguinte (19ª ed., 1970), como se dá continuidade ao aumento de inclusão de vozes no dicionário e atentemos para as marcas linguísticas que nos permitem delinear e compreender melhor a nova posição sujeito que assinalamos:

> SD2.8: Se ha aumentado un número importante de voces y acepciones con el criterio, ya iniciado antes de incorporar las que, como consecuencia del rápido progreso que se observa en las ciencias y en las técnicas, y merced a la gran eficacia de los medios de difusión de que hoy se dispone, pasan diariamente de la nomenclatura especializada al **lenguaje culto general** e incluso al dominio común. **Además se ha dado acogida a palabras, locuciones y frases pertenecientes al lenguaje familiar, sin excluir muchas de carácter popular que a veces lindan con lo** francamente **vulgar** (*Diccionario de la lengua española*, 19ª ed., Preámbulo, 1970, p. VII[142], grifos nossos).

Ao percorrermos a série de prefácios do DLC/DLE, observamos que a edição da qual recortamos esta sequência discursiva (19ª ed., 1970) é, com efeito, a primeira em que não podemos rastrear indícios que apontam para a injunção à "pureza da língua"[143]. Além disso, como ocorre em SD2.7, é possível detectar uma reiteração do gesto de admissão/inclusão de vozes científicas e técnicas na nomenclatura do dicionário.

Dessa forma, observe-se, primeiramente, como as palavras pertencentes ao âmbito das ciências e da tecnologia entram em relação com o que se projeta, nesta discursividade, como "lenguaje culto general", sintagma que remete ao imaginário de língua que constitui o objeto do dicionário desde a fundação da Academia, conforme

---

[141] Cf. INDURSKY, 2007, p. 169.

[142] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

[143] Nessa leitura, desconsideramos os prefácios da 16ª edição (1936-1939), que será mobilizado no capítulo 3 desta tese. Antecipamos que a materialidade desses textos, sobremaneira, constitui uma "zona discursiva especialmente sensível ao contexto sócio-histórico" (Cf. ARNOUX, 2008), em que é possível observar uma forte tomada de posição do sujeito do discurso frente à guerra civil espanhola (1936-1939) e à chegada ao poder do militar Francisco Franco, de forma a saturar essa textualidade, não deixando lugar para a abordagem de questões de outra natureza, conforme mostraremos.

mostramos no capítulo 1, mas que é ressignificado na sequência discursiva em exame. Em segundo lugar, ao se enunciar, pela primeira vez, mais de dois séculos após a publicação do DA, a admissão de palavras “de carácter popular que a veces lindan con lo francamente vulgar”, reconvocando para a memória sentidos já presentes na obra lexicográfica oitocentista[144], detectamos uma marca, que sublinhamos no fragmento: “francamente”. Interpretamos que esta indica um movimento de resistência na forma pela qual esse sujeito se relaciona com os saberes e os dizeres que estão sendo incorporados à formação discursiva que o afeta.

Na edição seguinte (20ª ed., 1984), então, recortamos um fragmento – em que detectamos, por parte da instituição, a denegação do propósito de conservar a “pureza da língua” – a partir do qual se desdobrou o gesto de leitura apresentado na presente seção. Neste ponto, retomemos tal fragmento, o que nos possibilitará continuar mostrando a maneira pela qual o sujeito vem se relacionando com sua FD:

> SD2.3: Los cambios en la vida y en la sociedad, las novedades constantes en la ciencia y en la técnica, le han impuesto [a la Academia] el estudio y la aceptación de multitud de novedades en el léxico. Siguiendo *no solo* una tradición de la Academia, *sino* tendencias de nuestro idioma ya desde tiempos anteriores al siglo XVIII, no ha guiado a la academia un espíritu de purismo y limitación, sino que el DICCIONARIO recoge voces y usos vulgares, junto a la tradición literaria, **y** acepta **de la ciencia y la técnica los términos que entran con tanta fuerza y autoridad en la lengua oral y escrita, incluso en su uso cotidiano** […] (*Diccionario de la lengua española*, Preámbulo, 20ª edição, 1984, p. VIII[145], grifos nossos).

Os fragmentos destacados em sublinhado, por um lado, permitem interpretar que o sujeito discursivo ainda não se identifica de forma plena com os saberes incorporados na FD, os quais, por sua vez, produzem uma ressignificação nos imaginários de dicionário e de língua, bem como, no trabalho da própria RAE. Por outro lado, e ao mesmo tempo, revelam como a exterioridade determina o dizer do sujeito discursivo que, ainda que de forma tensa, se vê coagido pelas injunções históricas e sociais.

Por fim, analisemos o deslocamento que se produz à luz das antecipações imaginárias em jogo na seção *Advertencias para el uso del diccionario*, presentes na

[144] Cf. a análise apresentada no capítulo 1, seção 3.1.
[145] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 04/12/2016.

penúltima edição do DLC/DLE (20ª ed., 2001), e a forma pela qual o sujeito discursivo se posiciona frente a elas:

> SD2.9: **El Diccionario da cabida a aquellas voces y acepciones procedentes de los distintos campos del saber y de las actividades profesionales cuyo empleo actual** – se excluyen también los arcaísmos técnicos – ha desbordado su ámbito de origen y se ha extendido al uso, frecuente u ocasional, de la lengua común y culta. Siempre que tal uso no se haya hecho general, las acepciones tienen una marca que las individualiza: *Acús.* (‘acústica’), *Estad.* (‘estadística’), *Fil.* (‘filosofía’), *Quím.* (‘química’), etc (*Diccionario de la lengua española*, 22ª ed., 2001[146], grifos nossos).

Conforme mostramos nas análises realizadas até o momento, o DLC/DLE foi projetado durante muito tempo como um dicionário que registrava a “língua comum”, a qual, por sua vez, era antecipada como aquela na qual, em síntese, não eram admitidas vozes científicas e tecnológicas.

Em SD2.9, pois, a relação entravada entre “dicionário”, “vozes científicas e tecnológicas” e “língua culta e geral” aparece nessa discursividade como um pré-construído, como se sempre fora assim e estivera aí, produzindo um apagamento do tenso processo de inclusão desse léxico e da resistência das posições subjetivas em jogo, como se tal domínio lexical fora intrinsecamente constitutivo dos imaginários de dicionário e de língua.

Note-se que a partir da oração condicional introduzida por “siempre que” é possível detectar, inclusive, um gesto imponderável na FD na qual se inscrevia o sujeito no século XIX: a inclusão de vozes relacionadas ao campo da ciência e da tecnologia antecipadas como de “uso ocasional”. Observamos, assim, que a edição publicada no novo milênio deixa marcas que assinalam o processo de plena identificação do sujeito com os saberes que foram sendo incorporados à formação discursiva.

Dessa forma, destacamos como nesta série de sequências discursivas (SD2.7 a SD2.9) demos visibilidade a marcas linguísticas que circunscrevem um movimento progressivo, porém não linear – que vai da resistência à “plena identificação[147]” – do processo de interpelação-identificação do sujeito com os novos saberes e sentidos absorvidos pela FD em diferentes condições de produção, de

[146] Disponível em: http://www.rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/que-contiene/item-numero-2. Acesso em: 05/12/2016.
[147] Cf. PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 199.

maneira a lançarmos luz à movimentação dos sentidos e das posições do sujeito do discurso. Compreendemos que essas últimas revelam a forma pela qual esse sujeito é afetado pela exterioridade sócio-histórica e nos permitem dar visibilidade às transformações ocorridas no seio da formação discursiva.

Hobsbawm (1990), observa que no período vinculado à Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, registrou-se um acentuado progresso das atividades técnicas e científicas, vinculado a uma importante transformação nas relações de poder na política internacional, com a instauração da burguesia como classe social hegemônica.

Tendo isso em vista, interpretamos que, erigindo-se a necessidade de recolher o léxico relacionado às relações de produção dessa classe[148], a negativa inicial em se registrá-lo na nomenclatura do DLC/DLE pode ser lida como uma resistência, imbricada a um desejo de manutenção das antigas relações hegemônicas, em se submeter às demandas das atividades de produção da burguesia. Por outro lado, considerando o processo de plena identificação do sujeito com os saberes da FD, conforme detectamos na 22ª edição do dicionário (2001), entrevemos, como a formação discursiva pode ser diferente, divergente e heterogênea com relação a si própria[149] e, fundamentalmente, no processo discursivo que examinamos, como ela é capaz de se transformar e de se reconfigurar de acordo com as relações de poder em jogo.

Passemos à seção seguinte, onde examinaremos certas projeções imaginárias da RAE nos prefácios do DLC/DLE.

2. A imagem da RAE

Como vimos no capítulo 1, ao examinar as diferentes antecipações imaginárias em jogo no discurso do paratexto do DA, detectamos que, para se

[148] Segundo Lara (2013, p. 446) nesse período de fortalecimento da burguesia, foram publicados na Espanha dicionários produzidos por autores que não eram acadêmicos, ainda que seus trabalhos, de certa forma, fossem baseados na obra lexicográfica da RAE. De acordo com o autor, nos prefácios desses dicionários, destacavam-se as críticas relacionadas à ausência de tecnicismos na nomenclatura do DLC/DLE. Os dicionários analisados por Lara são: *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes y sus correspondientes en las tres lenguas: Francesa, Latina é Italiana* (1786), de Esteban de Terreros y Pando e o *Nuevo diccionario de la lengua castellana*, *que comprende la última edición íntegra, muy rectificada y mejorada, del publicado por la Academia Española, y unas veinte y seis mil voces, acepciones, frases y locuciones, entre ellas muchas americanas* (1846), de Vicente Salvá.

[149] Cf. INDURSKY, 2007; COURTINE [1981] 2014.

representar o sujeito do discurso mobilizava a forma linguística “los academicos”, de forma a referir-se como se fosse outro, modalidade que Indursky ([1997] 2013) teoriza como a **quarta pessoa discursiva**.

Em nosso gesto de leitura da série de prefácios do DLC/DLE, observamos que, embora haja uma continuidade na impessoalização do sujeito do discurso, esse passa a refugiar-se sob a égide da própria instituição, referida na materialidade linguística por meio do sintagma “La Academia”, segundo mostraremos a seguir. Nesse sentido, nesta seção, analisaremos o modo pelo qual a RAE é significada, centrando-nos especialmente em certas marcas que parecem constituir pistas das posições que o sujeito discursivo vai ocupando nesse processo de significação.

No percurso de análise, destacamos a projeção de duas imagens fortemente imbricadas: a representação, em diferentes conjunturas, de uma Academia que se coloca como “súdita da nação” e a construção discursiva da autoridade da RAE que, como veremos, erige-se ao longo do século XIX, em condições de produção muito específicas.

Começando pelo exame da primeira imagem, lembremos que na materialidade linguística do paratexto do DA é possível assinalar uma posição sujeito que assume o papel de “súdito” do rei, consciente de seus deveres cívicos, que se coloca à disposição da coroa com a finalidade de contribuir para sua glória e para a honra da nação[150].

Vejamos como no *Prólogo* já da 1ª edição do DLC/DLE, de 1780, encontramos pistas linguísticas nas quais é possível observar a reiteração dessa imagem:

> SD2.10: Si esta obra mereciese aceptacion, y llegase el caso de reimprimirla, se añadirán todos los aumentos y correcciones, que se hubieren hecho al tiempo de la reimpresion. Entretanto **espera la ACADEMIA, que el Público disimulará los defectos que encontrare en ella, en atención al zelo con que procura desempeñar las obligaciones de su instituto, proponiéndose siempre por objeto en todas ellas la pública utilidad** (*Diccionario de la lengua castellana*, 1ª ed., Prólogo,1780, p. 3[151], grifos nossos).

[150] Cf. capítulo 1, seção 3.2.
[151] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

Neste recorte, dirigindo-se ao consulente ou leitor, referido como “Público”, o sujeito do discurso reafirma que as atividades acadêmicas são realizadas pensando na “utilidade pública”, de forma a projetar o dicionário numa forte relação com um projeto político de Estado, tal como já dissémaros no capítulo 1.

Pinçando fragmentos da textualidade da *Advertencia* à 12ª edição do dicionário, publicada no ano de 1884, em condições de produção marcadas pelo recente fim do outrora império Espanhol, observe-se como rastreamos sentidos que parecem estar filiados a um arraigado nacionalismo linguístico:

> SD2.11: Cree ésta [la Academia], como también se ha dicho, haber mejorado su DICCIONARIO: no cree haber puesto fin á la tarea de aumentarle y de corregirle […]. No le sorprenderá, por tanto, la censura atinada, ni desoirá ningún consejo, venga de donde viniere, ni dejará de acatar la buena intención, aunque no la recomiende el acierto. Para la patriótica y, por muchas razones, meritoria empresa de llevar el diccionario de la lengua castellana hasta el último grado de perfección á que la voluntad y el entendimiento del hombre puedan elevarle, siempre recibió y siempre recibirá la Academia con íntimo júbilo el amparo **de los entendidos y del público en general**. **Á España** entera **importa que se** conserva íntegra **y** pura **y se enriquezca sin desdoro** *el habla que es agente eficacísimo de su gloria, prenda de su independencia, signo de su carácter* (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., Advertencia, 1884, p. VII[152], grifos nossos).

Neste funcionamento discursivo, o sujeito, admitindo a impossibilidade de que o DLC/DLE seja apresentado como uma obra perfeita e acabada, reconhece e antecipa suas “imperfeições”, mostrando-se aberto às críticas desferidas ao instrumento linguístico[153]. Observe-se que, tal como já havíamos detectado na textualidade do DA, a busca de perfeição do dicionário continua sendo representada como uma “tarefa patriótica”, a qual, se naquele momento recebia o apoio dos “bons espanhóis” (SD1.32), nesta edição do DLC/DLE, recebe amparo “de los entendidos y del público en general”. Ou seja, se no discurso da primeira obra lexicográfica

[152] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

[153] Como abordado em nota neste capítulo, durante o século XIX, segundo Lara (2013), uma das principais fontes de críticas ao DLC/DLE estava concentrada nos prólogos dos dicionários publicados por autores, dentre os quais, destaca-se a obra lexicográfica do valenciano Vicente Salvá, intitulada *Nuevo diccionario de la lengua castellana* (1845). Ademais, de acordo com Díaz Salgado (2011, p.106) ao longo desse período alguns intelectuais, principalmente jornalistas, colocaram a RAE como alvo. De acordo com esse último autor, nessa tarefa, destacou-se o espanhol Leopoldo Alas, quem em textos publicados a partir de 1880 no jornal *Imparcial y Madrid cómico*, fazia duras crítica à instituição.

acadêmica, como vimos[154], produzia-se uma partição da sociedade, dividida em “malos” e “buenos españoles” – pertencendo ao segundo segmento os leitores que aprovassem o trabalho apresentado no DA – neste momento, apesar da hierarquia estabelecida nessa coordenação, o sintagma “público en general” parece materializar a projeção de uma ampliação dos setores sociais que, conscientes de seu dever cívico, amparam o dicionário acadêmico.

Assim, ponderando que a conservação da pureza e da integridade da língua espanhola é de importância para a “España entera”, o sujeito do discurso deixa marcas na superfície textual da abertura a certos sentidos que circulavam em meados do século XIX, quando os processos de independência, segundo Arnoux (2008, p. 222), deram lugar a diversas reflexões acerca da língua nacional por parte daquela que ficou conhecida como “Ilustração hispano-americana”, a qual, em seus discursos, manifestava a preocupação pela fragmentação da língua e destacava a importância de sua unidade.

Em relação à forma “conserva”, que destacamos em sublinhado, ao lembrarmos que, segundo indicamos no capítulo 1, um dos objetivos da RAE e de sua primeira obra lexicográfica era “limpiar, purificar, y fijar la lengua”, compreendemos que o efeito produzido pela mobilização desse verbo no presente do indicativo delineia um cenário, com relação à língua, o qual aparece como “já dado”, e que fora produzido a partir do trabalho (exitoso) da instituição, em seu propósito fundacional, de realizar a consabida “purificação da língua”.

Esse cenário, pois, tomado na atualidade enunciativa como de importância para a “España entera” é colocado em relação com uma forma verbal – “se enriquezca” (no presente do modo subjuntivo) – que significando o futuro, pré-anuncia um deslocamento dentro da própria FD: o da língua espanhola enriquecida “sin desdoro”, isto é, sem que seja afetado o imaginário de “pureza” que a constitui. Tal deslocamento, como mostraremos no capítulo 4, produz-se à luz do reconhecimento, na 15ª edição do DLC/DLE (1925), da admissão à nomenclatura do dicionário de termos designados como “regionalismos de España” e “americanismos”.

Por fim, centrando-nos no excerto destacado em itálico “el habla que es agente eficacísimo de su gloria, prenda de su independencia, signo de su carácter”,

[154] Cf. Capítulo 1, seção 3.3.

considerando a exterioridade constitutiva do discurso que analisamos, é possível detectar como se estabelece na oração relativa em que se predica sobre “el habla” um forte vínculo entre a língua e as nações hispano falantes, vínculo esse, como sabido, de suma importância na elaboração do próprio movimento pan-hispanista que, conforme nos explica Del Valle (2011), ganhava cada vez mais força entre a classe burguesa dessa época[155].

Como dissemos no início desta seção, detectamos um deslizamento na forma de representação do sujeito do discurso, que desde a segunda edição do DA (1770) materializa-se linguisticamente sob a designação “La Academia”, refugiando-se, assim, sob a égide da instituição, de maneira a se fundir com ela. Entretanto, chama-nos a atenção como no *Prólogo* à 14ª edição do dicionário, de 1914, a instituição cede lugar ao indivíduo, tal como podemos observar no excerto transcrito a seguir:

> SD2.12: Penosa, complicada y difícil por demás es la tarea de depurar el DICCIONARIO de los errores, imperfecciones y defectos a que dan ocasión, inevitable a veces, los distintos puntos de vista y las opiniones diversas de cuantos en él han colaborado. Por eso mismo el empeño de la Academia ha sido tan persistente y eficaz, que bien puede, sin exageración, asegurarse que sería punto menos que imposible fijar, ni aproximadamente, el número de enmiendas, adiciones y rectificaciones de todo género que después de examinadas y discutidas por la Comisión correspondiente y por la Academia misma, han sido en la presente edición definitivamente aceptadas; *pero* tales rectificaciones y enmiendas, en caso alguno han sido admitidas, sobre todo las que parecían tener cierta importancia, sin antes consultar el riquísimo tesoro que de sus trabajos para las ediciones primera, duodécima y decimotercia nos legaron en sus cédulas nuestros predecesores. **De esta manera,** *cual si* **la muerte no los hubiera separado de nosotros, asisten a nuestras deliberaciones, nos prestan** *cual si* **vivieran su consejo, y** nosotros **en justa correspondencia les rendimos el vasallaje intelectual que merecieron por el celo patriótico con que consagraron las luces de sus preclaros ingenios y las más nobles energías de su vida a la conservación en toda su pureza y al perfeccionamiento constante del habla castellana** (*Diccionario de la lengua castellana*, 14ª ed., Prólogo, 1914, p. VIII[156], grifos nossos).

[155] É importante registrar que quando da publicação da edição do dicionário de cujo prefácio recortamos a sequência discursiva em exame, já ingressara na RAE, no ano de 1881, o acadêmico Marcelino Menéndez Pelayo, quem, conforme Sepúlveda (2005, p. 227), representava um dos nomes de destaque vinculados ao pan-hispanismo. No capítulo 3, lançaremos luz à representatividade dessa edição na FD em que o DLC/DLE é produzido.

[156] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

Neste funcionamento discursivo, primeiramente, detectamos como se promove e se reitera o enaltecimento da tarefa secular de “depurar” o dicionário e a língua – retomando na memória, passados quase duzentos anos, o desejo de “pureza da língua” que atravessava a textualidade da obra lexicográfica oitocentista. Conforme podemos entrever a partir da adversativa introduzida por “pero”, é interessante observar como a quarta pessoa discursiva, constituída a luz do sintagma “la Academia”, conforme dito, parece não atingir os efeitos de sentido almejados nesse gesto de enaltecimento, de tal forma que o sujeito discursivo, deixando de se abrigar sob a égide institucional, deixa marcas linguísticas, na mobilização do pronome “nuestros”, que inscrevem sua filiação e sua identificação com uma coletividade de indivíduos que o precederam, estabelecendo, assim, uma linhagem de tradição.

Ao retomar essa memória, o sujeito afirma que o processo de depuração do DLC/DLE não se deu sem prévia consulta ao trabalho – projetado como “riquísimo tesoro” – desses acadêmicos predecessores, apresentado em edições anteriores do dicionário. Percebemos, assim, um engrandecimento de tais indivíduos, ao mesmo tempo em que, filiando-se a esse corpo, o sujeito do discurso valoriza-se a si próprio, enquanto aquele que dá continuidade, na atualidade enunciativa, à elaboração do dicionário.

Por último, no fragmento destacado em negrito, detectamos como se instaura uma conexão transcendental entre o DLC/DLE, enquanto instrumento linguístico vinculado à “patriótica” tarefa de depuração e de aperfeiçoamento da língua, e os acadêmicos, como indivíduos que “consagraram suas vidas” a tal propósito. Nesses termos, observe-se que, mediante os sintagmas comparativos introduzidos por “cual si” (que destacamos em itálico), é atribuído a esse coletivo, por um lado, um efeito de sobrevida, de eternização por meio da obra acadêmica – “cual si la muerte no los hubiera separado de nosotros” – e, por outro, uma capacidade performativa que eterniza seu dizer e referenda sua autoridade – “nos prestan cual si vivieran su consejo”.

Enfim, passando à última edição do DLC/DLE (23ª ed., 2014), vejamos como no encerramento do *Preámbulo* ainda podemos rastrear marcas vinculadas à projeção imaginária dessa Academia “súdita da nação”, que foi se perfilando desde o século XIX:

> SD2.13: A lo largo de sus tres siglos de vida, la corporación cuya existencia sancionó Felipe V ha disfrutado en incontables ocasiones **de la protección y el apoyo de la Corona de España**. Coincidiendo en el tiempo el cierre de esta Edición del Tricentenario y la finalización del reinado de S. M. el Rey don Juan Carlos I, **la Real Academia Española quiere dejar constancia una vez más del profundo agradecimiento que debe a su persona y a la Casa Real, del mismo modo que manifiesta su lealtad al nuevo Rey don Felipe VI y hace votos por la felicidad de su reinado** (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., Preámbulo, 2014[157], grifos nossos).

Transcorridos, pois, três séculos do ano de fundação da RAE, é possível ver como o sujeito do discurso, rememorando a relação da instituição com a Coroa espanhola, entravada desde seus primeiros anos da Academia, como vimos no capítulo 1, reitera seu posicionamento de "súdito da nação" e, também, de "súdito do rei", manifestando sua lealdade e seus desejos de felicidade ao monarca. Neste ponto, mostra-se produtivo colocarmos esta sequência discursiva em relação com o seguinte fragmento, recortado do primeiro parágrafo do paratexto do DA (1726):

> SD2.14: El deséo de corresponder la Académia Españóla à los soberanos favores que continuamente experimenta de V. M. ha sido tan vivo, que se consideraba delinquente cada instante que retardaba tributar ofrenda lo mismo que fué dádiva. [...] Justo es, Señor, que las obras reconozcan su dueño, que los frutos se presenten à su Autór, **y que à lo soberano rinda la lealtad en obséquios el mas pronto y resignado vassallage. De V. M. es quanto la Académia emprende, pues debe à su Real soberanía la protección de sus alientos, y à su generosidád el logro de sus fatigas** (*Diccionario de autoridades*, Tomo I, 1726, p. III[158], grifos nossos).

Dessa forma, para finalizar o exame da projeção imaginária da "Academia súdita da nação" e dando visibilidade à secular relação de vassalagem entre a RAE e a monarquia espanhola, é importante destacar – como é possível inferir a partir das análises apresentadas – que no percurso de leitura dos paratextos do DLC/DLE, a fim de examinar os processos de significação vinculados a essa imagem, detectamos a produção de uma certa ressonância, de um efeito de eco que sempre retorna aos mesmos sentidos, presentes desde a primeira obra lexicográfica da instituição, tal como podemos depreender, tanto das análises realizadas no capítulo

[157] Disponível em: http://www.rae.es/sites/default/files/Preambulo.pdf. Acesso em: 10/01/2016.
[158] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

1, quanto, e de forma significativa, ao colocarmos em relação as duas sequências discursivas (SD2.14 e SD2.13) que acabamos de mobilizar.

Passando à projeção de um lugar de autoridade da RAE, que se constitui em um forte vínculo com o imaginário da "Academia súdita da nação", cabe assinalar que depois de selecionados os fragmentos que seriam analisados, detectamos que nosso recorte estava constituído de enunciados produzidos ao longo do século XIX, momento histórico de proclamação de independência dos países americanos, como sabido, e também de questionamento público da autoridade da RAE como dispositivo institucional responsável pela regulação da língua[159].

Tendo isso em vista, observemos como o sujeito do discurso projeta a imagem da instituição no *Prólogo* à 5ª edição do DLC/DLE (1817):

> SD2.15: En palabras, acepciones y frases del lenguaje literario y vulgar es también más copiosa que otra ninguna la presente edición, donde los artículos nuevos se cuentan por miles, y por decenas de millares las adiciones y enmiendas hechas en los antiguos. Varias de las palabras admitidas recientemente son neologismos que se han creído necesarios para designar cosas faltas de denominación castizas, ó que por su frecuente y universal empleo ejercían ya en nuestra lengua dominio incontrastable. **Á los que hoy la afean y corrompen sin fundado motivado, ni siquiera leve pretexto, no se ha dado aún carta de naturaleza. La Academia no puede sancionar el uso ilegítimo, sino cediendo á fuerza mayor** (*Diccionario de la lengua castellana*, 5ª ed., Prólogo, 1817, p. v-vi[160], grifos nossos)**.**

Segundo vimos no capítulo 1[161], é possível entrever na materialidade linguística do paratexto do DA um ritual (FOUCAULT, [1970] 2014) de qualificação e de legitimação na representação imaginária "de los académicos", o que já contribuía na construção da imagem da instituição. Com efeito, transcorrido quase um século da publicação dessa primeira obra lexicográfica, observe-se em SD2.15 como esse ritual produziu seus efeitos, uma vez que o sujeito já projeta a RAE como um "sempre-já" agente detentor do direito e do poder de regular o uso da língua, sem a necessidade de reiterar as razões que justificariam sua autoridade para tanto.

---

[159] Segundo já registramos em nota, no final do século XIX a RAE estava no centro de muitas críticas, desferidas principalmente no meio jornalístico (cf. DÍAZ SALGADO, 2011, p.106).
[160] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.
[161] Cf. seção 3.2.

Assim, mais uma vez, colocando-se em relevo o constante trabalho de se aumentar a nomenclatura do dicionário, num discurso de tom claramente ufanista, admite-se o registro de “neologismos necessários” e de palavras de uso amplamente estendido, aos quais, por “força maior”, a Academia deve se submeter. Veja-se, no enunciado destacado em negrito, de que modo, a partir do gesto de admissão/ exclusão desse léxico, detectamos, por um lado, a reprodução de sentidos vinculados a uma imagem de língua projetada à luz do desejo de “pureza da língua” e, por outro, como se significa a autoridade da RAE, enquanto instituição que tem o poder de legislar sobre os usos linguísticos dos falantes.

Ainda nesse *Prólogo* (1817), o sujeito discursivo, ao se debruçar sobre questões ortográficas, prossegue enfatizando o poder e a autoridade que a instituição detém sobre a língua:

> SD2.16: Aunque la Academia ha manifestado en su Ortografia el deseo que tiene de que el sonido áspero y gutural se circunscriba exclusivamente á la *j*, todavía lo conserva la *g* en algunas combinaciones. Otro tanto viene á suceder con las letras *c* y *z*. La Academia preferiría que se escribiesen con esta última las dicciones que la tienen en su raiz, como *pazes*, *felizes*; pero en este y otros casos hay diversidad entre los doctos, el uso fluctúa, y **la Academia que puede dirigirlo**, **no tiene derecho por sí sola para fijarlo.** Es de desear que la práctica comun y general señale y establezca reglas sencillas, uniformes é inalterables en esta materia; y la Academia que ha experimentado ya la docilidad con que la nación ha contribuido á realizar las mejoras ortográficas de la lengua castellana, siguiendo y adoptando sus consejos é insinuaciones, asi como aprovecha esta ocasion de manifestar su gratitud por tan honrosa deferencia, asi tambien espera que el uso de las personas instruidas y de los **buenos impresores** continúe auxiliando sus deseos de dar la última mano á la perfeccion de este ramo de nuestra cultura (*Diccionario de la lengua castellana*, 5ª ed., Prólogo, 1817, p. s/p[162], grifos nossos) .

Neste funcionamento discursivo, manifesta-se o desejo e a preferência em relação à escrita de certos sons e de certas palavras, abstendo-se de expor argumentos para tanto, fazendo-se valer, dessa forma, tão somente da autoridade institucional. Embora o sujeito reitere o poder da Academia em direcionar o uso da língua, reconhece que, por si só, não teria o direito de impor a norma ortográfica.

---

[162] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

Entretanto, ao antecipar a “docilidade” com que o leitor – referido coletivamente pelo sintagma “la nación” e antecipado como “persona instruída” – continuamente defere os “conselhos”, e até mesmo, “insinuações” da Academia, é possível entrever como já se antecipa nessa textualidade o acatamento, por parte de tais leitores, da reforma ortográfica sugerida, ao interpretá-los como partícipes ativos do processo de “aperfeiçoamento da língua”, junto à Academia. Potencializa-se, assim, as possibilidades de sua adesão.

Veja-se que, nessa interpelação que se instala, é possível rastrear, já no século XIX, a partir do sintagma “buenos impresores[163]”, marcas que remetem, de forma genérica, a diversos “agentes” que o sujeito projeta, em SD2.16, como aliados no processo de regulação da língua. Com efeito, Del Valle (2007) ao relacionar certos acontecimentos e discursos da instituição, precisamente a partir de 1990, pondera que esta, a fim de ampliar a base social sobre a qual se assenta sua autoridade e empenhando-se para constituir uma rede institucional capaz de projetar uma imagem vinculada a uma “esfera pública” representativa da língua, empreendeu esforços para cultivar uma boa relação com os referidos agentes. Nesse sentido, considerando a materialidade discursiva em exame e as reflexões do autor, é possível detectar como o desejo de construção desse relacionamento já deixa vestígios desde o início do século XIX, no discurso do *Prólogo* à 5ª edição do DLC/DLE.

Note-se como essa relação com outros “agentes”, projetada anteriormente como amistosa e colaborativa, reveste-se de diferente tonalidade no *Prólogo* à 8ª edição do dicionário, publicada em 1837, quando o sujeito discursivo, após ponderar sobre algumas mudanças ortográficas realizadas pela Academia, reprova e desautoriza certas formas linguísticas observadas em textos escritos à época:

> SD2.17: En lo que se echarán de ver algunas, aunque no muchas innovaciones, es en la parte ortográfica, pues atendiendo al deseo y conveniencia general de simplificar en lo posible la escritura de la lengua patria, ha creido oportuno la Academia sustituir la *j* á la *g* fuerte en gran número de voces que hasta aquí se habian escrito con la segunda de estas consonantes […]. Tal vez algunos años más serán suficientes á legitimar el uso contrario, y entonces la Academia, como fiel observadora del rumbo seguido por los **buenos escritores**, hallará quizá mas fundados motivos para descartar la *g*

[163] Interpretamos que esse sintagma poderia fazer alusão às instituições responsáveis, na época, pela produção e circulação de textos escritos como, por exemplo, os jornais.

> fuerte de todas las voces castellanas, empleando exclusivamente esta letra en aquellas sílabas en que se pronuncia con suavidad, como *gracia* y *golilla*. Otra novedad va introduciendo, de algunos años acá, **la práctica de varios impresores**, y es la de escribir con *es* la sílaba *ex*, bien se halle en principio de diccion, como en *extraño*, *experto*, bien en medio de ella, como en *pretexto*, *contextura*. Sin embargo no es tal ni tan calificada la generalidad de esta alteracion, que se atreva la Academia á adoptarla, y mucho menos al considerar que por ella se confunden voces de diferente significado; v.g.[164] los verbos *espiar* y *expiar*, y que só color de suavizar la pronunciacion de las indicadas sílabas, se desvirtúa y afemina en cierto modo la noble y varonil robustez en nuestro idioma. […] **Así** la Academia está muy léjos de admitir una novedad, **que sobre no representar con exactitud la verdadera pronunciacion de la *x*, complica la escritura en vez de simplificarla, y de tal modo desfigura las palabras españolas, que parecen de alguno de los idiomas septentrionales** (*Diccionario de la lengua castellana*, 8ª ed., Prólogo, 1837[165], itálicos do autor, grifos nossos).

Neste discurso, o sujeito, reiterando os sentidos presentes no paratexto do DA, que vinculam a imagem de uso da língua à produção escrita dos "bons escritores", assevera que "la Academia" não se "atreverá" a adotar a forma pela qual vários agentes responsáveis pela reprodução e circulação de textos escritos registravam a sílaba "es" em lugar de "ex", em razão, por um lado, de que tal prática não refletia um uso generalizado e, por outro, de que a pronúncia relacionada a tal forma "desvirtuava" e "afeminava" o castelhano. Percebemos, nesse sentido, marcas linguísticas relevantes, que dão visibilidade a uma concepção patriarcal de língua, a partir de sua projeção como "idioma noble" e de "varonil robustez".

Por fim, é importante sublinhar como podemos depreender desse fragmento a forma incisiva que dá continuidade aos gestos que a RAE exerce como **poder** disciplinar (FOUCAULT, [1975] 2013) sobre os falantes, na medida em que, mostrando-se atenta a seu uso linguístico, produz um efeito de vigilância contínua e permanente, o que lhe permitiria dar sua sanção normalizadora mediante procedimentos de comparação, de diferenciação e de homogeneização da língua (e também, dos sujeitos).

Considerando a série de sequências discursivas que recortamos para análise (SD2.15, SD2.16 e SD2.17), encontramos indícios de que a questão dos neologismos e da ortografia figuravam uma das preocupações centrais da Academia

---

[164] Abreviação da expressão latina *verbi gratia*, que significa "por exemplo".
[165] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

na época. No que diz respeito à primeira, parece-nos pertinente mobilizar um excerto, presente no discurso de ingresso à RAE, proferido por José Joaquín de Mora, em 10 de dezembro de 1848, em que o acadêmico se refere justamente ao neologismo:

> SD2.18: Este mal, que no lo es ciertamente en su esencia, sino que ha llegado á serlo porque la ignorancia y la presunción han deteriorado los principios de mejora que abrigaba en sí, cuando no sólo era un bien necesario, sino una condición indispensable de la riqueza de los idiomas […] este mal es el neologismo. Voy a bosquejar rápidamente su historia, y después de indicar los servicios que ha hecho a la civilización y al cultivo de la inteligencia**, lo presentaré en el banquillo de este severo tribunal, como reo de profanación de cosas santas, como usurpador de jurisdicción ajena, como enemigo de las glorias nacionales, como rebelde declarado contra la autoridad irrecusable, contra el poder legítimo que en este Cuerpo reside** (MORA [1848] 2014, p. 139, grifos nossos).

Da mesma forma que ocorre no recorte presente em SD2.15, observa-se em SD2.18 que a "autoridade acadêmica" é apresentada discursivamente como um pré-construído que funciona a partir de uma memória de legitimação do poder da instituição e dos indivíduos a ela vinculados.

Ademais, na abordagem que se faz do neologismo, é possível visualizar como é estabelecida, a partir das marcas deixadas na superfície linguística deste enunciado ("severo tribunal", "reo de profanación de cosas santas") uma relação inquisitorial para com essa unidade léxica. Nesse sentido, parece-nos produtivo, a fim de compreender o funcionamento discursivo em questão, considerar a noção de **campo de concomitância** proposta por Foucault ([1969] 2015, p. 67 et seq.) ao refletir sobre as formas de organização dos campos de saber em que os enunciados aparecem e circulam. Para o filósofo, pois, um campo de concomitância delineia uma forma de organização de:

> enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como conformação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos, ou ainda porque funcionam como instância superior com a qual é preciso

> confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas[166].

Dessarte, pensando o processo de significação em análise à luz das reflexões desse autor ([1969] 2015), entrevemos como o discurso presente em SD2.18 parece funcionar como um campo de concomitância do discurso religioso.

Passando à questão ortográfica, com base nos trabalhos de Arnoux (2008) e Villa (2015), é necessário destacar três importantes acontecimentos que vinculam o sentido histórico das reformas ortográficas, no contexto de formação dos Estados nacionais, a um espaço de disputa sobre as questões da língua: 1) no ano de 1823, Andrés Bello trazia à luz um texto emancipador, intitulado *Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar e uniformar la ortografía en América,* no qual traçava as linhas gerais de uma reforma ortográfica; 2) na década de 1840, esse mesmo intelectual, junto com Domingo Faustino Sarmiento, encabeçou um projeto de reforma ortográfica no Chile que, segundo Arnoux (2008, p.166), ganhou relevância num contexto político marcado pela “vontade de ordem” de um Estado fortalecido e estabilizado, que buscava regular a vida social através de operações de codificação da língua; 3) nesse mesmo período, dentro da própria Espanha, um grupo de professores associados à *Academia Literaria y Científica de Instrucción Primaria* (ALCIP), criou uma forte oposição contra a imposição das normas ortográficas estabelecidas pela RAE.

Nessa esteira, tendo em vista o cenário glotopolítico delineado, detectamos que as marcas linguísticas vinculadas à construção discursiva da imagem de uma instituição revestida de autoridade para dar sua sanção normalizadora sobre a língua, paradoxalmente, é forjada em um momento histórico, político e social em que, justamente, irrompem gestos que podem ser lidos como emancipadores e de questionamento da autoridade acadêmica.

Dessa maneira, considerando a projeção imaginária dessa autoridade nos prefácios em análise, em articulação com o apagamento de outros discursos sobre a questão da ortografia e da língua, formulados sob as mesmas condições de produção, compreendemos que se produz um efeito de silenciamento (de outras vozes), de forma a colocar a RAE como único agente autorizado para legislar, regular e dar uma sanção normalizadora sobre a língua.

---

[166] Ibidem, p. 69.

Finalmente, para concluir o percurso analítico realizado nesta seção, retomando a modalidade da quarta pessoa discursiva – lembrando que no DA o sintagma por meio do qual o sujeito discursivo se representava era “los academicos” – compreendemos que o abrigo do sujeito sob a sombra institucional, materializada a partir do sintagma “La Academia”, reitera e corrobora o forte efeito de autoridade presente no discurso em exame, posto que os gestos de regulação da língua passam a emanar da própria RAE – embasada em sua autoridade histórica e perpétua e respaldada pela Coroa – como algo que preexiste aos sujeitos e que perdura sobre a existência deles, e não mais na autoridade do acadêmico que, como tal, exerce essa função circunstancialmente, em um período de vida limitado.

Cabe-nos buscar compreender como um sujeito dotado dessas características se relaciona com o outro antecipado em seu discurso, o que pretendemos fazer na seção seguinte.

3. A imagem do leitor entre os outros falantes

Na análise das projeções do outro na série de prefácios do DLC/DLE, detectamos que se instalam duas redes parafrásticas: a primeira, que decorre de um deslocamento com relação às projeções imaginárias do consulente do DA e que está mais acorde aos propósitos da RAE, e a segunda, que está relacionada a um forte processo de interpelação, no qual estão intrinsecamente imbricadas as representações dos lugares do consulente, da RAE e do próprio dicionário.

Iniciando pela primeira, lembremos que ao examinarmos as diferentes e variadas projeções imaginárias que se materializam do outro no paratexto do DA, detectamos que aquele que era projetado, com efeito, como destinatário do discurso do dicionário, sob a modalidade da terceira pessoa discursiva (cf. INDURSKY, [1997] 2013), parecia ser um “leitor adversário” do sujeito do discurso, pois a ele é assinalada uma postura crítica frente ao trabalho realizado no DA[167].

Assim, nesta seção, ao buscarmos compreender como se dá, nos prefácios em análise, o movimento entre processos parafrásticos e polissêmicos, observamos que se produz um gesto que se abre para a polissemia nas representações em

[167] Cf. capítulo 1, seção 3.3.

jogo[168], tal como podemos depreender a partir da sequência a continuação, recortada do *Prólogo* já da 1ª edição do DLC/DLE (1780):

> SD2.19: **el Público carece de un DICCIONARIO completo**, porque se ha acabado del todo la primera edicion, y quando llegue el caso de concluirse la segunda, habiéndose de publicar los tomos cada uno de por sí conforme se vayan acabando, serán regularmente muy pocos los juegos completos que queden al fin, como sucedió con la primera impresion, y es preciso que suceda con toda obra, que constando de varios volúmenes, se publican sucesivamente. § Por todas estas razones creyó la ACADEMIA hallarse en el caso preciso de deber reimprimir desde luego todo el DICCIONARIO, para ocurrir por de pronto á esta necesidad: **y deseando hacerle de mas fácil uso, y que el Público pueda tenerle por un precio cómodo, determinó reducir los seis tomos á uno solo; pero sin quitar ninguna voz, ni alterar la obra en cosa substancial** (*Diccionario de la lengua castellana*, 1ª ed., Prólogo,1780, p. 2[169], grifos nossos).

Ao abordar as razões da publicação do novo dicionário da RAE e a forma que esse terá, o sujeito discursivo, que outrora, na materialidade linguística do paratexto do DA, entravava a interlocução com um leitor culto, letrado e pertencente a sua mesma posição de classe[170], passa a projetar a imagem de leitores que remetem a um "sujeito coletivo" (NUNES, 2003), referido como "Público" – segundo analisamos na seção anterior (SD2.11) – o qual, por seu caráter genérico, poderia incluir, como polo de interlocução, indivíduos pertencentes a variados segmentos sociais, que não estavam contemplados no discurso do paratexto da primeira obra acadêmica, tal como era o caso do falante determinado como "vulgo", de acordo com o que vimos no capítulo 1, seção 3. Esse efeito de ampliação dos setores sociais aos quais o dicionário é direcionado seria mais condizente com o projeto político institucional em transformar o "povo" em cidadania útil à nação[171], já que esse consulente determinado antecipado como "vulgo" também passa a ser contemplado no discurso prefacial do DLC/DLE. Nesse sentido, a proposta de se condensar o DA em um único volume, facilitando seu manuseio e tornando seu preço mais acessível, vincula-se ao desejo da RAE de que a obra alcançasse diferentes tipos de leitores.

---

[168] Isso não significa, entretanto, o apagamento da imagem de um leitor que é antecipado como "adversário", sendo possível rastreá-la, sobretudo, nos prefácios das seguintes edições: 5ª (1817); 8ª (1837), 12ª (1884) e 14ª (1914).

[169] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

[170] Cf. capítulo 1, seção 3.3.

[171] Desenvolvemos esta análise no capítulo 1, seção 3.2 (SD1.11).

Fazendo um adendo, é importante registrar que embora o modo de representação da alteridade na série de prefácios do DLC/DLE esteja vinculado a um processo parafrástico, no qual a forma linguística “Público” é predominante[172], encontramos no *Prólogo* à 6ª edição do DLC/DLE (1822), uma descontinuidade que se abre para o real da língua e dos falantes, conforme detectamos na sequência a seguir, quando são elencados uma série de reformulações operadas frente à reiterada necessidade de se apresentar aos leitores um “Diccionario mas breve y de un uso mas fácil y expedito”:

> SD2.20: Tambien ha prestado motivo para la supresion ó reforma de muchos artículos la razon de que los diversos estados de pronunciacion y ortografía que padece una voz desde que sale de una lengua madre, de la latina por ejemplo, hasta que se fija en un idioma vulgar como el castellano, no deben mirarse como palabras diversas, bien se considere la alteracion que con los tiempos sufren las letras de un mismo órgano, como la *e* y la *i*, la *o* y la *u*, la *b* y la *p*, la *t* y la *d*, y asi otras, **ó** la torpe pronunciacion de la gente rústica por el vicio contraido y aun casi peculiar de algunas provincias. § En esta última clase deben colocarse las voces *Probe* por *Pobre*, *Probedad* por *Pobreza*, *Pusicion* por *Posicion*, *Quequier* por *Cualquiera*, *Qui* por *Quien*, *Quillotro* por *Aquel otro* &tc: **las que por viciosa pronunciacion en algunas provincias no merecen adoptarse**, como *Puya* por *Pulla*, *Plumaye* por *Plumage;* […] (D*iccionario de la lengua castellana*, 6ª ed., Prólogo, 1822, s/p[173]., grifos nossos).

Observamos, a partir do excerto destacado em sublinhado, nas determinações que sofrem os substantivos “pronunciacion” (“torpe pronunciacion”) e “gente” (“gente rústica”), uma rede de significação que interpretamos inscrever-se no processo de desqualificação e de vituperação do *outro*, presente no discurso do DA, segundo analisamos.

Nesse movimento de retomada de sentidos presentes no DA, da mesma forma, entrevemos, à sombra de um sujeito discursivo tomado pelo desejo de “pureza da língua”, uma continuidade na projeção do outro (“vulgo”, “gente rústica”) como responsável por sua “corrupção”. Cabe observar, ainda, que ao se oferecer uma sanção normalizadora sobre a pronúncia vinculada às províncias, são reafirmados sentidos filiados ao centralismo do espanhol de Castela como “variedade” que deve servir de norma e de modelo para a regulação da língua.

---

[172] Das 23 edições do DLC/DLE, as quatro edições nas quais não encontramos o referente “Público” são as seguintes: 11ª (1869); 21ª (1992); 22ª (2001); 23ª (2014).

[173] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

Passando à segunda rede de paráfrases que se instala, retomamos SD2.19 e a colocamos em relação com o que se afirma no *Prólogo* à 5ª edição do dicionário (SD2.21), publicada em 1817:

Diccionario de la lengua castellana, 1ª ed., 1780	*Diccionario de la lengua castellana*, 5ª ed.,1817
SD2.19: **el Público carece de un DICCIONARIO completo**, porque se ha acabado del todo la primera edicion, y quando llegue el caso de concluirse la segunda, habiéndose de publicar los tomos cada uno de por sí conforme se vayan acabando, serán regularmente muy pocos los juegos completos que queden al fin, como sucedió con la primera impresion, y es preciso que suceda con toda obra, que constando de varios volúmenes, se publican sucesivamente. § Por todas estas razones creyó la ACADEMIA hallarse en el caso preciso de deber reimprimir desde luego todo el DICCIONARIO, **para ocurrir por de pronto á esta necesidad**: y deseando hacerle de mas fácil uso, y que el Público pueda tenerle por un precio cómodo, determinó reducir los seis tomos á uno solo; pero sin quitar ninguna voz, ni alterar la obra en cosa substancial (*Diccionario de la lengua castellana*, 1ª ed., Prólogo,1780, p. 2[174], grifos nossos).	SD2.21: Ya se ha indicado antes de ahora la escasez del tiempo que ha habido para preparar y ejecutar la edicion presente. Solo diez y siete meses han mediado desde que se resolvió emprenderla hasta su publicacion. **Dividida la Academia entre la urgente necesidad de satisfacer la impaciencia del público, y el deseo de no desmerecer su opinion y confianza**, ha tenido que suplir con su laboriosidad lo que faltaba de tiempo y espacio para perfeccionar la empresa; y espera que por esta consideracion se disimularán los defectos é inadvertencias en que puede haber incurrido, y que son casi inevitables en obra de tanta prolijidad y menudencia (*Diccionario de la lengua castellana*, 5ª ed., Prólogo,1817, p. 3[175], grifos nossos).

Colocando em relação ambas as sequências discursivas, percebemos como vai se antecipando no discurso prefacial do DLC/DLE um consulente que “necessita” do dicionário acadêmico, o qual vai se apresentando como um objeto imprescindível. É importante destacar que rastreamos pistas linguísticas que remetem a essa projeção imaginária em variadas edições dos prefácios do DLC/DLE[176], o que nos permite interpretar seu funcionamento como memória estratégica[177]. Nessa

[174] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.
[175] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.
[176] Cf. no *ANEXO B – Prefácios do DLC/DLE*, as seguintes edições: 2ª ed.,1783; 3ª ed., 1791; 4ª ed.,1803; 5ª ed., 1817; 6ª ed., 1822; 7ª ed., 1832; 8ª ed., 1843; 12ª ed., 1884, 16ª ed., [1936]1939.
[177] Segundo sintetiza Pêcheux no *Prefácio* ao trabalho de Courtine ([1981] 2014, p. 24), intitulado **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**, “a memória estratégica funciona por repetição”.

memória, pois, a relação entre o instrumento linguístico e o consulente aponta para um processo de interpelação que abre uma determinada posição para o falante e para a própria instituição, posto que, por trás desse falante "necessitado", haveria uma Academia, por um lado, investida da urgência de satisfazê-lo, provendo sua carência e, por outro, empenhada em "não desmerecer" uma relação antecipada como "de confiança", em um forte efeito de evidência de sentidos.

Vejamos como se dá continuidade a esse processo de interpelação no *Prólogo* à 6ª edição do DLC/DLE, publicada em 1822:

> SD2.22: La diligencia con que la Academia procura siempre aumentarle y corregirle [el diccionario], y la premura y prontitud con que ha atendido á su impresion, en medio de otras atenciones propias tambien de su instituto, ha producido un número considerable de artículos nuevos no incluidos en las letras que estaban ya impresas**:** y no queriendo privar de ellos el público los ha coordinado en un suplemento que se publica é incluye al fin de este volumen. […] § **Bastan las advertencias indicadas para que el público conozca cuánto ha sido el esmero de la Academia para corresponder al buen concepto que siempre le ha dispensado, procurando constantemente no solo acrecentar en el Diccionario el caudal de nuestra lengua, sino facilitar el medio de hacerlo mas sencillo y manejable** (*Diccionario de la lengua castellana*, 6ª ed., Prólogo, 1822, s/p.).

Visualizamos nesta sequência discursiva a reiteração da imagem de uma Academia solícita – que leva em conta o "conceito" do público leitor – e empenhada em trabalhar na obra lexicográfica que constituiria, como vimos, um objeto sumamente necessário aos falantes, de forma a fazer jus à relação de confiança, tal como aí é significada, sobre a qual se assenta esse discurso.

Observemos ainda como essa relação – atravessada pela antecipação imaginária do próprio dicionário – que vai se firmando entre a instituição e os consulentes é projetada na *Advertencia* à 13ª edição, de 1899:

> SD2.23: La Academia se ha dedicado con toda asiduidad á perfeccionar su obra en cuanto le ha sido dable […] enmendando errores y aumentando el caudal de voces, ya con algunas hasta ahora omitidas y cuyo empleo abona la autoridad de buenos escritores, ya con muchas otras que han alcanzado la sanción del uso general bien dirigido. Regla constante ha sido no admitir en el DICCIONARIO vocablo que carezca de aquella autoridad ó de esta sanción; **pero las instancias, cada vez más apremiantes, con que muchas personas amantes del bien decir han solicitado de este Cuerpo literario parecer y consejo sobre la más apropiada manera de**

> **designar objetos antes pocos ó nada conocidos, y la consideración de que muchas veces esa actitud pasiva es causa de que corran y se vulgaricen palabras de muy viciosa estructura, sobre todo en los tecnicismos científicos é industriales, han traído la necesidad de incluir,** tras detenida discusión y maduro examen, algunas voces, aunque pocas, desprovistas de aquellos requisitos y formadas por la misma Academia con estricta sujeción á las leyes por que se rige nuestro idioma (*Diccionario de la lengua castellana*, 13ª ed., Advertencia, 1899, p.1[178], grifos nossos).

Neste funcionamento discursivo, reitera-se o empenho da Academia em trabalhar no aperfeiçoamento do dicionário, corrigindo definições lexicográficas e aumentado as palavras registradas na nomenclatura a partir, por um lado, de seu emprego pelos "bons escritores" e, por outro, pelo "uso general bien dirigido"[179]. Admite-se, contudo, a inclusão de certos vocábulos que não atenderiam a esses critérios, justificada pelo desejo de assessorar pessoas que se dirigiriam à instituição em busca de "parecer" e de "aconselhamento" sobre a forma de designar determinados objetos, tal como podemos depreender a partir do fragmento destacado em negrito.

Na projeção que se faz desse interlocutor – antecipado como amante "del bien decir" e, portanto, pertencente a um segmento social que tem acesso à educação e à cultura –, que recorre e que se submente à instituição para sanar suas dúvidas sobre a língua[180], produz-se uma reiteração do efeito de abrangência e de autoridade e poder que emanam da RAE e do próprio dicionário, tomados como investidos da capacidade de regular e de dar a sanção normalizadora sobre a língua a todos os falantes, inclusive, a indivíduos que a falariam com propriedade.

A respeito daquilo que move o falante a recorrer à instituição, recordemos que ao examinarmos a imagem de consulente projetada no discurso do paratexto do DA[181], detectamos, à luz do trabalho de Celada, Brianezi e Costa (2015), como na discursividade dessa primeira obra lexicográfica acadêmica já se inaugurara um processo de interpelação dos sujeitos "pela dúvida", projetada não como um

---

[178] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

[179] Apesar da opacidade que instaura o sintagma "uso general bien dirigido", compreendemos que é a própria RAE que é projetada como a instituição que "dirige" e sanciona o uso que os falantes fazem da língua.

[180] Note-se que a sanção normalizadora da RAE é projetada como sendo almejada pelo próprio falante e não imposta a partir da própria autoridade que a instituição deteria para tanto, ou como efeito de sua vigilância contínua e permanente sobre os usos linguísticos dos sujeitos.

[181] Cf. Capítulo 1, seção 3.3.

elemento intrínseco ao funcionamento língua, mas sim, como vinculada “con la falla de los hablantes, con su incompetencia o sus límites”[182].

Tendo isso em vista, observamos o modo como na materialidade linguística em análise (SD2.23) vão sendo propagados e retomados sentidos ancorados nessa projeção imaginária do consulente que vai se materializando. Perceba-se, ainda, que a sanção normalizadora da RAE é apresentada como almejada pelo próprio consulente, e não imposta a partir da autoridade que a instituição deteria para tanto, ou como efeito de sua regulação contínua e permanente sobre os usos linguísticos.

Isso nos levaria a refletir, a partir de Del Valle (2007), sobre a forma pela qual a instituição exerce seu poder sobre os falantes. O estudioso, ao analisar um fragmento presente no discurso proferido pelo então diretor da RAE, Victor García de la Conha, durante o *III Congreso Internacional de la Lengua Española* (2004), mobiliza a noção gramsciana de **hegemonia[183]**. Em suas palavras:

> La noción de hegemonía [...] nos ofrece una visión de la dominación que puede ayudarnos a **comprender los mecanismos a través de los cuales la comunidad discursiva que se ha generado en torno a la RAE trata de afirmar su poder.** La hegemonía es una forma de dominación basada no en la coerción sino en el control y naturalización de un determinado sistema de valores (DEL VALLE, 2007, p. 91, grifos nossos).

Assim sendo, a partir da projeção da imagem de um consulente em SD2.23, que requer a sanção normalizadora institucional, percebemos como irrompe nesse funcionamento discursivo uma forma de “poder consentido” sobre o falante, quem assente que o sujeito do discurso legisle sobre o uso de sua língua. Em outras palavras, à luz da noção de *hegemonia* à qual se refere Del Valle (2007), detectamos que é projetada no discurso de certos prefácios do DC/DLE, desde o século XIX, uma comunidade discursiva sobre a qual a RAE exerceria seu poder de maneira “consentida”.

Por fim, vejamos como no *Preámbulo* à penúltima edição do dicionário (22ª ed., 2001), é possível visualizar marcas linguísticas que apontam para uma mudança significativa nas formas pelas quais a instituição busca o “consentimento” do poder sobre/do consulente:

---

[182] Ibidem, p. 285.
[183] GRAMSCI, Antonio. **Selections from cultural writings**. Cambridge, MA: Havard University Press, 1991.

> SD2.24: La universalización de las comunicaciones, que multiplica y potencia con enorme rapidez los efectos del contacto de lenguas, ha llevado a la Academia y a las Academias asociadas a preparar un *Diccionario panhispánico de dudas*, en cuya parte léxica se considerarán de inmediato los vocablos emergentes y se ofrecerá una indicación consensuada sobre ellos. § Para mejorar este Diccionario solicita, y agradece de antemano, la Academia la colaboración de todos. **Las críticas, sugerencias y propuestas pueden ser presentadas en el modo tradicional o en la página especial del Diccionario que se abre en Internet.** *La Academia las estudiará todas de inmediato y ofrecerá en el mismo medio, y en ediciones más frecuentes, todas las resoluciones que se vayan acordando* (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., Preámbulo, 2014, p. XI[184], grifos nossos).

Em SD2.24, observamos como a conjuntura sócio-historica vinculada a um acentuado desenvolvimento tecnológico que se dá na atual fase da globalização, ao potencializar os efeitos das relações entre línguas, demanda um gesto de regulação por parte da Academia, instituído por meio da publicação, no ano de 2005, do *Diccionario panhispánico de dudas* (DPD)[185]. Perceba-se a forma pela qual essa obra atualizaria a memória léxica institucional da língua, oferecendo sua sanção normalizadora como forma de se antecipar, controlar e amenizar o alcance desses efeitos entre/sobre os falantes. Compreendemos que a conjuntura à qual nos referimos contribui para um importante deslocamento na forma da relação estabelecida entre a RAE e o consulente. Assim, observemos que já não é este último quem recorre à instituição em busca da sanção normalizadora institucional, mas, pelo contrário, é a instituição que passa a requerer a "colaboração"[186] dos leitores para a "melhoria" do dicionário.

---

[184] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

[185] É interessante sublinhar que a sequência discursiva em exame representa um momento em que o sujeito do discurso deixa de abordar aspectos relacionadas ao próprio instrumento linguístico do qual se ocupa, como sabido, o DLC/DLE, para discorrer acerca de outra obra lexicográfica acadêmica, deixando na materialidade linguística importantes pistas, que apontam para a relação que se trava entre esses dicionários na "máquina pan-hispânica", tal como analisado por Brianezi (2014) e por Celada, Costa e Brianezi (2015).

[186] A forma que tomaria essa "colaboração" seria o envio de "críticas, sugerencias y propuestas" de maneira tradicional, ou na própria página eletrônica que dá acesso à consulta do instrumento linguístico. Embora não seja mencionado em SD2.24, ao observarmos o funcionamento do site da RAE, é possível detectar uma remissão ao departamento responsável por responder às demandas dos falantes pela internet, designado "Español al día". Segundo sintetiza Brianezi (2014, p. 53-54), tal departamento – criado em 1998, ano em que a Academia também disponibilizou sua página na internet – constitui um "'canal de comunicação' com os usuários do dicionário para que estes possam resolver dúvidas sobre o espanhol diretamente com a RAE".

Bonnin e Lauria (2015), em um trabalho que tem por objetivo refletir sobre o impacto das novas tecnologias e linguagens nos processos de dicionarização contemporâneos, ponderam que o advento da Internet poder ser relacionado a uma dimensão das práticas sociais, que encontra na linguagem uma parte central de sua materialidade. Para os autores:

> El pasaje de los espacios nacionales de las lenguas al espacio de la globalización ya no puede pensarse, entonces, como una mera "ampliación", como un mero plano de escala, sino que debe entenderse como una alteración en las prácticas de funcionamiento de las lenguas. Concebir el espacio *on line* como diferente de la lógica territorial heredada del Estado nación moderno permite comprender lugares (*sites*) de superposición, (hiper) vínculo y juego de memorias discursivas de las lenguas[187].

Além disso, os estudiosos colocam em relevo que os meios digitais possibilitariam que os usuários, ao mesmo tempo em que abandonassem uma postura tradicionalmente passiva, enleada aos meios impressos, assumissem um papel mais ativo, que demandaria tomadas de decisões sobre os textos lidos, relacionadas desde a seguir (ou não) os percursos de leitura traçados na rede pelos hiperlinks a escrever comentários e compartilhá-los nas redes sociais.

Tendo isso em vista e retomando as reflexões de Del Valle (2007), ao considerarmos os sentidos em jogo na materialidade discursiva de SD2.24, observamos a disponibilização de um dispositivo institucional capaz de tirar proveito desse pressuposto papel ativo do usuário, quem, ao recorrer à RAE para dirimir suas dúvidas linguísticas, acabaria dando seu consentimento de forma direta para que a instituição exercesse seu poder de forma hegemônica. Note-se, inclusive, como a presença do significante "consensuada" e do sintagma "se vayan acordando", destacados em itálico, aponta para uma rede de sentidos filiada a essa forma de dominação, da ordem do consenso e do consentimento[188], tal como dissemos.

Por fim, à luz do que se afirma no enunciado destacado em itálico em SD2.24 – "La Academia las estudiará todas de inmediato y ofrecerá en el mismo medio, y en ediciones más frecuentes, todas las resoluciones que se vayan acordando" –

---

[187] Ibidem, p. 297.

[188] Del Valle (2007), observa a reiteração, nas duas últimas décadas, de palavras vinculadas a esse campo semântico em discursos proferidos, e amplamente divulgados nos meios de comunicação, por membros da RAE.

detectamos que a sanção normalizadora institucional será aplicada, em um primeiro momento, de forma individualizada, com o imediatismo que os meios dispõem e possibilitam e, em um segundo momento, de forma coletiva, por meio da publicação de futuras edições do DPD. No que tange a essa relação entre o conteúdo das "consultas linguísticas" realizadas pelos usuários e o processo de elaboração do DPD, é importante levar em consideração como a própria RAE a projeta, ao explicar, em seu site, o trabalho incumbido ao departamento "Español al día":

> El Departamento de "Español al día", formado por un equipo de filólogos y lingüistas, se creó en noviembre de 1998 —coincidiendo con la apertura de la primera página de la Real Academia Española en Internet— con el objetivo de ampliar y modernizar, aprovechando las posibilidades que ofrecen los medios electrónicos, el servicio de atención de consultas lingüísticas que la RAE ha venido recibiendo desde siempre por cauces más tradicionales, como el correo ordinario y el fax. Su cometido básico es resolver dudas de carácter lingüístico (ortográficas, léxicas y gramaticales) desde la perspectiva de la norma que regula hoy el uso culto del español […] Aprovechando el enorme caudal de información que pone a su disposición el conocimiento directo, a través del servicio de consultas lingüísticas, de las dudas más habituales que asaltan a los hablantes de español en su manejo cotidiano del idioma, el Departamento de "Español al día" se encarga también de redactar los borradores de los artículos del *Diccionario panhispánico de dudas,* que posteriormente son revisados y aprobados por una comisión interacadémica creada al efecto[189].

Nessa esteira, detectamos que as "consultas linguísticas"[190], isto é, as dúvidas dos falantes sobre o uso da língua, enviadas à RAE, ao mesmo tempo em que constituem um importante **observatório** (FOUCAULT, [1975] 2013) para que a instituição exerça sua vigilância constante sobre os sujeitos, fornecem insumos para a elaboração dos artigos lexicográficos do DPD, o que lhe possibilitaria disciplinar o falante, com acerto, oferecendo-lhe a sanção normalizadora por ele próprio almejada.

Dessa forma, retomando o trabalho de Celada, Brianezi e Costa (2015), compreendemos que pareceria instalar-se uma nova rede de sentidos enleada ao processo de interpelação do sujeito, na qual entre os gestos de "fazer duvidar" "para fazer dizer de uma determinada maneira", se instalaria o gesto de "consultar". Dito

---

[189] RAE. Departamento de "Español al día". Disponível em: http://www.rae.es/consultas-linguisticas/departamento-de-espanol-al-dia. Acesso em: 21/09/2016.

[190] Em sua dissertação de mestrado, Brianezi (2015) aborda o funcionamento discursivo vinculado ao campo "Consultas linguísticas" do site da RAE.

de outro modo, o falante, frente a qualquer dúvida linguística, passa a ser impelido a consultar o veredicto institucional, graças ao respaldo que lhe oferece um dispositivo tecnológico que consegue introjetar a RAE e seu saber sobre a língua, de modo onipresente e onisciente, no dia a dia dos sujeitos, num processo que destitui o direito de “errar”.

Para finalizar, é pertinente sublinhar que ao examinarmos as formações imaginárias em jogo no paratexto do DA no capítulo 1, detectamos que havia uma relação de complementaridade entre a imagem do sujeito do discurso e da representação do próprio trabalho da RAE de “cultivar y fijar en el modo possible la pureza y elegáncia de la lengua Castellana”. Neste momento, diferentemente, detectamos que as relações imaginárias que atravessam os prefácios do DLC/DLE estão fortemente vinculadas a um sujeito discursivo empenhado em regular a língua e a um consulente “necessitado” do dicionário acadêmico. Tal como mostramos, é a natureza dessas relações que permite e viabiliza uma forma de poder hegemônico – que se exerce e se ancora em sentidos que remetem ao “consenso” e ao “consentimento” – sobre o falante.

Recapitulação

Neste capítulo, procuramos examinar como operam certos deslocamentos e certas continuidades nas construções imaginárias de língua, da RAE e do outro nos prefácios do DLC/DLE.

Ao estudar a imagem de língua, num primeiro movimento, procuramos dar visibilidade à forma pela qual, no último quarto do século XX, a RAE passa a negar a atitude purista que teria “sempre-já” orientado a produção do dicionário. Ao seguir as pistas linguísticas enleadas ao funcionamento dessa denegação (INDURSKY, 1990), mostramos um movimento em que o sujeito do discurso deixava recalcados os sentidos que, outrora, eram dominantes na FD. Num segundo movimento, analisamos a maneira pela qual o imaginário de “língua comum”/”dicionário comum” foi significado. Detectamos que esse imaginário se constituiu em intrínseca relação com o que se antecipava no instrumento linguístico como “vozes técnicas e científicas”, o que nos permitiu apontar para os deslocamentos produzidos nas representações tanto de “língua” quanto de “dicionário” e para o movimento das posições sujeito em certas condições de produção.

Na análise das representações da RAE, primeiramente, focamos no estudo da projeção imaginária que designamos por “Academia súdita da nação”, estabelecendo um forte vínculo entre esta imagem e a que denominamos, no capítulo 1, por “acadêmico súdito da nação”. Ao examinar o processo discursivo vinculado a esse imaginário, demos visibilidade à natureza da secular relação entre a RAE, a monarquia e o Estado espanhol. Analisamos também o processo vinculado à construção discursiva da autoridade da instituição, que teve lugar no contexto histórico-político de proclamação das independências dos países americanos. Tendo em vista essas condições de produção, detectamos que as marcas linguísticas vinculadas a esse imaginário, aparecem em um momento histórico, político e social em que, justamente, irrompem gestos que podem ser lidos como emancipadores e de questionamento da autoridade acadêmica.

Por fim, no estudo das projeções do outro, demos visibilidade à forma pela qual se instalam duas redes parafrásticas. A primeira se enleia à antecipação de um “sujeito coletivo” (NUNES, 2003), referido como “Público” que, por seu caráter genérico, produzia um efeito de inclusão de indivíduos que não eram contemplados no discurso do paratexto da primeira obra acadêmica. Dessa maneira, a materialidade discursiva do DLC/DLE estaria mais acorde aos objetivos fundacionais da RAE de transformação dos sujeitos em “cidadania útil à nação”. A segunda rede se constitui por relações imaginárias emaranhadas, nas quais se entrelaçam as projeções do consulente, da RAE e do próprio dicionário. A análise levou-nos a compreender que, a partir dessa trama complexa, criou-se um cenário favorável para o exercício de uma hegemonia – isto é, de um “poder consentido” – da instituição sobre os falantes.

PARTE II – O DISCURSO DICIONARÍSTICO EM CERTAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: A INDEPENDÊNCIA DOS PAÍSES AMERICANOS E A IMPOSIÇÃO DO REGIME FRANQUISTA

CAPÍTULO 3 – COM FOCO NOS DESLOCAMENTOS DAS POSIÇÕES DO SUJEITO DISCURSIVO

> *Já de início é preciso distinguir, no interior da noção de exterioridade, o que é o real e o que é a realidade. Aí intervém o conceito de interdiscurso que provê o dizer de uma memória, de uma tradição de sentidos: o saber dos sentidos. A realidade aí se sustenta e toma forma. O sentido se torna, assim, visível pela instituição, pelo consenso social. É o que em análise de discurso se chamam condições de produção. Mas se esse é um efeito de exterioridade que apaga o silencio como lugar do possível (tanto do sentido como do sujeito), há um outro, derivado do real dos sentidos e que trabalha justamente a existência do silêncio como constitutiva da significação em movimento. Porque se há um efeito de exterioridade (os outros), que é onde se significa o preenchimento do sentido, há a inscrição da exterioridade enquanto prática discursiva da contradição (o Outro), presença da ausência que torna a falta em possível (ORLANDI, [1992] 2007a, p. 166).*

Neste capítulo, buscaremos compreender como os acontecimentos da independência dos países americanos e do regime franquista foram significados no discurso prefacial e no de certos verbetes, o que nos permitirá observar a forma pela qual se constituem as posições do sujeito discursivo em condições de produção que estão marcadas por desestabilizações nas relações de poder dominantes.

No que diz respeito ao primeiro acontecimento, os processos políticos que levaram às independências das antigas colônias e que marcaram o colapso do império espanhol, delineiam um cenário glotopolítico que abre espaço, segundo observa Del Valle (2011, p. 467), para “tensas negociações sobre o futuro do espanhol”, dentre as quais destacam-se questionamentos, por um lado, sobre seu estatuto simbólico (“¿representa o no una única cultura panhispánica?”) e, por outro, a respeito das fontes de autoridade para sua regulação.

É justamente nesse vazio deixado pela desaparição do império que se constitui o pan-hispanismo, enquanto movimento que visa uma reaproximação estratégica com a América, a partir da projeção de uma comunidade pan-hispânica imaginada, construída com base no seguinte feixe de identificação: a língua espanhola, a religião católica e a história[191]. Nessas condições de produção, pois, seria outorgado à Espanha um lugar de primogenitura, a partir do qual a ex-metrópole obteria uma série de benefícios.

---

[191] Cf. ARNOUX & DEL VALLE, 2015; DEL VALLE, 2007; DEL VALLE, 2011; SEPÚLVEDA, 2005.

Entretanto, destaca Sepúlveda (2005), a memória da colonização, tal como amplamente difundida na "lenda negra espanhola"[192], representava um empecilho para a consolidação dessa comunidade pan-hispânica, obstaculizando uma aproximação efetiva entre a Espanha e a América, o que motivou que setores identificados ao pan-hispanismo empreendessem uma "releitura" desse acontecimento.

Neste ponto, é necessário levar em conta as reflexões de Sepúlveda (2005) acerca da importância da "lenda negra" tanto para a política exterior da Espanha quanto para a dos países americanos. Em uma perspectiva histórico-diacrônica, o estudioso remonta sua origem americana à publicação da obra *Brevísima relación de la destrucción de las Indías* (1552), na qual seu autor, o padre Bartolomé de las Casas, denunciava a natureza da conquista, destacando os métodos desumanos empregados para com os índios em seu uso como força de trabalho. Conforme sintetiza Sepúlveda (2005), na perspectiva mais extrema, mas nem por isso minoritária, da "lenda negra":

> se condenaba a todo español por explotador y a la totalidad de la población india a la categoría de esclavos explotados y masacrados. La labor de España en América quedaba reducida a un mero trabajo de destrucción de civilizaciones, de utilización inhumana de los indios y de esquilmación de los recursos naturales. El único fin de la colonización habría sido económico, por lo que sus resultados habían sido la expurgación de la riqueza de todo un continente y el asesinato en masa de sus habitantes. § La leyenda negra conllevaba, en consecuencia, la codena del pasado común entre España y América; se convertía así en el primer y más grande obstáculo para cualquier tipo de acercamiento entre ambas orillas atlánticas (SEPÚLVEDA, 2005, p. 227).

Dessa forma, explica o historiador[193], que no século XIX, diversificados e numerosos setores, ancorados no conteúdo dessa "lenda", tanto na América, quanto nos Estados Unidos e nos países europeus, condenavam o modelo de colonização e o sistema de governo impostos pela metrópole às suas colônias americanas. Como dissemos, tal cenário, pois, representava um empecilho para a consolidação e a

---

[192] A "lenda negra" é descrita pelo historiador e sociólogo espanhol Juderías como a "leyenda de la España inquisitorial, ignorante, fanática, incapaz de figurar entre los pueblos cultos, lo mismo ahora que antes, dispuesta siempre a las represiones violentas; enemiga del progreso y las innovaciones" (JUDERÍAS, 1914, p. 18 apud SEPÚLVEDA, 2005, p. 226).
JUDERÍAS, J. **La leyenda negra. Estudios acerca de España en el extranjero**. Madrid: s/e., 1914.
[193] Ibidem, p. 225 et seq.

legitimação do Estado liberal. Nessa esteira, a interpretação que o pan-hispanismo colocava em circulação a respeito da "lenda negra" – por meio de certas publicações editoriais, por exemplo[194] – era a de que não existira melhor modelo colonial do que o espanhol na América, no que se refere à proteção e à defesa dos direitos indígenas[195].

Tendo em vista essas condições de produção e considerando o fato de que a palavra-entrada "colonizar" é registrada no dicionário, no ano de 1837 (7ª ed.), justamente, no contexto de proclamação de independência das repúblicas americanas[196], quando a maior parte dos países já se independizara, parece operar uma injunção para que o sujeito do discurso construa uma memória e defina no texto dicionarístico a palavra "colonização". Diante disso, é o verbete vinculado a esse vocábulo que tomaremos para análise na primeira seção deste capítulo.

Passando às condições de produção vinculadas ao acontecimento do regime franquista, é importante considerar, que no começo dos anos de 1930, segundo observa Sepúlveda (2005, p. 157), delineia-se um cenário sócio-político marcado pelo fortalecimento, em países da Europa ocidental, de uma direita com fortes componentes fascistas. Nesse período, pois, desenvolve-se na Espanha, o conceito de *hispanidad,* movimento em que a religião católica – diferentemente do que ocorre no pan-hispanismo, que convoca diferentes objetos como pontos capazes de promover uma comunidade imaginada, como acabamos de ver – constituía o

---

[194] Com destaque para as revistas *Cultura Hispano-americana* (1912-1925) e *Raza española* (1919-1930) (SEPÚLVEDA, 2005, p. 230).

[195] Conforme Sepúlveda (2005), as tentativas de combater a "lenda negra" se deram de três modos diferentes:

> El primero y más sencillo fue ignorarla, señalar que era cosa del pasado o descalificarla como fruto del mero odio a España. La segunda postura fue la que pretendió su refutación mediante la construcción de una contraofensiva publicística y en ocasiones historiográfica que trataba de demostrar lo radicalmente contrario, las bondades de la conquista y el desarrollo alcanzado en el periodo colonial […]. El tercero modo de actuar fue el sometimiento al trabajo científico y a las evidencias documentales, lo que además de tiempo conllevó la asunción de una parte importante de las acusaciones repetidas durante siglos (SEPÚLVEDA, 2005, p. 227).

Importante sublinhar que, dentre os principais autores relacionados pelo historiador (ibidem, p. 228 et seq.) vinculados a essa terceira vertente, reconhecemos os nomes de Marcelino Menéndez Pelayo e de Ramón Menéndez Pidal, acadêmicos admitidos na RAE, respectivamente, nos dias 06 de março de 1881 e 19 de outubro de 1902, segundo descrito no site da própria instituição. Conforme Sepúlveda, um dos aspectos reiterados nos trabalhos desses autores na tentativa de deslegitimação da "lenda negra" é a atribuição de desequilíbrio emocional e de personalidade paranoica ao padre Las Casas.

[196] Como sintetiza Sepúlveda (2005, p. 60), no decorrer do século XIX, diversificados fatores políticos propiciaram um período de reflexão que culminou na independência de praticamente todos os Estados do território americano, em um curto período e "en número nunca antes dado en la historia universal".

principal elemento sobre o qual se projetava a comunidade hispânica[197] (SEPÚLVEDA, 2005, p163).

Durante o governo franquista (1939-1975) tal conceito foi institucionalizado como uma "filosofía de Estado", inclusive com a criação do *Consejo de la Hispanidad* no ano de 1940, que tinha por objetivo, dentre outros, promover a união espiritual dos povos hispânicos[198]. De forma geral, conforme analisa Sepúlveda (2005, p. 162) "la hispanidad es en realidad un intento de retrotraer el papel de España a una etapa donde existía una situación privilegiada y de dominio; políticamente con respecto a América, socialmente por una decisión entre directores de esa comunidad y el resto de ella".

Desse modo, para compreender as posições discursivas do sujeito diante do processo político que levou à imposição do regime franquista e buscando observar de que forma podemos detectar no discurso dicionarístico sentidos nos quais pode ressoar a ideia de hispanidade, examinaremos certos fragmentos presentes no prefácio da 16ª edição do dicionário ([1936] 1939), escrito imediatamente após o término da guerra civil , e também, a definição lexicográfica do próprio verbete "franquismo", tal como registrado na 21ª edição do DLC/DLE (1992) – quando do primeiro registro desse verbete – e reformulado na 23ª edição.

Comecemos pela análise do verbete "colonizar".

1. O verbete "colonizar"

Encontramos o registro da palavra-entrada "colonizar" na nomenclatura do DLC/DLE, pela primeira vez, no ano de 1837 (7ª ed.), ou seja, considerando o sentido amplo das condições de produção[199], justamente, no contexto de proclamação de independência das repúblicas americanas. Vejamos a forma pela qual se dá esse movimento de significação pelo sujeito:

---

[197] De acordo com Sepúlveda (2005) a obra *La defensa de la Hispanidad*, de Ramiro Maeztu apresenta de forma detalhada e com alto grau de definição o conceito de hispanidade. É importante observarmos que Maeztu foi admitido como acadêmico na RAE em 1935, segundo descrito no próprio site da instituição, http://www.rae.es/academicos/ramiro-de-maeztu (Acesso em: 15/02/2017).

[198] Cf. Ley de 2 de noviembre de 1940, por la que se crea el Consejo de la Hispanidad. In: Boletín Oficial del Estado, num 312, p. 7649. Disponível em: https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1940/312/A07649-07649.pdf. Acesso em: 14/01/2018.

[199] Cf. ORLANDI [1999] 2007.

> SD3.1: Colonizar. a. Formar ó establecer **colonia** en algun país (*Diccionario de la lengua castellana*, 7ª ed., 1837, grifos nossos).

Detectamos nesta materialidade linguística um processo de constituição de uma definição universalizada[200], ancorada na evidência dos sentidos e na transparência da linguagem, de forma a produzir "um discurso universalizado, resultante de um processo ideológico que apaga a historicidade dos dizeres" (NUNES, 2006, p. 191), as contradições históricas e o embate entre sujeitos pertencentes a diferentes espaços.

Ao observarmos as reformulações operadas nesse verbete ao longo das edições do dicionário, contabilizamos, desde seu primeiro registro, tão somente, duas, sendo a primeira produzida na 13ª edição, de 1899 e, a segunda, na 15ª edição, de 1925[201], as quais destacamos em sublinhado na tabela a seguir:

Diccionario de la lengua castellana, 7ª ed.,1837	*Diccionario de la lengua castellana*, 13ª ed.,1899	*Diccionario de la lengua española*, 15ª ed.,1925
SD3.1 **Colonizar**. a. Formar ó establecer colonia en algun país (*Diccionario de la lengua castellana*, 7ª ed.,1837, p. 179[202])	SD3.2 **Colonizar**. a. Formar ó establecer colonia en <u>un</u> país (*Diccionario de la lengua castellana*, 13ª ed.,1899, p. 241[203], grifos nossos).	SD3.3 **COLONIZAR**. tr. Formar o establecer colonia en un país. || 2. Fijar en un terreno la morada de sus cultivadores. (*Diccionario de la lengua castellana*, 15ª ed.,1925, p. 303[204]).

Ao passo que a reformulação de 1899 refere-se ao deslizamento da forma linguística "algun" (SD3.1) para "un" (SD3.2), a de 1925 (SD3.3) está relacionada à inclusão de uma segunda acepção no corpo do verbete, a qual, à luz das questões que nos movem no presente capítulo, não será tomada para análise. Assim, no que diz respeito à primeira reformulação, isto é, no deslizamento das formas "algun"/

---

[200] Conforme teoriza Nunes (2006, p. 191), "a definição universalizada, ao se constituir, 'esquece' os discursos que a determinam e passa funcionar ao modo da autonomia".

[201] Entre a 15ª edição (1925) até a publicação da 23ª edição do DLC/DLE (2014), não foram registradas reformulações nesse verbete, o que nos permite observar a forma pela qual vai se constituindo uma rede de parafrástica com relação a esse processo discursivo, com sentidos já cristalizados na memória do dizer.

[202] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/01/2016.

[203] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/01/2016.

[204] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/01/2016.

“un”, detectamos a retomada, a repetição da produção de uma indeterminação dos territórios envolvidos no dizer sobre a colonização. Tal indeterminação desistoriciza as relações políticas, econômicas e sociais entre os espaços colonizador/colonizado, evocando, assim, a ideia de uma relação de igualdade entre diferentes territórios geopolíticos, como se qualquer um deles pudesse colonizar/ser colonizado por outro.

Considerando esse efeito de desistoricização que se produz a partir do registro dessa definição universalizada em várias edições do dicionário, parece-nos produtivo analisar o enunciado definidor registrado para esse verbete em outro dicionário acadêmico, a saber, o *Diccionario manual e ilustrado de la lengua española* (1983).Tal obra lexicográfica, cuja primeira edição foi publicada pela RAE no ano de 1927, constitui um dicionário, segundo antecipado em seu prefácio, que tem como objetivo servir como uma versão compactada do DLC/DLE e, ao mesmo tempo, como um suplemento desse. Em sua função de “suplemento” do DLC/DLE, o DMILE registraria palavras e acepções, marcadas por um colchete, “que la Academia aún no decide a incorporar a su léxico” (*Diccionario manual e ilustrado de la lengua española*, Advertencias, 3ª ed., 1983, p. VII[205]).

Vejamos a acepção registrada nessa obra[206]:

> SD3.4: colonizar. tr. Formar o establecer alguna colonia en un país. || Fijar en un terreno la morada de sus cultivadores. || **[Desarrollar una acción civilizadora en un país sobre el que se ejerce dominio** (*Diccionario manual e ilustrado de la lengua española,* 3ª ed., 1983, p. 533[207], grifos nossos).

Como podemos detectar na materialidade do verbete, após a reprodução do mesmo enunciado definidor registrado a partir da 15ª edição do DLC/DLE (1925), é acrescentada uma acepção – destacada em negrito em SD3.4 – que, deixando entrever a relação política estabelecida entre metrópole/colônia, vincula o verbo “colonizar” a uma “ação civilizadora” sobre os povos dominados. Perceba-se que, diferentemente do que detectamos em SD3.2, aparecem materializadas nessa

[205] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/01/2016.
[206] Cabe destacar que a RAE decidiu por nunca incorporar essa acepção ao DLC/DLE.
[207] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/01/2016.

textualidade as relações de conflito e de desigualdade entre os espaços geopolíticos.

É produtivo observar que a primeira acepção registrada para o vocábulo "civilizar" no DLC/DLE (21ª ed., 2014, p. 322) é "sacar del estado salvaje a pueblos o personas[208]". Dessa forma, é lícito interpretar que na "ação civilizadora" enleada à ideia de "colonização" ressoam os sentidos presentes na fundação da RAE no século XVIII, sentidos esses vinculados a uma "forma burguesa de assimilação-transformação do outro" (NUNES, 2006, p. 89), segundo analisamos na seção 3.2 do capítulo 1.

Tendo isso em vista, compreendemos que no discurso do enunciado definidor subjazem sentidos que remetem à imagem do país colonizador enquanto modelo de sociedades avançadas, formadas por pessoas cultas, ao mesmo tempo em que se instaura a visão do espaço colonizado como habitado por povos historicamente selvagens, primitivos e inferiores. Dito de outra forma, ao detectarmos que na constituição do enunciado definidor[209] ressoam os "sentidos civilizatórios" da colonização, projetada como acontecimento que viabilizou a transformação-assimilação dos indivíduos, vamos dando visibilidade aos sentidos dominantes e ao jogo entre o dito e o não-dito que se estabelece na formação discursiva que domina o sujeito do discurso. Assim, é possível dar visibilidade à forma pela qual a formação discursiva na qual o sujeito se inscreve está fortemente atravessada pelos sentidos presentes no seio do pan-hispanismo, fundamentalmente, no modo pelo qual esse movimento tem, dentre seus objetivos, o de produzir discursos de desmonte da "lenda negra espanhola", segundo antecipamos ao introduzir este capítulo.

Orlandi ([1992] 2011), em seu estudo intitulado *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, formula da seguinte maneira sua teorização sobre o silêncio:

> Chegamos [...] a uma hipótese que é extremamente incômoda para os que trabalham com a linguagem: o silêncio é fundante. Quer dizer, o silêncio é a matéria significante por excelência, um continuum significante. O real da significação é o silêncio. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma afirmação que

[208] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/01/2016

[209] SD3.6: colonizar. tr. Formar o establecer alguna colonia en un país. || Fijar en un terreno la morada de sus cultivadores. || [Desarrollar una acción civilizadora en un país sobre el que se ejerce dominio (*Diccionario manual e ilustrado de la lengua española*, 3ª ed., 1983).

> sucede a essa: o silêncio é o real do discurso. [...] Evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante. O silêncio de que falamos é o que instala o limiar do sentido (ORLANDI, [1992] 2011, pp. 29, 68).

A hipótese da autora, então, tem como desdobramento uma reflexão sobre a incompletude da linguagem e do sujeito, que parte do princípio de que todo processo de significação traz uma relação necessária com o silêncio, de tal forma que o "que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito" (ORLANDI, [1999] 2007b, p. 85). À luz dessa noção, para concluir esta análise, cabe explicitar a pergunta que nos orientou nesse percurso de leitura: o que o discurso do verbete "colonizar" silencia, o que ele deixa de dizer?

Respondendo à questão, detectamos um processo de silenciamento em que sentidos enleados à "lenda negra" são apagados, ao mesmo tempo em que podemos entrever como se instala um ponto de vista favorável ao acontecimento colonização, ao relacioná-lo à civilização de povos selvagens.

Mais que isso, é necessário recordar que Orlandi ([1990] 2008, pp. 75-61; [1992] 2011, p. 73-75; [1999] 2007, p.82-85) propõe dois modos de funcionamento da **política do silêncio**, ou silenciamento, a saber, o **silêncio constitutivo** e o **silêncio local**. Dessa forma, enquanto aquele é definido como pertencente "à própria ordem de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem" (ORLANDI, [1992] 2011, pp. 73) este "é o que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circularem" (ORLANDI, [1990] 2008, pp. 75). Compreendemos, assim, que o modo de funcionamento do silêncio que se instaura no verbete cuja análise tem como foco nesta seção, SD3.1[210],é o silenciamento que a autora determinou como "silêncio local", posto que são proibidos na discursividade em exame sentidos que possam remeter à "lenda negra", trazendo à memória sentidos que possam ser filiados a uma Espanha exploradora, repressora e violenta. Além disso, conforme vimos mostrando, detectamos dizeres que revelam um processo de identificação do sujeito com o movimento pan-hispânico, no que diz respeito a uma proposta de releitura e de apagamento da "lenda negra", de forma a podermos dar visibilidade aos sentidos que se querem evitar, "sentidos que poderiam instalar o trabalho

[210] SD3.1: Colonizar. a. Formar ó establecer colonia en algun país (*Diccionario de la lengua castellana*, 7ª ed., 1837).

significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (ORLANDI, [1992] 2011, pp. 73-74).

Costa (2014), justamente, ao analisar esse mesmo verbete, tal como registrado no *Diccionario integral del español de la Argentina*, (2008) (DIEA), colocando-o em relação com outros dois instrumentos, a saber, o *Diccionario del español de México* (2010) (DEM) e o DLC/DLE, ilumina os limites e as fronteiras da formação discursiva na qual os dicionários são produzidos[211]. Assim, no gesto de leitura dos enunciados definidores, a pesquisadora[212] observa a produção de certos sentidos no DIEA e no DEM que são silenciados no DLC/DLE. Isso a leva a detectar a existência de duas posições sujeito distintas: uma, que é possível entrever na textualidade do DLE (22ª ed., 2001), a partir da qual se realiza a colonização e, para a qual, “colonizar” significa ir e se estabelecer em um determinado país; e outra, presente no DEM e no DIEA, “que sofre o efeito da colonização, e a partir da qual o processo é entendido como domínio e exploração em diversos níveis”[213]. Para Costa, pois, essas posições sujeito estariam vinculadas a formações discursivas diferentes, constituídas por saberes filiados a sentidos que não correspondem, de tal modo que “o que é dito a partir da posição sujeito ocupada em um dicionário, parece não ser possível (porque não pode ou não deve ser dito) nos outros”[214].

Assim, finalizando a leitura que apresentamos nesta seção, à luz das considerações da autora e tendo em vista nosso percurso de análise, é pertinente destacar que para dar visibilidade ao trabalho do silêncio na inscrição do sujeito na formação discursiva (ORLANDI, 2011, p. 81), foi fundamental colocarmos em

---

[211] Vejam-se os verbetes tomados para análise pela pesquisadora:

> **Colonizar**. **1**. tr Referido a un Estado, ocupar un territorio extranjero para dominarlo y explotarlo económica y políticamente: Estos países luego irían a colonizar los territorios africanos. § **2** tr Referido a un conjunto de personas, establecerse en un territorio diferente del de origen para poblarlo y trabajar en él: Junto con un grupo de galeses exploraron y colonizaron los valles andinos. § **3** tr referido a un organismo, establecerse y dominar un nuevo territorio: La bacteria coloniza el tubo digestivo y libera la toxina (*Diccionario integral del español de la Argentina*, 2008).
>
> **Colonizar.** v tr (Se conjuga como amar) **1** Establecer un país su dominio económico, político, militar o cultural sobre otro **2** Establecerse un grupo de personas en un lugar distinto al de su procedencia, con el fin de explotar sus recursos (*Diccionario del español de México*, 2010).
>
> **COLONIZAR**. *tr*. Formar o establecer colonia en un país. || 2. *tr*. Fijar en un terreno la morada de sus cultivadores (*Diccionario de la lengua española*, 22ª ed., 2001).

[212] Ibidem, p. 31 et seq.
[213] Ibidem, p. 32.
[214] Ibidem, p. 33.

relação o discurso definidor de DLC/DLE com outra obra lexicográfica acadêmica, o DMI, produzida em condições de produção diferentes. Tal gesto analítico, desvelando o jogo que se estabelece entre o dito e o silenciado, permitiu-nos compreender e explicitar como o pan-hispanismo, na forma pela qual esse movimento ressignifica a "lenda negra" entre os séculos XIX e XX, faz eco e ressoa no discurso do verbete que examinamos.

A seguir, passemos à análise do verbete "franquismo".

2. O verbete "franquismo"

Antes de analisar a posição do sujeito do discurso com relação aos acontecimentos políticos que levaram ao regime franquista, bem como, ao regime propriamente dito, é importante levar em consideração a situação na qual se encontrava a RAE antes da eclosão da guerra civil, em 1936, isto é, durante a vigência da Segunda República (1931-1939), quando chegara ao governo do país a Frente Popular[215], por meio de eleições democráticas.

Durante esse governo, pois, conforme observam os acadêmicos Sánchez Ron (2013) e García de la Concha (2014), o ano de 1936, foi especialmente conturbado para a RAE, posto que seus edifícios foram expropriados e seu título de "real" retirado pelo governo republicano. Além disso, conforme os autores, no dia 17 de setembro do mesmo ano, tal como decretado pelo então presidente da república Manuel Azaña, as Academias vinculadas *ao Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes* e, dentre elas a RAE, deveriam ser todas dissolvidas. Em seu lugar, então, seria criado um Instituto Nacional de Cultura, com seções que contemplariam distintos campos de conhecimento[216].

Assim, findada a guerra civil[217], cujo desfecho, como sabido, levou ao poder o militar Francisco Franco Bahamonde, quem permaneceu no governo espanhol de

[215] Como antecipamos na Introdução, a formação da Frente Popular na Espanha, da mesma forma que em outros países europeus, resultou da aliança entre partidos de esquerda, democráticos e antifascistas, entre os anos de 1934-1935. Seu modelo remete ao da "frente única", fórmula política de coalizão de partidos que trabalhavam a favor de objetivos políticos e econômicos comuns que aderiram à Segunda (1889-1914) e à Terceira Internacional (1919-1943) (Cf. BELLIGNI, pp. 528-530).
[216] As seções do Instituto Nacional, outrora vinculados às academias dissolvidas, seriam as seguintes: "Lengua y Literatura; Historia, Ciencias Sociales, Medicina, Ciencias Matemáticas y Físico-Químicas; Ciencias Naturales; Bellas Artes" (GARCIA DE LA CONCHA, 2014).
[217] Neste ponto, é importante dizer diferentes setores, dentre eles os que visavam a restituição da monarquia, apoiaram o golpe de Estado que levou à guerra civil. Segundo enumera Tamames ([1988]

1939 a 1975, quando veio a falecer, quando da reimpressão da 16ª edição do DLC/ DLE ([1936]1939)[218], encontramos no prefácio pistas que nos ajudam a dar visibilidade à forma pela qual o sujeito do discurso compreendia o governo republicano e as medidas tomadas com relação à RAE no ano de 1936[219]:

> SD3.5: Perseguidas con diabólica saña bajo la tiranía marxista cuantas instituciones encarnaban el verdadero espíritu de nuestro pueblo, no se podía esperar que la vesania de los usurpadores del poder respetase la vida de la Academia. **Fue disuelta, en efecto, de un plumazo; y aunque no tardó en renacer en las tierras privilegiadas de nuestra patria que conocieron las primeras al alborear de la reconquista,** la casa solariega de la Corporación, su patrimonio y sus publicaciones quedaron secuestrados en la capital de la nación hasta el día felicísimo de su liberación total (*Diccionario de la lengua española*, 16ª ed., Advertencia, [1936] 1939, s/p.[220], grifos nossos).

Neste funcionamento discursivo, a RAE é projetada como uma instituição perseguida durante o governo republicano – o qual é antecipado como "usurpadores

---

1990, p. 229), as forças políticas a favor da caída da República eram movidas por interesses diversos:

> el Ejército esperaba asumir de nuevo su papel decisorio en la vida política española […]; la Iglesia quería recuperar su dominio espiritual sobre España y sus no escasos privilegios en materia de familia, educación e incluso finanzas; los terratenientes, industriales y grandes financieros de Renovación Española esperaban volver atrás, al *status quo* de las vísperas de 1931 y que en 1936 se veía seriamente amenazado; muchas de las clases medias, y aún no pocos elementos de las clases bajas, aspiraban a persistir en sus situaciones acomodadas o en sus objetivos de utilizar las vías de una movilidad vertical; los carlistas conspiraron y marcharon al frente después, con una convicción más o menos firme de que el hundimiento de la República les permitiría recuperar sus fueros y, tal vez, entronizar a su pretendiente; por último, los falangistas, al calor de la ayuda nazi y fascista, […] contaban con lograr el dominio del aparato del Estado para, desde él, instaurar su programa nacional-sindicalista […] que hiciese posible el acceso de España a una serie de reivindicaciones de signo imperial.

[218] A primeira impressão da 16ª edição do DLC/DLE se deu em 1936, quando as atividades acadêmicas foram provisoriamente interrompidas, não somente pelo estalar da guerra civil, mas também dado às incertezas sobre seu futuro no governo republicano. O prefácio em análise foi redigido quando da reimpressão dessa edição em 1939, após derrotadas as forças republicanas.

[219] Diferentemente dos demais verbetes analisados neste trabalho, observamos, conforme mostrado na *Introdução*, que a guerra civil como acontecimento do qual se desdobra o regime franquista é fortemente significado pelo sujeito discursivo no próprio prefácio da 16ª edição do dicionário ([1936] 1939), o que nos leva a fazer uma análise mais detida dessa textualidade, antes de passar ao verbete propriamente dito.

[220] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 04/02/2016.

del poder”[221] – e a dissolução da Academia, tal como decretado em 17 de setembro de 1936, como um desrespeito à vida da instituição.

No parágrafo seguinte à SD3.5, lembrando, tal como descrevemos, que o governo republicano decretara a extinção das academias reais e confiscara os edifícios nos quais elas se instalavam, veja-se a forma pela qual se significa a restituição da RAE a sua condição de instituição vinculada à realeza:

> SD3.6: Mientras tanto, la casa editorial que tenía en depósito las publicaciones de la Academia se vió obligada a poner en circulación un corto número de ejemplares del nuevo Diccionario, que, naturalmente, llevan la fecha de 1936; pero, al hacerse hoy cargo la Corporación de los ejemplares restantes, al mismo tiempo que **recobra, con íntima satisfacción, el uso de sus emblemas tradicionales y su título varias veces secular de REAL ACADEMIA ESPAÑOLA** […](*Diccionario de la lengua española*, 16ª ed., Advertencia, [1936] 1939, s/p.[222], grifos nossos).

Encontramos na materialidade linguística marcas que delineiam um sujeito do discurso totalmente identificado com o desfecho da guerra civil e com a consequente instauração de um cenário sócio-político em que a RAE parece ser beneficiada, posto que lhe são restituídos “sus emblemas tradicionales y su título varias veces secular de REAL ACADEMIA ESPAÑOLA”. Compreendemos que essa “satisfação” apresentada com relação à restituição do estatuto da RAE, enquanto instituição vinculada à Coroa, deixa entrever a filiação do sujeito do discurso com setores monárquicos, cujo apoio ao golpe militar se justificava pelo desejo de restituição da monarquia como forma de governo[223].

Da mesma maneira, pensando nos diferentes setores políticos que apoiaram o golpe militar, observe-se, no fragmento em negrito em SD3.5, a remissão ufanista que se faz à Reconquista[224], de forma a se rememorar os tempos de uma Espanha imperial[225]. De fato, segundo Preston (1986, p. 21), especialista em história espanhola contemporânea, “la nostalgia por el imperio era un rasgo común a todos

---

[221] Reitere-se que o governo republicano fora eleito democraticamente.
[222] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 04/02/2016.
[223] Cf. TAMAMES ([1988] 1990).
[224] Historicamente, o fim da Reconquista data de 1492, quando, após quase oito séculos de lutas, os espanhóis, enfim, retomam a Granada, a última cidade sob domínio mouro (Cf. CORTÁZAR E VESGA, 2001).
[225] Com efeito, de acordo com Lara (2011, p. 317), o fim da Reconquista, vinculado a outros importantes acontecimentos, a saber, o casamento dos reis católicos, a Queda de Granada, e a viagem de Colombo, isto é, a unificação, marcam a construção do império colonial espanhol.

los grupos derechistas en la década de los treinta, pero mucho más acusadamente en la falange". Detectamos assim que a filiação do dizer do sujeito do discurso à memória de uma "Espanha imperial"[226] é reiterada em outro momento do prefácio em exame, ao se manifestar o seguinte:

> SD3.7: la Corporación […] quiere que la 16ª edición de su Diccionario se difunda ya por el mundo con el sello de **la nueva España imperial**. Por eso se ha cambiado el primer pliego de la obra y se le ha puesto como fecha la del glorioso **Año de la Victoria, 1939** (*Diccionario de la lengua española*, Advertencia, 16ª ed., [1936] 1939, s/p.[227], grifos nossos).

Observamos que a RAE tem por objetivo que o próprio dicionário reproduza o imaginário de reconstrução de "Espanha imperial", forma pela qual os setores direitistas projetavam a nação naquele momento sócio-político[228], como acabamos de dizer. Interpretamos que na determinação "nueva España imperial" ressoa a forma "providencialista" pela qual se compreendia o papel da ex-metrópole na hispanidade: "como eje espiritual del mundo Hispánico"[229], já que em razão da falta de influência política e econômica do país na América e na Europa, seria necessário apelar para um elemento de identidade de natureza mais transcendental[230].

Note-se, além disso, que a tomada de posição com relação ao desfecho da guerra civil transborda inclusive para a contracapa da edição em exame do DLC/DLE, tal como reproduzida a seguir, quando se designa por "Año de la Victoria" quando da chegada ao poder do militar Francisco Franco e de reimpressão da 16ª edição do dicionário:

---

[226] No que diz respeito à política exterior espanhola durante o franquismo, na década de 1960, antes conforme analisa Sepúlveda (2005, p. 175), reforçava-se a ideia de que a relação da ex-metrópole com as ex-colônias constituiria uma ponte entre a Europa e a América.

[227] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 04/02/2016.

[228] Cf. PRESTON, 1986, p. 21.

[229] Cf. **Ley de 2 de noviembre de 1940, por la que se crea el Consejo de la Hispanidad**. In: Boletín Oficial del Estado, num 312, p. 7649. Disponível em: https://www.boe.es/datos/pdfs/BOE//1940/312/A07649-07649.pdf. Acesso em: 14/01/2018.

[230] Cf. SEPÚLVEDA, 2005.

Figura 3: Contracapa da 16ª edição do DLC/DLE ([1936] 1939)

É importante dizer que ao mobilizar o sintagma “Año de la Victoria”, o sujeito discursivo reproduz um dizer, filiando-se a ele, presente no comunicado emitido por Franco, ao declarar o final da guerra:

> En el día de hoy, cautivo y desarmado el Ejército Rojo, han alcanzado las tropas nacionales sus últimos objetivos militares. La guerra ha terminado.
> El generalísimo Franco.
> Burgos, primero de abril de 1939.
> **Año de la victoria** (FRANCO, 1939 apud TOGORES, 2011, p. 202, grifos nossos).

Nesse sentido, encontramos na materialidade linguística da 16ª edição do DLC/DLE ([1936] 1939) marcas que apontam para uma forte tomada de posição por parte sujeito do discurso, que mostram uma forte identificação com sentidos e com os dizeres filiados a setores que apoiaram e que levaram a cabo o golpe militar, ainda que nos relatos sobre a história da RAE se reitere a existência de uma

pluralidade ideológica na instituição entre as décadas de 30 e 40, “con académicos situados en uno y otro bando”[231].

Considerando essa posição do sujeito, passamos a analisar o discurso presente no verbete “franquismo”, tal como registrado na 21ª edição do DLC/DLE (1992), isto é, somente após mais de meio século de início do regime e depois de dezessete anos de seu fim[232]:

Vejamos a definição lexicográfica registrada na 21ª edição do dicionário (1992), e reproduzida, da mesma forma, na 22ª edição (2001):

> SD3.8: **franquismo** m. Movimiento político y social **de tendencia totalitaria**, iniciado en España durante la guerra civil de 1936-39, *en torno al general Franco*, y desarrollado durante los años en que ocupó la jefatura del Estado. II Período histórico que comprende el gobierno del general Franco (*Diccionario de la lengua española*, 21ª ed., 1992, p. 701[233], grifos nossos).

Detectamos na materialidade linguística marcas, destacadas em sublinhado (“Movimiento político y social” e “gobierno”), que nos permitem entrever a forma pela qual o sujeito discursivo rejeita e, ao mesmo, filia-se com certos sentidos atribuídos ao regime franquista[234].

---

[231] García de la Concha (2014), inclusive, ao escrever a história da instituição na obra *La Real Academia Española. Vida e historia*, argumentando a favor da “pluralidade ideológica” da Academia, enfatiza a postura de alguns membros – dentre eles, Menéndez Pidal – os quais assinaram um comunicado, publicado no jornal republicano *ABC* com o seguinte dizer: “Los firmantes declaramos que ante la contienda que se está ventilando en España, estamos al lado del Gobierno de la República y del pueblo, que con heroísmo ejemplar lucha por sus libertades” (PÉREZ PASCUAL, 1998, p. 267 apud GARCÍA DE LA CONCHA, 2014).
PÉREZ PASCUAL, José Ignacio. **Ramón Menéndez Pidal: Ciencia y Pasión**. Valladolid: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1998.

[232] Note-se que entre 1939 e 1992, publicaram-se três edições do DLC/DLE sem que o verbete “franquismo” constasse da nomenclatura do dicionário, embora o regime fosse designado dessa forma já em 1940, segundo podemos observar no *Corpus diacrónico del español*, disponível no site: http://www.rae.es. Interpretamos que a demora na inclusão desse na obra lexicográfica está vinculada ao forte processo de interpelação-identificação do sujeito com o regime, tomado, dessa forma, como algo tão evidente e naturalizado que não precisaria ser definido no texto dicionarístico. O registro da palavra, então, estaria vinculado a um contexto sócio-histórico em que, desde o final da década de 1970, relações de força convocavam o sujeito discursivo a se posicionar frente num momento quando, segundo Moraes (1983, p. 41), somavam-se forças a favor da democratização do país e em que os regimes ditatoriais eram demonizados.

[233] Disponível em: http://lema.rae.es/drae2001/. Acesso em: 21/03/2014.

[234] De fato, conforme explana Larizza (1998), cientista política vinculada à Universidade de Turim, são numerosos os debates entre vários estudiosos – que podem dar primazia a aspectos políticos, sociais ou econômicos – em torno do que teria sido o franquismo. Segundo enumera a autora (1998, p. 525), o regime foi definido muitas vezes como um caso de cesarismo, de bonapartismo, de “democracia orgânica” de cunho corporativo, como uma forma de fascismo, como um regime totalitário, como um despotismo moderno, como um regime neobismarckiano e como uma ditadura.

Para compreendermos o processo de significação vinculado à mobilização do significado destacado em sublinhado na definição da primeira acepção é necessário considerar que no campo da ciência política, conforme as explicações de Pasquino (1998, p. 786), o termo “movimento” “é usado” para tornar patente, ao mesmo tempo, a necessidade de ligames profundos com os grupos sociais e o enraizamento neles, bem como um certo distanciamento das práticas políticas dos partidos”.

Tendo isso em vista, na primeira acepção, ao se definir a palavra-entrada através desse termo, são produzidos sentidos que pressupõem a participação e a adesão dos cidadãos ao regime. Reitera-se esse processo de produção de sentidos a predicação estabelecida por meio do sintagma destacado em itálico, “en torno al general Franco”, que traz à luz um “corpo de sujeitos”, uma coletividade que se organiza ao redor do chefe de Estado, seguindo suas ideias e apoiando-as. Além disso, a mobilização do termo em questão no enunciado definidor, produziria um efeito de minimização do papel do partido político único, a saber, a *Falange Española Tradicionalista y de las JONS*[235], que apoiara o golpe de Estado e tivera uma participação política significativa durante os primeiros anos do regime franquista. Cabe observar ainda a determinação que produz o sintagma preposicional destacado em negrito (“de tendencia totalitaria”). Interpretamos que apesar da modalização que opera nesse processo determinativo, é possível detectar discursos nos quais o franquismo é tomado enquanto um sistema totalitário[236] de exercício do poder, de modo a entrevermos uma filiação desse regime ao fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão, ambos tomados como clássicos regimes totalitários da Europa daquela período, em razão, de acordo com Saccomanni (1998, p. 471), das técnicas de gestão do poder político aplicados, da ideologia e de sua função histórica.

Passando à segunda acepção e colocando-a em relação com a primeira, ao observarmos a constituição do enunciado definidor, detectamos o apagamento de certas referências, tais como a duração do regime (1939-1975) e o sistema político totalitário ao qual ele pode ser filiado. A respeito desse último apagamento,

[235] Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista.
[236] De acordo com Stoppino (1998, p. 1247), começou-se a falar de Estado "totalitário" por volta da metade da década de 20 para significar as características do Estado fascista em oposição ao Estado liberal. No entanto, tal como observa o autor, nessa época, a expressão já começava a ser usada para designar todas as ditaduras monopartidárias, abrangendo tanto as fascistas quanto as comunistas.

compreendemos que a ausência de determinação no significante “governo” – diferentemente do que ocorre com o sintagma “movimento político e social” conforme acabamos de analisar – apontam para marcas que desvelam os movimentos vacilantes do sujeito discursivo entre dizer e silenciar o caráter autoritário do regime franquista no discurso do verbete em novas condições de produção. Interpretamos que esse silenciamento presente na segunda acepção se produz em razão da forte identificação do discurso do dicionário com sentidos presentes no discurso dos setores políticos que levaram ao golpe de Estado que culminou na imposição do regime.

É importante deixar registrado que a definição apresentada para o verbete “franquismo” na 21ª edição do DLC/DLE (1992), e reproduzida na edição seguinte (2001), foi alvo de muitos questionamentos e de duras críticas veiculadas nos meios de comunicação a partir de 2007, ano quando fora promulgada a lei 52/2007[237], “por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la **dictadura**” (grifos nossos).

Segundo informado em uma notícia publicada no jornal *El País*[238], a principal instituição autora das críticas direcionadas contra a definição apresentada no verbete em análise foi a *Asociación para la recuperación de la memoria histórica*[239] (ARMH), a qual encabeçou uma campanha naquele ano para que a RAE alterasse o enunciado definidor desse verbete. Uma das justificativas apresentadas pela ARMH em relação à definição da palavra “franquismo” como “movimento político e social de tendência totalitária” é a seguinte:

> definir el franquismo como un movimiento de tendencia totalitaria es ocultar la naturaleza extremadamente violenta del régimen, las numerosas violaciones de derechos humanos, los 113.000 desaparecidos, los 500.000 exiliados, los 400.000 detenidos ilegalmente, las decenas de miles de desterrados, torturados, las miles de mujeres humilladas públicamente, los miles de ciudadanos

[237] Disponível em: http://leymemoria.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/LeyMemoria/es/memoria-historica-522007. Acesso em: 24/03/2014.
[238] Disponível em: https://elpais.com/elpais/2007/11/19/actualidad/1195463825_850215.html. Acesso em: 24/03/2014.
[239] Conforme podemos ler em seu site, http://memoriahistorica.org.es/que-es-la-asociacion-para-la-recuperacion-de-la-memoria-historica-armh-2000-2012/, a ARMH é uma organização não governamental constituída no ano de 2000. O principal objetivo da instituição centra-se na localização de corpos de vítimas assassinadas durante a guerra civil (1936-1939) e ao longo do regime franquista (1939-1975).

> expulsados de sus trabajos y de sus puestos en la administración por sus ideas o los miles de niños robados de los brazos de las presas republicanas y entregados a familias del régimen (ARMH, 2007[240]).

Diante desse cenário de críticas e de reivindicação de uma nova definição lexicográfica para o verbete, quando da publicação da 23ª edição do DLC/DLE, em 2014, encontramos a seguinte reformulação operada:

> SD3.9: **franquismo**
> 1. m. **Dictadura** de carácter totalitario impuesta en España por el general Franco a partir de la guerra civil de 1936-1939 y mantenida hasta su muerte.
> 2. m. Período histórico que comprende la **dictadura** del general Franco (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., 2014[241], grifos nossos).

Assim, colocando em relação os enunciados definidores tais qual registrados nas últimas duas edições do dicionário (SD3.8) e a registrada na 23ª edição (SD3.9), compreendemos que os efeitos produzidos pelo deslizamento "movimiento político y social"/ "dictadura" constitui uma resposta à forte coerção social que foi ganhando corpo a partir da referida campanha iniciada pela ARMH. Além disso, é possível detectar a forma pela qual esse enunciado lexicográfico ressoa o próprio discurso da lei 52/2007, assinada pelo rei Juan Carlos I, a qual acabamos de referir, posto que nessas duas textualidades o regime é designado como "ditadura".

Nesses termos, interpretamos que o deslocamento que se produz no discurso desse verbete aponta para a irrupção de uma nova posição de sujeito a qual, caracterizando-se por melhor atender às novas injunções, acaba por se impor na FD em que o sujeito se inscreve[242], desvelando as reconfigurações das fronteiras discursivas[243]. Tais condições de produção vão abrindo cada vez mais espaço para

---

[240] Disponível em: http://memoriahistorica.org.es/tag/franquismo/. Acesso em: 24/03/2014.
[241] Disponível em: http://dle.rae.es/?id=IPVpyMO. Acesso em 20/10/2014.
[242] É importante observar que em uma notícia publicada no jornal espanhol *ABC*, o acadêmico, e secretario da RAE, Dario Villanueva, nega que as alterações produzidas no verbete "franquismo" se devam a qualquer tipo de pressão. Segundo ele, todas as reformulações registradas na 23ª edição do DLC/DLE, constitiui um "proceso normal de elaboración del Diccionario, en el que se han ido aquilatando y perfeccionando las definiciones que se han ido sometiendo a contraste" (Disponível em: http://www.abc.es/cultura/20141017/abci-franquismo-nuevo-diccionario-201410171906.html. Acesso em: 17/10/2014).
[243] Cabe observar que a manutenção de um sintagma preposicional que significa a natureza totalitária do regime ("de caráter totalitário") em SD3.9 para determinar o significante "ditadura" pode ser interpretado como uma marca do posicionamento do sujeito do discurso frente a uma discussão que fora reavivada em 2011, quando da publicação do *Diccionario biográfico español*, pela *Real Academia de la Historia*. Segundo notícias publicadas em diversos meios de comunicação, tal

irrupção de outra posição sujeito, que ao se destacar vai mostrando a reconfiguração das margens do dizível na FD.

Por fim, ao refletirmos sobre a constituição da memória do acontecimento do "franquismo" no texto dicionarístico, é possível dar visibilidade aos movimentos de identificação do sujeito discursivo ao se relacionar com e ao significar esse acontecimento político histórico. Nessa esteira, encontrávamos na materialidade linguística do prefácio da 16ª edição do DLC/DLE ([1936] 1939) um sujeito que – tomando uma clara posição após a guerra civil – exaltava a vitória das forças políticas que apoiaram o golpe de Estado, na última edição do dicionário (2014), realiza-se um importante movimento de deslocamento, ao produzir um discurso na definição lexicográfica do verbete que deixa entrever os sentidos negativos desse acontecimento político histórico.

Compreendemos que tais movimentos apontam para a irrupção de posições sujeito que vão se destacando na FD devido a sua filiação com o discurso da ideologia dominante em certas conjunturas: ao término da guerra civil, com sentidos presentes nos discursos dos setores que apoiaram o golpe; e, na 23ª edição do dicionário (2014), com sentidos que ganharam força com a irrupção de movimentos políticos sociais cujas demandas implicaram na promulgação da lei 52/2007 (Ley de la Memoria Histórica), segundo abordamos nesta seção.

Em o *Papel da Memória*, Pêcheux ([1983] 1999, p.50), ao tratar sobre aquilo que é memorizável, afirma que "[...] é preciso entender o acontecimento inscrito no espaço da memória sob dupla forma-limite: (1) o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; (2) o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido". No presente caso, detectamos uma tentativa de absorver o acontecimento no espaço da memória, ressignificando-o através de um apagamento que se faz visível na materialidade linguística ao colocarmos as duas acepções em relação de sentidos.

---

discussão se reacendera em razão de que nesse dicionário o regime franquista, além de não ser designado como "ditadura", fora referido como um "un régimen autoritario, pero no totalitario", o que provocou fortes críticas, tanto por parte de historiadores, quanto de variados setores sociais. Desse modo, ao definir a palavra-entrada "franquismo" como "ditadura de caráter totalitário", detectamos como o sujeito discursivo toma posição em relação a esse período da história, posição essa que, respondendo ao clamor social, preservaria o dicionário de críticas.

Recapitulação

O percurso de leitura empreendido neste capítulo procurou desenvolver uma reflexão sobre os movimentos do sujeito do discurso, detectáveis na materialidade do DLC/DLE, em condiçoes de produção vinculadas à idendependência dos países americanos, no século XIX, e à imposição do regime franquista em meados do século XX. Em outras palavras, no decorrer deste capítulo, analisamos as posições discursivas do sujeito em condições de produção específicas, procurando dar visibilidade a certos movimentos de identificação, mostrando a forma pela qual o discurso lexicográfico se filia com outros dizeres disponíveis no interdiscurso, identificando-o em sua historicidade.

No estudo do verbete “colonizar” observamos, através de certos gestos de análise, que sua constituição discursiva pode ser explicada por meio de um jogo entre o dizível e o silenciado que se estabelece na formação discursiva que domina o sujeito, na qual flagramos um processo de silenciamento de sentidos vinculados à “lenda negra espanhola”, o que nos permitiu dar visibilidade à forma pela qual sentidos filiados ao movimento pan-hispânico atravessam o discurso do verbete analisado.

Ao examinar as posições sujeito em jogo durante o regime franquista, no primeiro momento de análise, deparamo-nos com um prefácio que representava uma descontinuidade/ruptura na série de dicionário que constituem nosso *corpus*, ao rastrearmos um sujeito do discurso quem, silencia questões vinculadas à língua e ao fazer lexicográfico e produz movimentos de identificação com o ideal de hispanidade e com forças políticas que levaram a cabo o golpe de Estado que culminou na imposição de uma longa ditadura na Espanha. No segundo momento do percurso de análise, estudamos o discurso do verbete “franquismo” tal como registrado, pela primeira vez, na 21ª edição do dicionário (1992), e as reformulações operadas quando da publicação da 23ª edição (2014). Ao colocarmos em relação a materialidade discursivas de ambas edições, pudemos dar visibilidade aos movimentos do sujeito no que diz respeito à significação desse acontecimento no texto dicionarístico. Assim, ao passo que naquela edição rastreamos a produção discursiva vinculada a uma posição sujeito que camuflava a natureza do regime, nesta última, detectamos um movimento de deslocamento do sujeito, quem finalmente assume o caráter ditatorial do regime. Compreendemos que esses

movimentos do sujeito discursivo apontam para a forma pela qual sentidos vinculados ao discurso da ideologia dominante que detém o poder em certas condições de produção vai adentrando no interior da FD em que o sujeito se inscreve, o que explicaria os limites entre as diferentes posições-sujeito na significação dessa palavra no DLC/DLE.

CAPÍTULO 4 – COM FOCO NAS DEFINIÇÕES DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS E ESPANHOLAS

> *O espaço de enunciação é o modo de distribuir as línguas que estão em relação. Ou seja, a questão é qual é o lugar da língua materna para seus falantes, ou o da língua nacional, assim como o da língua oficial. Essa distribuição é sempre marcada por uma desigualdade politicamente construída, ou seja, a distribuição dessas línguas para seus falantes constitui uma hierarquia entre elas e atribui um sentido para essa hierarquia (GUIMARÃES, 2005, p. 12).*

Conforme antecipamos no capítulo 3, as condições de produção que constituem o foco da segunda parte deste trabalho estão permeadas por movimentos de cunho fortemente nacionalista (o pan-hispanismo e a hispanidade), nos quais certos sentidos foram sendo atribuídos à língua espanhola e, também, às demais línguas dos espaços de enunciação que são atravessados pela primeira, conforme veremos.

Nesse escopo, segundo vimos abordando, no pan-hispanismo, com o esfacelamento do império, a língua espanhola constituía o elemento mais proeminente para ativar e dar coesão à projeção imaginária de uma comunidade pan-hispânica, uma vez que – conforme assinalam Arnoux e Del Valle (2015, p. 153) – a religião e os costumes eram mais sensíveis a divergências ideológicas. Já na hispanidade – segundo observa Castillo Rodríguez (2015, p. 409) – sobretudo sob o regime franquista, a igreja e o Estado participaram de uma política que projetava essa língua “como motor del proyecto nacional-católico y de la reconstrucción imperial de la nación española”.

À luz dessas representações, pois, nosso movimento consiste em analisar como certas línguas ameríndias e espanholas foram significadas no discurso do DLC/DLE entre a segunda metade do século XIX e a segunda metade do século XX, o que nos permitirá dar visibilidade ao funcionamento das línguas que estão em relação nos espaços de enunciação.

O primeiro gesto de interpretação em cada umas das duas seções deste capítulo será o de analisar fragmentos prefaciais que deixam entrever a filiação do discurso do dicionário com sentidos filiados aos movimentos do pan-hispanismo e da hispanidade. O segundo gesto consistirá em compreender como os verbetes

vinculados às línguas ameríndias e espanholas que recortamos para análise foram significados no texto dicionarístico nas condições de produção que abordamos.

1. Os verbetes “araucano”, “azteca”, “quechua”, “guaraní” e “arahuaco”

As palavras que constituem a série que selecionamos para análise são aquelas referidas no paratexto da 20ª edição do DLC/DLE (1984), na seção *Advertencias para el uso de este diccionario*, quando pela primeira vez se faz menção nos textos prefaciais a línguas ameríndias:

> En las etimologías americanas, se ha procurado introducir orden, sobre todo en las de las lenguas más importantes y conocidas, **que son las que más préstamos han proporcionado a nuestra lengua**. § Se ha procurado precisar en las etimologías antillanas, que son las de introducción más antigua en español, y más general. La clasificación de estas voces como “caribes”, que es aún corriente con una significación puramente geográfica, se ha tendido a sustituirlas por el término taino, o, más en general, arahuaco, gran familia a la que pertenecía la lengua de Santo Domingo y las Antillas mayores. § En las palabras de náhuatl o azteca se ha seguido la ortografía que podemos llamar clásica, establecida en el siglo XVI, y perfeccionada en los siglos siguientes con los signos de cantidad y oclusión glotal, notada con h. § En los quechuismos se ha seguido más a menudo la ortografía establecida para los dialectos del sur (Cuzco) […]. § En los guaranismos, la ortografía oficial del Paraguay sirve para dar con mayor regularidad las formas. § En araucano se usa el signo ŋ para la velar nasal que corresponde a la pronunciación de ng final en inglés […] (*Diccionario de la lengua española*, 20ª ed., 1984, p. XXI[244], grifos nossos).

Nessa textualidade, observamos que são priorizadas, para constar da nomenclatura do dicionário, vozes indígenas americanas das “línguas mais importantes e conhecidas”, o que indica um gesto de seleção, de classificação, de hierarquização destas por parte do sujeito do discurso. Veja-se, inclusive, como esse funcionamento discursivo se ancora em um efeito de evidência, como se todos soubessem quais são essas línguas. Cabe ressaltar – à luz do fragmento que destacamos – que a razão pela qual o DLC/DLE registraria tal léxico se justifica pela relação de “empréstimo” de certas vozes indígenas à língua espanhola.

[244] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

Ao procurar cada um dos vocábulos no dicionário, vemos que a maioria deles ("azteca", "guaraní" e "quechua") fora registrada na 12ª edição do DLC/DLE (1884), em cujo prefácio, lembremos, ressoavam sentidos fortemente filiados ao movimento pan-hispanista, conforme analisamos no capítulo 2[245]. Assim sendo, antes de passar ao estudo dos verbetes tal como registrados nessa edição, parece-nos produtivo trazer para análise outro fragmento, reproduzido a seguir, que nos permite aprofundar a compreensão do modo pelo qual a referida edição deixa marcas de sua filiação com o discurso pan-hispanista. Nesse fragmento, após se enumerar uma série de "emendas e reformas" realizadas a fim de aperfeiçoar o dicionário, pondera-se o seguinte:

> SD4.1: **Pertenecen otros de los aciertos que le avaloran [el diccionario] á las Academias Colombiana, Mejicana y Venezolana, Correspondientes de ésta, y á insignes americanos que ostentan igual título.** Ahora, por vez primera, se han dado las manos España y la América Española para trabajar unidas en pro del idioma que es bien común de entrambas: **suceso que á una y otra llena de inefable alegría y** *que merece eterna conmemoración en la historia de aquellos pueblos* **y del que siempre se ufanó llamándolos hijos** (*Diccionario de la lengua castellana*, Advertencia, 12ª ed.,1884, p. VII[246], grifos nossos).

Partindo do pressuposto de que a língua representava um "bem comum" entre a Espanha e os países americanos, o sujeito apela para o "construto ideológico" filiado ao pan-hispanismo da existência de uma "grande família espanhola"[247] para conclamar a união entre todas as nações que constituíam o antigo império. Percebe-se que na determinação produzida pela relativa destacada em itálico – "que merece eterna conmemoración en la historia de aquellos pueblos" – o fato de a língua ser falada no espaço de enunciação americano constitui um feito a ser "comemorado".

Para compreender as razões que levariam a essa comemoração, é importante interpretarmos a língua funcionando com relação à própria colonização, acontecimento o qual, no seio do pan-hispanismo, e segundo mostramos no capítulo 3, era projetado como um feito providencial para que "o novo mundo" fosse trazido à civilização[248]. Também, tal como abordado no capítulo 3 e conforme esclarece Del

[245] Cf. seção 2, SD2.11.
[246] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.
[247] Cf. Del Valle, 2011.
[248] Cf. Sepúlveda, 2005.

Valle (2011, p. 469), o grande objetivo estabelecido pelo movimento era o de construir uma grande comunidade com os escombros do império. Destaca o autor que, a serviço do cumprimento desse objetivo, foi colocado em circulação um número de publicações que veiculavam os pressupostos centrais do pan-hispanismo, como, por exemplo, a *Revista Española de Ambos Mundos*, cujo primeiro número, de 1853, definia sua missão da seguinte forma:

> Destinada a España y América, pondremos particular esmero en estrechar sus relaciones. La Providencia no une a los pueblos con los lazos de un mismo origen, religión, costumbres e idioma para que se miren con desvío y se vuelvan las espaldas así en la próspera como en la adversa fortuna. Felizmente han desaparecido las causas que nos llevaron a la arena del combate, y hoy el pueblo americano y el ibero no son, ni deben ser, más que miembros de una misma familia; la gran familia española, que Dios arrojó del otro lado del océano para que, con la sangre de sus venas, con su valor e inteligencia, conquistase a la civilización un nuevo mundo (*Revista Española de Ambos mundos*. Madrid, noviembre/1853, número I, p. V apud Del Valle, 2011, p. 469)

Observe-se como na sequência discursiva que estamos analisando (SD4.1) estão presentes esses sentidos: a ideia da língua como “lugar de encontro” entre os povos, o apelo à existência de uma “família espanhola” e à união entre os países e a projeção da colonização como um despertar para a civilização.

Tendo isso em vista, segundo vimos mostrando também no capítulo 2, consideramos que o prefácio da edição de 1884 (12ª ed.) do DLC/DLE pode ser lido como um discurso fortemente identificado com o movimento pan-hispânico, que sinaliza para um deslocamento na FD que deixa marcas visíveis da inauguração – ao menos, em tese – de uma nova maneira de se relacionar com os países americanos e de gerenciar a língua: “Ahora, por vez primera, se han dado las manos España y la América Española para trabajar unidas en pro del idioma”. Veja-se que essa relação entre os países para tratar as questões da língua parece ganhar concretude através da associação que se estabelece com algumas Academias americanas de língua: “Pertenecen otros de los aciertos que le avaloran á las Academias Colombiana, Mejicana y Venezolana, Correspondientes de ésta”[249].

[249] Segundo observa Arnoux (2015), a participação das Academias americanas na produção de instrumentos linguísticos da RAE está vinculada a um modelo de “gestión democrática de la lengua compartida”, tal como preconizado na textualidade do documento apresentado pela instituição no *Congreso de la Lengua Española de Rosario*, em 2004, denominado “Nueva Política Linguística Panhispánica”. Dessa forma, ao considerarmos a sequência discursiva em exame, pareceria que

Passando à análise dos verbetes, não seria casual, portanto, que a maior parte deles tenha sido registrada pela primeira vez, justamente, nessa edição, devido às novas relações de força em que participam as novas nações independentes.

A seguir, veja-se o discurso do primeiro registro de cada verbete que define as línguas ameríndias e/ou os indivíduos[250]:

Diccionario de autoridades, 2ª ed.,1770	*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884	*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884	*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884	*Diccionario de la lengua española*, 19ª ed., 1970
SD4.2	SD4.3	SD4.4	SD4.5	SD4.6
ARAUCANO, NA. adj. El natural de Arauco ó lo perteneciente á aquel valle del reyno del Perú. *Araucanus.* FIGUER. Hechos de Marqués de Cañete, pág. 44. Allegado el mensagero donde esperaba el senado *araucano,* refirió todo lo sucedido. Y pág. 51. Tal era el natural valor de los *araucanos*[251]*.*	**Azteca.** adj. Dícese del individuo de un antiguo pueblo invasor y dominador del territorio conocido después con el nombre de Méjico. Ú. t. c. s. || Perteneciente á este pueblo. || m. Idioma hablado por este pueblo[252].	**Quechua.** adj. Dícese de la lengua de la raza reinante do los indios del Perú al tiempo de la conquista. Ú. t. c. s. m[253].	**guaraní.** adj. Dícese del individuo de una raza ó casta de hombres que vive en el Paraguay y en otras regiones de la América del Sur. Ú. t. c. s. **2.** Perteneciente a esta raza. **3.** m. Lengua guaraní[254]**.**	**arahuaco.** adj. Dícese del individuo de un gran pueblo que ocupó desde el Alto Paraguay hasta las islas Lucayas. Ú. t. c. s. y en pl. || 2. m. Lengua hablada por este pueblo[255].

essa forma de "gerenciar" a língua, vinculada à participação das Academias americanas deixa vestígios de sua origem já no prefácio da 12ª edição do DLC/DLE (1884).Interpretamos, assim, que essa edição constituiria uma obra que instalaria na FD na qual o sujeito se inscreve um lugar de referência na memória, que promoveu redes de sentidos que entram em forte relação com a política atualmente adotada pela RAE.

[250] Levaremos em conta o primeiro registro de certos verbetes e, em alguns casos, analisaremos reformulações pontuais operadas em algumas edições do dicionário.

[251] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 20/01/2017.

[252] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 20/01/2017.

[253] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 20/01/2017.

Apresenta-se como regularidade em nossa série, à exceção do verbete “araucano” (SD4.2)[256], que os enunciados definidores registrados determinam tanto a identidade do indivíduo quanto sua língua. No que diz respeito à definição dessa última, entrevemos a projeção de uma língua vinculada a uma identidade que Guimarães (2005, p. 27), em seu estudo sobre o multilinguismo e as divisões da língua na educação brasileira, teoriza como **línguas de identidades locais**, isto é, línguas que estão enleadas à construção de uma identidade não identificada com a nação, diferentemente do que podemos observar na definição lexicográfica registrada para o vocábulo “castellano”[257]:

> SD4.7: **Castellano, na**: […] m. Idioma castellano, ó sea lengua nacional de España […] *(Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 161[258]).

Diferentemente do que ocorre em nossa série, em que a língua indígena é vinculada a uma identidade local, como acabamos de analisar, observamos que o conectivo “ó sea” funciona introduzindo uma paráfrase que produz um efeito de evidência de sentidos, que apaga tanto o processo político de imposição do castelhano no Estado espanhol quanto as demais línguas faladas nesse espaço de enunciação. Considerando que tal acepção foi registrada no dicionário, pela primeira vez, na 12ª edição do DLC/DLE (1884), isto é, durante a Restauração (1875-1931), período que compreende o fim da Primeira República e o reestabelecimento da monarquia bourbônica, Senz (2011, p. 136) interpreta que a relação que aí se projeta reflete, de maneira simbólica, o êxito da política centralista e uniformista

---

254 Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 20/01/2017.

255 Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 20/01/2017.

256 Cabe destacar que a acepção que registra também o sentido linguístico de “araucano” aparece somente na 14ª edição, de 1914, do seguinte modo: “Idioma de los araucanos”. Por compreender que esse enunciado funciona da mesma forma que os demais da série, não o abordaremos de maneira detida.

257 Como antecipamos no capítulo 2, nesse momento o dicionário era intitulado como *Diccionario de lengua castellana*, passando a ser designado como *Diccionario de la lengua española* somente a partir da 15ª edição do dicionário, publicada em 1925. Assim sendo, pareceu-nos mais produtivo, neste ponto do percurso de análise, considerar a materialidade do verbete “castellano”. Analisaremos o deslizamento “*Diccionario de la lengua castellana*”/ “*Diccionario de la lengua española*” na seção 2 deste capítulo.

258 Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em 15/05/2016.

empreendida pela dinastia bourbônica desde o século XVIII, conforme vimos no capítulo 1 desta tese.

Dessa forma, ao colocarmos em relação a constituição dos enunciados definidores registrados na série discursiva mobilizada (SD4.2 a SD4.6) com esta última (na qual se define “castellano”) damos visibilidade às relações de inclusão e de exclusão, isto é, de estabelecimento de uma ordem no funcionamento do espaço de enunciação delineado na cena definidora, em condições de produção específicas. Em outras palavras, entrevemos como se antecipa imaginariamente no dicionário, por um lado, o “castelhano” como a “língua nacional” de um Estado e, por outro, as línguas ameríndias como “línguas faladas por um povo”, isto é, línguas vinculadas a identidades locais, as quais, na maioria das vezes, conforme veremos na análise, são apresentadas como extintas.

Outra observação de caráter mais geral que se pode fazer ao se colocar em relação os verbetes da série, refere-se à reiteração da forma verbal “Dícese” (SD4.3 a SD4.6) nos vocábulos registrados, o que nos permite observar o jogo que se estabelece entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva[259]. Compreendemos que tal marca, que traz à cena definidora o discurso de outrem, desvela a distância que o sujeito discursivo estabelece com o seu próprio dizer, a sua heterogeneidade.

É nessa mesma direção que examinaremos marcas no discurso do verbete que nos possibilitarão aprofundar a compreensão de uma distância que vai se estabelecendo entre o sujeito do discurso e os indivíduos e as línguas abordados na cena definidora. Nesse escopo, na série discursiva em exame, nos concentraremos nas seguintes pistas, que nos permitem mapear as coordenadas espaço-temporais (NUNES, 2006) sobre as quais se constrói o discurso da definição: i) a mobilização do pronome “aquel”, em SD4.2; e ii) a presença de diferentes marcas linguística que inserem os sujeitos e as línguas em certas temporalidades, em SD4.3, SD4.4, SD4.5 e SD4.6.

Começando pela primeira pista, observemos o pronome na sequência discursiva que retomamos para facilitar:

[259] Nunes (2008, p. 115) observa que a partir do jogo que se estabelece entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, é possível compreender os modos de relação com o interdiscurso.

> SD4.2: ARAUCANO, NA. adj. El natural de Arauco ó lo perteneciente á aquel valle del reyno del Perú. Araucanus. FIGUER. Hechos de Marqués de Cañete, pág. 44. Allegado el mensagero donde esperaba el senado araucano, refirió todo lo sucedido. Y pág. 51. Tal era el natural valor de los araucanos (*Diccionario de autoridades*, 2ª ed., 1770, p. 305[260], grifos nossos).

O dêitico “aquel” parece indicar o modo como o sujeito discursivo significa a distância espacial a respeito de “Arauco”, objeto este que poderia ter sido retomado anaforicamente mediante um “este”. No entanto, surge um “aquel” que antecede um outro modo de referir a esse mesmo lugar e que funciona como pista de como o espaço vai se organizando em torno do enunciador, ponto de referência do dizer. Nesse sentido, o fragmento “aquel valle del reyno del Perú” mostra claramente que o espaço no qual se insere o indivíduo evocado na cena definidora aparece como outro, diferente daquele onde se situa o sujeito do discurso.

É interessante notar que o elemento dêitico ora em exame é reproduzido desde a 2ª edição do DA (1770) até a 12ª edição do DLC/DLE (1884), justamente quando são registrados no dicionário, pela primeira vez, conforme dito anteriormente, os demais verbetes que constituem nossa série. Na edição oitocentista, encontramos a seguinte reformulação:

> SD4.8: **Araucano, na**. adj. Natural de Arauco. Ú. t. c. s. || Perteneciente á este país de América (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 91[261], grifos nossos).

Ao colocarmos em relação esse enunciado definidor com aquele que acabamos de abordar (SD4.2), atentando-nos para o pronome destacado em sublinhado, detectamos o deslizamento de “aquel” para “este”, que vem reforçar o que tínhamos interpretado. Neste caso, “este” retoma anaforicamente “Arauco” mediante um outro modo de referência: “este país de América”[262]. Assim sendo, se

---

[260] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 20/01/2016.

[261] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/01/2016.

[262] Cabe assinalar, neste ponto, que a palavra à qual se vincula o pronome – “este país”– remete, de forma genérica, a uma região ou território, não sendo, nessa edição do dicionário, definida com relação ao Estado nacional. A seguir, transcrevemos esse verbete, tal como registrado na edição em exame (12ª ed., 1884):

> **PAÍS**. m. Región, reino, provincia ó territorio. ‖ Cuadro en que están pintadas villas, lugares, fortalezas, casas de campo ó campiñas. Píntanse, por lo común, en lienzos más anchos que altos, para que, comprendiendo más horizonte, se puedan variar más los objetos. ‖ Papel, piel ó tela que

até a 11ª edição do DLC/DLE (1869), o sujeito do discurso deixava uma marca indicativa de que se falava a partir da metrópole colonizadora, na 12ª edição (1884), é possível observar um deslizamento significativo que interpretamos como fortemente relacionado às novas condições de produção, marcadas pelo acontecimento das independências dos países americanos. A distância que significava um alhures no caso de "aquel" – referido a um dos territórios coloniais do Império – é aqui, com a aparição desse "este", ressignificada, pois esse dêitico materializa os sentidos de um espaço que vem passando a ser projetado como pertencente a "uma mesma comunidade pan-hispânica".

A seguir, passamos a examinar marcas linguísticas que podem ser vinculadas a certas temporalidades, o que nos ajudará a determinar a posição do sujeito discursivo com relação às línguas e aos sujeitos evocados na definição. Para facilitar a apresentação da análise, retomamos os verbetes que serão abordados:

Diccionario de la lengua castellana, 12ª ed., 1884			
SD4.3	SD4.4	SD4.5	SD4.6
Azteca. adj. Dícese del individuo de un antiguo pueblo *invasor y dominador del territorio* conocido después con el nombre de Méjico. Ú. t. c. s. || Perteneciente á este pueblo. || m. Idioma hablado por este pueblo (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 127[263], grifos nossos).	**Quechúa.** adj. Dícese de la lengua de la raza *reinante* do los indios del Perú al tiempo de la conquista. Ú. t. c. s. m. (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 886[264], grifos nossos).	**guaraní.** adj. Dícese del individuo de una raza ó casta de hombres *que vive* en el Paraguay y en otras regiones de la América del Sur. Ú. t. c. s. **2.** Perteneciente a esta raza. **3.** m. Lengua guaraní (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 506[265], grifos nossos).	**arahuaco.** adj. Dícese del individuo de un gran pueblo *que ocupó* desde el Alto Paraguay hasta las islas Lucayas. Ú. t. c. s. y en pl. || 2. m. Lengua hablada por este pueblo (*Diccionario de la lengua española*, 12ª ed., 1884, p. 110[266], grifos nossos).

cubre la parte superior del varillaje del abanico. ‖ **Correr el país. fr. Correr la tierra.** ‖ **Vivir sobre el país**. fr. *Mil*. Mantenerse las tropas á expensas del territorio que dominan. ‖ fig. Vivir á costa ajena, valiéndose de estafas, fullerías y otras malas artes (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 774. Disponivel em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/10/2017.

[263] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/01/2016.

[264] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/01/2016.

[265] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/01/2016.

No recorte, as diferentes marcas que destacamos em sublinhado inserem, na constituição de cada cena, os indivíduos e as línguas definidas lexicograficamente em duas temporalidades[267]: uma que remete ao passado e, outra, situada no presente. Como exemplo de cenas em que os indivíduos são descritos e situados no passado, temos os fragmentos sublinhados na primeira acepção de “azteca” (SD4.3), “quechúa” (SD4.4) e “arahuaco” (SD4.6).

Neste ponto do percurso de análise, considerando as reformulações registradas em certas edições, parece-nos produtivo, abordar mais detidamente o verbete “quechúa” (SD4.4). Note-se, assim, que a presença do complemento em destaque “al tiempo de la conquista” no enunciado definidor parece reiterar a localização tanto dos indivíduos (povos ou nações) quanto de sua língua em um tempo remoto e extinto. Ainda com relação a esse fragmento, cabe refletir sobre os efeitos que podem ser produzidos pela falta de especificação do nome “conquista” ou, em outras palavras pela elisão do adjetivo “española”. Interpretamos que a falta de determinação desse nome ilumina o ponto de identificação do sujeito com a perspectiva do colonizador, pois ao significar (e, portanto, ao se significar) o sujeito discursivo, cujo dizer se ancora na evidência dos sentidos, concebe que o único efeito de leitura do significante “conquista” estaria vinculado “à conquista espanhola”. Vejamos na reformulação do enunciado definidor operada na 20ª edição do dicionário, de 1984, como outros sentidos são inscritos na memória sobre a/da língua “quechua”:

SD4.9: **quechua.** (*Quizá del nombre de una tribu peruana*).
1. adj. Se dice del indígena que al tiempo de la colonización del Perú habitaba la región del Cuzco, y, por ext., de otros indígenas pertenecientes al Imperio incaico. U. t. c. s.
2. adj. Se dice de los actuales descendientes de estos. U. t. c. s.
3. adj. Perteneciente o relativo a estos indios y a su lengua.
4. m. **Lengua hablada por los primitivos quechuas, extendida por los incas a todo el territorio de su imperio, y por los misioneros católicos a otras regiones** (*Diccionario de la lengua española*, 20ª ed., 1984[268], grifos nossos).

---

[266] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/01/2016.
[267] É importante registar que, segundo observa Nunes (1996, p. 44), quando se pensa a respeito da temporalidade no discurso, o que está em jogo não é a temporalidade cronológica, mas sim a temporalidade dos processos discursivos, “que compreende um trabalho de direcionamento dos sentidos, envolvendo a relação entre o real, o simbólico e o imaginário”.
[268] Disponível em: http://dle.rae.es/?id=UlRl9b9. Acesso em: 20/01/2016.

Ao colocarmos em relação os verbetes registrados na 12ª edição, de 1884 (SD4.4), e na 20ª edição, de 1984 (SD4.9), observamos um *acréscimo* (ORLANDI, [2001] 2012b) no enunciado definidor, o qual passa a contar com mais três acepções, além daquela – destacada em negrito – que define os sentidos relacionados à língua, já presentes desde o primeiro registro do verbete. Centrando-nos justamente nesta última, detectamos como se constitui ao longo das edições do dicionário uma rede parafrástica que vincula essa língua e seus falantes ao primitivo e os situa em um passado remoto. Além disso, veja-se em SD4.9, como, na construção da cena definidora, é possível entrever as relações políticas e sociais no contexto da colonização espanhola. Nesses termos, quando se afirma que a língua quechua foi "extendida por los incas a todo el territorio de su imperio" observamos uma retomada na memória do pré-construído que atravessava o discurso do paratexto do DA[269], segundo o qual, historicamente, nos processos de "conquistas territoriais", os vencedores eram levados a "honrar" sua língua, impondo-a aos povos dominados. Lembremos que Aldrete (1606) – um dos autores de destaque tomados por "autoridade" na primeira obra lexicográfica acadêmica – como forma de legitimar a colonização espanhola, estabelece uma comparação entre os romanos, os **quechuas** e os espanhóis enquanto povos conquistadores que impunham sua língua como forma de demonstração de poder. Perceba-se também, na cena que se constrói, o modo pelo qual se dá visibilidade à importância da língua quechua e a seu funcionamento enquanto "língua geral" no processo de catequização que teve lugar no contexto da colonização espanhola. Evoca-se, assim, uma memória filiada ao período colonial, na qual é atribuído aos missionários católicos um papel importante na difusão dessa língua.

Neste ponto, expandindo nossa compreensão do modo pelo qual o pan-hispanismo, como configurado no século XIX, atravessa e é significado no discurso do dicionário, é necessário relembrar, segundo esclarece Sepúlveda (2005, p. 102), que um dos eixos desse movimento é a defesa e a exaltação do catolicismo. Para o estudioso[270], a importância do componente religioso é fundamental em sua formulação por duas razões: primeira, devido ao caráter providencialista de sua interpretação, posto que se argumentava, inclusive, que a principal contribuição da Espanha para a história da humanidade fora a catolização da América; segunda, por

[269] Cf. Capítulo 1, seção 2.
[270] Ibidem, p. 104.

servir como base comum (junto à língua) sobre a qual se edifica a união de todos os integrantes da “comunidade”. Tendo isso em vista, refletindo sobre o processo de significação presente em SD4.9, ao delinear-se no discurso do verbete uma cena na qual é possível rastrear marcas que remetem ao trabalho de catequização dos colonizadores espanhóis, entrevemos, no final do século XX – e início do XXI, já que a definição é reproduzida na edição de 2001 – um processo de significação que pode ser vinculado à reafirmação do caráter providencialista da colonização e, também, como sentidos filiados ao movimento oitocentista ainda são significados na textualidade do dicionário.

Para finalizar a análise desse verbete, parece-nos produtivo transcrever a definição registrada na última edição do DLC/DLE (2014), quando, enfim, as línguas ameríndias que constituem nossa série são significadas no presente[271]:

SD4.10: **quechua**

Quizá del nombre de una tribu peruana.

1. adj. Dicho de una persona: De un pueblo indígena que al tiempo de la colonización del Perú habitaba la región del Cuzco, y, por ext., de otros indígenas pertenecientes al Imperio incaico. U. t. c. s.

2. adj. Perteneciente o relativo a los quechuas.

3. adj. Perteneciente o relativo al quechua (‖ lengua). Léxico quechua.

4**. m. Lengua amerindia que hablaban los antiguos quechuas** y que en la actualidad se habla **en el Perú, Bolivia y zonas de Colombia, el Ecuador, Chile y la Argentina** (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., 2014[272], grifos nossos).

[271] Nessa edição do dicionário, cada um dos verbetes que constituem nossa série é registrado da seguinte maneira:

araucano, na 1. adj. Dicho de una persona: Especialmente en la conquista española, mapuche. U. t. c. s. 2. adj. Perteneciente o relativo a los araucanos. 3. adj. Perteneciente o relativo al araucano (‖ grupo de lenguas). Léxico araucano. 4. m. Grupo de lenguas amerindias habladas en Chile y la Argentina, entre las que destacan el mapuche y el ranquel.

azteca (Del náhuatl aztécatl 'habitante de Aztlan').1. adj. mexicano. Apl. a pers., u. t. c. s. 2. adj. Dicho de una persona: Del grupo étnico que habitó el mítico Aztlán. U. t. c. s. 3. adj. Perteneciente o relativo a los antiguos aztecas. 4. adj. náhuatl (‖ perteneciente a la lengua náhuatl). Léxico azteca. m. náhuatl (‖ lengua). [Lengua yutoazteca meridional que en la actualidad se habla en diversas zonas de México y que antiguamente fue la lengua del Imperio azteca.

arahuaco, ca 1. adj. Dicho de una persona: De uno de los pueblos indígenas que se extendieron desde las Grandes Antillas por muchos territorios de América del Sur. U. t. c. s. 2. adj. Perteneciente o relativo a los arahuacos. 3. adj. Perteneciente o relativo al arahuaco (‖ grupo de lenguas). Léxico arahuaco. 4. m. Grupo de lenguas amerindias, originarias de la zona situada entre el Río Negro y el Orinoco, habladas por los arahuacos.

[272] Disponível em: http://dle.rae.es/?id=UlRl9b9. Acesso em: 20/01/2016.

Conforme podemos ver na 4ª acepção do enunciado definidor, destacada em negrito, diferentemente do que observamos em SD4.4 e SD4.9 a língua (e o falante) é significada no presente, além de serem especificados os espaços nos quais esta é falada. É possível detectar, desse modo, como Estados que têm atualmente o espanhol enquanto língua oficial podem estar atravessados por outras línguas, permitindo que se dê visibilidade a uma certa diversidade linguística no funcionamento do espaço de enunciação.

Por fim, passamos à análise do único verbete da série que, desde sua inclusão no dicionário, registra – no que diz respeito à delimitação da cena definidora – um tempo verbal no presente:

> SD4.5: **guaraní.** adj. Dícese del individuo de una raza ó casta de hombres que vive en el Paraguay y en otras regiones de la América del Sur. Ú. t. c. s. **2.** Perteneciente a esta raza. **3.** m. *Lengua guaraní* (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884[273], grifos nossos).

Observe-se que a mobilização da forma verbal sublinhada na primeira acepção coloca o indivíduo referido na cena definidora na mesma temporalidade em que o sujeito discursivo, e não como situado em um passado primitivo e extinto, tal como viemos analisando nos demais verbetes. Além disso, essa forma verbal – "vive" – nos fornece pistas que revelam como o sujeito projeta o modo pelo qual os guaranis se relacionavam com seu espaço. Para compreendermos melhor esse processo discursivo, observemos, nos demais verbetes da série, as marcas que destacamos em itálico, a partir das quais podemos interpretar como se projeta a relação entre os indivíduos e o espaço. Detectamos, assim, que os fragmentos sublinhados funcionam numa relação de determinação com os seguintes nomes:

SD4.3: pueblo→ invasor y dominador del territorio
SD4.4: raza→ reinante
SD4.5: individuo → que vive
SD4.6: pueblo → que ocupó

Essa recuperação das formas de dizer nos permite ver no processo de determinação presente em SD4.3, SD4.4 e SD4.6 sentidos que remetem à

[273] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/01/2016.

capacidade de dominação dos povos para com seu território e que não estão presentes na formulação do enunciado definidor de “guarani” (SD4.5).

Passando à terceira acepção de SD4.5, que destacamos em itálico, note-se que diferentemente do que podemos ver nos demais verbetes da série, o enunciado que define a palavra entrada como língua se constitui na evidência da relação entre os termos “guaraní - lengua guaraní”. Será somente na 20ª edição, de 1984, quando se registrará um *acréscimo* (ORLANDI, [2001] 2012b) na acepção:

> SD4.10: **guaraní.** […] 3. m. *Lengua hablada hoy en Paraguay y regiones limítrofes, sobre todo en la provincia argentina de Corrientes*. **El tupí es afín al guaraní clásico de las misiones jesuíticas** (*Diccionario de la lengua española*, 20ª ed., 1984, p. 707[274], grifos nossos).

Nesse sentido, vemos no fragmento que destacamos em itálico, uma especificação dos espaços onde a língua é falada. Além disso, se reafirma, por meio do advérbio “hoy”, o fato de esta ser falada contemporaneamente. No movimento de situar o guarani na atualidade, com base em Haroche (1992, 2016)[275], interpretamos que esse advérbio funcionaria como um “elemento incidente”, o qual, do ponto de vista da gramática, não mudaria o sentido da definição lexicográfica, posto que de acordo com a autora (1992, pp. 128-129), a proposição incisa é uma “expressão que rompe a completude do discurso pelo acréscimo supérfluo”, acréscimo esse que não estaria vinculado necessariamente ao conteúdo da proposição, mas sim a uma forma “de ruptura pela qual a subjetividade” encontra “veios para se exprimir” (HAROCHE, 2016, p. 242). Tendo isso em vista, compreendemos que ao significar dessa maneira o sujeito discursivo deixa marcas que podemos vincular ao “milagre”[276] da manutenção guarani diante das políticas de homogeneização linguística empreendidas no Paraguai desde a colonização espanhola e, principalmente, ao longo do século XVIII.

---

[274] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 11/01/2016.

[275] A formulação da autora entra em relação com o conceito de *acréscimo* proposto por Orlandi ([2001] 2012b), o qual mobilizaremos na segunda seção deste capítulo.

[276] Conforme Rodríguez Zuccolillo (2000, p. 92), leigos e estudiosos estrangeiros mobilizaram essa palavra para expressar sua surpresa com relação à língua guarani no Paraguai. Contudo, Niro (2010, p. 210) dá visibilidade a uma série de acontecimentos históricos vinculados à “manutenção” dessa língua na atualidade: 1) no início da colonização (1537-1609), devido à pouca expressividade da comunidade de falantes de espanhol, o guarani era a língua nas relações sociais entre os membros da sociedade; 2) a gramatização dessa língua levada a cabo pelos jesuítas; 3) sua função identitária no período de independência do Paraguai, em 1811.

Em relação ao excerto que destacamos em negrito (“El tupí es afin al guaraní clásico de las misiones jesuíticas”), detectamos que sua presença no verbete produz uma ruptura a respeito do efeito de unidade e de coerência do texto, como se respondesse a uma falha da função-autor[277]. Interpretamos que essa ruptura indicaria a tentativa de se registrar algo que escapa a essa autoria ou, desde uma outra perspectiva, algo que foge ao domínio de saberes relativo à formação discursiva no qual se inscreve o sujeito do discurso.

Vejamos, neste ponto, o enunciado definidor da 23ª edição do DLC/DLE (2014):

> SD4.11**: guaraní.** […] 4. m. **Lengua tupí-guaraní** que hablan los guaraníes en el Paraguay y zonas limítrofes de Bolivia y la Argentina, sobre todo en la provincia argentina de Corrientes (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., 2014[278], grifos nossos).

Centrando a análise nos efeitos produzidos a partir da relativa em sublinhado (“que hablan los guaraníes”), detectamos que enquanto em SD4.10 é possível observar que a língua guarani é falada em diferentes espaços e, dentre eles, um Estado nacional, a presença da relativa em SD4.11 assinala um outro lugar para o guarani no Paraguai: o de língua falada somente entre a população indígena. Dito de outro modo, o efeito produzido por essa relativa implica em que a língua, outrora vinculada a um Estado nacional (SD4.10), passe a ser projetada como uma língua vinculada uma identidade local (GUIMARÃES, 2005). Para aprofundarmos a compreensão do processo de significação que se instaura em SD4.11 é necessário, primeiramente, considerar sua adequação, tendo em vista o de fato de que o termo “guarani” pode ser definido nessa relação; porém, depois do registro da acepção de 1984 e com o acontecimento da declaração dessa língua como cooficial em 1992, essa definição não poderia ser a única, mas deveria entrar em complementação com outra que contemplasse este novo estatuto.

Nesse último sentido, cabe que citemos as observações de Niro (2010, p. 209), quem define o guarani como uma “língua majoritária” em uma grande região da América do sul, com a particularidade ser falada também pela população não

[277] Para Orlandi ([1996] 2012a, p. 69) “a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim”. No caso desse verbete, estamos diante de um enunciado no qual se predica sobre “o tupi”, objeto cuja relação com o guarani nem sequer foi posta ou construída.
[278] Disponível em: http://dle.rae.es/?id=JhAxpdn. Acesso em: 11/01/2016.

indígena, a diferença de outras línguas. O autor[279] destaca o lugar que vem sendo ocupado pelo guarani no Paraguai nas últimas décadas: na constituição de 1967, fora significada como língua nacional, aspecto que é relevante se considerado em relação ao acontecimento de 1992, quando foi declarada como língua cooficial – juntamente com o espanhol; ademais, transpondo as fronteiras do Estado nacional, em 2004, foi oficializada na província argentina de Corrientes e, em 2009, designada como língua de trabalho no Mercosul.

Ao estudar o discurso das leis relacionadas à oficialização do guarani, o pesquisador (2010) lança luz à disputa simbólica que se entrava entre essa língua e o espanhol no Paraguai e ao trabalho levado a cabo a fim de se estabelecer um equilíbrio entre essas nos espaços públicos. Dentre os fragmentos que o autor[280] mobiliza para seu estudo, reproduzimos a seguir um – recortado de um texto datado de 2007 e rubricado pelo então presidente da república, Nicanor Duarte Frutos – que nos parece bastante significativo:

> [Al Paraguay] aún le falta construir su **bilingüismo nacional** a partir de una **situación de diglosia**, porque en nuestra sociedad el guaraní no tiene el mismo nivel social y cultural que el castellano, a pesar de ser la lengua materna de la mayoría nacional e incluso del uso mayoritario. Su situación es la de una lengua minorizada (DUARTE FRUTOS, 2007, p. 2 *apud* NIRO, 2010, p. 218, grifos do autor).

Dessa forma, colocando em relação o discurso do verbete que abordamos com a exterioridade constitutiva observamos que, justamente, num momento em que as políticas de língua do Estado paraguaio são definidas com o objetivo de promover a cooficialização entre o guarani e o castelhano – no enunciado definidor que abordamos – se retiram os sentidos presentes no verbete de 1984 (inclusive, anterior à constituição paraguaia de 1992) – e a língua passa a ser significada só na sua relação com os “guaraníes”, isto é, como língua indígena. Nesse sentido, nesse dizer, reitera-se e aprofunda-se a falha na função-autor que apontávamos na análise da SD4.10, falha que parece indicar um desconhecimento por parte do sujeito discursivo, sobre a situação histórico-política da língua guarani no Paraguai e na América do Sul.

---

[279] Ibidem, p. 209.
[280] Ibidem, p. 218.

Por fim, para concluir o percurso realizado nesta seção, é importante colocar em relevo que a análise dos verbetes que constituem nossa série discursiva permitiu-nos observar que embora eles tenham sido registrados, em sua maioria, quando os países americanos já haviam proclamado suas independências, as línguas e os falantes a que remetem foram definidos no texto dicionarístico a partir de uma visão colonialista, ancorada em um apagamento da relevância política e social dessas línguas no espaço de enunciação americano.

A continuação e tal como antecipamos, passamos a analisar o modo pelo qual certas línguas espanholas foram significadas no DLC/DLE entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

2. Os verbetes “catalán”, “gallego” e “vasco”

A seleção dos verbetes que analisaremos nesta seção justifica-se em razão da importância das línguas a eles vinculadas nos discursos dos movimentos nacionalistas catalão, galego e vasco. Tanto é assim que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Estado, segundo esclarecem Del Valle, Medina e Monteagudo (2015, p. 33), buscou a imposição do espanhol como “lengua nacional dentro de un marco oligárquico liberal que desplegaba estrategias políticas y discursivas para contrarrestar las demandas” desses nacionalismos.

Seguindo o mesmo procedimento analítico realizado na seção anterior, antes de passarmos à análise da série discursiva, examinaremos marcas linguísticas que nos permitem compreender a relação do discurso prefacial do DLC/DLE com os sentidos filiados a discursos vinculados à hispanidade, no que diz respeito à representação do espanhol e das demais línguas do espaço de enunciação delimitado pelo Estado espanhol.

Como dissemos ao introduzir este capítulo, o conceito de hispanidade, embora alcance seu maior grau de definição na obra de Ramiro de Maeztu (1934) e haja sido institucionalizado durante o regime franquista, começara a ser perfilado, segundo observa Sepúlveda (2005, p. 161), por diversos autores, em um longo espaço de tempo. Nesse sentido, desde o início do século Unamuno (1909), por exemplo, já usava o termo hispanidade “para significar el conjunto de pueblos que hablaban español” (SEPÚLVEDA, 2005, p. 161). Tendo isso em vista, considerando os prefácios das edições publicadas até meados do século, detectamos que a

edição cujo discurso prefacial se apresenta mais produtivo para que se coloque em relação com os sentidos vinculados ao imaginário da hispanidade – além da 16ª edição ([1936] 1939), analisada no capítulo 3 – é a de 1925 (15ª ed.), publicada em plena ditadura de Primo de Rivera (1923-1930).

Observe-se o modo pelo qual o dicionário é projetado no prefácio da referida edição:

> SD4.12: Esta edición XV es más condescendiente con el uso; ha atendido más solícitamente que las anteriores a la lengua moderna comúnmente hablada y escrita en los países de lengua española por las personas cultas y por las que con éstas más íntimamente se relacionan. § **Ha concedido también atención muy especial a los regionalismos de España y de América que se usan entre la gente culta de cada país, voces que estaban muy escasamente representadas en las ediciones anteriores** (*Diccionario de la lengua española,* 15ª ed., 1925, p. 7[281], grifos nossos).

O fragmento destacado parece apontar para um deslocamento na FD em que o sujeito se inscreve: o registro de vozes (designadas como "regionalismos de España y de América", "que se usan entre la gente culta de cada país"), o que desvelaria um reconhecimento da diversidade da língua por parte do sujeito desse discurso, afetado por novas condições de produção, marcadas por novas relações de força. De fato, ao abordar o prefácio do qual recortamos a sequência discursiva, detectamos um movimento que parece atravessar esse discurso, colocando em funcionamento a construção de uma nova imagem para o dicionário que consiste em significar essa edição como aquela que se abre para os "regionalismos" que constituem a língua castelhana/espanhola. Cabe observar que a edição em análise ganhou um importante lugar no discurso da RAE em razão da publicação do *Diccionario de americanismos* (2010), de autoria da ASALE. Na seção denominada "Presentación", nessa obra lexicográfica, afirma-se o seguinte:

> A lo largo de las dos primeras décadas del siglo XX las jóvenes Academias fueron remitiendo fichas del léxico propio de sus respectivos países. Gracias a ello, al tiempo que en los años veinte nacía un segundo grupo de Academias – Costa Rica, Filipinas, Panamá, Cuba, Paraguay, Santo Domingo, Bolivia, Nicaragua y Argentina (1931) –, la edición del Diccionario de la Real Academia Española (DRAE) de 1925 pudo incrementar de tal modo la

[281] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

> presencia de americanismos que llegó a merecer el título de "americana" (*Diccionario de americanismos*, 2010, p. IX).

Dessa forma, note-se como nesse fragmento, instaura-se um lugar de rememoração da 15ª edição do DLC/DLE (1925), inscrevendo-a como uma obra disruptiva na história da Academia, enquanto uma edição na qual se registram vozes americanas.

Neste ponto, caberia questionar quais as representações associadas ao termo "regionalismo de España y de América", presente em SD4.12. Ajuda-nos a formular uma resposta para essa pergunta o fragmento a continuação, disposto no mesmo parágrafo do qual recortamos a referida sequência discursiva:

> SD4.13: El provincialismo de España encierra una **riqueza** léxica de inapreciable valor, porque conserva viva gran porción de vocablos pertenecientes al antiguo **fondo patrimonial** de nuestro idioma. Y por su parte, el americanismo sabido es cuántas voces hispánicas **atesora** que en la Península han caído en desuso total o parcial, mientras en América siguen viviendo con admirable arraigo (*Diccionario de la lengua española,* "Advertencias", 15ª ed., 1925, p. 7[282], grifos nossos).

Para compreender o processo discursivo em jogo, atentando-nos sobre o que se predica sobre "provincialismo de España" e "americanismo", interpretamos que a motivação para o registro dessas vozes no dicionário está intrinsecamente vinculada ao fato de elas serem projetadas como elementos lexicais que constituem e fazem parte da história que se deseja construir para a própria língua castelhana/espanhola, em sua unidade.

Nesse sentido, retomando as marcas destacadas em negrito na SD4.13 ("riqueza", "fondo patrimonial" e "atesora"), observamos que se instaura e se reitera um processo de significação segundo o qual a língua é tomada enquanto "patrimônio". A fim de compreendermos os sentidos que se produzem a partir desse imaginário (o de língua como "patrimônio") consideremos a abordagem discursiva que Cervo (2012)[283] realiza sobre esse objeto. Segundo conceitualiza a autora – a partir de um percurso de leitura que mobiliza o referido objeto em diferentes campos

[282] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

[283] Em sua tese de doutoramento (2012) a autora, à luz do aporte teórico-metodológico da AD pecheutiana, estuda o processo de significação da língua como patrimônio no Museu da Língua Portuguesa.

do saber – o “patrimônio” é constituído a partir da necessidade que se tem de dar lugar e representividade à memória discursiva contra o que seria sua maior transgressão, a saber, o esquecimento[284]. Ainda para a estudiosa, no modo como o político afeta o simbólico:

> o patrimônio não é senão um sintoma, um meio entre outros de fazer crer, de saber fazer uma memória histórica, uma vez que o patrimônio significa como meio de preservação e de valoração de uma memória. Nesse sentido, ele pode ser entendido também como um artefato de regência do passado, porque significa como um meio de materialização do memorizável ou, ainda, como um acontecimento do memorizável em discurso (CERVO, 2012, p. 46).

Dessa forma, compreendemos que a série de marcas no prefácio do DLC/DLE que significam “provincialismos espanhóis” e “americanismos” como “patrimônio da língua”, viabiliza a preservação da própria variedade castelhana, metropolitana e cortesã que foi imposta na América e nas demais regiões espanholas. Dito de outra maneira, a inclusão desse “patrimônio linguístico” no texto dicionarístico, funciona como o registro de formas lexicais que instituem simbolicamente um lugar de memória para a “sempre/mesma” língua castelhana, falada na antiga metrópole e imposta na América e nas demais regiões pertencentes ao Estado espanhol.

É interessante observar que nesse movimento de inclusão de vozes, ainda na *Advertencia* dessa mesma edição do dicionário, ao se anunciar a mudança do nome do dicionário, pela primeira vez, na série de prefácios do DLC/DLE, faz-se referência as outras línguas que estão em relação no espaço de enunciação delimitado pelo Estado espanhol:

> SD4.14: Como consecuencia de esta mayor atención consagrada a las múltiples regiones lingüísticas, aragonesa, leonesa e hispanoamericana, que integran nuestra lengua literaria y culta, el nuevo Diccionario adopta el nombre de “lengua española” en vez del de “castellana” que antes estampó en sus portadas. La Academia, ya desde el prólogo de su primer Diccionario empleó indistintamente las dos denominaciones de lengua castellana y española, en lo cual no hacía más que atenerse al antiguo uso de nuestros autores clásicos, que también daban ambos calificativos a la lengua literaria principal de la Península. **Al preferir ahora uno de los nombres, que responde mejor a la nueva orientación seguida, la Academia** no **desecha** en modo alguno **el otro,** ni **excluye de igual**

[284] Ibidem, p. 23.

> **denominación a ninguna de las otras lenguas que se hablan en España, las cuales son ciertamente "españolas", aunque** no **sean "el español" por antonomasia** (*Diccionario de la lengua española,* "Advertencia", 15ª ed., 1925, p. VIII[285], grifos nossos).

Chama-nos a atenção neste funcionamento discursivo, as reiteradas marcas de negação na justificativa da nova designação da língua, a qual, conforme afirmado em SD4.14, passa a ser referida como "língua espanhola"[286], e não mais como "língua castelhana". Dessa forma, é interessante observar como na edição em análise são antecipadas questões centrais no debate sobre a denominação da língua, o qual, de acordo com Monteagudo (2015), foi intensificado quando da elaboração do texto da Constituição de 1931, durante a Segunda República (1931-1939). Observa o autor:

> Tres propuestas de enmienda del artículo 4º propugnaban la denominación *español* en lugar de *castellano* (*DSCCRE* 40: 992-99[287]), también en la línea de Pidal, que defendía la primera (MENÉNDEZ PIDAL,1918[288]). En contra de esta denominación, e galleguista Daniel Castelao sostuvo que **el gallego era "tan español como el castellano"** (*DSCCRE* 41: 1013-14), mientras que el catalanista Gabriel Alomar argumentó que "**llamar *español* al *castellano* constituye un agravio injusto para Cataluña y otras regiones**", pues "**mi lengua catalana, el vasco y el gallego son lenguas españolas**" (*DSCCRE* 40: 996-97) (MONTEAGUDO, 2015, p. 139, itálicos do autor, negritos nossos).

Assim, colocando em relação SD4.14 com os fragmentos destacados em negrito, recortados por Monteagudo (2015) no excerto que acabamos de citar, detectamos como se antecipa e se constrói no discurso acadêmico uma negação polêmica, que coloca em relação pontos de vista divergentes, que representam "posições de sujeito determinadas por FD antagônicas (INDURSKY, 1990, p.

---

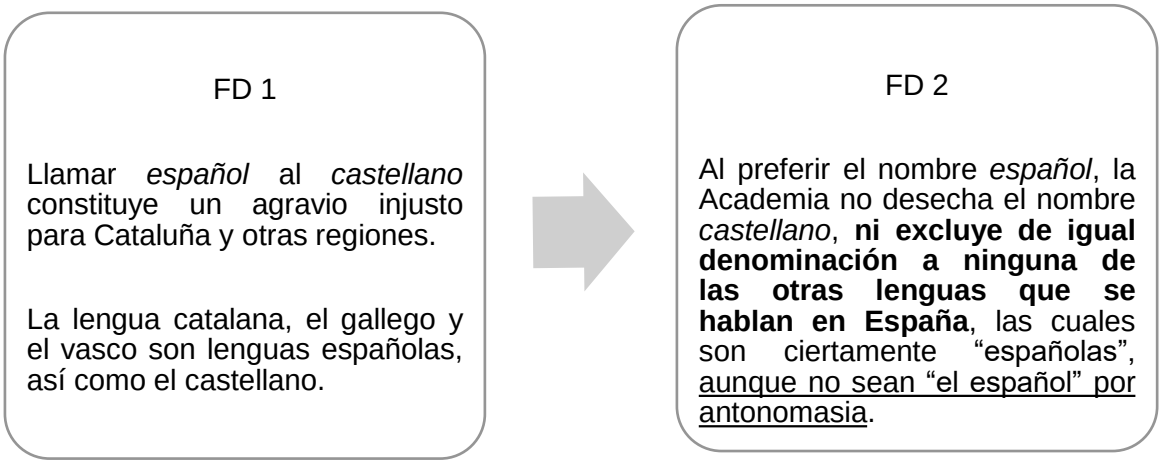
[285] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Acesso em: 10/01/2016.

[286] Registre-se que, um ano antes, em 1924, a RAE já alterara o título da gramática acadêmica de *Gramática de la lengua castellana* para *Gramática de la lengua española* (cf. GARCÍA DE LA CONCHA, 2014).

[287] DSCCRE: *Diario de Sesiones de las Cortes Constituyentes de la República Española*. O autor remete ao número do DSCCRE e a sua página.

[288] O autor refere-se à seguinte obra: MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. La lengua española. In: **Hispania**, 1918, pp.1-14.

119)”[289]. A polêmica que se estabelece entre as respectivas posições discursivas pode ser representada da seguinte forma:



Tendo isso em vista, se em FD1, designar o castelhano por espanhol configura uma afronta às demais línguas, também espanholas, em FD2 esse processo de designação não constitui uma exclusão das mesmas. Desvela-se, assim, uma polêmica entre saberes que circulam no interior de uma e de outra FD. Observe-se que, embora se assevere que as demais línguas também sejam espanholas, a concessiva destacada em sublinhado em SD4.14 – “aunque no sean el español por antonomásia” – atribui uma alta determinação ao castelhano, dado ao fato de que esta língua é projetada como capaz de comungar os diferentes sujeitos falantes de outras línguas[290].

A partir do exposto, é pertinente observar que entrevemos na designação “língua espanhola” presente no título do dicionário da edição de 1925 um silenciamento, num movimento que desistoriciza e despolitiza a memória filiada a essa língua. Parece-nos oportuno colocar em relação esse gesto de interpretação com a posição do acadêmico Ramón Menéndez Pidal, quem na década de 1920, segundo observa Monteagudo (2015), já gozava de grande prestígio, dentro e fora da RAE, participando ativamente da política do país, sendo, inclusive, convocado

[289] Conforme teoriza Indursky (1990, p. 119), na AD, “a relação polêmica não se estabelece diretamente entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeitos que representam FD antagônicas. Assim, a polêmica discursiva não é individual, ela decorre do confronto entre práticas discursivas sociais. Desse modo, o sujeito, ao refutar um elemento de saber de outra FD, refuta um elemento que é exterior ao saber de sua FD”.

[290] A questão política sobre a denominação da língua foi estudada e amplamente discutida pelo filólogo Amado Alonso, na célebre obra intitulada **Castellano, español, idioma nacional. Historia espiritual de tres nombres.** Buenos Aires: Editorial Losada S.A., [1938] 1943.

nas Cortes para apoiar a visão de uma Espanha como Estado-nação unitário, cuja língua castelhana deveria ter garantido um estatuto hegemônico. Conforme pondera Monteagudo (2015, p. 132): “Pidal rechazaba que la expansión del castellano se deba a la hegemonía política de Castilla, al contrario, reivindica el carácter apolítico de la penetración del idioma central en las regiones”. Nesse escopo, compreendemos que parece ser que, justamente, o que está em jogo no processo de designação justificado em SD4.14 é o apagamento dos sentidos que assinalariam a imposição de uma língua vinculada politicamente ao poder hegemônico de Castela.

Tendo isso em vista, não é de se estranhar que justamente nesta edição do dicionário seja operada uma reformulação significativa na acepção do verbete no qual se define “español” enquanto língua. Para abordá-la, a colocamos em relação com a acepção registrada na 14ª edição (1914):

Diccionario de la lengua española, 14ª ed., 1914.	*Diccionario de la lengua española*, 14ª ed., 1925.
SD4.15 **Español, la**. […] 4. m. Lengua española (*Diccionario de la lengua española*, 14ª ed., 1914, p. 438[291]).	SD4.16 **Español, la.** [...] 4. m Lengua española, originada principalmente en Castilla, y hablada también en casi todas las repúblicas americanas, en Filipinas y en muchas comunidades judías de Oriente y del norte de África (*Diccionario de la lengua española*, 15ª ed., 1925, p. 524[292]).

No primeiro caso apenas podemos observar que o enunciado que define a palavra entrada se constitui na evidência da relação entre os termos “Español - Lengua española”. Já no segundo, é possível apontar uma expansão por *acréscimo* (ORLANDI, [2001] 2012b), vinculada à origem da língua e a uma especificação dos diferentes espaços nos quais é falada, de forma a se dar visibilidade à projeção de seu caráter internacional; projeção essa que podemos colocar em relação, com base em observações de Sepúlveda (2005, p. 162), com a vislumbrada pelos falangistas, em sua identificação com o discurso da/sobre a hispanidade.

[291] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 26/01/2017.
[292] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 26/01/2017.

Voltando, agora, para a análise dos verbetes que constituem nossa série[293] – a saber, “catalán”, “gallego” e “vascuence” – começamos pela acepção na qual se define “gallego” enquanto língua – algo que acontece, pela primeira vez, na 12ª edição, de 1884 – e que não apresenta reformulações no período que temos como foco e que compreende as publicações que vão da 12ª (1884) à 16ª edição do DLC/DLE ([1936] 1939). Nesse sentido, parece-nos produtivo colocar esse enunciado definidor em relação com as reformulações produzidas posteriormente; primeiramente, com a que consta na 19ª edição, de 1970:

Diccionario de la lengua castellana, 12ª ed., 1884	*Diccionario de la lengua española*, 19ª ed., 1970
SD4.17 **Gallego, ga.** (Del lat. *Gallaicus* […] m. Dialecto de los gallegos. (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 520[294], grifos nossos).	SD4.18 **Gallego, ga.** (Del lat. *gallaicus).* […] 8 m. Lengua de los gallegos (*Diccionario de la lengua española*, 19ª ed., 1970, p. 650[295], grifos nossos).

O primeiro aspecto que chama nossa atenção é o deslizamento de “dialecto” para “lengua”, que nos leva a buscar quais os sentidos vinculados ao primeiro desses termos na textualidade do próprio dicionário. Vejamos, então, o verbete “dialecto” na edição de 1884, registrado da seguinte forma:

> SD4.19: **Dialecto**. […] m. Lenguaje que, sin ser realmente diverso de otro ú otros, difiere de ellos en algunos accidentes analógicos y sintácticos, y con especialídad en lo que atañe á los sonidos. ‖ **Cada uno de los lenguajes particulares de esta índole que se hablan en determinados territorios de una nación, á diferencia de la lengua general,** oficial **y literaria del mismo país** (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 382[296], grifos nossos).

[293] Neste momento, nos centraremos somente nas acepções que definem “gallego”, “catalão” e “vascuence” enquanto “língua”, já que o enunciado definidor que aborda o “indivíduo” referido por essa palavra como gentílico é reproduzido em nossa série de maneira bastante homogênea, tanto sintática quanto semanticamente, pouco produtiva para os objetivos da análise que desenvolvemos. De forma geral, mobiliza-se o sintagma “*natural de*” + *complemento de lugar*.
Lembramos o leitor sobre o fato de que os verbetes em sua íntegra podem ser consultados no Anexo D.

[294] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

[295] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

[296] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

Na acepção que destacamos em negrito, observamos que os sentidos do termo “dialecto” – significado como “lenguaje” que se fala “en determinados territorios de una nación” – são delimitados numa relação de oposição com o que se projeta nessa textualidade como “lengua general, oficial y literaria del mismo país”. Várias marcas e, em especial, a presença do significante sublinhado nos levam a interpretar que se trata daquela que atravessa a totalidade do território nacional. Tendo isso em vista, compreendemos que a mobilização do termo “dialecto” na definição lexicográfica de “gallego” reitera o lugar que – conforme vimos no capítulo 1 – vem sendo dado a esse objeto no processo de homogeneização e de uniformização linguística levado a cabo pelo Estado Espanhol desde o início do século XVIII; lugar esse de “língua falada tão somente no território de uma região”, a diferença do espanhol, a falada em toda a nação.

Nesse mesmo sentido, interpretamos que o sintagma preposicional determinativo “de los gallegos” vincula esse “dialecto” a uma identidade local (GUIMARÃES, 2005, p. 27) via designação de “indivíduos” (que podemos interpretar como falantes[297]) mediante um gentílico que remete a um espaço e, se quisermos, a uma região. De fato, nesse modo de dizer marcadamente lacônico, estão pressupostos os sentidos presentes na primeira acepção do termo: “Natural de Galicia”[298].

A materialidade do enunciado definidor “Dialecto de los gallegos” é ainda mais expressiva se pensarmos nas condições de produção dessa 12ª edição (1884). Nesse sentido, recuperamos o registro feito por Monteagudo e Núñez Seixas (2001, p. 27), quem afirmam que, nesse momento, essa língua foi ganhando um papel fundamental na constituição dos movimentos nacionalistas e culturais que se produziam na Galícia. Assim, a forma material desse enunciado – sublinhamos: lacônico – pode ser interpretada como um silenciamento de sentidos presentes em certos discursos e um apagamento do lugar que vinha sendo dado para o “gallego” na região da Galícia na conjuntura sócio histórica em que o verbete foi registrado.

Passando agora para a SD4.18, à luz das considerações realizadas a respeito do sintagma “de los gallegos”, que se mantém na reformulação, pensamos que cabe apontar que a aparição de “lengua” – ao invés de “dialecto” – não consegue ter força

[297] Como veremos quando abordarmos a definição de “catalán” se dirá “lenguaje hablado en Cataluña”, o que nos faz sentir “a falta” desse significante no enunciado relativo a “gallego”. Lembremos também que de “español” (SD4.15) predicava-se “[lengua] hablada”.
[298] O verbete na íntegra pode ser consultado no Anexo D.

expressiva suficiente, sobretudo, quando pensamos no contexto da produção de um objeto lexicográfico no ano de 1970. De nossa perspectiva, o tímido deslizamento não chega a produzir um real deslocamento na rede parafrástica instalada para a definição de “gallego” enquanto língua entre as edições de 1884 (12ª) e a de 1956 (18ª). Somente ao colocar esse texto em sua relação com a exterioridade e, especificamente, com a permanência da ditadura franquista e com a política de línguas por ela instaurada é possível compreender a inércia presente na reformulação do enunciado definidor presente na edição de 1970.

Neste ponto, trazer a reformulação registrada na última edição do DLC/DLE (23ª, 2014) contribui para iluminar zonas do não dito presentes nos enunciados definidores de ambas as edições – a de 1884 e a de 1970:

> SD4.20: **gallego, ga**. (Del lat. *Gallaecus*). […] 6. m. Lengua romance, derivada del gallegoportugués, que se habla en Galicia (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., 2014[299]).

Nesse enunciado definidor, o “gallego” é filiado “gallegoportugués”, aspecto que estabelece uma historicidade para essa língua e, nesse sentido, pela presença de termos e modos de dizer mais vinculados às ciências da linguagem, também forjam um outro estatuto para esse objeto. Além disso, sobre essa “Lengua romance” se diz que “se habla en Galicia”. Pensando na *Constitución Española*, de 1978, “Galicia” funciona como nome de uma “Comunidad Autónoma”[300], onde essa língua é cooficial (junto com o castelhano). Esta observação nos leva a concluir que, apesar de haver deslocamentos significativos na reformulação que abordamos, também permanecem as resistências a dizer, no caso, a presença de um não dito especialmente significativo: aquele que se refere a oficialidade da língua nesse espaço do Estado espanhol.

Passando ao verbete “catalán”, a acepção que o define enquanto língua, como ocorre no caso de “gallego”[301], também foi registrada na 12ª edição:

> SD4.21: **Catalán**, na. adj. […] m. Lenguaje hablado en Cataluña, del cual son variedades el valenciano y el de las islas Baleares. (*Diccionario*

[299] Disponível em: http://dle.rae.es/?id=IlFjdhI. Acesso em: 16/03/2016.
[300] Entidade territorial político administrativa do Estado espanhol.
[301] É só no caso de “vascuence” que essa definição (enquanto língua) já está presente no DA e, também, na primeira edição do DLE (1780).

> *de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 291[302], grifos nossos grifos nossos).

Diferentemente do que detectamos no verbete de “gallego” (SD4.17), no qual o termo mobilizado era “dialecto”, neste caso, mobiliza-se o termo “lenguaje”. Lançando mão do mesmo procedimento analítico que utilizamos, buscamos no dicionário o verbete vinculado a essa palavra:

> SD4.22: **lenguaje** m. Conjunto de sonidos articulados con que el hombre manifiesta lo que piensa ó siente. ‖ **Idioma hablado por un pueblo ó nación ó por una parte de ella**. ‖ Manera de expresarse. LENGUAJE culto, grosero, sencillo, técnico, forense, vulgar. ‖ Estilo y modo de hablar y escribir de cada uno en particular. ‖ ant. Uso del habla, ó facultad de hablar. ‖ fig. Conjunto de señales que dan á entender una cosa. *El LENGUAJE de los ojos, el de las flores*. (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, p. 637[303], grifos nossos).

Se considerássemos os enunciados definidores não destacados para compreender a presença do termo “lenguaje” na SD4.21 poderíamos dizer que este produz um efeito que vinculamos ao fato de não trazer os sentidos que carrega “lengua”[304], vocábulo que parece delimitar sua referência com maior especificidade dentro do universo mais amplo: justamente, aquele referido ou evocado pelo significante “lenguaje”. A observação nos levaria a concluir na direção de que o termo produz um certo efeito de indeterminação na referência; no entanto, imediatamente, a ele se vinculam duas especificações. A primeira: “hablado en Cataluña”, parece – a diferença do que notávamos no caso da definição de “gallego” – acompanhar o movimento presente no verbete “español”, na SD4.16[305]; a

---

[302] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

[303] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

[304] Na edição abordada, dentre as várias acepções registradas para o verbete “lengua”, estão as seguintes: “conjunto de voces o términos con que cada nación explica sus conceptos” ‖ “lengua **nacional**. La oficial y literaria de un país y más generalmente hablada en él, a diferencia de sus dialectos y de los idiomas de otras naciones” (*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884, pp. 636-637).

[305] Retomamos o enunciado para facilitar a leitura: “Lengua española, originada principalmente en Castilla, y hablada también en casi todas las repúblicas americanas, en Filipinas y en muchas comunidades judías de Oriente y del norte de África” (grifos nossos).

segunda, no caso, também faz referência ao espaço: “del cual son variedades el valenciano y el de las islas Baleares”[306].

Ambas especificações nos permitem voltar sobre o termo “lenguaje”, que vinculávamos à produção de um certo efeito de indeterminação, e relacionar o sentido dele à acepção presente no respectivo verbete, destacada na SD4.22 “Idioma hablado por un pueblo ó nación ó por una parte de ella”, especialmente, na inflexão que sublinhamos. Nesse jogo de indeterminação (fundamentalmente porque “catalán” não se define como língua[307]) e especificações marca-se, de nossa perspectiva, o fato de o “catalán” ser falado em um território que não corresponde ao Estado nacional, espaço ao qual se vincula o “español”.

Essa definição de 1884 se mantém nas seguintes edições do dicionário até a 14ª, de 1914, que transcrevemos a seguir e que apresenta um aspecto significativo:

> SD4.23: **catalán**. m. […] 6. m. Lenguaje hablado en Cataluña. (*Diccionario de la lengua castellana*, 14ª ed., 1914, p. 216[308]).

Em oposição ao *acréscimo (a mais)*, que trabalhamos como base em formulações de (ORLANDI, [2001] 2012b), observado ao abordar a acepção do termo “español” na 15ª edição (1925) (SD4.16), nesta sequência, detectamos que a *falta* do fragmento destacado em sublinhado na edição de 1884 (SD4.21) (“del cual son variedades el valenciano y el de las islas Baleares”) opera como *a-menos* no discurso do verbete e, no caso, como um claro apagamento dos sentidos por ele determinados.

Por fim, na 19ª edição, de 1970, apresenta-se a seguinte acepção, reproduzida no dicionário até os dias de hoje:

> SD4.24: **Catalán, na**. […] 6. m. Lengua romance vernácula que se habla en Cataluña y en otros dominios de la antigua Corona de Aragón.[309] . (*Diccionario de la lengua castellana*, 19ª ed., 1970, p. 277[310], grifos nossos).

---

[306] Observe-se que nesse fragmento, “del cual son variedades el valenciano y el de las islas Baleares”, o artigo que sublinhamos não parece recuperar claramente um antecedente o que afeta a referência, a menos que interpretemos que se trata do próprio termo “lenguaje”.

[307] Veremos que não ocorre o mesmo no caso de “vascuence”, o terceiro verbete de nossa série.

[308] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

[309] Cabe observar que a formulação presente neste verbete reforça os sentidos da interpretação que fizemos ao abordar a realizada, no mesmo ano, para o caso de “gallego” (: “Lengua de los gallegos”).

[310] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

Ao colocar em relação a acepção de 1914 (SD4.23) com esta última, observamos que o fragmento destacado em sublinhado reestabelece a visibilidade de outros espaços nos quais o catalão é falado. No entanto, ao mesmo tempo, detectamos que tais espaços são significados de maneira bastante imprecisa, com marcas de indeterminação que quebram o tom instalado pela presença do sintagma: "Lengua romance vernácula", formulado a partir de saberes produzidos no campo dos Estudos da linguagem.

Retomando, neste ponto, as análises dos enunciados definidores de "gallego" e "catalán", começamos por ressaltar a diferença com relação à maneira pela qual esses termos são definidos: a presença de "dialecto" e de "lenguaje" e o modo como passam a ser designadas enquanto "língua" funcionam de forma significativa em cada caso. A reformulação constante na edição de 2014, para "gallego", e a de 1970 para "catalán" parecem reconhecer um lugar para tais objetos como línguas e, de modo especial, para o "gallego". No entanto, ao mesmo tempo que podemos falar de uma "legitimação" gradual, em ambos os casos é preciso marcar uma determinada ausência: o registro de que se trata de línguas cooficiais nas respectivas "comunidades autónomas", Galícia e Catalunha. Esse não dito opera de modo expressivo, sobretudo quando colocamos em relação a definição dessas línguas com a de "español" em 1925 (S4.16) e com o lugar dado a esta última nesse enunciado definidor.

Passando ao último verbete de nossa série, cabe observar que este é o único no qual a acepção que o define enquanto língua é registrada – tal como antecipamos – desde a 1ª edição do DLC/DLE (1780). A seguir, colocamos essa acepção em relação com a que está presente na 12ª edição, quando pela primeira vez se opera uma reformulação no enunciado definidor:

Diccionario de la lengua castellana, 1ª ed., 1780	*Diccionario de la lengua castellana*, 12ª ed., 1884
SD4.25 VASCUENCE. s. m. **El idioma, ó lengua** de Vizcaya (*Diccionario de la lengua castellan*a, 1ª ed., 1970, p. 915[311], grifos nossos)	SD4.26 **Vascuence.** *(de vascón).* m. **Lengua** de remota antigüedad, que sigue hoy hablándose en las provincias Vascongadas, en parte de Navarra y en el país vasco francés. Divídese en varios

[311] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

	dialectos (*Diccionario de la lengua castellana*, 19ª ed., 1970, p. 1324[312] , grifos nossos).

Antes de passar à análise desses verbetes, temos que reconhecer que, ao ler a primeira definição, já temos mais um elemento relevante em termos de frisar uma clara diferença a respeito das definições de “gallego” e “catalán”, cujas acepções enquanto “dialecto” e “lenguaje”, respectivamente, aparecem na edição de 1884. No caso de “vascuence”, desde a primeira definição já se inclui o termo “lengua” e este se mantém ao longo das várias reformulações. Retomaremos essa diferença mais adiante, ainda antes de encerrar este capítulo.

Centrando-nos agora nos dois enunciados definidores que acabamos de apresentar em SD4.25 e SD4.26, na reformulação da edição de 1884 observamos que se vincula o “vascuence” – reiteramos: já como “língua” – a um passado remoto, frisando o fato de que “sigue hoy hablándose” e, nesse sentido, se especificam os espaços onde isso ocorre e, também, afirma-se que “Divídese en varios dialectos”. Contudo, na edição 13ª, imediatamente posterior (1899), temos a seguinte reformulação:

> SD4.27: **Vascuence.** *(de vascónico).* adj. **Dícese** de la lengua hablada por parte de los naturales de las provincias Vascongadas, de Navarra y del territorio vasco francés. Ú. m. c. s. (*Diccionario de la lengua castellana*, 13ª ed., 1899, p. 1005[313], grifos nossos).

No que diz respeito à presença do verbo “dícese”, de acordo com uma interpretação que já fizemos neste capítulo, entrevemos aí o jogo que se estabelece entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, evocando-se na cena definidora o discurso de outrem. Compreendemos, sobretudo considerando a materialidade dos enunciados de 1780 (SD4.25) e de 1884 (SD4.26), que essa marca indicaria um distanciamento do sujeito do discurso com relação ao objeto definido na acepção.

A respeito do fragmento que destacamos em sublinhado, interpretamos que ele produz um deslocamento com relação ao enunciado definidor da edição anterior (SD4.26), ou seja, se naquela a língua atravessava os espaços especificados na

[312] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.
[313] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

cena definidora, nesta última (SD4.27), ela aparece como “hablada por parte de los naturales de [...]”, o que implica a projeção de uma cena na qual essa língua aparece atravessada por um processo de minorização[314]: como língua de determinadas práticas e, portanto, de certos âmbitos, relativas a esses “naturais” e não ao funcionamento social de uma comunidade. Ao mesmo tempo, vejamos que opera aí o registro do reconhecimento de sua inserção num espaço para além das fronteiras nacionais.

Considerando a penúltima reformulação realizada no verbete quando da publicação da 22ª edição (2001), primeira edição do DLC/DLE publicada online no site da RAE[315], observamos a operação por remissão ao verbete “euskera”, no qual encontramos a seguinte definição: “Lengua hablada por parte de los naturales del País Vasco español, francés y de la comunidad de Navarra”. O que nos interessa destacar nesse processo de remissão é que nele se dá visibilidade à forma pela qual essa língua é nomeada na língua “euskera”.

O último movimento na abordagem de “vascuence” nos leva à definição registrada na 23ª edição do dicionário, de 2014, na qual também opera uma remissão:

> SD4.28: **Vascuence** (*Del lat. tardío Vasconĭce*).
> 1. adj. vasco. Apl. a pers., u. t. c. s.
> 2. m. vasco (lengua) (*Diccionario de la lengua española*, 22ª ed., 2014[316], grifos nossos).

Ao clicarmos no vocábulo destacado, encontramos uma acepção que talvez seja a que nos permita compreender a diferença que marca a definição desse termo (sobretudo na comparação com os casos de “gallego” e “catalán”):

> SD4.29: **vasco, ca** (*De vascón*). 4. m. Lengua sin filiación demostrada que se habla en el País Vasco español, en el francés y en parte de Navarra. (*Diccionario de la lengua española*, 23ª ed., 2014[317], grifos nossos)

Nesse sentido, o fragmento que sublinhamos parece trazer luz sobre o processo discursivo que permeia as várias reformulações do termo, pois parece

---

[314] Cf. ARNOUX, 2014.
[315] Disponível em: http://lema.rae.es/drae2001/. Acesso em: 17/02/2016.
[316] Disponível em: http://dle.rae.es/?id=H7duhpt. Acesso em: 16/03/2016.
[317] Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0. Acesso em: 16/03/2016.

orientar a presença, desde a 1ª edição do dicionário (1780), da palavra “língua”. O fragmento que refere à falta de “filiación demostrada” revela a relação do sujeito discursivo com o “vascuence” e, portanto, o modo como sempre o definiu – relação essa marcada desde sempre por uma forte alteridade. O que dizemos se materializa de maneira expressiva, se consideramos que uma das acepções registradas para o verbete até a 22ª edição (2001) era: “aquello que está tan confuso y oscuro que no se puede entender”.

Para concluir nossa análise, ao considerarmos as condições de produção do discurso lexicográfico que estamos analisando, é importante destacar algo que já foi assinalado pontualmente ao abordar um dos verbetes. Tal como assinalam Del Valle, Medina e Monteagudo (2015), no processo discursivo de legitimação do espanhol como língua nacional da Espanha, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, a reivindicação de autonomia dos diferentes movimentos nacionalistas periféricos estava acompanhada também de reivindicações linguísticas a favor do cultivo da língua própria de cada região. De acordo com os autores, ao confrontar tais demandas e na busca de assegurar o lugar do espanhol como língua nacional, o Estado:

> desplegaba estrategias políticas y discursivas para contrarrestar las demandas de los regionalismos y nacionalismos catalán, gallego y vasco. La dictadura del General Primo de Rivera que resultó del golpe de Estado de 1923 se comprometió con la nacionalización lingüística a través de políticas autoritarias y abiertamente coercitivas que desplazaron de la vida pública, por la fuerza, a las otras lenguas ibéricas[318].

Segundo Senz (2011, p. 92), a repressão às demais línguas espanholas e sua exclusão do espaço público teve seu ápice durante as primeiras décadas do regime franquista, quando elas eram usadas somente no âmbito familiar.

Ao colocarmos em relação o discurso definidor das línguas espanholas com as condições de produção assinaladas, cabe destacar que o percurso que desenvolvemos nesta seção permitiu-nos detectar uma regularidade discursiva significativa. Esta se vincula à tensão que – de acordo com formulações de Orlandi ([2001] 2012b) as quais, em parte, já mobilizamos – se estabelece entre a falta e o excesso, entre o *acréscimo* (*a-mais*) e o *a-menos* detectáveis nas reformulações

[318] Ibidem, p. 33.

operadas nos enunciados definidores de “gallego” e “catalán”, as quais parecem materializar a relação desigual (PÊCHEUX, [1977] 1980) que opera entre, por um lado, “castellano-español” (“español”, inclusive, definido em sua internacionalidade) e, por outro, “as outras línguas” no espaço de enunciação da nação espanhola. A referida tensão entre o *a-mais* e o *a-menos*, tão forte em cada um dos processos de reformulação que abordamos, envolve – como observa Orlandi ([2001] 2012, p. 109) – a *incompletude*, constitutiva do dizer, e nos possibilita fazer uma relação com a “função-autor”, conceito formulado pela própria estudiosa em outra obra ([1996] 2012a, pp. 63-78). Ao olharmos para as reformulações, no ir e vir do dizer, as operações de expansão e de retração, e de incluir para depois excluir parecem afetar a função-autor por parte de um sujeito do discurso que precisa se colocar na origem do que enuncia para produzir os efeitos de unidade, coerência, progressão, não-contradição[319] – algo que se configura de um modo específico quando falamos da autoria de uma obra lexicográfica. No entanto, considerando a reflexão de Pêcheux (1980) esses ires e vires materializam a **contradição**, em cujo seio reside a relação desigual da qual falamos, que não é lógica, mas da ordem da história.

No caso do “vascuence”, a também sinuosa trajetória de suas reformulações não deixa de materializar, por meio de algumas marcas específicas, essa mesma relação de desigualdade. A diferença com relação às duas anteriores (“gallego” e “catalán”) parece estar comandada pela clara projeção de que se trata de uma “língua outra”, cuja alteridade aparece marcada – de diferentes modos e desde cedo – no DLC/DLE. Nessa esteira, já no caso de “gallego” e “catalán” as considerações que fizemos sobre a mobilização de “dialecto” e de “lenguaje” nos primeiros enunciados definidores indicam que a projeção imaginária das mesmas como sendo “outras” parece estar afetada provavelmente pelo fato de serem línguas filiadas ao latim, consideradas como próximas do “castellano” ou “español”, a partir de uma posição que deixa entrever a resistência a marcar seu estatuto ou a reconhecer seu lugar[320]. E isto é algo que é da ordem do político.

[319] Ibidem.
[320] Neste ponto, cabe retomar o expressivo sintagma “Dialecto de los gallegos” (SD4.17) e colocar a pergunta que não deixa de ressoar: “dialeto de qual língua?

Recapitulação

Neste capítulo, analisamos os sentidos que foram sendo atribuídos às línguas ameríndias e espanholas que constituem nossa série discursiva. Mostramos, por um lado, como os movimentos nacionalistas periféricos[321] (americanos e peninsulares) que eclodiram a partir do século XIX se articulam à inclusão e à reformulação de certos vocábulos e acepções na textualidade do dicionário. Por outro lado, procuramos interpretar como o discurso dos prefácios e do enunciado definir de "español" – tal como registrado na 15ª edição (1925) – produzidos nessas condições de produção, estão atravessados por sentidos filiados aos movimentos do pan-hispanismo e da hispanidade, movimentos a cuja língua espanhola eram atribuídos um papel proeminente.

Fundamentalmente, em relação à abordagem dos verbetes vinculados às línguas ameríndias, colocamos em relevo que, de forma geral, essas línguas e esses sujeitos são localizados na cena definidora em um tempo passado e extinto. Além disso, detectamos que, embora os verbetes tenham sido registrados, em sua maioria, quando os países americanos já haviam proclamado suas independências, o discurso definidor foi formulado a partir de uma posição colonialista, que promove o apagamento da relevância política e social dessas línguas no espaço de enunciação americano.

No gesto de leitura das acepções que registram as línguas espanholas que constituem nossa série, interpretamos como na definição lexicográfica foi se materializando um funcionamento discursivo em cuja base opera, como pré-construído, uma relação desigual entre castellano-español e "as outras línguas", no caso: "gallego", "catalán" e "vascuence", e que se materializa de várias formas nos enunciados definidores abordados, colocando em xeque, de acordo com nossa interpretação, a função-autor que está "na origem" da obra lexicográfica, como "responsável", diria Orlandi ([1996] 2012a), por sua produção.

No que se refere a como são projetadas as línguas nesse dicionário, a observação que fizemos a respeito do não registro da cooficialidade nas "comunidades autônomas" do espaço nacional funciona como mais uma pista de

[321] Cf. SEPÚLVEDA, 2005.

qual é a ordem da relação entre elas nesse espaço de enunciação, a partir da política de língua(s) instalada por parte de um Estado.

Nessa esteira, no modo como a exterioridade joga no interior do texto dicionarístico, o que nos parece mais revelador é observar como a posição sujeito discursivo está marcada pelo fato de sempre privilegiar as relações de poder dominantes; por isso, não se diz aquilo que não se pode/não se deve dizer, isto é, não se diz aquilo que precisa ser calado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como encerramento dos gestos de leitura sobre certos processos de significação presentes no DLC/DLE, realizaremos dois movimentos: primeiramente apresentaremos algumas considerações sobre o processo de gramatização da língua espanhola para, em seguida, retomarmos reflexões que nos ajudem a ir formulando respostas às questões que nos levaram a realizar este trabalho.

Começando pelo primeiro movimento, destacamos que o percurso realizado no decorrer da pesquisa permite-nos observar a forma pela qual o discurso do dicionário deixa entrever, pelo menos, dois diferentes modelos de gramatização da língua espanhola, com destaque ao papel do DLC/DLE nesse processo. No primeiro, durante os anos de constituição da RAE e da publicação do DA, predomina um modelo centralizador e absolutista (ORLANDI, 2001, p. 14-15), aos moldes do que ocorria com a língua francesa. Mais tarde, no século XIX, após a independência dos países americanos e com o surgimento do movimento pan-hispanista, observamos como vai se perfilando dando lugar a um modelo de gramatização colonizador, marcado por uma tensão entre novas posições que vão surgindo no processo de regulação da língua, principalmente no que diz respeito à forma de se trabalhar a variedade linguística. Cabe observar que é esse último modelo, em que o Estado espanhol e a obra lexicográfica acadêmica tem um papel preponderante, que parece ser reproduzido até os dias de hoje, segundo detectamos nas análises.

Retomando reflexões que nos ajudam a dar algumas respostas para as perguntas que nos colocamos, nos moveremos por alguns lugares específicos deste trabalho. Nesse sentido, é importante registrar que, no capítulo 1, a abordagem das condições de produção vinculadas à fundação da RAE e à publicação do DA permitiu-nos compreender de que modo a instituição e sua primeira obra lexicográfica se articularam a um projeto político de Estado centralizador e homogeneizador. Nesse projeto, a principal atribuição da Academia materializava-se sob o propósito de “limpiar, purificar, y fijar la lengua”, que interpretamos funcionar como uma injunção à “pureza da língua”.

No capítulo 2, fomos detectando, em mais de dois séculos de produção lexicográfica acadêmica, a perpetuação de uma rede parafrástica, constituída por sentidos fortemente cristalizados e regularizados na memória, que permite entrever como a injunção à qual nos referimos deixava marcas nos discursos prefaciais.

Enfim, ao analisarmos a 20ª edição, de 1984, interpretamos de que modo, num processo de denegação discursiva (INDURSKY, 1990, p. 120), nega-se que a RAE tenha sido orientada por um “espíritu de purismo y limitación”, justificando, dentre outros, a inclusão de termos técnicos e científicos. Isso nos levou a perceber como se significa na materialidade do dicionário a “língua comum” (e muitas vezes, como se antecipa o próprio dicionário) e, nesse escopo, mostramos que o DLC/DLE foi projetado durante muito tempo como um dicionário que registrava essa língua, que, por sua vez, era antecipada como aquela na qual, em síntese, não eram admitidas vozes científicas e tecnológicas. Por fim, interpretamos que os gestos do sujeito do discurso, materializados em movimentos de resistência e de identificação em incorporar esse léxico ao dicionário revelam como as fronteiras da FD que o afeta vão se reconfigurando sob o peso do jogo das relações de força marcado pelo fortalecimento da classe burguesa.

Recuperar essa análise possibilita que retomemos e fortaleçamos uma interpretação produzida a partir das questões que nos colocamos no início da pesquisa e delineamos na Introdução desta tese: os deslocamentos detectados no discurso dicionarístico deixam marcas que apontam para um processo de identificação por parte do sujeito discursivo marcado pelo desejo de reafirmar as relações de poder dominantes. Esse desejo, então, é o que determina a forma de sua inscrição na formação discursiva que o afeta e que constitui o processo de interpelação que compreendemos estar presente no discurso do DLC/DLE.

Para dar visibilidade à reiteração desse movimento em nosso percurso de análise, passando à Parte II, detectamos que o simples registro na nomenclatura do dicionário – em condições de produção específicas – dos vocábulos “colonizar” e “franquismo”, abordados no capítulo 3, e dos verbetes nos quais se definem as línguas indígenas e espanholas, analisados no capítulo 4, revelam como a produção discursiva desse sujeito vai se orientando e se ressignificando à luz das reconfigurações das relações de força sustentadas no poder. Nessa esteira, no espaço desse trabalho interpretativo, mostramos que apesar da observação de deslocamentos significativos – lembremos, por exemplo, as reformulações produzidas no verbete “franquismo” – que promovem uma reorganização dos saberes da FD, indicando a irrupção de novas posições sujeito (INDURSKY, 2003), não se chega a estabelecer uma ruptura, isto é, não se rompe com a prévia estabilidade de sentidos a ponto de se produzir um acontecimento discursivo

(PÊCHEUX [1988] 2008). Desse modo, na extensa temporalidade de mais três séculos de produção lexicográfica acadêmica, essa afirmação que realizamos tem um forte peso, justamente o peso que delineamos na Introdução desta tese e que nos instigou a realizar esta pesquisa, a qual procurou colocar em relevo um processo de construção (e reprodução) de evidências altamente cristalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRETE, Bernardo. **Del origen y principio de la lengua castellana, o romãnce que oy se usa en España.** Roma: Colophon, 1606. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/del-origen-y-principio-de-la-lengua castellana-o-romance-que-oy-se-vsa-en-espana-compuesto-por-el-0/html/00918410-82b2-11df-acc7-002185ce6064_84.html. Acesso em: 02 de setembro de 2015.

ÁLVAREZ MIRANDA, Pedro. La época de los novatores, desde la historia de la lengua**.** In: **Studia histórica**. **Historia moderna**. n. 14. Ejemplar dedicado a: los novatores como etapa histórica, p. 85-94. 1996. Disponível em: <http:// campus.usual.es/%7entrevista_trabajo/index.php/Studia_Historica/article/view/2745/ 2781>. Acesso em: 2 de setembro de 2016.

ANDERSON, Benedict. [1983] **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARNOUX, Elvira Narvaja de. La glotopolítica: transformaciones de un campo disciplinario. In: Alfredo Rubione (coord.). **Lenguajes: teorías y prácticas**. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires e Instituto Superior del Profesorado,15-42, 2000.

_____. Las leyes de defensa de las lenguas en la Argentina: propuestas y debates al finalizar los siglos XIX y XX. In: **Letterature d'America**, XXIX, 100. Roma: Bulzone Editores, 2004.

_____. El discurso sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862). Estudio glotopolítico. Buenos Aires: Santiago Arcos editor/SEMA, 2008.

_____. El español global y la regulación de la discursividad en línea como piezas del dispositivo glotopolítico panhispánico. In: TAVARES, S. C.; ROCA, M. P. (orgs). **Políticas Linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015, p. 35-68.

_____. Minorización Lingüística y Diversidad: En Torno al Español y Al Portugués como Lenguas Científicas. Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística 2014. PR, Foz do Iguaçu. **Anais do Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística**. (org.) GARCÍA, Marcus Vinícius et al. – Brasília, DF: Iphan, 2016.

ASALE e RAE. **Nueva Política Linguística Panhispánica**. Madrid: Real Academia Española, 2004

ASSOCIACIÓN PARA LA RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA HISTÓRICA. **La Asociación de la Memoria Histórica carga contra la definición "franquista" del franquismo de la RAE**. Disponível em: http://memoriahistorica.org.es/s1-news/c1-

ultimasnoticias/la-asociacion-de-la-memoria-historica-carga-contra-la-definicion-qfranquistaq-del-franquismo-de-la-rae/. Acesso em: 06/02/2016.

AUROUX, S. [1992] **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1962.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline [1991]. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir Nascimento Flores. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2004.

BLANCO, Matías Ariel. **O campo glotopolítico do espanhol: norma linguística e autoridade normativa**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niteroi/ RJ Paulo, 2016.

BELLIGNI, Silvano. Frente Popular. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª edição. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasilia: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 528-530.

BRIANEZI, Daniela Iona. **O Diccionario panhispánico de dudas em questão: dúvida, regulação e memória**. 2014. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-26052014-103401. Acesso em: 2018-02-19.

CAPMANY, Antonio de. [1786] **Observaciones críticas sobre la excelencia de la lengua castellana.** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

CARRETER, Fernado Lázaro. **Crónica del diccionario de autoridades (1713-1740): Discurso leído el día 11 de junio de 1972, en el acto de su recepción por el Sr. Don Fernando Lázaro Carreter y contestación del Exmo. Don Rafael Lapesa Melgar**. Madrid: Real Academia Española, 1972.

CARROLL, Lewis. **A través del espejo**. Córdoba, Argentina: Ediciones del sur, 2004.

CELADA, María Teresa. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira.** Campinas. 2002. 278 f. Tese (doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2002.

CELADA, María Teresa; COSTA, Michele; BRIANEZI, Daniela. Sobre el funcionamiento de ciertos preconstruidos en los títulos de los diccionarios de le lengua española. Las marcas de una historia. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, no. 36, jul-dez 2015, pp. 267- 291.

COLLINOT, A; MAZIÈRE, F. **Un prêt a parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

CORTÁZAR, Fernando García de. VESGA, José Manuel González [1994]. **Breve Historia de España**. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

COSTA, Michele. **Instrumentalização e (des)colonização linguística: estudo discursivo do Diccionario integral del español de la Argentina**. 2014. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-19032014-125445/>. Acesso em: 2016-05-15.

COTARELO Y MORI, Emilio. La fundación de la Real Academia Española y su primer director D. Juan Manuel Fernández Pacheco. In: **Boletín de la Real Academia Española**,1, 4-38; 89-127, 1914.

COURTINE, Jean-Jacques. [1982] Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Trad. Flávia Clemente de Souza - Universidade Federal Fluminense e Márcio Lázaro Almeida da Silva - Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: **Policromias**, junho 2016, 2016.

_____. [1892] **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

DEDIEU, Jean Pierre. La nueva Planta en su contexto: las reformas del aparato del Estado en el reinado de Felipe V. In: **Manuscrits**, 18, p. 113-39, 2000.

DEL VALLE, Jose. La RAE y es español total. Esfera pública o comunidad discursiva. In: DEL VALLE, Jose (org.). **La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español.** Madrid/Fráncfort del Meno: Iberoamericana/Vervuert, 2007.

_____. Panhispanismo e hispanofonía: breve historia de dos ideologias siamesas. In: **Sociolinguistic Studies**, vol. 5.3. Nova Iorque: Equinox Publishing, 2011.

_____. Lenguaje, política e história: ensayo introductorio. **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015.

DÍAZ SALGADO, Luis Carlos. Historia crítica y rosa de la Real Academia Española. In: SENZ, S. y ALBERT, M. **El dardo en la Academia: esencia y vigencia de las academias de la lengua española**, vol. II. España: Ed. Melusina, 2011.

DUBOIS, J. et. al. (1978). **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 10ª reimpressão, 2006.

FERRER I GIRONÈS, F. **La persecució política de la llengua catalana**. Barcelona: Edicions 62, 1985.

FIRBAS, Paul. Políticas de la lengua, religión y unificación en el Perú colonial temprano. In: DEL VALLE, Jose (ed.) **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015, pp. 157-174.

FOUCAULT, Michel. [1970] **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. [1975] **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

_____. [1969] **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 7ª ed., 2008.

FRIES, Dagmar. "**Limpia, fija y da esplendor": La Real Academia Española ante el uso de la lengua**. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 1989.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. [1981] **A língua inatingível**: o discurso da história na linguística. Trad.: Bethania Mariani e Maria Ellizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GARCÍA DE LA CONCHA, Víctor. **La Real Academia Española: vida e historia.** 1.ª edición. Madrid: Espasa Calpe, 2014.

_____. Vida e historia de la RAE. **Mercurio**, no 164, oct. 2014. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2014. Disponível em: http://revistamercurio.es/temas/vida-e-historia-de-la-real-academia-espanola/. Acesso em: 05/01/2015.

GENETTE, Gérard. [1987] **Paratextos editoriais**. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

GIL AYUSO, Faustino. Nuevos documentos sobre la fundación de la Real Academia Española. In: **Boletín de la Real Academia Española**, 14, 1952, 593-599.

GUIMARÃES, Eduardo**. Semântica do Acontecimento**. Campinas/SP: Pontes, 2002.

_____. Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil. In: **Linguagem e letramento em foco - Língua portuguesa**. Campinas: Cefiel- MEC/ IEL/Unicamp, 2005.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: **Caderno de Estudos Linguísticos.** Campinas, 51 (1), Jan./Jun., 2009, pp. 49-68.

_____. Relações de línguas. In: **Enciclopédia das línguas no Brasil**. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/relacoes_linguas.htm. Acesso em: 16/03/2017.

GUITARTE, Guillermo L. La dimensión imperial del español en la obra de Aldrete: sobre la aparición del español de América en la lingüística hispánica. In: A. Quilis y H. J. Nierderehe (eds.), **The history of linguistics in Spain**. Philadelphia: John Benjamins, 1986, pp. 129-1.

HAROCHE, Claudine. [1984] **Fazer Dizer, Querer Dizer**. Trad. Eni P. Orlandi. São Paulo: Hucitec,1992.

_____. A elipse (falta necessária) e a incisa (acréscimo contingente). O estatuto da determinação na gramática e a sua relação com a subjetividade. In. PÊCHEUX, Michel et al (orgs.). **Materialidades discursivas**. Coleção: A espessura da linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

HAENSCH, Güinter; OMEÑACA, Carlos. **Los diccionarios de español en el siglo XXI**. 2ª ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções (1798-1848)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **In: Cadernos de Estudos Línguísticos,** Campinas, v. 2, n. 19., Jul./dez., 1990, p. 117-122.

_____. [1997 **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 2013.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: **Organon. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. v. 17. n. 35. 2003, p. 101-121.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M.C.L. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, pp. 163-172.

JIMÉNEZ RÍOS, Enrique. Algunas críticas tempranas al diccionario de la Academia. In: **Thesaurus**, t. 54, n. 3, 1999.

LAPESA, Rafael**. Historia de la lengua española**. Madrid: Gredos, 1981.

LARA, Luis Fernando. El símbolo, el poder y la lengua. In: SENZ, S. y ALBERT, M. **El dardo en la Academia: esencia y vigencia de las academias de la lengua española**, vol. II. España: Ed. Melusina, 2011.

_____. **Historia mínima de la lengua española**. D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 2013.

LARIZZA, MIRELLA. Franquismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

LÓPEZ-CORDÓN, María Victoria. Instauración dinástica y reformismo administrativo: la implantación del sistema ministerial. In: **Manuscrits**, 18, p. 93-111, 2000.

MARIANI, B. S. C. Discurso e Instituição: a Imprensa. *In:* **Rua**: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP- NUDECRI. Campinas, SP, n.05, mar.1999.

_____. **Colonização linguística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes Editores, 2004.

MAZIÈRE, Francine. Le dicctionere deshabillé par ses préfacces. In: **Lexique**, Presses Universitaires de Lille, 1986, pp. 33-45.

MEDINA, Alberto. Secularización y “mala conciencia” en los orígenes de la Real Academia: la institucionalización de lengua en el siglo XVIII. In: DEL VALLE, Jose (ed.) **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015, pp. 89-106.

MEDINA, Alberto; DEL VALLE, Jose; MONTEAGUDO, Henrique. Introducción a la creación del español: perspectivas ibéricas. In: DEL VALLE, Jose (ed.) **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015, pp. 27-36.

MENENDEZ PIDAL, Rafael. **Manual elemental de gramática histórica española**. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1904.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of the Renaissance**. Ann Arbor: University of Michigan, 1995.

MIRANDA, Pedro Álvarez. La Real Academia Española. In: **Boletín**, no 225, diciembre, 1992, pp. 3-16.

MONTEAGUDO 2015 El castellano y las otras lenguas de España en la Segunda República. In: DEL VALLE, Jose (ed.) **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015, pp. 122-144.

MORA, José Joaquín. **El neologismo**. Discurso leído el día el 10 de diciembre de 1848 en el acto de su recepción pública en la Real Academia Española, y contestación de Antonio Gil y Zárate. Edición preparada por la Real Academia Española. Madrid: Biblioteca Nueva, serie “Discursos de ingreso en la Real Academia Española”, nº 1, 2014.

MORENO CABRERA, José Carlos. “unifica, limpia y fija”. La RAE y los mitos del nacionalismo linguístico español. In: SENZ, S. e ALBERT, M. **El dardo en la Academia: esencia y vigencia de las academias de la lengua española**, vol. 1. España: Ed. Melusina, 2011.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Historia social de las lenguas de España**, Barcelona: Ariel, 2005.

NIRO, Mateo. El guaraní como lengua oficial: entre el nacionalismo y la integración regional. In: **Lenguas en un espacio de integración: acontecimientos, acciones, representaciones**. Coord. CELADA, María Teresa; FANJUL, Adrián Pablo; NOTHSTEIN, Susana. Buenos Aires: Biblos, 2010, pp. 209-235.

NUNES, José Horta. ***Discurso e Instrumentos Lingüísticos No Brasil***: dos Relatos de Viajantes Aos Primeiros Dicionários. Sínteses, Campinas, v. 2, p. 281-289, 1997.

_____. Prefácios de dicionários: as imagens do leitor. **Trabalhos em Análise de Discurso**, São José do Rio Preto, v. 1, p. 03-11, 2003.

_____. **Dicionários no Brasil - Análise e História do século XVI ao XIX**. Campinas, Pontes Editores, 2006.

_____. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, Eni (org). **Política Linguística no Brasil**. Campinas/SP: Pontes, 2007, pp. 163-181.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul/dez, 2008.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. [1988] **Discurso e leitura**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

_____. Introduction (Col. S. Auroux). **Langages**, Paris, p. 03-07, 1998.

_____. (org.) **História das Ideias Linguísticas:** Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

_____. Língua e conhecimento linguístico. **Para uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora: 2002.

_____. [1999] **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas/SP: Pontes, 2007a.

_____. (org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.

_____. [1990] **Terra à vista: discurso do confronto – velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. [1983] **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a.

_____. [1992]. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011b.

_____. [1996]. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 2012a. p.23-35.

_____. **Discurso e Texto**. Formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

PASQUINO, Gian Franco. Movimento político. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 785- 786.

PAYER, Maria Onice. **Educação popular e linguagem: reprodução, confronto e deslocamentos de sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Remontémonos de Foucault à Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monteforte. **El discurso político**. México, Nueva Imagen, 1980.

_____. [1983] Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (org.). **Papel da memória**. Tradução e apresentação de NUNES, José Horta. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. [1988] **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. [1975] **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel L. G. Corrêa, Silvana M. Serrani. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. [1969] A Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. pp. 311-318.

_____. [1969] A Análise de Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. pp. 59-158.

QUEVEDO, Francisco de [1626]. **Cuento de cuentos**. Francisco de Quevedo. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmcc8258. Acesso em: 07/02/2015.

Quintana i Font, Artur. La lengua catalana en el Bajo Aragón. In: **Rolde: Revista de bcultura aragonesa**. pp. 34-43. ISSN 1133-6676, 2008.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. [1771] **Gramática de la lengua castellana**. Edición facsimilar y apéndice documental de Ramón Sarmiento. Madrid: Editora Nacional, [1771] 1984.

RODRÍGUEZ, Jorge Pinto**. La formación del Estado y la Nación, y el pueblo mapuche: de la inclusión a la exclusión**. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados, 2003.

RODRÍGUEZ, Susana C. Lengua e hispanización en Guinea Ecuatorial. In. In: DEL VALLE, Jose (ed.) **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015.

ROMERO, José Luis. [1956] **Las ideas políticas en Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____. [1976] **América Latina: as cidades e as idéias**. Trad. Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. 424p.

SACCOMANNI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª edição. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 466- 475.

SÁNCHES RON, José Manuel. Academia y poder: una historia completa. Texto leído en el acto "**La lengua y la palabra: trescientos años de la Real Academia Española**" Fundación BBVA, Madrid, 25 de noviembre de 2013. Disponível em: http://www.rae.es/sites/default/files/Academia_y_poder._Sanchez_Ron.pdf. Acesso em: 04/01/2015.

SANCHIS, A. Mestre. **Historias, fueros y actitudes políticas: Mayans y la historiografía del siglo XVIII**. Valencia: Universitatat de València, 2000.

SECO, Manuel. Medio siglo de lexicografía española. In: **Revista de Bachillerato**, 1979.

_____. Lexicografía del español en el fin del siglo. In: **Donaire**, 4, marzo de 1995, pp. 67-74, 1995.

SENZ, Silvia. Una, grande y (esencialmente) uniforme. La RAE en la conformación y expansión de la "lengua común". In: SENZ, S. e ALBERT, M. **El dardo en la Academia: esencia y vigencia de las academias de la lengua española**, vol. II. España: Ed. Melusina, 2011.

_____. Todo sobre las enmiendas del DRAE2014 contra el proceso catalán. In: Addenda et corrigenda. Disponível em: http://addenda-et-corrigenda.blogspot.com.br/2014/10/todo-sobre-las-enmiendas-del-drae2014.html Acesso em: 28/10/2014.

SEPÚLVEDA, Isidro. Medio siglo de asociacionismo americanista español 1885-1936. In: **Espacio, Tiempo y Forma**, S. V, Contemporánea, t. IV, 1991, pp. 271-290.

_____. **El sueño de la madre patria: hispanoamericanismo y nacionalismo**. In: Madrid: Marcial Pons, 2005.

SILVA, Bruno dos Santos. **Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre A Geografia e o Império Romano.** 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-29072013-100434. Acesso em: 2018-02-19.

STOPPINO, Mario. Totalitarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª edição. Tradução: Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 1247- 1259.

TAMAMES, R. [1988]. **La República, La Era Franco.** Madrid: Alianza Editorial, 1990.

TOGORES, Luis E. **Historia de la guerra civil española 1936-1939**. Madrid: La esfera de los libros, 2011.

TOVAR, Antonio. Mayans y la filología en España en el siglo XVIII. In: **Mayans y la ilustración**. Simposio Internacional en el Bicentenario de la muerte de Gregorio Mayans. Valencia-Oliva, 30 de septiembre-2 de octubre, 1, Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, Oliva, 1981, p. 379-408.

TUÑÓN DE LARA, Manuel et al. Revolución burguesa. Oligarquía y constitucionalismo (1834-1923). **Historia de España**. Tomo VIII, 2ª ed. Barcelona: Labor S.A., 1987.

VILLA, Laura. La oficialización del español en el siglo XIX. La autoridad de la Academia In: DEL VALLE, Jose (ed.) **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015, pp. 107-121.

VILLALVA FILHO, M. R. Ñemopeteî guaraní jehai ha oñemo'agui tetãnguera. In: RODRIGUES, J.M. (Org). **Políticas lingüísticas para la integración educativa y cultural en el Mercosur**: legislación, planificación idiomática y glotopolítica. Asunción: CEADUC, 2013, v. 1, p. 243-265.

WOOLARD, Kathryn A. El debate sobre los orígenes del español en el siglo XVII. In. In: DEL VALLE, Jose (ed.) **Historia Política del español. La creación de una lengua**. Aluvión Editorial, 2015.

ZAMORA VICENTE, Alonso**. La Real Academia Española**. Madrid: Real Academia Española y Fundación María Cristina Masaveu Peterson, 2015.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos:** discursos e representação política. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

Dicionários:

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Castellana.** Madrid, 6 vol: 1726, 1729, 1732, 1734, 1737, 1739. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** Madrid, 2 impresión corregida y aumentada, 1770. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana**, reducido a un único tomo para su más fácil uso. 1 ed. Madrid,1780. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 2 ed. Madrid,1783. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 3 ed. Madrid, 1791. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 4 ed. Madrid, 1803. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 5 ed. Madrid, 1817. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 6 ed. Madrid, 1822. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 7 ed. Madrid: 1832. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 8 ed. Madrid, 1837. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 9 ed. Madrid: 1843. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 10 ed. Madrid, 1852. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 11 ed. Madrid, 1869. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 12 ed. Madrid, 1884. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.** 13 ed. Madrid, 1899. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Castellana.**14 ed. Madrid, 1914. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 15 ed. Madrid, 1925. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 16 ed. Madrid, 1936/1939. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 17 ed. Madrid, Espasa-Calpe, vol. único, 1947. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 19 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1970. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 21 ed. 2 vol. Madrid: Espasa-Calpe, 1992. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 21 ed. CD-ROM Madrid: Espasa-Calpe, 1992. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 22 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 2001. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

_____. **Diccionario de la Lengua Española**. 22ª ed., Madrid: Espasa-Calpe, 2001.Disponível em www.rae.es, atualizado em 2003. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

EL COLEGIO DE MÉXICO**. Diccionario del Español del México**. Dirigido por Luis Fernando Lara. 1ª ed. México, DF: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos Y Literarios, 2010. 2 v. Disponível em: http://ntlle.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0. Último acesso em: 07/02/2018.

PLAGER, Federico (coord.) **Diccionario integral del español de la Argentina**. 1ª ed. Buenos Aires: Voz activa, 2008.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORDE) [en línea]. Corpus diacrónico del español. http://www.rae.es. Último acesso em: 07/02/2018.